

SCRIPTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Professor Doutor Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Pró-reitor de Pesquisa e de Pós-graduação: Sérgio de Moraes Hanriot

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Alberico Alves da Silva Filho, Conrado Moreira Mendes; Édil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ester Eliane Jeunon; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Márcia Stengel; Pedro Paiva Brito; Rodrigo Coppe Caldeira; Rodrigo Villamarim Soares; Sérgio de Moraes Hanriot.

Endereço: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom José Gaspar, 500 - Subsolo do Prédio 6 (Antiga SEC) Coração Eucarístico • Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4792 • CEP 30.535-901 • E-mail: editora@pucminas.br.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Coordenadora: Terezinha Taborda Moreira

Colegiado: Terezinha Taborda Moreira, Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, Arabie Bezri Hermont.

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO BRASILEIROS

Coordenadora: Raquel Beatriz Junqueira Guimaraes

Capa: Miguel Antunes Caldeira

Diagramação: Miguel Antunes Caldeira e Mariana Hilbert Ribeiro

Imagem da capa: [freepik.com](https://www.freepik.com)

Revisão: Nicolle Helena Soares de Assis (Estagiária em supervisão)

Endereço: Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 102 • 30535-901.
Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • E-mail:
cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com

SCRIPTA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras
e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da
PUC Minas

Análise do discurso

Organizada por

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues (PUC Minas)

Jane Quintiliano Guimarães Silva (PUC MINAS)

Verli Petri (UFSM)

Scripta é uma publicação quadrimestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I. Linguística e Literatura. II - Linguística. III - Literatura.

Comissão de publicações:

Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

Editora da revista **Scripta** de Linguística: Juliana Alves Assis

Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira

Conselho Editorial da Scripta:

Acesse: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/about/editorialTeam>

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap, Dialnet, Redib, Diadorim, WorldCat, EZB, CIRC, Erihplus, MIAR.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas,
2023.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua
portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa
de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-
brasileiros.

CDU: 82.03(05)

Sumário

Editorial

Discurso(s) em análise: uma escuta à incompletude da língua e à equivocidade do sentido

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues, Jane Quintiliano Guimarães Silva e Verli Petri.....9

Dossiê Temático

Um certo vocabulário em cena: “Novas palavras” da Academia Brasileira de Letras

Vanise Medeiros e Leatrice Barros.....20

Ensaio sobre deslocamentos produzidos pela passagem do “gesto de leitura” à elaboração de um instrumento linguístico

Verli Petri47

O vocabulário da pandemia do novo coronavírus e o ressoar de sentidos pandêmicos em tempos de pandemia

Heitor Pereira de Lima e Maria Cleci Venturini.....68

Trilhas de sentidos sobre a infância: o que é e o que deve ser “criança” no discurso de um Projeto Político Pedagógico

Valéria da Silva Silveira.....95

A historicidade dos sentidos na fala da Secretaria Estadual de Educação e o funcionamento da memória discursiva <i>Ildo Ronan Vilarinho Júnior e Dóris Maria Luzzardi Fiss</i>	126
O texto plataformizado <i>Cristiane Dias</i>	156
Análise do discurso e ativismo digital: o discurso como ferramenta de resistência na <i>web</i> <i>Paulo Henrique Aguiar Mendes e Benedicto Roberto Alves Carlos</i>	188
A construção discursiva do humor em textos de stand-up comedy: uma análise do discurso racista utilizado como estratégia do humor “antiracista” <i>Alberto César Pereira Siqueira e Ronaldo Adriano de Freitas</i>	217
Luto: presença (discurso) - ausência (corpo) <i>Rhafaela Rico Bertolino Beriula</i>	245
“Genocídio” e “pandemia”: uma análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentidos. <i>Gabriela Gonçalves Ribeiro</i>	269
Feminicídio em discussão: o porquê de um nome <i>Patrícia Cordeiro da Silva, Elaine Pereira Daróz e Dantielli Assumpção Garcia</i>	299

Entrevista

Entrevista: Ana Cláudia Fernandes Ferreira
José Edicarlos de Aquino.....331

Resenha

Um percurso para a História das Ideais Discursivas
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues.....359

Editorial

Discurso(s) em análise: uma escuta à incompletude da língua e à equivocidade do sentido

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues*

Jane Quintiliano Guimarães Silva**

Verli Petri***

No presente número da Revista *Scripta*, os textos, aqui reunidos, colocando-se numa interlocução entre a Análise do Discurso, de viés pecheutiano e as Histórias das Ideias Linguísticas, propõem-se perscrutar as discursividades contemporâneas, as materialidades que as constituem, os sentidos aí produzidos, os sujeitos que nelas se inscrevem. E o faz aceitando o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito (Orlandi, 1990).

Colocar-se nesse lugar de incômodo frente à linguagem é implicar-se em uma tomada de posição epistemológica, mas, também, política, ao desnaturalizar noções que, nos terrenos das teorias idealistas da linguagem, creditam ao sujeito o estatuto de ser origem, fonte de seu dizer, à língua como uma estrutura lógico-linguística neutra em que os sentidos mantêm relação de transparência com a literalidade e/ou referencialidade dos significantes, como nos adverte Pêcheux (1995). Como sabemos, eis aí um dos legados das contribuições de Pêcheux para os estudos da linguagem, que, sob os fundamentos da teoria materialista do discurso, a língua é tomada em sua forma material, enquanto

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Linguística Aplicada (LAEL/PUC SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2981-3801>.

** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do Programa de Pós-graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3678-1729>.

***Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Língua Portuguesa e Linguística da Universidade Federal de Santa Maria. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3132-3438>.

ordem significativa suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, ou seja, enquanto sistema sintático intrinsecamente passível de jogo que comporta a inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história para produzir sentidos.

Assim, ao inscrever-se nessa posição, o analista do discurso é interpelado a interpretar, ele produz gestos de interpretação que buscam explicitar o funcionamento da linguagem em sua opacidade constitutiva, levando em conta a contínua reconstrução do sujeito e do sentido como parte do funcionamento ideológico da linguagem (Orlandi, 1996). Interpretar, sob viés da Análise do discurso, como nos ensina essa autora (1996, p. 9), é gesto, inscreve-se no simbólico, promovendo um jogo de abertura e fechamento dos sentidos, que permite ora a incidência da ilusão de completude do dizer, que se estabelece na interpretação de qualquer objeto simbólico; ora a explicitação de que a incompletude é constitutiva da linguagem, o que torna possível a deriva dos sentidos nos processos de (in)determinação da significação.

Dito de outro modo, interpretar para Análise do Discurso é trabalhar nos limites do dizer e do não-dizer, é admitir que os sentidos podem ser outros, problematizando as supostas evidências da linguagem, a partir do reconhecimento da historicidade dos sentidos, que, em determinados discursos, os sentidos podem ser apagados, silenciados, negados e distorcidos.

Nessa empreitada, a tarefa do analista torna-se, então, a de perscrutar a prática languageira que reconhece o heterogêneo, o dissonante, o fragmentário, o descontínuo, o marginal, o contraditório, o provisório, abrindo-se para analisar objetos fora de um “universo estabilizado logicamente” e minando, desse modo, a fundação de estruturas homegeinizantes ao focalizar

processos de produção e movimentação dos sentidos tendo em conta as relações entre o dito e o não-dito, entre o possível de dizer, porque já-dito, e o possível de dizer de outros modos.

Conquanto o gesto interpretativo seja fundante da tarefa do analista, Pêcheux (2011) nos alerta para a armadilha sempre presente e sedutora de instituir a interpretação como finalidade e não como produto de interpelações postas aos textos e aos seus processos de discursivos. Nas palavras do próprio Pêcheux,

a Análise de Discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro) (Pêcheux, 2011, p. 291).

Resumidamente, pode-se dizer que, no cerne dessa citação, condensa-se um dos desafios que se apresenta a qualquer analista de discurso, trabalhando na tradição pecheutiana, que é o de compreender e explicitar como se dá o retorno, rearranjo do dizível interdiscursivo frente às incontáveis maneiras admitidas pela língua para sua atualização no instante da formulação do texto.

Seguindo esse legado pecheutiano, o texto que abre esta edição da *Scripta* é de Vanise Medeiros e Leatrice Barros, intitulado *Um certo vocabulário em cena: “Novas Palavras” da Academia Brasileira de Letras*. Nesse trabalho, as autoras se debruçam sobre o processo de dicionarização engendrado em “Novas palavras”, um projeto empreendido pela Academia Brasileira de Letras. Com base em uma análise de um conjunto

de verbetes, organizado por palavras inscritas em discursividades contemporâneas em circulação na *web*, as autoras mostram que tal projeto, considerados os verbetes eleitos, reflete um fazer dicionarístico que permite o acesso a discussões polêmicas que o circundam, pondo, com efeito, em cena tensões históricas/ideológicas e sociais da nossa formação social.

Em *Ensaio sobre deslocamentos produzidos pela passagem do “gesto de leitura” à elaboração de um instrumento linguístico*, Verli Petri, refletindo sobre a tensão que cerca a prática investigativa do analista do discurso, a posição de trabalho diante da discursividade e a tomada de posição-sujeito para a produção do conhecimento, propõe-se refletir sobre os deslocamentos que ela vem desenvolvendo, nos últimos anos de pesquisa em História das Ideias Linguísticas, para ler e analisar as diferentes materialidades discursivas que dizem da e sobre a palavra. E, nessa empreitada, numa relação de contraponto, Petri também se debruça sobre os efeitos da produção do conhecimento, dos gestos de leitura e de interpretação na elaboração, coletiva e compartilhada, de um instrumento linguístico: o Vocabulário da pandemia do novo coronavírus.

Já, Heitor Pereira de Lima e Maria Cleci Venturini, em *O Vocabulário da pandemia do novo coronavírus e o ressoar de sentidos pandêmicos em tempos sem pandemia*, trabalhando com a palavra felicidade em verbete do Vocabulário da pandemia do novo coronavírus e em manchetes noticiosas, publicadas na mídia jornalística brasileira após 5 de maio de 2023, propõem-se pensar no modo como no depois da pandemia ressoam sentidos pandêmicos. Os resultados da análise mostram como os sentidos de felicidade seguem ressoando e instaurando efeitos em nossas práticas, em nossas tomadas de posição-sujeito, ganhando outros

contornos, mobilizam outros sentidos. E, conforme os autores, no pós-pandemia, ressoam ainda sentidos pandêmicos pelo que fica como “resto” constitutivo da língua na história, significado no/pelo discurso e marcado na/pela palavra.

Considerando que os discursos sobre a criança têm história e memória, Valeria da Silva Silveira, em *Trilhas de sentidos sobre infância: o que é e o que deve ser “criança” no discurso de um Projeto Político Pedagógico*, intenta compreender como a ideologia trabalha no discurso de um projeto político pedagógico de uma escola municipal de Educação Infantil do Rio Grande do Sul. Seu trabalho, pautando-se por uma escuta à discursividade que atravessa e constitui tal projeto, volta-se para pôr em questão as evidências de sentido por meio das quais “todo mundo sabe” o que é e o que não é criança, mostrando o que pode e deve ser dito (e também, sob certo aspecto, o que não pode nem deve ser dito) sobre “criança” em função da regulação da forma-sujeito que, fragmentada, abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, resultando em uma formação discursiva heterogênea.

Memória discursiva, formação discursiva e suas fronteiras porosas são as noções que balizam as discussões trazidas por Ildo Ronan Vilarinho Júnior e Dóris Maria Luzzardi Fiss em *A historicidade dos sintagmas na fala da Secretária Estadual de Educação e o funcionamento da memória discursiva*. A partir de uma live “Orientações sobre o encerramento do ano letivo 2022, produzida pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, para fins de análise, os autores, focalizando dizeres de e sobre educação integral aí mobilizados, mostram que os efeitos de sentido que ressoam no discurso dessa instituição possibilitam apreender um sujeito-gestor assujeitado ideologicamente a uma

formação discursiva pedagógico-administrativa que parece alinhar-se a diretrizes de organização da educação coerentes com o modo de produção capitalista neoliberal.

Trazendo a problemática do texto como forma material das novas discursividades produzidas pelas tecnologias digitais, articulada ao questionamento de como o discurso tem sido enformado pelas ferramentas digitais de textualização, produzindo unidade (imaginária) ao discurso, Cristiane Dias, em *O Texto Plataformizado*, propõe uma reflexão sobre a plataformização como condição material de produção e reprodução das textualidades, pelas quais os textos se constituem, se formulam e circulam, considerando que as textualidades são determinadas por um processo histórico e tecnológico que é o da plataformização, na conjuntura política e econômica do “capitalismo de plataforma”, como concebido por Nick Srnicek (2017).

Paulo Henrique Aguiar Mendes e Benedicto Roberto Alves Carlos, no artigo, *Análise do discurso e ativismo digital: o discurso como ferramenta de resistência na web*, compreendendo que os avanços tecnológicos vêm permitindo que a *web* se torne um espaço público para a consolidação das práticas discursivas de resistência dos movimentos sociais contemporâneos, dedicam-se a uma análise de algumas estratégias discursivas utilizadas em postagens da página do movimento Alma Preta, as quais, como mostram os autores, concorrem para, numa trama de práticas e ações, o fortalecimento de lutas contra o racismo e, a um só tempo, o aprofundamento de temas em torno de questões sobre é negritude, colorismo, cotas, entre outros.

Já, em *A construção discursiva do humor em textos de stand-up comedy: uma análise do discurso racista utilizado como estratégia do humor “antiracista”*, Ronaldo Adriano de Freitas e Alberto Cesar Pereira Siqueira, a partir de uma análise dos trechos em circulação na internet, buscam compreender o modo como o discurso racista é evocado para produzir humor em textos de *stand-up comedy*, bem como os efeitos de sentidos que emergem a partir da reprodução - mesmo inconsciente - desse discurso. Os resultados do estudo mostram que, embora o humor dos textos analisados não tenha o intuito de reproduzir sentidos que sustentam o racismo, irrompem-se, no entanto, efeitos de sentido que fazem trabalhar discursivamente contradições, vez que o sujeito comediante, na intenção de desconstruir o racismo, se apropria de estereótipos e expressões socialmente marcadas, reforçando construções de sentido de preconceito, segregação e noções de desigualdade racial.

Trabalhando sobre a materialidades da fotografia, Rhafaela Rico Bertolino Beriula, em *Luto: Presença (discurso)- Ausência (Corpo)*, propõe analisar os efeitos de sentidos que ressoam em fotografias publicadas no Instagram sobre a temática da morte e do luto, objetivando realçar a materialidade discursiva do corpo no processo sócio-histórico e ideológico de textualização simbólica sobre a morte e seus efeitos de sentir e de sentidos no espaço digital. Nessa sua análise, a autora aponta que a morte, o luto ou o que foi chamado de presença-ausência do objeto perdido, lança efeitos de sentidos que estão constituídos pela exterioridade, evidenciando o sentido da falta que se discursiviza nos discursos dos sujeitos que ainda vivem. Assinala também que o corpo que não está mais vivo passa a ser representado pela ausência, pela memória afetiva e discursiva, que resiste/existe discursivamente ao ser simbolizado.

Em *Genocídio e pandemia: uma análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentidos*, Gabriela Gonçalves Ribeiro se dispõe a investigar os efeitos e a produção de sentidos no par de verbetes “genocídio” e “pandemia”, retirados do Vocabulário da pandemia do novo coronavírus, buscando entender como esses verbetes estão postos em outros instrumentos linguísticos. Sua análise focaliza como se movimentam os sentidos entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e o diferente, nesses materiais discursivos, sob condições de produção bem específicas: as da pandemia.

Em *Feminicídio em discussão: o porquê de um nome*, Patrícia Cordeiro da Silva, Elaine Pereira Daróz, Dantielli Assumpção Garcia e Taísa Mara Pinheiro Silva propõem uma reflexão sobre a entrada do termo “feminicídio”, no Código Penal Brasileiro, empreendendo um gesto de interpretação acerca das questões concernentes à nomeação da lei, bem como as suas implicações aos sujeitos discursivos, em especial no que concerne à posição da (e para a) mulher no seio social. O estudo mostra que a nomeação do feminicídio envolve considerar concretamente a historicidade nas assimetrias de poder existentes, materializadas e reproduzidas nas práticas dos sujeitos. E mais, designar é mobilizar e resgatar a memória, considerando as condições de produção que o campo jurídico potencialmente apaga sobre o recorte de gênero.

Junto a esses trabalhos, este volume conta também com uma entrevista e uma resenha, cujas reflexões dialogam diretamente com as questões trazidas no corpo dos artigos deste dossiê.

José Edicarlos de Aquino traz-nos uma entrevista com Ana Cláudia Fernandes Ferreira, docente do DL/IEL da Unicamp, cujos estudos e pesquisas concentram-se no campo da História

das Ideias Linguísticas. Dedicando-se a compreender as condições e a diversidade de formas da produção e circulação de conhecimento sobre a linguagem e as línguas, nessa entrevista, Ana Cláudia Fernandes Ferreira fala sobre suas contribuições nessa área e do seu percurso formativo nesse campo do conhecimento. Nessa sua fala, busca assinalar que a História das Ideias Linguísticas é uma área que permite questionar, de maneira forte e produtiva, a hegemonia de determinadas línguas e de determinadas história das línguas. Conforme ela argumenta, os estudos desse campo, na contemporaneidade, vêm igualmente contribuindo para compreender e explicar os processos de descolonização linguística e de descolonização científica.

Encerrando este número da *Scripta*, a resenha de Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues sobre o livro *Michel Pêcheux na História das Ideias Discursivas*, de autoria de Kelly Fernanda Guasso da Silva, editado pela Pontes. A resenha busca fazer ver o trabalho da autora, tendo em vista a compreensão, sempre necessária, de razões por que Michel Pêcheux desenvolveu suas reflexões no contexto social e intelectual da França nos anos 1960; a razão pela qual certos problemas foram persistentemente explorados pelo teórico e como sua abordagem discursiva contribuiu para o avanço dos estudos nas ciências da linguagem, colocando em suspenso a noção de linguagem como uma realidade objetiva. A proposta de Silva, como analista em seu trabalho com o arquivo, caracteriza-se por um recorte historiográfico de uma disciplina, que exige um batimento entre descrição e interpretação (Pêcheux, 1990), a partir de um percurso de leitura, destacando os momentos em que Pêcheux define e desenvolve conceitos, na identificação de repetições e sentidos que ressoam em toda sua obra.

Boa leitura!

Referências

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi *et al.* Campinas, Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados por Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Nota ao leitor. In: PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

Dossiê Temático

Um certo vocabulário em cena: “novas palavras” da academia brasileira de letras

Vanise Medeiros*

Leatrice Barros**

Resumo

O presente artigo se debruça sobre o processo de dicionarização engendrado em “Novas palavras”, projeto da Academia Brasileira de Letras, que atua recortando neologismos de discursividades contemporâneas em circulação na web que irão adentrar o VOLP. O que singulariza tal gesto de captura consiste no fato de que ele traz categorias que não se fazem presentes no VOLP – outro instrumento da ABL –, além de incluir exemplos recortados de textos em circulação com suas respectivas referências. Tendo como base a História das Ideias Linguísticas de ancoragem materialista, analisamos o projeto “Novas Palavras” a partir das categorias de cada verbete, principalmente definição, exemplificação e referenciação. Pretendemos, ao nos debruçarmos sobre o processo de dicionarização engendrado em “Novas palavras”, contribuir para uma reflexão acerca da produção de saberes metalinguísticos na relação com sujeito e sociedade. A fim de ilustrar esse movimento de saberes, lançamos mão de três verbetes recortados da letra A do vocabulário, a saber, aporofobia, afrofuturismo e agrofloresta. O que a análise tem mostrado é um fazer dicionarístico que permite o acesso a discussões polêmicas que o circundam; põe, com efeito, em cena tensões da nossa formação social.

Palavras-chave: vocabulário; novas palavras; academia brasileira de letras; história das ideias linguísticas; análise de discurso materialista.

* Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora associada da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do CNPQ. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6998-9377>. Este estudo foi financiado pelo CNPq (Pq, 2022-2025) e pela FAPERJ (processo E-26/204.087/2024).

**Graduanda da Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista de iniciação científica FAPERJ (Processo E-29/204.557/2022). Orcid: <http://orcid.org/0000-9023-9477>.

A certain vocabulary on focus: “new words” from the brazilian academy of letters

Abstract

This article focuses on the lexicographical process initiated in the “New Words” project by the Brazilian Academy of Letters, which selects neologisms from contemporary discourses circulating on the web that will enter the VOLP (Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). The distinctive aspect of this capturing endeavour lies in the fact that it introduces categories not present in the VOLP — another instrument of the ABL — along with including clipped examples from circulating texts with their respective references. Grounded in the History of Linguistic Ideas with a materialist anchorage, we analyse the “New Words” project based on the categories of each entry, focusing primarily on definition, exemplification, and referencing. By delving into the lexicographical process engendered in “New Words,” we aim to contribute to a reflection on the production of metalinguistic knowledge in relation to subject and society. To illustrate this movement of knowledge, we examine three entries from the letter A of the vocabulary, namely, aporofobia, afrofuturismo, and agrofloresta. Our analysis reveals a lexicographic practice that facilitates access to controversial discussions surrounding it; it effectively brings to light the tensions of our social formation.

Keywords: vocabulary, “new words”; brazilian academy of letters; history of linguistic ideas; materialist discourse analysis.

Recebido em: 29/04/2024 / Aceito em: 08/10/2024

O fato de registrar uma forma de palavra advém de lhe dar um estatuto cultural, uma existência espaço temporal. (Collinot e Mazière, 1997, p. 54).

1 Palavras em estado de institucionalização

Eis-nos às voltas com a palavra, dizia Leal em seu artigo (Leal, 2015, p. 176). Eis-nos também às voltas com elas; com seus caminhos e descaminhos, com seus silêncios e silenciamentos, com suas potências de dizer, de instaurar redes de sentidos, de fazer falar o antes indizível e de fazer calar o antes dizível, de promover identificações, contra-identificações e desidentificações, de possibilitar caminhos outros e de impossibilitar caminhos outrora percorridos, de acenar para possibilidades de vidas distintas, de denunciar gestos que impedem vidas, de anunciar gestos que promovem cidadania, que integram... Eis-nos às voltas com palavras em estado de institucionalização. Eis-nos às voltas com um vocabulário da Academia Brasileira de Letras: o “Novas Palavras”.

É já longa a atuação da Academia Brasileira de Letras (ABL) na nossa sociedade. Desde sua fundação em 1897, ela se atribui o lugar de cultivo da língua cujo modelo seria a literatura, como podemos ler nesta plataforma da ABL na seção Língua portuguesa:

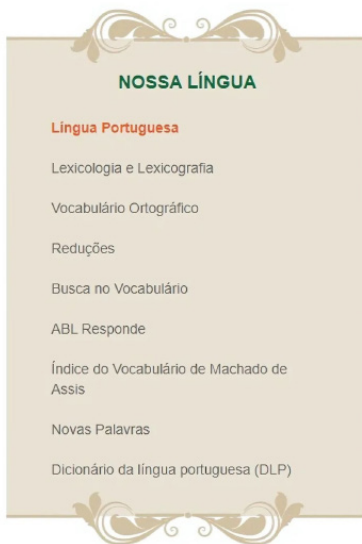
a ABL tem por fim a cultura da língua nacional. Isso significa que a língua deve ser cultivada na sua variedade padrão ou exemplar, tomando como modelo sua expressão literária. (ABL Responde, em Nossa Língua, disponível em www.academia.org.br).

Desde a fundação da Academia Brasileira de Letras, a instituição atribuiu-se como tarefa essencial o cultivo da língua e da literatura nacional. Nesse sentido, a Casa de Machado de Assis tem publicado a sua Revista, obras de Acadêmicos, e se empenha em preparar o dicionário da língua, depois de se ter ocupado da organização do Vocabulário ortográfico da língua portuguesa (Língua Portuguesa, em Nossa Língua, disponível em www.academia.org.br).

No que tange ao seu papel na produção de saber linguístico, a ABL é responsável pela institucionalização da ortografia da língua portuguesa ao registrar novos léxicos no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP). É a inserção neste instrumento linguístico que oficializa uma palavra... em seu estado de escrita. Dito de outro maneira, o VOLP impõe juridicamente um certo modo de inscrição da palavra que passa necessariamente pela letra: a palavra aí se encontra registrada com certa grafia. O VOLP legisla, pois, sobre a escrita, sobre a letra, no gesto de recolha de palavras. Em poucas palavras, o VOLP é um lugar de regulação da língua pela letra. A partir de Orlandi (2001, p. 17), diremos que se trata de instrumento de jurisdição da língua, afinal o VOLP é fonte oficial para a ortografia da língua. Indo adiante, a língua das práticas de regulação jurídica não se faz sem a regulação pela letra e pelas palavras postas em cena pelo VOLP. Com a leitura de Zoppi-Fontana e Gonçalves (2021), podemos acrescentar que o VOLP atua nos instrumentos linguístico-jurídicos: (...) os instrumentos linguísticos-jurídicos são instrumentos de jurisdição da língua, esta entendida como processo de dizer o direito – jurisdição – da e sobre a língua, por meio das diferentes práticas de regulação jurídica. (Zoppi-Fontana e Gonçalves, 2001, p. 640)

No que concerne ao projeto “Novas Palavras”, este comparece inscrito na plataforma da Academia como parte integrante da seção “Nossa língua”, como se pode observar a seguir:

**Imagem 1: “Nossa Língua”¹ na
Academia Brasileira de Letras (2024)**



Fonte: Plataforma da Academia Brasileira de Letras

“Nossa língua” é um sintagma que desde o século XIX comparece em diversos instrumentos linguísticos, como vocabulários, dicionários, entre outros, e ainda em artigos e debates sobre língua em solo brasileiro (Pfeiffer, Costa, Medeiros, 2022); um sintagma que nomeia a língua tensionando diferenças tanto externas, no caso entre Brasil e Portugal, quanto internas, no processo de construção, sempre ilusório, de uma língua nacional.

¹ Acesso à seção “nossa língua/ sobre novas palavras” realizada em 20 de abril de 2024. Tal indicação aparece na barra superior na página inicial da Academia.

Em “Nossa língua”, da plataforma da ABL, encontram-se *links* para as seguintes entradas: (i) “Língua portuguesa”, em que se encontra a citação no início deste nosso artigo; (ii) “Lexicologia e lexicografia”, em que se diferencia brevemente lexicografia de lexicologia; (iii) “Vocabulário Ortográfico”, em que se tem acesso ao VOLP; (iv) “Reduções”, em que se explica o que vem a ser reduções e se apresenta uma listagem de abreviações; (v) “Busca no Vocabulário”, em que se possibilita buscar palavras; (vi) “ABL responde”, em que se responde a “questionamentos e pronunciamentos teóricos e descritivos da análise gramatical”; (vii) “Índice do Vocabulário de Machado de Assis”, em que se abrem *links* para dar a saber do “vocabulário completo das obras em prosa e em poesia de Machado de Assis”; (viii) “Novas Palavras”, em que se encontra o projeto de que tratamos; e, por fim, (ix) “Dicionário da Língua portuguesa” (DLP).

Trata-se de uma plataforma que atua na constituição e instrumentalização da língua nacional na medida em que intervém, por exemplo, com a recolha de palavras a entrar no VOLP em seu modo de registro escrito na língua. Collinot e Mazière (1997) lembram que “(...) le dictionnaires est non seulement un prêt-à-bien-parler le mot mais aussi un prêt-à-bien-écrire le mot. Toutefois, rappelons que le bien parler se fonde sur le bien écrire” (1997, p. 90)²

Dicionários e gramáticas são, continuando com autor e autora, instrumentos da língua escrita que incidem sobre a fala. Instrumentos de um bem escrever que se dobram sobre um bem falar funcionando na ilusão de ordenar e conter a oralidade. É também nesta relação entre escrita e fala que se inscreve o

2 Os dicionários não estão apenas prontos para falar bem a palavra, mas também prontos para escrever bem a palavra. Porém, lembremos que falar bem se baseia em escrever bem. (tradução nossa)

VOLP: um artefato (Orlandi, 2001) de inserção de léxico que, em sua instância jurídica de legitimação do que nele adentra e como adentra, funciona de modo a controlar, ainda que ilusoriamente, a oralidade pela letra.

Em “Nossa língua”, a instrumentalização também se faz pelo dicionário lá presente, o DLP, pelo Vocabulário de Machado de Assis, autor fundador da ABL, que comparece norteando o princípio do bem dizer/bem escrever, ou seja, “a língua ser cultivada”³, e, ainda, diríamos, por comportar uma série de entradas que contribuem para o ensino de saberes metalinguísticos, como os links que respondem a questões, explicam as reduções, diferenciam conceitos, por exemplo. Com efeito, a plataforma da ABL incide sobre a institucionalização da língua que se nomeia como portuguesa.

Um trabalho pode, por exemplo, começar por questões. Este nosso começou por um objeto de estudo: o “Novas palavras” na plataforma da ABL. Muitas perguntas se fizeram diante dele: que novas palavras seriam essas? Que efeitos discursivos se inscrevem com as e nas palavras apreendidas? Para este artigo, que tem como base a História das Ideias Linguísticas de ancoragem materialista, temos alguns objetivos: promover uma reflexão sobre o projeto “Novas palavras”, expor um arquivo em montagem com o léxico já apreendido até o momento e lançar luz sobre o funcionamento do “Novas palavras”. Pretendemos, pois, ao nos debruçarmos sobre o processo de dicionarização engendrado em “Novas palavras”, contribuir para uma reflexão acerca da produção de saberes metalinguísticos na relação com sujeito e sociedade.

³ ABL Responde, em Nossa Língua, disponível no site da Academia Brasileira de Letras. Veja o endereço nas referências.

2 Por um arquivo do Novas palavras

Em outubro de 2020, em seu site, a Academia lançou o projeto virtual “Novas palavras”, em que, periodicamente⁴, tem sido compartilhada palavras ou expressões usuais na língua, conforme se lê no primeiro parágrafo em “Novas palavras”.

A Academia Brasileira de Letras apresenta palavras ou expressões que passaram a ter uso corrente na língua portuguesa, podendo ser neologismos, empréstimos linguísticos ou mesmo vocábulos que, apesar de já existirem há algum tempo na língua, têm sido usados com mais frequência ou com um novo sentido nos dias de hoje. (Site da Academia Brasileira de Letras na seção “Novas palavras”.)

A apresentação da proposta segue em dois parágrafos que sinalizam para a nomeação como algo corrente de uma prática social e intelectual e assinalam ainda a possibilidade de “mudança em prol de uma sociedade mais humana, ética e justa” por meio da palavra, como se pode ler a seguir.

A criação, o uso e a difusão de uma nova palavra ou expressão vêm da necessidade que temos de nomear algo que faz parte da nossa realidade ou que nossa inteligência e percepção foram capazes de identificar com mais intensidade.

Conhecer o significado de novas palavras enriquece nosso vocabulário e nos faz mergulhar na atmosfera intelectual em que vivemos. Mais do que isso, contribui para o pleno desenvolvimento de nossa capacidade de comunicação, amplia a compreensão que temos do mundo e nos torna aptos a identificar problemas, buscar soluções e sermos agentes de mudança em prol de uma sociedade mais humana, ética e justa. (Site da Academia Brasileira de Letras na seção “Novas palavras”.)

⁴ O primeiro verbete foi publicado em 09 de novembro de 2020. Até 31 julho de 2023, semanalmente era lançada uma nova palavra; a partir daí, houve um período sem novas publicações, retomadas a partir de 23 de outubro de 2023, quando passaram a ser publicadas intervaladas por um mês, em média.

Para além da recolha do que circula, o “Novas palavras” acena para um compromisso com a dimensão ética na sociedade. Isto posto, nos perguntamos pelas palavras que aí comparecem. Atualmente a plataforma, apresenta 152 verbetes⁵. Ei-las.

- | | | |
|---------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1. afrofuturismo | 28. cicloturismo | 55. etarismo |
| 2. agrofloresta | 29. compliance | 56. faunoduto |
| 3. antimanicomial | 30. coworking | 57. favicon |
| 4. antirracista | 31. criopreservação | 58. feminicídio |
| 5. apneísta | 32. criovulção | 59. fômite |
| 6. aporofobia | 33. criptoarte | 60. gentrificação |
| 7. astrobiologia | 34. criptoativo | 61. gerontecnologia |
| 8. astroturismo | 35. criptomoeda | 62. gerontocídio |
| 9. audismo | 36. cronofarmacologia | 63. gerontofobia |
| 10. azeitólogo | 37. cyberpunk | 64. gestuante |
| 11. bioarquitetura | 38. desalcoolização | 65. glossofobia |
| 12. bioassinatura | 39. desmedicalização | 66. glotofobia |
| 13. bioeticista | 40. distanciamento físico | 67. gordofobia |
| 14. biomimética | 41. docuficção | 68. grafeno |
| 15. biossegurança | 42. docussérie | 69. handbike |
| 16. bioterrorismo | 43. dorama | 70. home office |
| 17. bibliosmia | 44. ecoansiedade | 71. idadismo |
| 18. blockchain | 45. ecoduto | 72. infodemia |
| 19. brailista | 46. economia azul | 73. insegurança alimentar |
| 20. cachê-teste | 47. economia prateada | 74. internet das coisas |
| 21. caminhabilidade | 48. ecoponto | 75. justiciabilidade |
| 22. capacitismo | 49. edamame | 76. kombucha |
| 23. centro-oestino | 50. educomunicação | 77. letramento racial |
| 24. cibercime | 51. empoderamento | 78. letrólogo |
| 25. cibersociedade | 52. energia limpa | 79. lockdown |
| 26. ciclável | 53. enogastronomia | 80. logar |
| 27. cicloativismo | 54. enoturismo | 81. mãe solo |

⁵ Uma vez que as publicações no “Novas Palavras” ainda estão em curso, consideramos para a montagem deste arquivo as palavras publicadas até 06 de março de 2024.

82. metaverso	106. oligossintomático	130. streaming
83. microchipagem	107. ouvintismo	131. subcelebridade
84. micromachismo	108. ovodoação	132. sudestino
85. micromamífero	109. paleoarte	133. superalimento
86. microplástico	110. pandemiceno	134. telemedicina
87. microsurto	111. pedagiado	135. teleofobia
88. misocinesia	112. petricor	136. telessérie
89. misofonia	113. piadina	137. tenesso
90. mixologista	114. pluviófilo	138. tomossíntese
91. monocumentário	115. podcast	139. toquiota
92. moscóvio	116. poke	140. trabalhador essencial
93. motolância	117. pós-verdade	141. tripofobia
94. nanoplástico	118. psicobiótico	142. turismo espacial
95. nato-digital	119. qualiquantitativo	143. uberização
96. necropolítica	120. radiocidadão	144. ultraprocessado
97. negacionismo	121. refugiado climático	145. umami
98. neurodiversidade	122. renderização	146. vacinódromo
99. neuromórfico	123. ressignificar	147. vegano
100. neuroplasticidade	124. retrofuturismo	148. vestível
101. nipônio	125. saudabilidade	149. videoprova
102. nômade-digital	126. sindemia	150. visuoespacial
103. nomofobia	127. sonificação	151. webinarío
104. normose	128. sororidade	152. zerésima
105. oganessônio	129. startup	

A apreensão e composição desta listagem faz parte de um projeto inserido em projeto outro⁶ que tem o arquivo como um vetor necessário para a pesquisa. No caso deste trabalho, está em jogo a organização de uma listagem das palavras apreendidas e trabalhadas no “Novas palavras” como possibilidade de leitura e análise tanto que pelo que tal agrupamento permite observar no que tange ao léxico em exposição, quanto pelo foco em um ou

⁶ No site do GAL (<https://gal.hypotheses.org/>) inserimos um arquivo que vem sendo construído em decorrência dos objetivos do projeto de iniciação científica E-26/204.557/2022 (FAPERJ) a partir do Novas Palavras.

outro verbete que lá se encontra, entre outros propósitos.

Uma leitura sobre os verbetes já permitiu observar vários eixos temáticos, como, por exemplo, os que dizem respeito à violência, à saúde, à tecnologia, às relações de trabalho, à economia, à alteridade. Este último, que diz respeito à alteridade, foi objeto de leitura de Leatrice Barros (2022)⁷ que recortou os seguintes itens lexicais: aporofobia, capacitista, etarismo, feminicídio, gerontocídio, gerontofobia, gordofobia, idadeismo, micromachismo. Outra leitura sobre os verbetes foi feita por Esteves, Perini e Medeiros (2021) que se detiveram no verbete trabalhador essencial, que faz parte do eixo trabalho e relações de trabalho. Na próxima seção deste nosso artigo, vamos nos voltar sobre o funcionamento do “Novas palavras”. Embora estejamos considerando o conjunto de verbetes, vamos lançar mão de três verbetes recortados da letra A do vocabulário, a saber, aporofobia, afrofuturismo e agrofloresta⁸.

3 De olho no funcionamento do “Novas palavras”

Conforme Esteves, Perini e Medeiros (2021):

Em seu funcionamento, o Novas Palavras se apresenta preenchendo lacunas dos dicionários atuais, e o faz em movimento contínuo de captura de discursividades contemporâneas, e, assim, indica tanto a movência quanto a vitalidade da língua. Mas não apenas: tal gesto implica seleção e recorte daquilo que apreende como item lexical na escrita da língua, afinal, não se pode deixar de observar que as tais novas palavras são recortadas de uma certa língua escrita em circulação na web. (Esteves, Perini, Medeiros, 2021, p. 230).

7 Barros (2022), trabalho ““NOVAS PALAVRAS”: língua e resistência no dicionário virtual da Academia Brasileira de Letras”, fruto do projeto “Língua e discursividades no glossário virtual da Academia Brasileira de Letras” (FAPERJ, E-26/204.557/2022), que foi apresentado no I Encontro Arquivo de Língua Jovens Pesquisadoras/es: Teorias em Contato.

8 Os links dos verbetes estão nas referências.

A língua é viva, movente e o surgimento de novas palavras e deslizamentos de sentidos entre as palavras é efeito recorrente, bem como seu gesto de captura por instrumentos linguísticos como o VOLP e dicionários. O “Novas palavras” se singulariza não pelo gesto de captura em si, comum em instrumentos linguísticos, mas por ao menos duas de suas características, quais sejam, apresentar categorias que antes não se faziam presentes no VOLP e trazer para sua plataforma exemplos recortados de textos em circulação com suas respectivas referências. Com tal funcionamento, o léxico apreendido no “Novas palavras” permite o acesso a discussões polêmicas que o circundam; põe, com efeito, em cena tensões da nossa formação social.

O VOLP se historiciza coletando palavras e indicando sua classe gramatical e gênero. Não fornece definições ou exemplos, não indica fontes. A palavra nele entra sem tais marcações, isto é, o VOLP se configura como uma listagem de palavras e assim permanece. Não é, contudo, o que ocorre com o projeto “Novas palavras”, que coleta palavras para serem incluídas no VOLP. No “Novas Palavras”, para cada verbete, encontramos classe gramatical e indicação de gênero, palavras relacionadas, definição, exemplos de uso, referências e, por vezes, informações complementares. O que temos, pois, com “Novas palavras” é um funcionamento dicionarístico e não somente uma listagem de palavras (cf. Marcel, Perini, Medeiros, 2021). Um funcionamento que se perde com a entrada de tal vocábulo no VOLP, afinal, aí, voltamos a ter somente listagem com classe e gênero gramatical.

Trata-se de uma perda que incide diretamente sobre os sentidos do vocábulo. Se um dos efeitos do processo dicionarístico consiste na delimitação de sentidos na medida em que se tem a definição como um de seus procedimentos fundamentais, com o VOLP, dado que

tal procedimento não comparece, instaura-se o efeito de um sentido já compartilhado, já fixado. Um já-lá na língua no duplo gesto do já-sabido e do que se deveria saber. (cf. Marcel, Perini, Medeiros, 2021, p. 232).

Por outro lado, o “Novas palavras” faz funcionar um horizonte de retrospectção⁹ uma vez que é nele que adentram as novas palavras a constar do VOLP, com suas definições, exemplos, informações e referências; é no “Novas palavras”, como instrumento linguístico institucionalizado pela ABL, que, com suas partes desenvolvidas, inscreve-se uma memória do léxico e, ao mesmo tempo, um horizonte de projeção¹⁰.

Fiquemos, para início de leitura, com as três primeiras categorias dos verbetes recortados: *Classe gramatical*, *Palavras relacionadas* e *Definição*.

**Imagem 2: aporofobia, afrofuturismo e agrofloresta no
Novas Palavras (2024)**

aporofobia



Classe gramatical:

s.f.

Palavras relacionadas:

aporofóbico adj. (atitude **aporofóbica**, discurso **aporofóbico**), **aporófobo** adj. s.m. (movimentos **aporófobos**)

Definição:

Repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos; hostilidade para com pessoas em situação de pobreza ou miséria. [Do grego á-poros, 'pobre, desamparado, sem recursos' + -fobia.]

9 “O *horizonte de retrospectção* consiste no conjunto de conhecimentos antecedentes (Auroux, 2008, p. 141), ao passo que o *horizonte de projeção* remete para as antecipações, para os projetos futuros, para os desdobramentos que inevitavelmente os constituem.” (Mariani; Medeiros, 2023, p. 163)

10 Ver nota anterior.

afrofuturismo



Classe gramatical:

s. m.

Palavras relacionadas:

afrofuturista *adj.* 2g. s. 2g. (movimento **afrofuturista**, conto **afrofuturista**)

Definição:

Movimento cultural, estético e político que se manifesta no campo da literatura, do cinema, da fotografia, da moda, da arte, da música, a partir da perspectiva negra, e utiliza elementos da ficção científica e da fantasia para criar narrativas de protagonismo negro, por meio da celebração de sua identidade, ancestralidade e história; em geral, obras pertencentes a este movimento procuram retratar um futuro grandioso, caracterizado tanto pela tecnologia avançada quanto pela superação das condições determinadas pela opressão racial, dentro do contexto da vivência africana e diaspórica. [Esta definição não exclui outras formas de descrever ou abordar o movimento, que possui conceituações variadas de diversos estudiosos e pesquisadores do tema.]

agrofloresta



Classe gramatical:

s. f.

Palavras relacionadas:

agroflorestal *adj.* 2g. (sistema **agroflorestal**)

Definição:

Sistema de uso sustentável da terra, baseado nos ecossistemas naturais, que combina preservação e cultivo de espécies florestais com atividade agrícola e/ou pecuária, mediante práticas de manejo controlado, o que aumenta a fertilidade do solo, a diversidade de produção de alimentos sem agrotóxicos, minimiza os impactos ambientais, entre outros benefícios.

Fonte: Página de cada verbete, encontradas na seção “Novas Palavras”, disponível no site da ABL (2024).

Acerca das classes gramaticais, os verbetes comportam substantivos. São palavras lexicais que estão presentes e não gramaticais. É sobre a nomeação – pela substantivação – que se volta a apreensão das novas palavras; nomeação que incide sobre sociedade, sobre formas de vida, sobre sujeitos. Em seguida à *Classe Gramatical*, temos *Palavras relacionadas*. O

que é interessante destacar é que em geral o movimento de remissão a outras palavras se faz por derivação que adjetiva o item lexical em foco, continuando de forma adjetival o processo de nomeação. Não se tece o jogo de equivalência entre uma palavra e outra de base mórfica distinta. Isto nos leva a observar que o processo de relação com outras palavras não se faz por sinonímia entre verbetes, mas pela possibilidade de expansão lexical advinda do processo de derivação: é a raiz, como significante, que está na ribalta. É sua força que se ilumina no deslocamento para outros itens lexicais.

Em seguida, temos *Definição*. Elas podem ser mais curtas, como em “aporofobia”, ou mais longas como em “afrofuturismo” ou “agrofloresta” (cf. imagem 2). Elas presentificam, com o tempo presente¹¹ em que se inscrevem, questões e noções importantes em circulação.

Na definição de “aporofobia” temos a remissão a quatro atitudes em relação ao outro: repúdio, aversão, desprezo, hostilidade. Um movimento de expansão que diríamos tentar abarcar sentimentos e reações à alteridade que se rejeita, qual seja: aquele é “pobre ou desfavorecido” ou se encontra “em situação de pobreza ou miséria”. Ainda na definição deste verbete, comparece entre colchetes, a formação etimológica da palavra¹² que inscreve mais uma fobia (cf. imagem 2), aquela que denuncia a luta de classes.

Ora, o gesto de definir tem a ver com a circunscrição dos objetos de conhecimento, prática essa que encontra sua materialidade específica no campo da linguagem. E nesse campo não escapa à injunção da ordem da

11 Acerca do tempo presente nas definições, cf. Esteves e Medeiros, 2017

12 No mapeamento dos verbetes, notamos que essa não é uma marca recorrente. A produtividade maior se deu através de marcas para autoria do neologismo. Neste último caso, os indicadores podem estar presentes de forma bem destacada nas informações completares, ou ainda, como um dado retirado a partir de um dos exemplos.

ideologia, funcionando como “uma remissão perpétua entre os significantes do conhecimento e os da política.” Isso porque “a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes (...)”, valendo-nos aqui de afirmação de Pêcheux (1988 [1975], p.190). (Petri, Venturini, Rasia, 2024, p. 69).

Na definição de “afrofuturismo”, um movimento “cultural, estético e político” está em foco o “protagonismo negro, por meio da celebração de sua identidade, ancestralidade e história”. Se em “aporofobia” se salienta a classe social que rejeita o outro em situação desfavorecida como ponto de tensão na sociedade, aqui se põe em relevo outra tensão — a racial — enunciando a potência da perspectiva negra em diversos importantes campos de atuação na sociedade. A título de comentário, em tal definição comparecem ainda colchetes acenando para a expansão do movimento em sua conceituação e em sua movência em estudos bem como, com tal incisa, para a impossibilidade de um fechamento: “[Esta definição não exclui outras formas de descrever ou abordar o movimento, que possui conceituações variadas de diversos estudiosos e pesquisadores]”.

Na definição de “agrofloresta” lemos sintagmas como “preservação e cultivo de espécies florestais”, “manejo controlado”, “produção de alimentos sem agrotóxicos”, entre outros. Nesse verbete é a possibilidade de uso sustentável da terra que se dá destaque. Agrofloresta é um vocábulo recente que se inscreve em posição discursiva distinta de outro também em uso: agronegócio. Dizer é não dizer, como sabemos, isto para lembrar que a inscrição de um verbete tem injunções históricas, sociais e ideológicas. Em “Novas palavras” inscreve-se agrofloresta reivindicando a sustentabilidade da vida.

“Um dicionário sem exemplos é um esqueleto”, recuperam Medeiros, D’Olive, Magalhães, (2024, p. 107) de Voltaire para refletirem sobre exemplo. As autoras se perguntam sobre o que seria o esqueleto e compreendem os exemplos como carne que sustenta tal instrumento, que dá consistência ao que se apreende; carne que pode, diríamos, conferir vida ao esqueleto. Não se pode esquecer ainda que, como já pontua Nunes (2008, p. 117), os exemplos são a “marca visível da ideologia”. Se a inscrição de um verbete ainda não constante de instrumento linguístico da ABL é um gesto de apreensão social e ideológica de posições em disputa na sociedade, como já pudemos notar com os três verbetes assinalados, a exemplificação funciona como força que atesta o dizer. E, neste caso, os exemplos não podem ser dissociados de suas referências.

O movimento da exemplificação no “Novas Palavras” não se dá a partir de citações recortadas da literatura¹³, o que significa que os exemplos não são advindos da literatura como indicado na plataforma da ABL¹⁴. Tampouco trata-se de exemplos forjados¹⁵, isto é, criados para o instrumento linguístico em questão. O que temos são exemplos decorrentes de recortes de discursividades contemporâneas de fontes várias indicadas — em sua autoria e forma de acesso — de diferentes espaços: acadêmicos, científicos, jornalísticos, jurídicos, políticos e sociais. Para além de atestarem o dito, as referências, em decorrência de seus espaços de proveniência, legitimam o dizer. São, em geral, ao menos cinco fragmentos de exemplos. Em função de sua extensão, colocaremos aqui apenas o primeiro de cada verbete e remetemos para o verbete.

13 Acerca dos exemplos advindos da literatura, cf. “Exemplos como espaço modelar”, Palha e Medeiros, 2024.

14 A guisa de recuperação do que foi posto no início deste artigo: “a ABL tem por fim a cultura da língua nacional. Isso significa que a língua deve ser cultivada na sua variedade padrão ou exemplar, tomando como modelo sua expressão literária.”

15 Acerca das categorias dos exemplos, cf. “Exemplo: categorizações e procedimentos”, Costa e Medeiros, 2024.

Imagem 3: Fragmentos de exemplos do verbete aporofobia

“O Ministério do Interior espanhol inclui a **aporofobia** como um dos crimes de ódio: em 2016, registrou 10 denúncias por essa causa; em 2017, foram 11.”¹

**Fonte: retirado da página Aporofobia da seção
Novas Palavras - ABL (2024).**

No caso de aporofobia, é interessante observar que, apesar de a definição (cf. imagem 2) se referir à repúdio e hostilidade, não há menção criminológica. Entretanto, ao nos debruçarmos sobre a rede de exemplos, o fato de constituir crime se apresenta no primeiro exemplo, como se pode ler acima (Imagem 3). Em outro exemplo vemos que “é uma doença social que existe em todo o mundo e a primeira providência a se tomar para combatê-la é reconhecê-la e trabalhar para desativar este fenômeno”. Crime e doença são dois dos significantes que ecoam dos exemplos. Além disso, estes, após o termo aporofobia negrito, incluem a definição em orações adjetivas explicativas – “(...) **apoforobia**, que se expressa contra aqueles em posição social de desvantagem”, “(...) **apoforobia**, que é a rejeição ou a hostilidade a alguém por sua condição de pobreza.” — ou em sintagma definatório em relação de sinonímia — “**aporofobia** ou rejeição aos pobres” (negritos em Aporofobia, Novas palavras). Em suma, os exemplos definem, explicam, inscrevem tais gestos como crime de ódio e trazem as referências. No caso de aporofobia há a presença de dois periódicos de universidades federais, dois textos jornalísticos (*El País* e *Rede Brasil*) e um texto retirado da Câmara dos Deputados.

A seleção promovida pelo recorte de discursividades nos permite uma amplitude das discussões sobre as temáticas decorrentes de cada verbete. No caso de aporofobia, observamos uma outra seção que não se faz presente nos dois outros verbetes em foco: informações complementares.

Imagem 4: Fragmento “informações complementares” do verbete aporofobia

Informações complementares:

O neologismo **aporofobia** foi criado pela filósofa espanhola Adela Cortina, professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência e membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas. O termo – eleito a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente (Fundéu BBVA) – foi usado em vários dos seus artigos jornalísticos e em livros em que ela adverte sobre o fato de que se empregam palavras como “xenofobia” ou “racismo” para classificar o rechaço a imigrantes ou refugiados, quando na verdade essa aversão não advém da condição de estrangeiros e sim da situação de pobreza em que eles se encontram. O verbete **aporofobia** já consta da versão on-line do *Diccionario de la lengua española*, da Real Academia Española.

Fonte: retirado da página Aporofobia da seção Novas Palavras - ABL (2024).

A partir dessa seção, temos acesso a uma explicação resumida sobre a formação do léxico em pauta. O termo aporofobia teve sua origem a partir da filósofa espanhola Adela Cortina, e, na Espanha, foi a Real Academia Espanhola que cunhou o termo, em seu dicionário. No caso, nas informações somos expostos à necessidade de uma precisão de termo que se diferencie de outros, como xenofobia ou racismo. A premência diante de aporofobia se fez diante da situação de pobreza do outro. Uma observação: grande parte dos verbetes do “Novas Palavras” advém de dicionários estrangeiros de repercussão, como foi também o caso de trabalhador essencial que se encontrava no *Oxford English Dictionary* (Esteves, Perini, Medeiros, 2021). Trata-se de um movimento em que a inscrição já se faz em línguas outras, ou ainda, em que os verbetes já se encontram legitimados em instrumentos linguísticos estrangeiros de repercussão. Ainda sobre este verbete, importa destacar que circula em texto legislativo, como pode ser observado a seguir:¹⁶

¹⁶ Em relação à aporofobia, algumas das observações que constam deste artigo, como esta relativa ao texto legislativo, fizeram parte da apresentação de Barros (2022)

Imagem 5: Recorte de texto legislativo atualizado em 2021, que traz a referência à ABL

A CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

DECRETA:

Art. 1º Fica incluída no § 10. do art. 6º da Lei nº 5.146, de 7 de janeiro de 2010, a seguinte data:

Dia Municipal de Combate à Aporofobia, a ser realizado anualmente em 4 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Teotônio Vilela, 14 de dezembro de 2021.

JUSTIFICATIVA

Do grego á-poros, “pobre, desamparado, sem recursos”, acrescido de fobia, aporofobia significa repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos. Segundo publicação da Academia Brasileira de Letras, o neologismo “aporofobia” foi criado pela filósofa espanhola Adela Cortina, membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas. O termo foi eleito a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente. Foi usado em artigos jornalísticos e em livros para advertir sobre o fato de que se empregam palavras como “xenofobia” ou “racismo” para classificar o rechaço a imigrantes ou refugiados, quando na verdade essa aversão não advém da condição de estrangeiros, e sim da situação de pobreza em que se encontram.

Num Brasil mais pobre, que voltou a integrar o triste Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas, observa-se o recrudescimento de uma inacreditável hostilidade de alguns contra pessoas em situação de pobreza ou miséria. Este sentimento e as ações dele decorrentes merecem a vigilância da sociedade, razão pela qual considero importante assinalar uma data de conscientização e combate, que proponho ser o Dia de São Francisco de Assis, 4 de outubro.

Fonte: fragmento do texto da Câmara dos deputados (2024)

O verbete aporofobia foi o primeiro a ser lançado pelo projeto “Novas Palavras”, ainda em outubro de 2020. O que se observa é que o texto legislativo cita o Novas Palavras:

Do grego á-poros, “pobre, desamparado, sem recursos”, acrescido de fobia, aporofobia significa repúdio, aversão ou desprezo pelos pobres ou desfavorecidos. Segundo publicação da Academia Brasileira de Letras, o neologismo “aporofobia” foi criado pela filósofa espanhola Adela Cortina, membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas. O termo foi eleito a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente. Foi usado em artigos jornalísticos e em livros para advertir sobre o fato de que se empregam palavras como “xenofobia” ou “racismo” para classificar o rechaço a imigrantes ou refugiados, quando na verdade essa aversão não advém da condição de estrangeiros, e sim da situação de pobreza em que se encontram. (fragmento do texto da Câmara dos deputados, cf. imagem 5).

E nele se apoia para propor o combate a aporofobia: “Num Brasil mais pobre, que voltou a integrar o triste Mapa da Fome da” Organização das Nações Unidas, observa-se o recrudescimento de uma inacreditável hostilidade de alguns contra pessoas em situação de pobreza ou miséria” (cf. imagem 5). Noutras palavras,

o que se observa é a chancela da instituição da Academia dando legitimidade ao termo que ainda não se encontra em dicionários canônicos como o Houaiss. É a institucionalização via Novas Palavras que também ratifica usos como o presente na ementa legislativa.

O primeiro exemplo de afrofuturismo acena para a criação do termo também de ordem aural. Trata-se de um termo cunhado nos anos 90 do século passado por um escritor e crítico cultural norte-americano: Mark Dery.

Imagem 6: Fragmento de exemplo do verbete afrofuturismo

"Em 1994 Mark Dery cunhou o termo **afrofuturismo** a partir de uma análise da cena cultural-literária dos Estados Unidos com base em entrevistas que o crítico fez com três artistas e intelectuais negros, Greg Tate, Tricia Rose e Samuel R. Delany, em que se questiona a ausência de autores afro-americanos na ficção científica. O termo busca descrever as criações artísticas que, por meio da ficção científica, inventam outros futuros para as populações negras. Embora a origem do **afrofuturismo** se situe no campo da produção literária, a mencionada entrevista, em que Dery aponta também para a produção literária de escritores como Samuel R. Delany e Octavia Butler, acabou estendendo o movimento também ao campo do cinema, da fotografia e das artes visuais, bem como ao campo musical."¹

Fonte: retirado da página Afrofuturismo da seção Novas Palavras - ABL (2024).

Os exemplos de afroturismo advém de autores e revistas especializadas e abalizadas sobre arte e cultura e acenam para a abrangência de tal conceito em seu movimento de captura de produções várias e campos diversos advindos de autoria de base afro, como se pode ler em outro exemplo: “O afrofuturismo surge como um movimento social e uma reação política de artistas negros. Ele, basicamente, traz a perspectiva negra (...)”. Com afrofuturismo expõe-se o vigor de uma produção intelectual abrangente que coloca em foco pensamentos e propostas advindos de pensadoras/es negras/os.

Por fim, os exemplos de agrofloresta advém de matérias jornalísticas assinadas, como o primeiro exposto a seguir, de material produzido em congresso específico de Gestão Ambiental, de Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Ou seja, tal como os anteriores, são materiais tanto de autoria

abalizada quanto de órgãos específicos e considerados ao que está posto em cena.

Imagem 7: Fragmento de exemplo do verbete agrofloresta

“Na **agrofloresta**, os insumos dão lugar aos processos de produção e manejo, e a monocultura abre espaço para a policultura e para a biodiversidade. Justamente o que faz com que sistemas regenerativos sejam mais rentáveis é o aumento da diversidade e o consórcio com plantas perenes, reduzindo drasticamente o manejo intensivo do solo e o uso de insumos químicos.”¹

Fonte: retirado da página Agrofloresta da seção Novas Palavras - ABL (2024).

Se em aporofobia os exemplos definem e colocam tal atitude na ordem do crime, se com afrofuturismo os exemplos exibem o alargamento de um movimento estético, cultural e político, com agrofloresta os exemplos exibem as consequências de uma mudança no tratamento da terra. As construções como “dão lugar a”, “abre espaço”, “faz com que (...) sejam regenerativos”, “Os benefícios” “melhora na qualidade”, entre outros, acenam para uma positividade na forma de tratamento do solo. E vão além, trabalham um não-dito inscrito a partir do confronto com outras formas de relação com a terra, qual seja, o de que tal sistema não seria produtivo ou rentável. Melhor expondo, a questão da produtividade e da rentabilidade atravessam os exemplos – “a monocultura abre espaço para a policultura e para biodiversidade. Justamente o que faz com que sistema regenerativos sejam mais rentáveis (...)” ou “Os sistemas agroflorestais ajudam a diminuir o desmatamento, otimizam o uso da terra e ajudam a diversificar a produção agrícola(...)” – e servem para assegurar à proposta de sustentabilidade da terra. Em poucas palavras, agrofloresta faz paráfrase com rentabilidade enunciando a sua possibilidade sem, no entanto, abrir mão, entre outros pontos fundamentais, da “conservação da biodiversidade”.

Por um ponto e vírgula

O projeto “Novas Palavras” se mostra, por certo, como um observatório da sociedade contemporânea brasileira e merece estudos acerca, por exemplo, de sua interdiscursividade¹⁷, do que desloca com suas redes parafrásticas, para o que acena a partir de suas posições e formações discursivas. Em trabalho apresentado recentemente, Medeiros (2024¹⁸) diferencia saberes subjugados de saberes que subjugam. O primeiro diz “respeito à desqualificação epistêmica do outro. É a desqualificação da potência de conhecimento do outro que está em jogo. Já, em contrapartida, com saberes que subjugam estão em jogo saberes em circulação em nossa sociedade que funcionam de forma a subjugar o outro.” (idem). Se tomarmos os três verbetes em foco, podemos dizer que aporofobia opera na chave da denúncia do que subjuga o outro, ao passo que afrofuturismo abre para outras formas de expressão e de conhecimento da potência de saberes antes subjugados por um racismo estruturante da sociedade. Quanto à agrofloresta, uma tensão parece se colocar para estudos posteriores. Por um lado, com agrofloresta se inscreve uma possibilidade de tratamento do solo que opere com a diversidade e com o não desgaste do solo. Por outro lado, há algo a se refletir, mas primeiramente, voltemos aos exemplos e vejamos o quarto de agrofloresta:

17 Interdiscurso é compreendido como memória do dizer, como o que sustenta os efeitos de sentido que se inscrevem na formulação dos dizeres.

18 Medeiros, Vanise. Texto “Arquivo das margens: saberes subalternos e saberes subalternizados” apresentado no IV Arquivos de Língua (UFF, 2024)

Imagem 8: Fragmento de exemplo do verbete agrofloresta

“Seu Joaquim Carlos Barbosa é produtor rural na comunidade do Xadá, que fica dentro da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu. Nesta quarta-feira (21), ele e outros produtores rurais da região receberam a visita da equipe do Territórios Sustentáveis (TS) e participaram de uma oficina prática do Projeto de Sistemas Agroflorestais (Prosaf), ministrada pela gerente do Ideflor-Bio, Keylah Borges. ‘Nós estamos trabalhando a recomposição florestal de uma área que estava degradada e eles estão aprendendo a plantar de maneira correta o cacau, a banana, o açaí, a mandioca e o feijão. Para montar uma **agrofloresta** comercial que renda e que contribua com o meio ambiente’, explica Keylah.”⁴

Fonte: retirado da página Aporofobia, da seção Novas Palavras – ABL (2024).

Estamos aí diante de um fragmento que coloca em cena um produtor rural da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu e da fala de uma gerente da Ideflorbio: “Nós estamos trabalhando a recomposição florestal de uma área que estava degradada e eles estão aprendendo a plantar de maneira correta o cacau, a banana, o açaí, a mandioca e o feijão. Para montar uma **agrofloresta** comercial que renda e que contribua com o meio ambiente”. (negrito do verbete). “Nós estamos trabalhando....”, “Eles estão aprendendo”, “montar uma agrofloresta comercial” são três fragmentos que enunciam um lugar de saber e outro de não saber, de aprender. Paramos um pouco aqui para ouvir a voz do quilombola Antonio Bispo dos Santos:

Ecologia é uma palavra utilizada pelos acadêmicos. No quilombo, não existe ecologia, existe a roça de quilombo, a roça de aldeia, a roça de ribeirão, a roça de marisqueiro, a roça de pescador, a roça de quebradeira de coco. Por que a academia usa a palavra *ecologia*, e não *agricultura quilombola*? Por que não usa *roça indígena*? As universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadoria e a agricultura quilombola não é mercadoria. Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria. (Bispo dos Santos, 2023, p. 100, *itálico do autor*).

A “agricultura quilombola não é mercadoria.” Eis a chave que diferencia saberes: poder tornar-se mercadoria: “Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria”. Daí a posição do produtor rural na

comunidade de Xauá: de silêncio e aprendizado. Daí a posição do gerente da Ideofloresta: de quem detém o saber. Estamos diante, mais uma vez de saberes subjugados pela força de uma formação discursiva da rentabilidade? E o que ocorre em outros verbetes deste vocabulário? Fica a proposta de prosa e de continuidade da reflexão que iniciamos aqui.

Referências

AFROFUTURISMO. In: NOVAS PALAVRAS. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/afrofuturismo>; Acesso em 20 de abril de 2024.

AGROFLORESTA. In: NOVAS PALAVRAS. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/agrofloresta>; Acesso em 20 de abril de 2024.

APOROFOBIA. In: NOVAS PALAVRAS. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>; Acesso em 20 de abril de 2024.

BARROS, Leatrice. “Novas Palavras”: língua e resistência no dicionário virtual da Academia Brasileira de Letras”. In: I Encontro Arquivos de língua jovens pesquisadoras/es: teorias em contato. 2022, Juiz de Fora.

BISPO DOS SANTOS, Antonio. *A terra dá, a terra quer*. SP: UBU editora, 2023.

COSTA, Thais de Araújo; MEDEIROS, Vanise. “Exemplo: categorizações e procedimentos”. In: MEDEIROS, et.all *Na movência dos conceitos* — Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

ESTEVES, Phellipe Marcel; MEDEIROS, Vanise. O presente dura muito tempo. In. SOUZA, Lucília Abrahão e; GARCIA, Dantielli (orgs.) *Ler Althusser Hoje*, São Paulo: ed. da UFSCAR, 2017.

ESTEVES, Phellipe; PERINI, Rudá; MEDEIROS, Vanise. Notas sobre o verbete trabalhador essencial: língua, pandemia, luta de classes. *PETRI, V. et al. Ditos e não-ditos: discursos na, da e sobre a pandemia. Campinas: Pontes Editores, 2021.*

GADET, Françoise; Pêcheux, Michel. *Língua inatingível*, Campinas: Pontes, 2004.

LEAL, Maria do Socorro Pereira. Às voltas com a palavra. In: SOARES, Alexandre S. Ferrari; MARIANI, Bethania; DELA SILVA; Silmara; MEDEIROS, Vanise. *Discurso, resistência e...*, Cascavel: EDUNIOESTE, 2015.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. “História das Ideias Linguísticas do e no Brasil”. In: Windle, Joel Austin; Savedra, Mônica Maria Guimarães (orgs.) *História, Política e Contato Linguístico*, Niterói: EDUFF. 2023. *Coleção Estudos de Linguagem*.

MEDEIROS, Vanise. A retórica da mediação: dois momentos. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 19, p. 355-371, 2019.

MEDEIROS, Vanise; D’OLIVO, Fernanda; MAGALHÃES, Carolina. “Exemplos em instrumentos linguísticos de ensino de línguas para refugiados e imigrantes”. In: MEDEIROS, et.all *Na movência dos conceitos* – Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPERP, 2006.

NUNES, José Horta. “Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas”, *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes Editores, 2001.

PALHA, Milena; “Exemplos como espaço modelar”. In: MEDEIROS, et.all *Na movência dos conceitos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024

PETRI, Verli; VENTURINI, Maria Cleci; RASIA, Gesualda. “Definição”. In: MEDEIROS, et.all *Na movência dos conceitos*. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

PFEIFFER, Claudia Regina Castellanos; COSTA, Thaís de Araujo da; MEDEIROS, Vanise Gomes de. Said Ali na história das ideias linguísticas no/do Brasil. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 143–151, 2022. DOI: 10.20396/lil.v25i49.8670264. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/lil/article/view/8670264>. RIO DE JANEIRO (Município). Projeto de Lei que inclui o Dia Municipal de Combate à Aporofobia no Calendário Oficial da Cidade consolidado pela Lei nº 5.146, de 2010. Autoria: Vereador Paulo Pinheiro, Vereadora Thais Ferreira, Vereador Reimont, Vereador Dr. Carlos Eduardo, Vereador Chico Alencar, Vereadora Teresa Bergher, Vereadora Rosa Fernandes. Plenário Teotônio Vilela, 14 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro2124.nsf/ae1f60408ad85f440325863200569356/6b22f9818e29c9fe032587ab0056cdcc?OpenDocument>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

ZOPPI-FONTANA, Monica; GONÇALVES, Jael. O direito como instrumento de políticas linguísticas no espaço de enunciação brasileiro: questões para a Análise materialista de Discurso. *Linguagem & ensino*, vol. 24, no. 3, 2021.

Ensaio sobre deslocamentos produzidos pela passagem do “gesto de leitura” à elaboração de um instrumento linguístico*

Verli Petri**

Resumo

Este texto apresenta reflexões, de cunho ensaístico, num esforço de retomada dos trabalhos de análise produzidos nos últimos 10 anos tendo como objeto de estudo diferentes “instrumentos linguísticos” (Auroux, 1992), estabelecendo relações com um trabalho recente de elaboração coletiva de um “Vocabulário” temático, produzido durante o período pandêmico, especialmente entre março de 2021 e maio de 2023. Trata-se da elaboração do *Vocabulário da Pandemia do Novo Coronavírus* que envolveu 26 pesquisadores, filiados a 10 IES brasileiras, e que está publicado no site da UFSM, junto ao Observatório de Informações em Saúde, possibilitando a visibilidade do trabalho de linguistas e analistas de discurso no lugar institucional, tradicionalmente, ocupado por pesquisadores de outras áreas. Os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso em suas relações com a História das Ideias Linguísticas nortearam nossas pesquisas e viabilizaram a elaboração de 80 verbetes, via “autoria compartilhada” (Biazus, 2019), o que já pode ser conferido também em publicação de livro impresso com o mesmo título, pela Editora Pedro & João (com financiamento do Edital Universal – CNPq). A reflexão que propomos toca de perto os processos de produção de sentidos sobre as palavras e sobre as práticas sociais em um tempo vivido, sofrido e experimentados, indo além de nossas leituras e análises sobre os “instrumentos linguísticos” disponíveis e propondo “sugestões de definição” (Dotoli, 2012) com a produção de um “artefato de leitura” (Winner, 2017) que contribui com a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos por sujeitos em tempos pandêmicos e pós-pandêmicos.

Palavras-chave: instrumentos linguísticos; vocabulário; Análise de Discurso; História das Ideias Linguísticas; História da Palavra.

* Uma primeira versão deste texto foi apresentada em mesa-redonda no evento anual do Grupo de Arquivos da Língua – GAL (UFF), em abril de 2024.

** Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Letras (UFSM). Professora Titular do Departamento de Letras Vernáculas e docente permanente do Programa da Pós-Graduação em Letras da UFSM. Pesquisadora do Centro de Documentação e Memória da UFSM, em Silveira Martins; coordenadora do Grupo de Estudos Pallind e do Laboratório Corpus. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3132-3438>.

Essay on displacements produced by the transition from the “reading gesture” to the elaboration of a linguistic instrument

Abstract

This text presents reflections, of an essayistic nature, in an effort to resume the analysis works produced in the last 10 years, having as object of study different “linguistic instruments” (Auroux, 1992), establishing relations with a recent work of collective elaboration of a thematic “Vocabulary”, produced during the pandemic period, especially between March 2021 and May 2023. This is the elaboration of the *New Coronavirus Pandemic Vocabulary*, which involved 26 researchers, affiliated with 10 Brazilian HEIs, and which is published on the UFSM website, together with the Health Information Observatory, enabling the visibility of the work of linguists and discourse analysts in the institutional place traditionally occupied by researchers from other areas. The theoretical and methodological principles of Discourse Analysis in its relations with the History of Linguistic Ideas guided our research and enabled the elaboration of 80 entries, via “shared authorship” (Biazus, 2019), which can already be seen in a publication of printed book with the same title, by Editora Pedro & João (funded by Edict Universal – CNPq). The reflection that we propose touches closely the processes of production of meanings about words and about social practices in a lived, suffered and experienced time, going beyond our readings and analyzes on the “linguistic instruments” available and proposing “suggestions for definition” (Dotoli, 2012) with the production of a “reading artifact” (Winner, 2017) that contributes to the understanding of the effects of meanings produced by subjects in pandemic and post-pandemic times.

Keywords: linguistic instruments; vocabulary; Discourse Analysis; History of Linguistic Ideas; Word History.

Recebido em: 14/05/2024 / Aceito: 08/10/2024

Um breve preâmbulo: sobre o ensaiar

Para começar, faz-se necessário, ainda que rapidamente, dizer um pouco de como estou entendendo a arte de ensaiar. Para mim, é correr o risco que o texto do ensaio engendra, aceitar o desafio de publicar uma elaboração que ainda não está finalizada e, talvez, retomá-la mais adiante num outro momento da reflexão.

A decisão pelo formato de um texto na maioria das vezes ocorre antes do início da escrita, mas tanto pode se dar antes do seu início quanto durante seu desenvolvimento, quando o ensaísta se dá conta que ainda não tem um artigo em sua forma definitiva, mas que as ideias já têm consistência para serem colocadas em discussão com os pares. A produção do conhecimento se dá na interlocução, seja com os textos/autores lidos, seja com os leitores numa sujeito-autor e sujeito-leitor (Orlandi, 2001).

“O ensaísta é antes de tudo experimentador” (Meneghetti, 2011, p. 330), tal posição-sujeito coloca-se numa relação amistosa com a de analista de discurso em sua forma sempre incompleta de ser sujeito que toma posição e problematiza questões do seu tempo, práticas sociais e discursivas que fazem de um dado grupo social o que ele é.

Introdução

Neste ensaio, tento mostrar um pouco dos deslocamentos que se produzem na passagem do “gesto de leitura” – tal como o concebe Eni Orlandi – que temos desenvolvido nos últimos 10 anos de pesquisa em História das Ideias Linguísticas; em relação de contraponto com a experiência de elaboração de um

instrumento linguístico de modo coletivo e compartilhado, o *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*¹. São diferentes posições-sujeito assumidas e delas resultam diferentes produções acadêmicas, mas é no contraponto entre o movimento de ler e o movimento de escrever que nos colocamos neste momento, compartilhando nossas inquietações e nossas primeiras reflexões sobre processos ainda em curso e em (dis)curso (Venturini, 2022, p. 9). Os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso em suas relações com a História das Ideias Linguísticas nortearam nossas pesquisas e viabilizaram a elaboração de 80 verbetes, via “autoria compartilhada” (Biazus, 2019).

Essa reflexão tenta dar conta de pelo menos dois momentos da minha produção acadêmica entrelaçando gesto de leitura e gesto de interpretação, considerando os processos de subjetivação do sujeito dotado de inconsciente que toma posição ao ser interpelado ideologicamente, considerando que há uma tomada de posição-sujeito para a produção do conhecimento². O caminho que seguiria uma cronologia dada seria o mais usual, mas as práticas sociais e discursivas do tempo presente mostram-se como urgência e por isso se atravessam em um primeiro movimento de elaboração deste ensaio, o que será seguido do retorno ao que já produzi em outros momentos. Certamente os movimentos 1 e 2 não serão estanques, haverá entrelaçamentos, muito embora seja possível identificar o que é da ordem do tempo vivido, experimentado e já com um certo distanciamento, em detrimento do momento experienciado no tempo presente, nesse pós-pandemia que nos encontra com mais perguntas do que respostas.

1 “O Vocabulário da pandemia do novo coronavírus” é um projeto coordenado por Verli Petri, no interior do PALLIND (Grupo de Estudos Palavra, Língua e Discurso), da UFSM. Recentemente, o e-book “Vocabulário da pandemia do novo coronavírus” foi lançado pela Pedro & João Editores.

2 Cf. Petri e Silva, 2016.

É o “ensaaiar” que me é possível, é o desejo de especular, “ruminar” (Fenoglio, 2013). Desejo de partilhar esse momento com meus pares. Neste ensaio deve caber meu esforço em abordar dois lados da mesma questão, se acaso parecer incompleto pode-se debitar isso na conta da pandemia, da pós-pandemia e de tudo o que dela decorre na constituição do sujeito e dos sentidos.

Por um lado, exploro as possibilidades de deslocamentos que tenho tentado produzir para ler e analisar as diferentes materialidades na última década, analisando materialidades discursivas que dizem da e sobre a palavra; já o outro lado deste ensaio tem a ver com a tomada de posição-sujeito que se propõe a elaborar coletivamente e de modo compartilhado o *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, em tempos pandêmicos.

Especulando questões teóricas

Fui interpelada a começar minha reflexão explorando a noção de “gesto”. Tantas vezes trazemos à baila esta noção presente na obra de Pêcheux e de Orlandi, enquanto gestos inaugurais na França e no Brasil, mas nem sempre nos detemos em refletir sobre o que essa noção engendra. Seguindo o escopo destes autores, proponho explorar um pouco o gesto de leitura e o gesto de interpretação. É preciso tomar o gesto de leitura como movimento que produz “novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso” (Orlandi, 1999, p. 82). O gesto de interpretação, por sua vez, tem a ver com o sujeito pois, segundo Orlandi (1996, p. 64), o sujeito que fala/escreve dá sentidos, constrói “sítios de significância”, delimita domínios, tornando possível tal gesto. A partir desta premissa, Orlandi nos ensina que o sentido sempre pode ser outro, mas

não pode ser qualquer um. Em outro momento de elaboração, a autora retoma dizendo que o gesto de interpretação se liga “aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos [...]” (Orlandi, 1999, p. 60).

Refletir sobre os processos de identificação dos sujeitos também é um desafio para mim, tomando por base as modalidades de identificação plena, contra-identificação e desidentificação propostas por Pêcheux ([1975] 1995), modalidades retomadas por ele mesmo em publicações posteriores. Já no Anexo 3, intitulado “Só a causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, Pêcheux explicita que a identificação plena do sujeito seria uma ilusão constitutiva, considerando em sua retificação que não se pode levar “exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência” ([1975] 1995, p. 299). Também em *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux afirma que “não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma ‘infelicidade’” [...] (Pêcheux, [1988] 1997, p. 56). Estas reflexões de Pêcheux colocam a contradição como noção fundamental para se compreender as tomadas de posição do sujeito que produz discurso. Com isso, compreendo também que ao mesmo tempo que ao ser interpelado ideologicamente e atravessado pelo inconsciente o sujeito presentifica saberes para produzir discurso, o sujeito constituído pela contradição não se desvencilha dos saberes que lhe eram constitutivos até a ruptura com uma dada formação discursiva |(FD), pois ao se desidentificar com a FD dominante, não se apaga a memória discursiva que o constitui e ela fica reverberando (promovendo o acontecimento enunciativo, conforme propõe Indursky, 2008), e isso produz sentidos.

Já no tocante à “apropriação subjetiva dos conhecimentos” de que trata Pêcheux ([1975] 1995, p. 222-223), a desidentificação pode não se realizar totalmente, realizando-se de maneira diferente “em função da natureza das formações discursivas que servem de ‘matéria-prima’ a esse efeito” (p. 223). É sobre esta apropriação do conhecimento que estamos pensando, pois para produzir os verbetes, que compõe o *Vocabulário*, foi a apropriação de saberes outros que nos respaldou para compreensão e elaboração das sugestões de definição, tal como podem ser lidas atualmente. Há todo um processo dando sustentação para uma textualidade que se apresenta como um produto, algo já-dado. Orlandi (1996, p. 85) colabora com essa reflexão quando propõe que o analista de discurso “não se inscreva em uma formação discursiva mas entre em uma relação crítica com o conjunto complexo das formações”. Tal “relação crítica” produz efeitos na tomada de posição do sujeito analista de discurso, posto que ele é interpelado a tomar mais ou menos consciência da relação que tem com as formações ideológicas que o constituem. Ele precisa estar mais ou menos “alerta” e não sucumbir às generalizações, às evidências e aos pré-conceitos tão presentes no cotidiano do sujeito em sociedade. Trata-se de um sujeito sempre “dividido” (Courtine, 2006) que toma posição para produzir o conhecimento, em nosso caso específico isso se dá nas análises empreendidas, mas também na escrita compartilhada de verbetes para um *Vocabulário* temático tão específico como o da pandemia do novo coronavírus.

Nosso ponto de partida foram os estudos sobre a palavra em “instrumentos linguísticos” (Auroux, 1992), especialmente no dicionário, da perspectiva discursiva (Nunes, 2006), produzidos na França e no Brasil, eles deram sustentação

às nossas pesquisas e também possibilitaram a produção do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*³. É sobre isso também que me debruço neste ensaio, sobre os efeitos da produção do conhecimento, dos gestos de leitura e de interpretação na elaboração de um instrumento linguístico tão específico. Certamente caberiam outras questões a problematizar, nos termos de Mara Glozmann *et al.* (2014), perguntando: como podemos compreender os processos de identificação, as inscrições dos sujeitos pesquisadores que produzem gestos de leitura e gestos de interpretação? Como a contradição intervém em cada modalidade de subjetivação dos sujeitos que se inscrevem no movimento entre a prática política e a prática científica? Mas isso ficará para um outro momento da pesquisa...

Ainda sobre a noção de gesto, temos na obra *Argumentação e Análise de Discurso*, publicada em 2023, que Orlandi se propõe “a ampliar a noção de gesto de Pêcheux”, indicando que podemos ver no “argumento, um gesto, o de apontar em certa direção de sentido” (p. 61). Nesta mesma página, a autora apresenta uma nota de rodapé dizendo como compreende o “gesto” nesta reflexão sobre argumentação, tomando-o então como “um gesto de interpretação que como o considero intervém no real do sentido. Intervenção é bem a palavra” (Orlandi, 2003, p. 61). Não pretendo aqui discutir a questão do real do sentido, mas propor uma reflexão sobre gesto enquanto intervenção. Estou muito tocada pela leitura deste último livro de Orlandi. Ele tem contribuído para minhas reflexões acerca dos modos de ler e de intervir em práticas discursivas e sociais.

³ Para abreviar o título usei também apenas a designação *Vocabulário*.

No contraponto entre o ler e analisar instrumentos linguísticos e a elaboração coletiva e compartilhada de um *Vocabulário* da pandemia nos movimentamos enquanto sujeitos do discurso, enfrentamos o confronto ideológico que nos constitui, formulando “sugestões de definições” (Dotoli; Boccuzzi, 2012). De fato, o processo de elaboração do *Vocabulário* nos colocou em relação de alteridade com o outro e com os outros, pois estivemos expostos ao confronto de interpretações possíveis, nas palavras de Orlandi (2023, p. 61): “Disputa de sentidos. Deslocamento”. E foi muito difícil, construiu-se um movimento coletivo que tomava posição no entremeio da prática política e da prática científica. Isso pode ser conferido nas reflexões produzidas durante a elaboração do *Vocabulário* e depois de sua finalização⁴.

Em meu texto de 2013⁵, conhecido por representar um esforço em descrever o movimento pendular tão característico da Análise de Discurso, trabalho com a ideia de “instalação” (Petri, 2013, p.45-47), fazendo um deslocamento da área das artes plásticas e visuais. Ao dizer instalação de um dispositivo teórico e analítico me refiro lá à maneira de ler dos analistas de discurso, sempre tão singular, jogando uma luz nova sobre o objeto em estudo. E ao dizer instalação estou me remetendo ao “gesto de leitura” na concepção de Orlandi, aqui mencionada. Já, hoje, quando trago de Orlandi a ideia de “intervenção” para tentar dar conta da noção de “gesto de interpretação”, me desafio a dar espaço para a tomada de posição-sujeito diante de um discurso a ler, mais do que isso de um discurso que nos interpela à elaboração, à textualização/re-textualização, à linearização de dizeres dispersos em tempos pandêmicos, quando a disputa de sentidos é acirrada. Pode-se pensar, então, em intervenção?

4 Muitas delas comparecem nas referências bibliográficas deste ensaio.

5 Cf. também Petri (2023), reflexão atualizada sobre esta produção de 2013.

Do gesto de leitura à elaboração de um instrumento linguístico

O grupo de 26 pesquisadores que se dedicou a trabalhar na construção do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*⁶, tomou uma posição política e científica, caminhou na direção desta “intervenção” de que nos fala Orlandi, em 2023. Dizer gesto é remeter à forma material, a um movimento de um corpo que é matéria e é reconhecido pelo simbólico que se abre para a polissemia na interlocução, produzindo efeitos de sentido. Insisto na tese pecheuxiana de que “o sentido sempre pode ser outro”, mas não pode ser qualquer um. Foi necessário manter uma direção ideologicamente comprometida com o “social” (Scherer; Petri, 2012), trabalhando no espaço da ilusão de poder controlar os sentidos sobre o que se diz e não se diz nos verbetes do *Vocabulário*, um desafio imenso.

A reflexão que propomos toca de perto os processos de produção de sentidos sobre as palavras e sobre as práticas sociais em um tempo vivido, sofrido e experimentado, indo além de nossas leituras e análises sobre os “instrumentos linguísticos” disponíveis e propondo “sugestões de definição” (Dotoli; Boccuzzi, 2012) com a produção de um “artefato de leitura” (Winner, 2017) que contribui com a compreensão dos efeitos de sentidos produzidos por sujeitos em tempos pandêmicos. No caso da elaboração do *Vocabulário*, isso se apresentou de modo contundente: diante dos confrontos ideológicos, das possibilidades de sentidos, foi necessário “apontar em certa direção” em detrimento de outras possíveis. Aí reside a tomada

6 Reporto aqui algumas produções que já discutem os resultados do trabalho de elaboração deste instrumento linguístico: Petri (2020), Petri *et al.* (2021), Petri (2021), Ribeiro e Petri (2022), entre outros.

de posição-sujeito como aquele gesto que deu voz à ciência, que confrontou as falsas proposições da extrema direita no Brasil. Trata-se do sujeito linguista, analista de discurso e estudioso da História das Ideias Linguísticas que marca posição no espaço destinado à área da saúde e da estatística na Universidade. A intervenção produziu um “furo” na estrutura, instituindo-se como lugar de dizer dos estudiosos da linguagem. Sim, os estudiosos da linguagem também produzem gestos, fazem intervenção na realidade social que se apresenta na pandemia. Estou referindo uma prática da qual fiz parte, mas aconteceram outras⁷ e isso aponta para uma prática política e científica de tipo novo.

Pelo desejo de abrir outras frentes de trabalho

Talvez toda essa reflexão possa colaborar para pensarmos juntos no que norteia nossas práticas analíticas quando nos deparamos com um arquivo a ler, quando a Análise de Discurso (desde a década de 1980) e, mais recentemente, a História das Ideias Linguísticas vão registrando marcas que diferenciam França e Brasil, temos as nossas especificidades do lado de cá do Atlântico. Fizemos AD e HIL, mas não é a mesma coisa que se faz no continente europeu. O gesto produzido aqui é resultante de uma tomada de posição-sujeito diferente, pois não adotamos a perspectiva do europeu (de herança colonizadora), muito embora suas influências sejam fortes e ainda muito presentes. Nossa perspectiva brasileira já se firmou e representa uma grande parcela da produção do conhecimento nestas áreas no mundo.

Mas, retomando o que deveria ser a primeira parte desta exposição, trago à baila os gestos de leitura e de análise que

⁷ Cf. Baalbaki; Andrade (org.) (2020), por exemplo.

produzi nos anos que precederam a pandemia, explicitando o quanto estão ligados aos instrumentos linguísticos – num esforço em compreendê-los mais e melhor –, mais precisamente aos dicionários, aos glossários, aos vocabulários e às listas de palavras. Vou tentar exemplificar como isso se realiza na prática que tenho tentado desenvolver, pois destes trabalhos de leitura e análise foi se construindo — com meus orientandos e meus pares — um interesse crescente pela palavra, seu funcionamento e seus efeitos de sentidos.

Como tenho dito sou filiada, prioritariamente, à Análise de Discurso, e tenho sido uma estudiosa da História das Ideias Linguísticas. Poderia dizer que, mais especificamente, sou uma estudiosa dedicada à História das Palavras. Ao propor gestos de leitura foi imperioso promover deslocamentos, pois tradicionalmente a área que dá conta da história e da arqueologia da palavra é a Etimologia. A disputa de sentidos instala-se aqui também, produzindo “desentendimento”, pois não é possível tomar um nome ou uma locução em seu sentido literal. Um “desentendimento” muito produtivo no sentido de provocar deslocamentos e abrir mais um caminho na HIL. Os funcionamentos são muito diferentes e isso gera consequências no processo. Rancière nos ensina que:

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (Rancière, 1996, p. 11).

O desentendimento então se instala no dizer e quero problematizar isso, exemplificando com uma leitura que faço, propondo interpretações para a história da/das/de palavras. Baseada na ideia de que dizer história *de* ou *das* palavras na perspectiva de Dona Ângela (cf. exemplo 1) remete a alguns sentidos, dizer o mesmo conforme a publicação recente de Aldo Bizzocchi (cf. exemplo 2) é outra coisa, todas as duas são diferentes do que tenho proposto a partir da minha posição de analista de discurso filiada ao materialismo e estudiosa da História das Ideias Linguísticas.

Trago para a discussão as duas publicações intituladas História de e das Palavras, título do qual me apropriei de 2016 para cá, como modo de nomear e de designar o que tenho feito como gesto de leitura, como presença em meus projetos junto ao CNPq⁸ e como orientação de trabalhos de IC, mestrado e doutorado⁹. Os significantes são os mesmos, mas a posição-sujeito sendo outra os sentidos são outros...

Vejamos os dois exemplos.

Exemplo número 1

Em 1961, Dona Ângela Vaz Leão, falecida em 2024 com 101 anos, publicou o livro *História de Palavras*, teve uma edição comemorativa revista e aumentada em 2011, 50 anos depois. Nesse livro, a pesquisadora medievalista explicita a história de algumas palavras e expressões, levando mais ou menos em conta

⁸ *A surpreendente história das palavras que fazem do discurso político o que ele é no início do século XXI no Brasil* (2018-2021). Processo: 311475/2017-5. *A história das palavras e a dicionarização: ditos e não-ditos em tempos de pandemia no Brasil do século XXI* (2021-2024). Processo: 311342/2020-5. *A construção da história das palavras que fazem do discurso político o que ele é na segunda década do século XXI* (2024-2027). Processo: 310502/2023-3.

⁹ Ribeiro, 2024, Flores (2019) e Branco (2019), por exemplo.

a Etimologia, mas invariavelmente expandindo suas reflexões na direção do funcionamento e da produção dos sentidos, em seu dizer, as palavras “consideradas do ponto de vista da ideia significada ou dos sons significantes” (Leão, 1961, p. 9). Eu a descobri tardiamente e me apaixonei, é uma obra incrível, produzida na década de 1950, quando não se falava em Análise de Discurso tal como a conhecemos, que nos apresenta uma pesquisadora seriamente comprometida com os estudos da linguagem. Ela já tomava a língua em suas relações com a exterioridade que lhe é constitutiva. Deste livro, quero destacar o que ela nomeou como neologismo, em 1961, a palavra “conceituação”, o que em 2011 já estava dicionarizada em definitivo. Tão longeva, ela teve oportunidade de ver como a dicionarização se realiza através do tempo e como esta palavra fundamental para os cientistas ganha seu devido lugar nas práticas discursivas e sociais. Um dos caminhos acadêmicos trilhados por Dona Ângela me parece bastante profícuo, tanto trabalhou na análise linguística em suas relações com a exterioridade, quanto produziu verbetes reunidos no livro já mencionado. É uma inspiração!

Homenageio hoje mais uma vez Dona Ângela¹⁰, agora postumamente, para dizer que continuamos seu trabalho e estamos promovendo deslocamentos, estabelecendo relações entre a história das palavras e os funcionamentos que observamos no tempo presente, trabalhando com instrumentos linguísticos no que concerne à “língua imaginária” e com o que extrapola o espaço dos instrumentos linguísticos nos colocando diante dos saberes em movimento, o que concerne à “língua fluida” (Orlandi, 1999).

10 Já homenageada em texto publicado em 2018, na Revista *Conexão Letras*, cf. Petri, 2018.

Exemplo número 2

Recentemente me deparei com a publicação de um livro datado de 2023, intitulado *Uma breve história das palavras: da pré-história à era digital*, de autoria de Aldo Bizzocchi. Nesta obra, ele promete “Muito mais do que uma simples história das palavras, minha intenção é a de evidenciar a visão de mundo que norteia a aparição de novos termos e sua evolução nos idiomas cultos” (Bizzocchi, 2023, p. 11). Tal obra segue uma tendência evolucionista dos estudos etimológicos, fui busca-la para conhecer e reconhecer o que significa dizer história das palavras nesse espaço tradicionalmente reconhecido que é o da Etimologia. Na sequência, o autor afirma que a “etimologia é a ciência que estuda a história das palavras desde a sua origem, por vezes num passado distante e em língua outra que não a nossa, passando por todas as mudanças de forma e sentido que sofreram ao longo do tempo” (Bizzocchi, 2023, p. 24). A perspectiva deste autor se distancia bastante do que temos tentado fazer, muito embora possa trazer alguma contribuição no sentido de inventariar etimologicamente certos vocábulos.

Tenho nomeado o que faço como história de palavras e/ou história das palavras, promovendo deslocamentos em relação ao que está posto pelos autores que mencionei, pois ao tomar a teoria do discurso materialista não buscamos a origem da palavra, nem a pretensa completude de “todas as mudanças”, nem uma pretensa evolução do termo, seja na sua forma seja nos seus significados; do mesmo modo que não observamos o que “sofre” uma palavra em sua história, como se fosse um organismo vivo. Certamente há determinações, históricas, sociais e ideológicas que vão produzindo efeitos de sentidos outros, construindo a história da palavra que podemos inventariar e dar a conhecer.

Para finalizar...

Não quero me estender muito mais, pois o “ensaíar” apresenta reflexões e nichos para novas pesquisas, sem o objetivo de concluir ou fechar alguma questão. Então, já finalizando, é preciso dizer que da perspectiva discursiva, vamos tomar a palavra em sua forma material, investigando a história da dicionarização e de seus diferentes funcionamentos no decorrer da história. Uma palavra que tem história, talvez histórias no plural, mas que tem também um funcionamento no tempo presente. Foi assim que surgiu a ideia de elaboração de um *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*: se a palavra tem história, como ela significa no tempo presente sob o impacto de um grande acontecimento histórico que demanda discursivização? O *Vocabulário* tenta dar conta de uma parte desta discursivização...

Assim como Orlandi (2022), tomamos a palavra como aquela que conversa com outras palavras, nestas relações é que se constituem os sentidos. Importa dizer que nosso gesto de leitura não prescinde de nenhum instrumento linguístico que esteja disponível para consulta, sendo assim o dicionário etimológico também constitui nossos arquivos, contribuindo eventualmente com nossas pesquisas. E para a elaboração do *Vocabulário* foi fundamental reconhecer o que estava posto na história para tomar uma posição e discursivizar no tempo presente, propondo um gesto de interpretação que certamente poderia ser outro.

Referências

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

BAALBAKI, Ângela; ANDRADE, Luiz. (org.). *Discursos da Pandemia: entre dores e incertezas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

BIAZUS, C. B. *Dicionário compartilhado: um encontro entre escrita, análise de discurso e psicanálise*. Curitiba, PR: Appris, 2019.

BRANCO, N. L. *Instrumentalização da Língua Espanhola do Uruguai: um estudo discursivo do Diccionario del Español del Uruguay*. 2019. 191 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/22252>. Acesso em: 13 abr. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Paulo: Claraluz, 2006.

DOTOLI, G.; BOCCUZZI, C. *Définition et dictionnaire*. Paris: Hermann Éditeurs, 2012.

FENOGLIO, Irène. Manuscritos de linguistas e genética textual: quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplo através dos “papiers” de Benveniste. Tradução de Simone de Mello de Oliveira, Verli Petri da Silveira, Zélia Maria Viana Paim. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, *Série Cogitare*, v. 11, 2013. 70 p.

FLORES, Lucas Martins. *A militância na/da produção do conhecimento científico: uma análise discursiva do Dicionário da Educação do Campo*. 2019. 193 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20980>.
Acesso em: 13 abr. 2024.

GLOZMAN, Mara *et al.* Qué és un corpus? *Entramados y perspectivas*, v. 4, n. 4, pp. 35-64, 2014.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 9-33.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? Curitiba: *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, v. 15, n. 2, pp. 320-332, mar./abr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/>
Acesso em: 15 abr. 2024.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: Análise e história do século XVI ao XIX*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Argumentação e Análise de Discurso: conceitos e análises*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

ORLANDI, Eni P. Sobre metéfora, memória e significância: lendo Michel Pêcheux. In: VINHAS, Luciana; CAMPOS, Luciene; LARA, Renata M. *Trajetos equívocos: discurso, deslimite e resistência*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 25-46.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: formação e circulação do sentido*. Campinas/SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas/SP: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi *et al.* 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975]1995.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, [1988] 1997.

PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. *Revista Conexão Letras*, v. 13, n. 19, 2018, p. 48-58. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaolettras/article/viewFile/85032/49004>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PETRI, Verli. O trabalho do analista de discurso: das práticas sociais-analíticas às formulações. In: SOARES, Alexandre S. F.; GARCIA, Dantielli A.; VIEIRA, Norma C. *Tornar-se analista de discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023. p. 29-45.

PETRI, Verli *et al.* (org.). *Ditos e não-ditos: discursos da, na e sobre a pandemia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o “Vocabulário da Pandemia do Novo Coronavírus”: projeto em curso e discurso. In: PETRI, Verli *et al.* (org.). *Ditos e não-ditos: discursos da, na e sobre a pandemia*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PETRI, Verli *et al.* (org.). *Dicionários em análise: palavra, língua e discurso*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PETRI, Verli. Vocabulários. In: MEDEIROS, V. *et al.* *Almanaque de fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 287-291.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio as análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de discurso. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (org.). *Análise de Discurso em Perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria, Editora da UFSM, 2013.

PETRI, Verli. *Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos*. Santa Maria: PPGL Editores, 2010.

PETRI, Verli. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do gaúcho. *Letras*, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 227–243, jul./dez. 2008.

PETRI, Verli; SURDI, Marcia Ione; SEVERO, Robson. (org.). *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

PETRI, Verli; SILVA, Kelly F. G. Apontamentos sobre a produção do conhecimento e práticas científicas em escritos de Michel Pêcheux. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 1, n. 37, p. 9-27, 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao37/edicao37>. Acesso em: 16 abr. 2024.

SCHERER, Amanda; PETRI, Verli. O movimento disciplinar sobre os estudos do discurso, no contexto brasileiro, a partir dos anos 80. *Desenredo* (PPGL/UPF), v. 9, p. 81-93, 2013. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/3848>. Acesso em: 17 abr. 2024.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIBEIRO, Gabriela Gonçalves. *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus: uma proposta de análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentidos das palavras em tempos de emergência sanitária*. Orientadora: Profa. Dra. Verli Petri. Dissertação de mestrado em Letras. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Santa Maria. 127p. 2024.

RIBEIRO, Gabriela Gonçalves; PETRI, Verli. “Projeto vivências: produzindo sentidos na escola Paulo Freire”: Uma análise discursiva de verbetes que deram voz aos estudantes em processo de formação. *Revista Interfaces*. v. 14. n. 01 (2023), p. 15-25, 2022. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7463. Acesso em: 19 abr. 2024.

VENTURINI, Maria Cleci. Museus e memoriais em (dis) curso para além da história e do patrimônio. *Diálogos pertinentes*. Revista Científica de Letras, 2022, v. 18, n. 2, p. 8-21. Disponível em: <https://publicacoes.unifran.br/index.php/dialogospertinentes/article/view/3818>. Acesso em: 28 abr. 2024.

WINNER, Langdon. Artefatos têm política? Tradução de Debora Pazetto Ferreira & Luiz Henrique de Lacerda Abrahão. Rio de Janeiro: *Revista ANALYTICA*, v. 21, n. 2, 2017, p. 195-218. Original: WINNER, Langdon (1986) “Do Artifacts have Politics?” In: WINNER, Langdon (1986). *The Whale and the Reactor: A Search for Limits in an Age of High Technology*. Chicago: The University of Chicago Press, [1986] 2017. p. 19-39.

Obras analisadas

BIZZOCCHI, Aldo. *Uma breve história das palavras: da pré-história à era digital*. São Paulo: Edições 70, 2023.

LEÃO, Ângela Vaz. *História de palavras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1961.

LEÃO, Ângela Vaz. *História de palavras*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2011.

O Vocabulário da pandemia do novo coronavírus e o ressoar de sentidos pandêmicos em tempos sem pandemia

Heitor Pereira de Lima*

Maria Cleci Venturini**

Resumo

Neste artigo, a partir do movimento entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, objetivamos pensar no modo como no “depois da pandemia” (Dias, 2021) ressoam sentidos pandêmicos. Ou seja, partindo do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* nos importa compreender os sentidos que seguem ressoando e instaurando efeitos em nossas práticas, em nossas tomadas de posição-sujeito, constituindo-se como o “resto” – lacuna, vazio de explicação (Gagnebin, 2008) necessário à compreensão do indizível pela linguagem. Orlandi (2009, p. 9) nos ensina que “aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história”. Nessa orientação, assumimos o verbete “felicidade” para refletir sobre a palavra “felicidade”, enquanto esse dito que vira coisa no mundo e em tempos pandêmicos ganham outros contornos, mobilizam outros sentidos, mas só no pós-pandemia, ressoam sentidos pandêmicos pelo que fica como “resto” constitutivo da língua na história, significado no/pelo discurso e marcado na/pela palavra.

Palavras-chave: Vocabulário; pandemia; sentidos; ressoar de sentidos; discurso.

* Doutorando e Mestre em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pelo Programa de Pós-graduação em Letras, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos Palavra, Língua, Discurso (PALLIND), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). <https://orcid.org/0000-0002-3247-4847>.

**Doutorado em Letras pela UFSM (2008) e pós-doutorado na Universidade de Coimbra (2017). Docente da UNICENTRO e dos PPGs em Letras da UNICENTRO e da UFPR. Coordena a área de Linguística, Letras e Artes (Fundação Araucária/ PR). É coordenadora do GT de Análise de Discurso da ANPOLL e líder do Grupo de Pesquisa Interinstitucional UNICENTRO-UFPR “Estudos do Discurso: entrelaçamentos teóricos e epistemológicos – GPTD”. <https://orcid.org/0000-0002-5576-2745>.

Le *Vocabulaire de la pandémie du nouveau coronavirus* et la résonance de sens pandémiques en l'absence de pandémie

Résumé

Dans cet article, à partir du mouvement entre l'Analyse du Discours et l'Histoire des Idées Linguistiques, nous nous proposons de réfléchir à la manière dont « après-pandémie » (Dias, 2021), les sens de la pandémie résonnent. En d'autres termes, à partir du *Vocabulaire de la pandémie du nouveau coronavirus*, il est important pour nous de comprendre les sens qui continuent à résonner et à produire des effets dans nos pratiques, dans nos positions-sujets, se constituant comme le « reste » - l'écart, le vide d'explication (Gagnebin, 2008) nécessaire à la compréhension de l'indicible par le langage. Orlandi (2009, p. 9) nous enseigne que « ce qui est dit, une fois dit, devient une chose dans le monde : il prend de l'épaisseur, il entre dans l'histoire ». Dans cette optique, nous avons pris l'entrée « bonheur » pour réfléchir au mot « bonheur », tandis que ce dire qui devient une chose dans le monde et en temps de pandémie prend d'autres contours, mobilise d'autres sens, mais seulement dans l'après-pandémie, les sens pandémiques résonnent à travers ce qui reste comme le « reste » constitutif du langage dans l'histoire, signifiant dans/par le discours, marqué dans/par le mot.

Mots-clés: Vocabulaire; pandémie; sens; résonance des sens; discours.

Recebido em: 23/04/2024 / Aceito em: 08/10/2024

Falta de ar nos gemidos dos ais
A febre, seus fantasmas, seus terrores
Sem pressa, passo a passo, mais e mais
A besta avança pelos corredores
O médico caminha com cautela
Estuda as artimanhas do inimigo
A enfermeira brava vence o medo
Pouco lhe importa a extensão do perigo

O mundo está azaranza, ao Deus dará
O povo não se entrega é cabra-cega
É lá e cá sem lei, sem mais aviso
Só sei que é preciso acreditar

Fazemos todos parte desta história
Mesmo que os tontos blefem com a morte
Num jogo de verdades e mentiras
Um jogo duplo de azar e sorte

A ciência abre as suas asas
A esperança à frente como um guia
Com São João na reza, a pajelança
A intervenção de Xangô na magia

Neste canto aqui da poesia
Casa da fantasia e da razão
Abre-se a porta e entra um novo dia
Pela janela adentro um coração

A voz de um barco a bordo da alvorada
O sol da aurora secando o pulmão
Ano passado se eu morri na estrada
Vai que esse ano não morro mais não

É pra montar no lombo da toada
Desembarcar do trem da pandemia
É pra fazer da rima arredondada
O rompante final de uma alegria
Vamos em frente amigo, vamos embora
Vamos tomar aquela talagada
Vamos cantar que a vida é só agora
E se eu cantar amigo a vida é nada

(“Sob pressão”, Gilberto Gil e Ruy Guerra, 2020).

Primeiras palavras: “Falta de ar nos gemidos dos ais” em um passado ainda presente

Começamos este texto¹ com a letra da canção *Sob pressão*, interpretada pelos mestres Gilberto Gil e Chico Buarque, na ilusão de que o eufemismo poético de seus versos amenizem os nossos sentimentos de horror — ainda vivos — de um passado recente pelo qual ressoam sentidos pandêmicos em nossas práticas, comportamentos e no modo pelo qual nos relacionamos com o depois da pandemia (Dias, 2021). De fato, a pandemia do novo coronavírus nos tomou de assalto em março de 2020. Ela mexeu com nossas estruturas, encharcou “nossas” palavras, bagunçou nossos sentimentos... mais do que isso, cessou vidas...

No Brasil, num batimento entre a omissão e o fazer duvidoso, quem resistiu (ou pode resistir) testemunhou o rastro de destruição causado na/pela pandemia, sobretudo, aquele que atingiu pessoas mais vulneráveis. Nesse cenário, a todo tempo, nos questionamos sobre o devir... sobre o depois da Covid-19, sobre o momento no qual desembarcaríamos “do trem da pandemia”. Depositamos, nesse tempo futuro, o desejo de uma possível solução para o quê vivíamos naquele presente. Estávamos assolados pelo tempo da espera: “A espera da cura. A espera do abraço. A espera do futuro” (Dias, 2021, p. 152) que só viria com a vacina. O tempo, portanto, estava em suspenso uma vez que construíamos memórias do futuro da pandemia.

Enquanto esse futuro não chegava para cessar aquele presente pandêmico, nós, analistas de discurso de vertente materialista, seguimos resistindo “a febre, seus fantasmas, seus terrores” à

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no evento interinstitucional *Primavera de pesquisas no sul: integração entre Brasil e Argentina* (UFSM, UFPR, UNICENTRO, UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES), em 23 set. 2023.

medida que produzíamos ciência da linguagem, o que resultou no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*², um artefato de leitura que, durante sua construção, nos expôs ao funcionamento polissêmico, contraditório e, também, opaco da linguagem.

Foi nesse cenário que um grupo de 26 pesquisadores, de diversas instituições brasileiras, a saber, UFSM, PUC Minas, UNICENTRO, IFFAR Jaguarí/RS, IFSC Xanxerê/SC, UFPR, UNOCHAPECÓ, UNIPAMPA Bagé/RS, UFFS e UNISC, supervisionados pela professora Verli Petri (UFSM), se propuseram a partilhar a construção de um artefato de leitura que auxiliou, em alguma medida, a sociedade brasileira a compreender a pandemia por uma perspectiva discursiva. Sobre a noção de partilha, nos ancoramos em Jacques Rancière, segundo o qual, “partilha do sensível” é “o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas (Rancière, 2009, p. 15, grifo do autor). Compreendemos que nesse “sistema de evidências sensíveis” cada pesquisador, ao acessar esse sistema, imprimiu sua singularidade, deixou marcada sua posição-sujeito, seja nas discussões teóricas, seja na redação do *Vocabulário* ou na sua revisão textual, seja na diagramação, divulgação ou nas tantas outras etapas desse trabalho. Acreditamos, ainda, que a “partilha do sensível” nos possibilitou a certeza de que “fazemos todos parte desta história” por acreditarmos que à medida que produzíamos conhecimento, enxergávamos “a esperança à frente como um guia”.

A reflexão que propomos não objetiva deter-se ao *Vocabulário*³, mas partimos dele para refletir sobre o ressoar de sentidos pandêmicos em tempos sem pandemia. Entretanto,

2 Como forma de abreviação, utilizaremos *Vocabulário* em substituição ao título *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*.

3 Projeto idealizado e supervisionado pela Prof.^a Dr.^a Verli Petri (UFSM).

vale lembrar que ele segue disponível no *site* do Observatório de Saúde, da UFSM, e pode ser encontrado em duas versões, *e-book* e livro físico, no *site* da Pedro e João Editores. Também é importante sinalizar as várias publicações que assumem o *Vocabulário*, dentre elas, os textos: “Algumas reflexões sobre o Vocabulário da pandemia do novo coronavírus: projeto em curso e discurso” (Petri, 2021) e “Um olhar sobre os diferentes sentidos presentes nos verbetes “educação a distância” e “ensino remoto”: a proposta do Vocabulário da pandemia do novo coronavírus” (Petri; Aguiar, 2023), só para citar algumas referências. Destacamos, ainda, a obra *Ditos e não-ditos: discursos da, na e sobre a pandemia* (Petri, 2021, *et. al.*); a dissertação *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus: uma proposta de análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentido das palavras em tempos de emergência sanitária* (Ribeiro, 2024), defendida no PPG-Letras da UFSM; e o livro *Observatório de práticas sociais e linguageiras: produção de sentidos em tempos de pandemia*⁴ (Petri; Rosa; Martins; Krümmel, 2024).

Da posição de analista de discurso, não acreditamos na finalização, aquela demarcada com o uso do ponto final ou acenada com o término de um projeto de pesquisa, algo imposto e que, portanto, somos obrigados a lidar. Preferimos as reticências... entendendo-as como um efeito provisório de fecho. É fato que o *Vocabulário* assumiu o *status* de fim uma vez que o Grupo de Estudos Palavra, Língua, Discurso (PALLIND)⁵ passou a se dedicar a outros projetos de pesquisa, por um lado, e a pandemia do novo coronavírus não é mais uma ameaça latente,

4 Além da versão impressa, a obra está disponibilizada gratuitamente em formato de *e-book* no *site* da Pedro e João Editores. Disponível em: <https://pedroejoaeditores.com.br/produto/observatorio-de-praticas-sociais-e-linguageiras-producao-de-sentidos-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 15 out. 2024.

5 O PALLIND é um grupo de estudos vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras, da UFSM, sob supervisão geral da professora Verli Petri. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppglettras>. Acesso em: 10 jan. 2024.

por outro. Contudo, temos na materialização desse artefato a possibilidade da continuidade da produção de sentidos que segue nos provocando, nos questionando e nos fazendo olhar para o depois da pandemia. Em outras palavras, o *Vocabulário* segue constituindo efeitos de sentido...

Passada a pandemia (ou a sua fase mais catastrófica), entendemos que as palavras continuam contagiando e produzindo efeitos de sentido. Portanto, é na esteira dessa questão que nos interessa, nesta proposta de estudo, a partir do movimento entre a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas, compreender como no “depois da pandemia” (Dias, 2021) ressoam sentidos pandêmicos. Dizendo de outra forma, nos importa compreender o ressoar de sentidos que segue reproduzindo efeitos em nossas práticas, em nossas tomadas de posição-sujeito, constituindo-se como o “resto”, “um hiato, uma lacuna, mas uma lacuna essencial [...]” (Gagnebin, 2008, p. 11). No que diz o filósofo, esse “resto” funda a língua do testemunho como o quê não pode ser dito, pois não alcança o real dos sentidos, ficando sempre uma lacuna, e isso aconteceu com as palavras que adquiriram outros sentidos, mas continuaram sempre incompletas, falhas, lacunares. Os testemunhos são aqueles que sobrevieram e se inscrevem como *terstis*, que se colocam como um terceiro e o *superstes*, quem viveu um acontecimento e pode falar dele, como afirma Agamben (2008). Dado alcance do evento pandêmico, podemos afirmar que os que sobrevieram podem “contar” o vivido, tentando interpretar o evento e pensar no depois, que talvez seja o agora.

No contar “o vivido”, no *Vocabulário*, está a carga de sobreviventes-testemunhas e, nele, há seis verbetes que remetem a sentimentos, são eles, “angústia”, “ansiedade”, “felicidade”,

“medo”, “saúde” e “tédio”. Em nosso gesto interpretativo, compreendemos que há duas possíveis direções de sentidos nas quais esses verbetes podem ser alocados. Considerando a repetibilidade (Indursky, 2011)⁶ que aponta para a negatividade, temos: “angústia”, “ansiedade”, “medo”, “saúde” e “tédio”. Por outro lado, considerando uma rede de sentidos oposta à primeira, temos, apenas, o verbete “felicidade”.

Sabendo da necessidade implicada ao analista de discurso em fazer seleções diante da impossibilidade de saturar os sentidos e tendo em vista que no depois da pandemia, essencialmente, urge a necessidade de olharmos para o lado positivo da vida, posto que “abre-se a porta e entra um novo dia”, para este estudo, assumimos o verbete “felicidade” enquanto observatório do que estamos entendendo como ressoar de sentidos pandêmicos em tempos sem pandemia. Ou seja, passada a pandemia, o que resta⁷ como lacuna, como o indizível no que concerne aos sentidos pandêmicos na palavra “felicidade”? O que (não) se repete? O que constitui o esquecimento e se constitui como memória? Essas questões instigam nossa reflexão.

O acontecimento pandêmico em discurso: “O mundo está azaranza, ao Deus dará”

Nada do que foi será
do que jeito que já foi um dia [...]
 (“Como uma onda”, Lulu Santos, 1983).

6 A pesquisadora chama a atenção que a repetibilidade tem relação com o esquecimento, pois quando o sujeito toma a palavra “esquece” que os sentidos existem antes e tem a ver com outros discursos que circularam antes em outros lugares, como nos diz Orlandi (1999) antes do sujeito.

7 O “resto” em Agamben (2008) de acordo com Gagnebin (2008) indica uma lacuna essencial, que impossibilita o falar, seria então o impossível de dizer, como um trauma.

Muitas pandemias já aconteceram e todas elas ocasionaram mortes e sequelas. Mas vale destacar, que depois da pandemia do novo coronavírus, “nada do que foi será”, pois com ela vieram também outras tragédias, tais como o aprofundamento das diferenças entre as classes sociais, quando só uma parcela teve o direito ao “isolamento” – que foi uma catástrofe – mas proporcionou uma certa segurança; a tentativa de desqualificar a ciência e as pesquisas; o deboche do presidente brasileiro⁸ diante de vidas perdidas. Há ainda outras consequências que merecem uma análise mais detalhada, podendo-se destacar uma parte positiva protagonizada por quem conseguiu “se reinventar” por meio de um “jeitinho brasileiro” (Petri; Severo; Lima, 2024) e, assim, dar continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado. A parte negativa que precisa ser citada é aquela vivida por aqueles que não puderam continuar seus empreendimentos, ocasionando mais desemprego e mais empobrecimento dos sujeitos vulneráveis que se tornaram mais vulneráveis pela perda de seus empregos, por exemplo. A precariedade dos meios de transportes ganhou visibilidade somente na pandemia, período em que as diferenças entre as classes sociais ganharam notoriedade perceptível a olho nu.

Foi nesse período que o contágio se deu por diversas formas. Nossos sentimentos foram (re)significados de um modo diferente, ou seja, sentir medo na pandemia, por exemplo, resultou em sentidos distintos se o compararmos ao já-vivido de acontecimentos similares em outros momentos sócio-históricos. Para além do contágio do corpo material, que resultou em milhares de vidas perdidas, sobretudo no Brasil, houve o contágio das posições-sujeito, bem como das palavras

⁸ A época pandêmica, o chefe do Executivo era Jair Messias Bolsonaro.

e dos sentidos, movimento pelo qual elas foram encharcadas de sentidos pandêmicos (Orlandi, 2021). Dizendo de outra forma, dada a conjuntura a qual estávamos submetidos, a circulação da linguagem

[...] se tinge das cores da pandemia, se espalha. [...] “contamina” todos os sentidos. Casa vira “abrigo”, lugar seguro; o trabalho em casa, vira funcionalmente “home office”, compra de supermercado é “delivery” [...] Funcionários da saúde, só neste momento, viram “heróis”. Antes não eram, mesmo que pensemos as condições do sistema de saúde no Brasil. “Vulnerabilidade” se substitui a pobreza, mas não só. [...] A palavra “solidariedade” sai para a rua. E, em falta de tratamento adequado ou de vacina, vivemos em “isolamento social”. Às vezes declinado como “distanciamento social”. (Orlandi, 2021, p. 4-5).

Entre a dificuldade da nomeação e o excesso de palavras disponíveis, “tudo se veste de nome e de sentido, metaforizando-se, como efeito da pandemia” (Orlandi, 2021, p. 5), constituindo efeito de que há um “hiato” como lacuna e falta no/do dizer. Frente à relação pandemia e linguagem, o *Vocabulário* despontou como o quê Orlandi (2012) nomeia de artefato de leitura no/pelo qual podemos interpretar discursivamente aquele tempo presente — e seus (e)feitos — quando nos debruçamos sobre algumas dezenas dos verbetes publicados. Nesse cenário da lida com as palavras em tempos de pandemia (Petri, 2021), nos reportamos a Auroux, com quem aprendemos que “se a palavra faz as coisas, ela não o deve a uma performatividade qualquer, mas à sua estrutura material. As palavras são, de fato, coisas entre coisas” (Auroux, 1992, p. 19), coisas a saber (Pêcheux, 2002), coisas em movimento numa relação de nunca acabar (Indursky; Leandro-

Ferreira, 2005)⁹ das palavras com elas mesmas. Nessa direção, referimos à Orlandi, que já na apresentação do livro *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso, obra que acaba de completar quatro décadas de existência, sublinha que “aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história” (Orlandi, 2009, p. 9). Nessa orientação, partimos do verbete “felicidade” para colocarmos em suspenso a palavra “felicidade” e seus efeitos de sentidos enquanto esse dito que vira coisa no mundo e em tempos pandêmicos ganham outros contornos, mobilizam outros domínios de memória, mas que no pós-pandemia, ressoam como um “resto”, como o impossível de dizer, constituído pela língua na história, significado no/pelo discurso e marcado na/pela palavra. A palavra “felicidade” significa também pelo que não há nela, já que o sentido não recorre da literalidade, mas de sujeitos, das condições de produção de sua circulação e, arriscamos dizer, também das memórias que retornam e significam no tempo presente, que decorre de tempos pretéritos — que foi e não mais será — como diz a letra da música que constitui os fios dessa nossa escritura.

“Pela janela adentro um coração”: o verbete/a palavra “felicidade” em análise

Haverá um dia
Em que você não haverá de ser feliz
Sentirá o ar sem se mexer
Sem desejar como antes sempre quis [...]
 (“Felicidade”, Marcelo Jeneci, 2010).

9 Essa relação aproxima-se da relação dos analistas de discurso com Michel Pêcheux, tendo sido designada por Indursky e Leandro-Ferreira (2005), no livro que rememora/comemora Pêcheux, publicado em 2005, como um dos resultados do I SEAD (Seminário de Estudos em Análise de Discurso), que se realizou em Porto Alegre no ano de 2004, tendo contado com a histórica participação de Michel Plon, Françoise Gadet e Jean-Jacques Courtine, parte do grupo de trabalho de Michel Pêcheux.

Quando olhamos para o passado ainda presente da pandemia, constatamos que houve dias em que não fomos felizes, mas, contraditoriamente, fomos felizes. Tal afirmação constitui efeitos quando observamos da perspectiva discursiva (colocando em suspenso) as definições do vocábulo “felicidade”, conforme postas no verbete em análise.

**Imagem 1: verbete “felicidade” no Vocabulário
da pandemia do novo coronavírus**

VOCABULÁRIO
da pandemia do novo coronavírus

—FELICIDADE

Felicidade. antes da pandemia, era o estado de espírito de quem está de bem com a vida, podendo ser relacionado à alegria, bem-estar, euforia, tranquilidade, equilíbrio, idealização, positividade, satisfação. **Felicidade.** durante a pandemia, é sobreviver à covid-19, manter o emprego, alimentar a esperança de rever os amigos, sonhar com aglomeração, ser vacinado e ver os amigos/parentes/colegas imunizados, recuperar-se da doença ou ver um familiar/amigo vencer o vírus, estar com a família. **Exemplo:** “A pandemia, e toda a alteração das nossas práticas habituais, nos fez refletir sobre o nosso sistema de valores, de crenças e qual o significado que atribuímos à nossa vida, o que possibilitou a construção de um novo sentido. Esta reavaliação ganhou conotações mais positivas” (G1). É acordar todos os dias, comer, sentir o gosto da comida, respirar. **Exemplo:** “Felicidade do Brasileiro cai em meio a pandemia” (Diário G1). A felicidade também pode estar em assistir a manifestações artísticas e, assim, voltar a rir e gargalhar. **Exemplo:** “Dona Herminia nos fez fugir deste mundo cruel para momentos de muita alegria e risos. Nos deu felicidade” (El País Brasil).

Fonte: Universidade Federal de Santa Maria
Vocabulário da pandemia do novo coronavírus (2023).

Nesse verbete, é possível entender como as questões de temporalidade incidiram nas definições de/sobre “felicidade”. Na primeira acepção, é dito que “Felicidade, *antes da pandemia*, era o estado de espírito de quem está de bem com a vida, podendo ser relacionado à alegria, bem-estar, euforia, tranquilidade, equilíbrio, idealização, positividade, satisfação” (Vocabulário, 2023, s. p. grifos nossos); ao passo que “Felicidade, *durante a pandemia*, é sobreviver à covid-19, manter o emprego, alimentar a esperança de rever os amigos, sonhar com aglomeração, ser vacinado e ver os amigos/parentes/colegas imunizados, recuperar-se da doença ou ver um familiar/amigo vencer o vírus, estar com a família” (Vocabulário, 2023, s. p. grifos nossos). O tempo pandêmico do “antes” e do “durante” nos auxilia a compreender “o futuro

em suspensão (depois da pandemia)” (Dias, 2021, p. 155) uma vez que, conforme Richard Barbrook (2009, p. 34), “o futuro é o que sempre foi”. Dito de outra forma, o futuro compreendido como o tempo ligado ao passado e que, por isso, traz consigo, pela via da memória discursiva, aquilo que vai ressoar nas nossas práticas, isto é, em nossas tomadas de posição-sujeito.

Aprendemos com Venturini (2009, p. 256), na obra *Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração*, que “a repetição é um dos mecanismos de institucionalização da memória”, ou seja, é por meio dela que os sentidos passam a integrar o interdiscurso. No escopo da repetição há fragmentos de uma memória, de um já-dito que precisou ser esquecido para ser lembrado. É importante sinalizar que a repetição não se dá de modo ordinário porque está sustentada por uma rede de sentidos, isto é, uma formação discursiva, “não como uma totalidade, e sim como uma repartição de lacunas, de vazios, de ausências, de limites e de recortes” (Courtine, [1981] 2014, p. 49). Portanto, pela repetibilidade ressoam efeitos de sentidos. Entretanto, esse ressoar é lacunar, fragmentado, não volta como totalidade, também não ressoa de qualquer forma, o que possibilita um retorno em parte, oferecendo assim um “resto” que, como já dissemos, é constitutivo da língua na história, significado no/pelo discurso e marcado na/pela palavra como lacuna.

Pensar (n)esse “resto” nos exige refletir sobre o processo de significação, algo histórico e possível de observar pelas lentes da Análise de Discurso. Sobre essa questão, aprendemos com Orlandi que

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre

linguagem e pensamento, e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação. (Orlandi, 1998, p. 12).

Ou seja, só pelo discurso, compreendemos a relação linguagem/pensamento/mundo/pandemia no entremeio do antes e do depois do evento pandêmico para colocarmos em suspensão o “resto” que (nos) significa após a Organização Mundial de Saúde¹⁰ declarar o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à Covid-19, podendo questionar que lacunas significam nesse não-dizer, nessa falta.

Em consonância à nossa proposta, neste artigo, voltada à análise do ressoar de sentidos pandêmicos em tempos sem pandemia, começamos por dirigir nossa atenção para algumas manchetes noticiosas, publicadas na mídia jornalística brasileira após 5 de maio de 2023. Nesse momento, realizamos uma busca no *Google* a partir do buscador “felicidade+pós-pandemia”, o que resultou nas três materialidades discursivas que trazemos a seguir, as quais chamaremos de texto-imagem.

Começamos nossa análise pelo primeiro texto-imagem, Imagem 2, no qual é encenado o movimento pela felicidade dos trabalhadores, sendo que esse ganhou força nas empresas. Observamos ainda, o dizer “Pandemia e chegada de novas gerações às corporações aceleram onda que promove melhor qualidade de vida no trabalho”.

¹⁰ A OMS fez essa declaração em 05 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 5 fev. 2024.

Imagem 2: Movimento pela felicidade dos trabalhadores ganha força nas empresas

Movimento pela felicidade dos trabalhadores ganha força nas empresas

Pandemia e chegada de novas gerações às corporações
aceleram onda que promove melhor qualidade de vida no
trabalho



Fonte: Haddad (2023).

O enunciado que estrutura esse texto-imagem, acima, não significa de modo isolado, mas nas condições de produção anteriores à pandemia e nas condições de produção do tempo presente. Por esse movimento ressoa a felicidade “do antes” e “do depois” desse evento e nas condições estritas, do tempo presente, mais precisamente a partir de março de 2020. Trata-se de um movimento surgido nas grandes cidades brasileiras, que ganhou impulso dentro da chamada “felicidade corporativa” ou a “felicidade do trabalhador”, surgida da psicologia positiva¹¹, desenvolvida pelo psicólogo americano Martin Seligman (Universidade da Pensilvânia).

A psicologia positiva centra-se em estudos científicos e defende que há possibilidade de fomentar a percepção da felicidade, dando origem à psicologia positiva organizacional, que conforme estudo, é anterior à pandemia. Entretanto, antes desse evento esses estudos não eram conhecidos e os efeitos de sentido da felicidade não precisavam ser trabalhados. Essa

¹¹ A psicologia positiva “é uma abordagem científica associada às emoções e reações que visam o bem-estar”. Disponível em: <https://top-of-mind.folha.uol.com.br/2023/10/a-felicidade-e-o-caminho.shtml>. Acesso em: 30 mar. 2024.

necessidade tem a ver com o “resto”, tal como concebido por Agamben (2008), já que é esse “resto”, enquanto furo permaneceu, fazendo-se necessário trabalhar a felicidade dentro da instituição chamada Feliciência.

Compreendemos, a partir da palavra “felicidade”, durante a pandemia, que ela teve sentidos alterados (conforme observamos no verbete em análise, no *Vocabulário*), afastando-se do que dizia respeito a bens materiais, especialmente, para aproximar-se mais da afetividade dando mais importância aos núcleos familiares, desenvolvendo de certa forma uma mudança de concepção do funcionamento do estado de felicidade. Depois da pandemia, entretanto, parece que foi preciso parar nos sentidos de felicidade, trabalhando sobre eles para que os sujeitos voltem a ter bem-estar, entendendo que esse estado de coisas dependem de temporalidades que incluem o passado mais remoto, o passado mais recente e o tempo presente, ressoando a possibilidade de um futuro.

Vale presentificar, ainda, a palavra “corporativa”, pela qual ressoa o trabalho em grupo, reunindo interesses, tanto dos trabalhadores quanto das empresas. Esse efeito de sentido tem a ver com a necessidade e mesmo a possibilidade de os trabalhadores estarem juntos para o bem e para o mal.

As redes parafrásticas que se constituem a partir do enunciado “Movimento pela felicidade dos trabalhadores ganha força nas empresas brasileiras” significa juntamente com “chegada das novas gerações” e faz rede com:

1. *Os trabalhadores das velhas gerações não necessitavam de movimento pela felicidade.*
2. *As novas gerações necessitam de apoio para terem felicidade.*
3. *Movimento pela felicidade dos empresários ganha força nas empresas brasileiras.*
4. *As empresas investem em movimentos pela felicidade para continuarem a ter lucro.*

Nas duas primeiras formulações, 1 e 2, compreendemos a questão da temporalidade contribuindo para uma possível direção de sentido. Enquanto os trabalhadores das velhas gerações dispensavam o movimento da felicidade incidindo no exercício de suas funções trabalhistas, portanto, algo anterior à pandemia de Covid-19, as novas gerações não fazem o mesmo, sobretudo em tempos pandêmicos (bem como, depois dele). O público jovem, inserido no mercado contemporâneo do trabalho, requer as contribuições da psicologia positiva para apoiar (n) o desenvolvimento de suas obrigações trabalhistas.

Nas duas formulações seguintes, 3 e 4, entendemos a palavra “felicidade” inscrita numa formação discursiva capitalista e que por isso poderia, facilmente, ser adjetivada: “felicidade corporativa” ou, ainda, “felicidade empresarial”. Podemos pensar que funciona aí uma “felicidade seletiva”, afinal, nem todos são convocados a significar esse sentimento do mesmo modo no universo do capital. E, ainda, quem tem direito a essa felicidade? Dito de outra forma, sobre qual felicidade estamos falando quando a tomamos num espaço de patrões e funcionários em que há posições-sujeitos distintas, descortinando quem pode e quem pode somente um pouco (quando, na verdade, não pode)? O que vemos na esteira dessas considerações é um embate que envolve língua, pandemia e luta de classes¹² por meio de efeitos de sentidos já-construídos sobre o vocábulo “felicidade”, mas que na pandemia encharcou-se de sentidos pandêmicos, instaurando possibilidades outras de interpretação. Acreditamos que no tempo do pós-evento pandêmico, sentidos de “felicidade corporativa”/“felicidade

¹² No texto *Notas sobre o verbete trabalhador essencial*: língua, pandemia, luta de classes (Esteves; Perini; Medeiros, 2021), os autores promoveram uma discussão sobre o verbete “trabalhador essencial” que está inserido na 6ª edição do *VOLP* por meio do projeto *Novas palavras*.

empresarial” continuarão em curso porque há um “resto” que demanda interpretação com vistas à manutenção do discurso sobre a “melhor qualidade de vida no trabalho”.

No texto-imagem seguinte, direcionamos nosso olhar para os dizeres: “Investir em saúde é garantir felicidade” e “Investimentos e estratégias em saúde como solução de bem-estar corporativo são tema do 3º Fórum Melhor RH Felicidade Corporativa”.

Imagem 3: Investir em saúde é garantir felicidade

Home > Eventos > Felicidade Corporativa

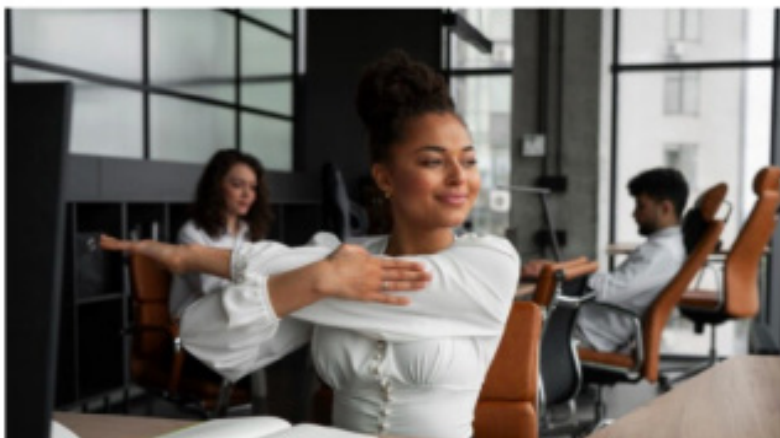
Investir em saúde é garantir felicidade

Investimentos e estratégias em saúde como solução de bem-estar corporativo são tema do 3º Fórum Melhor RH Felicidade Corporativa



Por Da Redação 16/10/2023 - 19:42

AA 0



Fonte: Da Redação (2023).

O 3º Fórum Melhor RH Felicidade Corporativa é um evento promovido pelo CECOM – Centro de Estudos da Comunicação – e Plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação. Assim como essas empresas, o evento mencionado sublinha, desde seu título, sobre qual felicidade se busca entender uma vez que

“promover bem-estar passa por investimentos em cuidados com a saúde do colaborador de forma geral, o que se reflete no clima organizacional, assim como cuidar do clima é forma de contribuir com o *bem-estar do colaborador*, com reflexos em sua saúde” (Da Redação, 2023, grifos nossos).

A forma de nomear, conforme sinalizada em nossos grifos, nos chama a atenção por entendermos que não se trata de uma mera substituição, ou seja, “trabalhador” não se torna “colaborador” sem que haja nos espaços enunciativos nos quais se dá a nomeação uma “disputa incessante” (Guimarães, 2003, p. 54). O deslizamento em questão (nos) convida a interrogar: Quem se beneficia da colaboração do colaborador? Se há um colaborador, quem ocupa a posição de colaborado?

Certamente, não é o trabalhador (domésticas, porteiros, zeladores, vendedores, garis, atendentes, etc.) que recebe a colaboração, uma vez que não é ele quem figura o lugar de colaborado. Durante a pandemia, em especial, foi possível entender como o capitalismo descortinou uma de suas faces: para uns coube a preocupação de oferecer “felicidade corporativa”/“felicidade empresarial”, já para muitos, restou “ser feliz” para seguir colaborando. O que temos aí é um abismo de sentidos no qual privilegiam-se uns em detrimentos de (tantos) outros. Assim, a formulação “colaborador” atrelada à (garantia de) felicidade joga com o fato de que a produtividade da mão de obra deve estar conjugada à felicidade do colaborador. Logo, colaborador feliz produz mais a serviço do capital.

De acordo com nosso gesto interpretativo, temos nesse texto-imagem analisado a chancela de uma compreensão que constitui evidências de que pelos enunciados “felicidade corporativa”/“felicidade empresarial” ressoam efeitos de

sentidos na pandemia e que continuam estabilizados no mundo do capital pós-pandêmico, o que possibilita compreender a divisão de classes que causa a divisão na língua.

Por fim, passamos ao último texto-imagem, direcionando nosso olhar para os dizeres: “Com ‘disciplina da felicidade’, escola de São Carlos reduz problemas psicológicos de alunos” e “Iniciativas como essa podem estar no 2º Fórum ‘Diálogos da Educação’, do grupo EP”.

Imagem 4: Com ‘disciplina da felicidade’, escola de São Carlos reduz problemas psicológicos de alunos

**Com 'disciplina da felicidade',
escola de São Carlos reduz
problemas psicológicos de alunos**

‘Felicidade de Ser’ trabalha a educação socioemocional dos estudantes dos ensinos
fundamento e médio. Iniciativas como essa podem estar no 2º Fórum ‘Diálogos da Educação’,
do grupo EP.

Por Rebeca Branco. EPTV1

12/05/2023 13h52 - Atualizado há 10 meses



Fonte: Branco (2023).

Pensar (n)a felicidade, enquanto conteúdo ensinado nas escolas por meio da chamada “educação socioemocional”, nos convoca à reflexão desenvolvida por Marcia Ione Surdi e Heitor Pereira de Lima, em que os autores dedicaram atenção aos sentidos da palavra “educação”, presente (ou não) nos verbetes do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. Segundo eles:

[...] ao que nos parece, independentemente do período sócio-histórico, com ou sem pandemia, e das nuances de sentidos, te(re)mos uma educação funcionando a partir de/com efeitos de pré-construído da desvalorização, ou melhor, da valorização das classes dominantes. Durante o período de escolas fechadas, era comum que muitos professores, em tom de denúncia, afirmassem:

“Somente a educação salvará o mundo”. Enquanto sujeitos-professores, concordamos com tal afirmação. Entretanto, acrescentamos a seguinte ressalva: *qual educação salvará o mundo? A bancária? Aquela que continuará privilegiando ideologias burguesas?* (Surdi; Lima, 2024, p. 90, grifos nossos).

É fato que alunos felizes conseguem se desenvolver mais e melhor nos estudos. Também é fato que a pandemia provocou um modo diferente de nos relacionarmos com os sentimentos¹³, o que demanda uma atenção especial. Entretanto, e a partir do texto-imagem em análise, (nos) questionamos, ainda, sobre qual felicidade está sendo ensinada/transmitida? Sabe-se que a escola, bem como a educação brasileira, está a serviço de um projeto capitalista que instrumentaliza/prepara mão de obra para seguir servindo às classes dominantes. Não à toa, “quando se trata da educação enquanto aquela que determina, governa e disciplina, (só) há desafio. Contudo, quando tratamos da educação, especialmente aquela que se pratica no chão da escola, conforme se preocupou Paulo Freire, há tantos problemas e dificuldades” (Surdi; Lima, 2024, p. 91). Nosso incômodo acentua-se quando vemos que as iniciativas para a “disciplina felicidade” é pauta de discussão em um evento – 2º Fórum ‘Diálogos da Educação’ – organizado por um grupo empresarial – Grupo EP¹⁴ – constituído por redes de televisão regional brasileira e que, portanto, mobiliza sentidos próprios sobre educação.

Dizendo de outra forma para concluir, a felicidade ensinada/transmitida na escola, sob o pretexto de sanar as mazelas dos alunos, provocadas pela pandemia, é mesma que, mais tarde,

¹³ Por uma questão teórico-metodológica, não assumimos os verbetes “angústia”, “ansiedade”, “medo”, “saúde” e “tédio”, tal como estão postos no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. Contudo, indicamos a leitura desses verbetes (bem como do Vocabulário na íntegra) dada a possibilidade de compreensão sobre o modo que esses sentimentos foram (re)significados a partir do evento pandêmico.

¹⁴ Disponível em: <https://www.empresaspioneiras.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

após o jovem estudante ser tornar um adulto trabalhador, e ser “condenado” a permanecer inscrito na posição de colaborador que merece praticar e vivenciar a “felicidade corporativa”/“felicidade empresarial” para exercer suas funções do trabalho, entendendo que ao contrário do que se tem por “corporativa” essa prática vale somente para o lado do dominador.

Os três texto-imagens que assumimos em nossa análise apontam para a relação pandemia/trabalho/felicidade, que sofreu alteração de sentidos dado o evento que nos assolou desde março de 2020 e no pós-pandemia seguiu produzindo sentidos pandêmicos. Nessa direção, observamos que ressoam no tempo do hoje sentidos distintos para felicidade: para uma parcela social fica a tarefa de ensinar esse sentimento a partir das diretrizes do mundo corporativo; para uma massa de sujeitos-à-margem, fica o dever de apreender essa tal felicidade.

Últimas palavras (por ora): “Vamos em frente amigo, vamos embora”

Existe um único lugar onde o ontem e o hoje se encontram e se reconhecem e se abraçam, e este lugar é o amanhã (Galeano, 2019, p. 133).

O amanhã mencionado por Galeano, na epígrafe que abre esta última seção do texto, pode ser compreendido como o “hoje” do tempo presente. O hoje do abraço possível, da vacina (e suas doses de reforço) aplicada no braço do brasileiro, o hoje da aglomeração sem a necessidade do intermédio tecnológico, mas também o hoje que conjuga o passado para significar em nossas práticas e se apresentar enquanto um “resto” que seguirá ressoando por ser constitutivo do interdiscurso.

Podemos concluir este estudo, sinalizando, portanto, que a felicidade antes da pandemia se ligava mais a bens materiais e ao que os sujeitos podiam adquirir e, durante a pandemia, diante do sofrimento, das mortes de familiares e de amigos, da perda de empregos e das falências, a felicidade, como está indicado no *Vocabulário*, sofreu alteração em seus efeitos de sentidos, enquanto prática social. Houve, ainda, um certo retorno dos sujeitos às práticas mais humanizadas e solidárias. Nesse tempo de “reclusão”, os sujeitos puderam voltar mais para o lado humano e humanizante, já que dinheiro e posição social foram insuficientes para preservar a vida.

No tempo presente, sem pandemia, parece-nos que nem tudo voltou ao antes desse evento e nem a solidariedade havida durante o surto retornou. O “resto” entre um tempo e outro parece contemplar a insegurança, que não pode ser explicada e que escapa do que “pode” a palavra em (dis)curso. Esse efeito de falta, de lacuna constitui-se pelos/nos enunciados analisados: os trabalhadores precisam de movimentos em prol da felicidade, alargando-se mais uma vez os sentidos.

Parece que ser feliz depende de fatores externos e não mais de sujeitos e do que os constitui em relação ao outro e ao grande Outro. A felicidade deixou de ser uma prática e as crianças precisam aprender sobre a felicidade, os cientistas precisam pesquisar e encontrar fórmulas para que haja felicidade.

E para finalizar (com felicidade), fazemos coro ao canto de Gilberto Gil e Chico Buarque: “vamos em frente amigo, vamos embora”, a pandemia acabou! (mas, os sentidos pandêmicos seguem...). Desses/nesses sentidos ressoa aquele “resto”, inexplicável, indizível, que escapa ao representável, discursivizável. É impossível dizer sobre tanto sofrimento,

tantas mortes, tantas sequelas... Vamos, é preciso CONTINUAR e sublimar o “resto”, buscando engravidá-lo de esperança de modo que deixe de “resto” e seja FELICIDADE.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)* Tradução: Silvino Assmann. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BARBROOK, Richard. *Futuros imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo, SP: Peirópolis, 2009.

BRANCO, Rebeca. *Com ‘disciplina da felicidade’, escola de São Carlos reduz problemas psicológicos de alunos*, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/05/12/com-disciplina-da-felicidade-escola-de-sao-carlos-reduz-problemas-psicologicos-de-alunos.ghhtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos [1981]*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DA REDAÇÃO. *Investir em saúde é garantir felicidade*, 2023. Disponível em: <https://portaldacomunicacao.com.br/2023/10/investir-em-saude-e-garantir-felicidade/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

DIAS, Cristiane Costa. Memórias do futuro da pandemia: o tempo em suspenso. In: PETRI, Verli. (org.). *et al. Ditos e não-ditos: discursos da, na e sobre a pandemia*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; PERINI, Rudá;

MEDEIROS, Vanise. Notas sobre o verbete *trabalhador essencial*: língua, pandemia, luta de classes. In: PETRI, Verli. (org.). *et al. Ditos e não-ditos*: discursos da, na e sobre a pandemia. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. In AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III) Tradução: Silvino Assmann. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre, RS: L&PM, 2019.

GIL, Gilberto; GUERRA, Ruy. *Sob pressão*, 2020. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-buarque/sob-pressao/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Revista Letras*, Santa Maria, n. 26, p. 53-61, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>. Acesso em: 20 mar. 2024.

HADDAD, Naief. *Movimento pela felicidade dos trabalhadores ganha força nas empresas*, 2023. Disponível em: <https://top-of-mind.folha.uol.com.br/2023/10/a-felicidade-e-o-caminho.shtml>. Acesso em: 10 fev. 2024.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs). *Memória, história na/da Análise de Discurso*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011, p. 67-89.

INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. (org.). *Michel Pêcheux e a Análise de Discurso*: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Clara Luz, 2005.

JENECI, Marcelo. *Felicidade*, 2010. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/marcelo-jeneci/1524699/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. 12. ed. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 1999.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni. Paráfrase e polissemia: a fluidez dos sentidos nos limites do simbólico. Campinas/SP: *Revista Rua*, Campinas, LABEURB, n. 4, p. 9-19, 1998.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Orlandi. 3 ed. Campinas: Pontes Editores, 2002.

PETRI, Verli. (org.). *et al. Ditos e não-ditos*: discursos da, na e sobre a pandemia. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o “Vocabulário da pandemia do novo coronavírus”: projeto em curso e discurso. *In*: PETRI, Verli. (org.). *et al. Ditos e não-ditos*: discursos da, na e sobre a pandemia. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PETRI, Verli; AGUIAR, Maiara Albuquerque de. Um olhar sobre os diferentes sentidos presentes nos verbetes “educação a distância” e “ensino remoto”: a proposta do Vocabulário da pandemia do novo coronavírus. *Revista de Estudos Acadêmicos de Letras*, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/11662/7950>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PETRI, Verli; ROSA, Marluza da; MARTINS, Taís; KRÜMMEL, Elivélton. *Observatório de práticas sociais e languageiras*: produção de sentidos em tempos de pandemia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, 372p.

PETRI, Verli; SEVERO, Robson; LIMA, Heitor Pereira de. *A expressão “jeitinho brasileiro” e o verbete “reinvenção”*: entre a língua e a exterioridade na pandemia do novo coronavírus. *In*: PETRI, Verli; ROSA, Marluza da; MARTINS, Taís; KRÜMMEL, Elivélton. *Observatório de práticas sociais e*

linguageiras: produção de sentidos em tempos de pandemia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, 372p.

PETRI, Verli; SURDI, Marcia Ione; SEVERO, Robson. (org.). *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 118p.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 72p.

RIBEIRO, Gabriela. *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*: uma proposta de análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentido das palavras em tempos de emergência sanitária. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31743>. Acesso em: 30 mar. 2024.

SANTOS, Lulu. *Como uma onda*, 1983. Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/lulu-santos/biografia/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SURDI, Marcia Ione; LIMA, Heitor Pereira de. *Efeitos de sentido da palavra “educação” em verbetes do “Vocabulário da Pandemia do Novo Coronavírus”*. In: PETRI, Verli; ROSA, Marluza da; MARTINS, Taís; KRÜMMEL, Elivélton. *Observatório de práticas sociais e languageiras*: produção de sentidos em tempos de pandemia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, 372p.

VENTURINI, Maria Cleci. *Imaginário urbano*: espaço de rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009. 280p.

VOCABULÁRIO da pandemia do novo coronavírus. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/vocabulario-da-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 2 ago. 2023.

Trilhas de sentidos sobre infância: o que é e o que deve ser “criança” no discurso de um Projeto Político Pedagógico

Valeria da Silva Silveira*

Resumo

Este estudo, desenvolvido no ano de 2023, intenta compreender como a ideologia trabalha no discurso do Projeto Político Pedagógico de uma Escola Municipal de Educação Infantil localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, trilhando um caminho através do qual seja possível entender o funcionamento dos discursos outros que, desde a observação de deslocamentos, rupturas e/ou conformações, instam a atentar para o trabalho da memória discursiva bem como para as filiações de sentidos a ela. O PPP corresponde ao corpus documental constituído. A materialidade analisada consiste em recorte composto por onze sequências discursivas isoladas. Na Análise do Discurso, referencial teórico-metodológico, o trabalho de leitura considera não apenas o texto, mas também o que está fora do texto e nele se faz presente, o contexto sócio-histórico, recuperando não-ditos e silenciamentos e corroborando para a leitura como prática social e discursiva. A análise permitiu reconhecer uma Formação Discursiva Pedagógica da Criança na qual circulam efeitos de sentidos decorrentes de duas famílias parafrásticas: FP Criança-Projeto e FP Criança-Potência. As posições-sujeito estabelecem litígio entre si, o que possibilita falar em um sujeito dividido por ele mesmo diante dos saberes que circulam na FD com que se filia. Pela constituição da FD, entende-se o que pode e deve ser dito (e também o que não pode nem deve ser dito) sobre “criança” em função da regulação da forma-sujeito que, fragmentada, abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, resultando em uma formação discursiva heterogênea.

Palavras-chave: memória; discurso; ideologia; educação infantil; projeto político pedagógico.

* Secretaria Municipal de Educação de Xangri-Lá-RS, Doutorado em Educação (PPGEDU/UFRGS), Docente e Supervisora Pedagógica na Educação Básica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5837-4078>.

Paths of meaning about childhood: what a “child” is and what it should be in the discourse of a Political Pedagogical Project.

Abstract

This study, developed in 2023, attempts to understand how ideology works in the discourse of the Political Pedagogical Project of a Municipal Early Childhood Education School located on the north coast of Rio Grande do Sul, following a path through which it is possible to understand the functioning of other discourses that, from the observation of displacements, ruptures and/or conformations, urge attention to the work of discursive memory as well as the affiliations of meanings to it. The PPP corresponds to the constituted documentary corpus. The analyzed materiality consists of a section composed of eleven isolated discursive sequences. In Discourse Analysis, a theoretical-methodological framework, the reading work considers not only the text, but also what is outside the text and is present in it, the socio-historical context, recovering unsaid and silencing and corroborating the reading as a social and discursive practice. The analysis allowed us to recognize a Pedagogical Discursive Formation of Children in which effects of meanings arising from two paraphrastic families circulate: FP Criança-Projeto and FP Criança-Potência. The subject positions establish disputes between themselves, which makes it possible to speak of a subject divided by himself in the face of the knowledge that circulates in the FD with which he is affiliated. By the constitution of the FD, it is understood what can and should be said (and also what cannot and should not be said) about “child” in function of the regulation of the subject-form which, fragmented, makes space not only for the similar, but also for the different, the divergent, the contradictory, resulting in a heterogeneous discursive formation.

Keywords: memory; speech; ideology; child education; political pedagogical project.

Recebido em: 20/04/2024 / Aceito em: 08/10/2024

Introdução

Este estudo, desenvolvido no ano de 2023, intenta compreender como a ideologia trabalha no discurso do Projeto Político Pedagógico¹ (PPP) de uma Escola Municipal de Educação Infantil localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul de modo a, por meio “do hábito e do uso” (Pêcheux, 2009, p. 159), designar o que é e o que deve ser “criança”, oferecendo as evidências por meio das quais “todo mundo sabe” o que é e o que não é “criança”. Envolve, portanto, trilhar um caminho através do qual seja possível entender o funcionamento dos discursos outros que, desde a observação de deslocamentos, rupturas e/ou conformações, instam a atentar para o trabalho da memória discursiva bem como para as filiações de sentidos a ela.

Assumir um compromisso de analista do discurso com trilhas dos sentidos, ou seja, constituição, formulação e circulação dos sentidos, deslocamentos, rupturas e/ou conformações, memória discursiva, enfim, assumir um tal compromisso implica pensar um percurso dos sentidos e reconhecer, nessa trilha, que eles tanto prosseguem, desviam quanto estabilizam, porque discurso tem história e memória (Souza, 2004). Dessa forma, os discursos sobre a “criança” também têm história e memória, sendo necessário compreender seus trajetos, seus desvios, suas paradas a partir da observação do discurso do PPP, corpus documental (Pêcheux, 1984; Courtine, 2014) constituído.

Os recortes feitos no PPP decorreram de uma estratégia de observação do *corpus* empírico que considerou o que foi dito em excesso, possibilitando a identificação de regularidades

¹ Reformulado no ano de 2019, se trata de documento no qual estão ditas as concepções de criança, infância e Educação Infantil da comunidade escolar (docentes, pais ou responsáveis, funcionários) que participou do processo de reelaboração.

no fio do discurso. A materialidade analisada consiste em um recorte composto por 11 (onze) sequências discursivas isoladas do conjunto de formulações encontradas no PPP (Xangri-Lá, 2019, n.p.):

SD1 – Através dos propósitos da educação infantil, criar condições onde a **criança** possa vivenciar o desenvolvimento de **habilidades de interação, participação, convivência**, promovendo aprendizagens potencializadoras para a **socialização** da **criança** com o mundo, assim como o fortalecimento da **autoestima**, possibilitando o desenvolver com autonomia de uma **imagem positiva de si próprio**.)

SD2 – [A prática da Educação Infantil deve se organizar de modo que as **crianças** desenvolvam as seguintes capacidades:] Desenvolver uma **imagem positiva de si**, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em sua capacidade e percepção de suas limitações [...].

SD3 – A **criança** é vista como **capaz e disposta a estabelecer relações**. Com direitos a serem preservados e defendidos, respeitada com escuta atenta e afetiva.

SD4 – Todas **têm potencial, curiosidade e interesse** por construir seu conhecimento e negociar em seu entorno.

SD5 – [...] [as crianças] são **investigadoras natas**, desde o nascimento.

SD6 – Nossa escola entende que a **criança** nasce como um **sujeito curioso** e com um **enorme potencial** para aprender [...]. Há um respeito grande pelo que a **criança** deseja, se interessa, e a gente vai aprendendo junto com ela.

SD7 – A **criança** é um **ser humano de pouca idade que sonha, deseja, têm objetivos**, é um **ser social de direitos**, produz cultura e história e é produto delas.

SD8 – [...] acreditamos que a **criança** é um **pesquisador desde que nasce**.

SD9 – Para trabalhar na perspectiva dos campos de experiência, o professor precisa ter sensibilidade e perceber no cotidiano os **interesses das crianças, suas hipóteses provisórias e as indagações que se colocam**.

SD10 – [...] as **crianças têm em si o desejo de aprender**.

SD11 – Entendemos **criança** como **ser humano no início de seu desenvolvimento, pensante, criativo, autêntico** [...].²

Na Análise do Discurso (AD), referencial teórico-metodológico que dá respaldo para essa pesquisa, se percebe uma tendência fortemente interpretativa “através de uma leitura por falta, sustentada sobre o equívoco da língua, em que o sujeito leitor, ao mesmo tempo, desconhece/assume a responsabilidade pelos sentidos do que lê” (Teixeira, 1998, p. 209), restituindo o já-dito, o ausente do dizer, mas constitutivo do sentido. Os sentidos sempre podem ser outros posto que eles não estão agarrados às palavras, mas se fazem nos próprios movimentos de trânsito tanto dos sujeitos quanto dos sentidos (Fiss, 1998) — o que implica em um trabalho de escuta de um “discurso-outro como espaço virtual de leitura” (Pêcheux, 1999a, p. 55), articulando-se leitura e escuta discursiva. Sendo a língua opaca, constituída de furos, o trabalho de leitura considera não apenas o texto, mas também o que está fora do texto e nele se faz presente, o contexto sócio-histórico, recuperando não-ditos e silenciamentos e corroborando para a leitura como prática social e discursiva.

² Sequências discursivas retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola parceira (Xangri-Lá, 2019).

“Caixa de conceitos” e compromissos do analista

Falávamos, antes, que o discurso tem história e memória. É importante, então, evocar noções da “caixa de conceitos” (Leandro Ferreira, 2003) da Análise do Discurso, principiando pela compreensão de história que nada tem a ver com um relato linear e cronológico de acontecimentos. A história precisa do discurso para existir e da língua para significar. Na relação entre língua e história aparece, como efeito necessário, a ideologia, no processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos. É através dos mecanismos ideológicos que se tem a evidência do sentido e a ilusão da transparência do sujeito haja vista que, como pontua Pêcheux (2009, p. 159-160), “É a ideologia que fornece as evidências [...] que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.”.

O gesto de interpretação que realiza a relação do sujeito com a língua, a história, os sentidos e a ideologia, é uma marca da subjetivação e, conseqüentemente, o que relaciona a língua com a exterioridade, já que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. A relação entre sujeito, língua e história se vincula diretamente à marca fundamental da AD: a relação entre elementos presentes na materialidade discursiva (intradiscurso) com elementos que dela estão ausentes (podendo ser recuperados no interdiscurso). Na AD, portanto, se estabelece articulação entre a noção de discurso, o elemento histórico e o elemento social.

Pêcheux (2009, p. 91) afirma que “a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela

na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos”. As contradições ideológicas que se fazem através da língua são constituídas a partir das relações também contraditórias que os processos discursivos mantêm entre si. Em trabalho posterior, Pêcheux (1994, p. 63) acrescenta que “esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, [...] constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. O que remete a um trabalho ideológico dos sentidos que se veicula ao ponto em que, no discurso, língua e história se ligam pelo equívoco. É exatamente neste espaço que se dão os deslizamentos de sentidos, a movência – no espaço do equívoco, no “ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos mundos normais” (Pêcheux, 1999a, p. 51).

Ao falar em deslizamentos de sentidos se fala também em constituição do sentido e, por extensão, em constituição de um sujeito que não está numa posição única e fixa. A movência é entendida como processo fundamental em que sujeitos e sentidos se constituem. No caso desse estudo, a memória se atualiza conforme tal movimento implique em perturbações na rede de sentidos de “criança”. E, em sendo assim, os sintagmas precisam ser considerados a partir de sua relação com elementos do interdiscurso que têm, de modo recorrente, falado a criança.

O conceito de interdiscurso foi anunciado, sem ter sido designado, por Pêcheux (2010) em *AAD69* como correspondendo a um exterior específico de um processo discursivo. Depois, Fuchs e Pêcheux (2010) retomam essa concepção, referindo-se a

ela como uma exterioridade constitutiva, algo que é da ordem do informulável na formação discursiva, porque é o que a determina. Ainda em 1975³, Pêcheux (2009, p. 167) assim se pronuncia: “o interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita” [grifos do autor]. A memória do dizer é tida como interdiscurso, aquilo que fala antes, em outro lugar, e afeta a maneira como um sujeito significa uma situação discursiva dada: “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.” (Pêcheux, 1999a, p. 56).

O texto não é um dado linguístico, mas um fato discursivo. É objeto linguístico-histórico. Para entendê-lo, o leitor precisa relacionar-se com os diferentes processos de significação que nele acontecem. O texto é uma dispersão do sujeito e o discurso é uma dispersão de textos, portanto, há pontos de subjetivação ao longo de toda textualidade uma vez que o sujeito não produz só um discurso e um discurso não é igual a um texto. O analista de discurso vê a linguagem como não transparente e tenta entender como um objeto simbólico significa, não o que ele significa. Produz um conhecimento a partir do próprio texto, tendo esse como um campo semântico.

É importante observar também que o discurso não reflete uma certa ideologia exterior a ele, mas a mostra como efeito de sentido que funciona como indício de sua interioridade. Ela tem existência material: “transposição imaginária das condições

3 Em 1975 Michel Pêcheux publicou seu segundo grande livro, *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. O ano de 2009 se refere ao ano de publicação da edição consultada.

de existência reais” (Althusser, 1985, p. 86), se materializa nas práticas sociais de que os homens são protagonistas. O sujeito é interpelado em sujeito pela ideologia, que produz tanto apagamentos quanto a ilusão de transparência da linguagem. Situado no entremeio de linguagem, ideologia e psicanálise, o sujeito é afetado simultaneamente pelas três ordens. Contudo, por se tratar de um ser-em-falta, ele deixa em cada uma delas um furo: na linguagem, o equívoco; na ideologia, a contradição; e na psicanálise, o inconsciente. Essa falta constitutiva é fundamental à AD: “se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva” (Leandro Ferreira, 2005, p. 71). É ela que dá lugar ao sujeito desejante, interpelado ideologicamente (isto é, assujeitado) e que constitui efeito de linguagem. Com a AD, os elementos sociohistóricos se tornam essenciais e a relação língua/fala é deslocada para língua/discurso. O sujeito é constituído pelo entrelaçamento da ideologia e do inconsciente. O funcionamento linguístico está vinculado às condições de produção do discurso.

O percurso dos sentidos de “criança” no PPP da escola

A primeira definição empírica geral da noção de condição de produção (CP) surgiu no trabalho **Análise Automática do Discurso (AAD-69)** de Michel Pêcheux (2010). Com o propósito de definir elementos teóricos que permitissem pensar os processos discursivos, o autor propõe que fenômenos linguísticos com dimensão superior à frase são tidos como um funcionamento referido às CP. Um discurso é sempre dito a

partir de CP que têm, como elementos estruturantes, relações de sentido, de antecipação e de força.

Situado no interior da relação de força entre elementos antagonistas de um determinado campo, conforme o lugar que eles ocupam, se altera o estatuto do que representam, denunciam, anunciam, dizem — o que permite entender que o discurso seria diferente se o sujeito falasse de uma posição oposta àquela a partir da qual está falando. Essas posições discursivas é o que constituem as formações imaginárias: são produções de imagens dos sujeitos (imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele e a imagem que o interlocutor faz do objeto do discurso).

Se remetido às relações de sentido, pela consideração de onde é produzido o discurso, entende-se que o processo discursivo não tem um início: “um discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos” (Pêcheux, 2010, p. 77). Sendo assim, todo o discurso se relaciona com outros discursos realizados, imaginados ou possíveis.

A antecipação, por sua vez, implica que o orador deslize de posição experimentando, a partir da sua posição de orador, o lugar de ouvinte. Essa previsão do que o outro vai dizer é constitutiva do discurso, funcionando, aí, artifícios que envolvem a antecipação da palavra do outro afetada por uma série de formações imaginárias de um e de outro.

Em 2019, pais ou responsáveis pelas crianças, funcionários e docentes da escola de Educação Infantil foram instados a participar da reelaboração do PPP por meio da resposta a uma série de questões a eles endereçadas. As posições discursivo-enunciativas assumidas por eles são afetadas por formações

imaginárias e, também, por já-ditos que compõem uma memória a respeito do ser criança, ser docente, ser funcionário, ser pai ou responsável, ser escola. Assim, o sintagma “criança” pode significar diferente conforme a posição e a inscrição do sujeito, porque ele só adquire sentido no contexto concreto da vida social. Sendo esse concreto um terreno de diferenças e disputas (de sentidos, por sentidos, entre sentidos), ele não é unívoco. Decorre disso que os sentidos de “criança” não são evidentes, mas disputados. Ademais, os discursos sobre “criança” são produzidos em certas condições, fazendo parte de tais condições o fato de que se enuncia de um entre os vários lugares da sociedade no qual papéis são representados — de educador infantil, de gestor da escola de Educação Infantil, de pai, de mãe, de responsável, de criança entre outros. Entre tais lugares constituem-se relações de força. Se pensado o processo de reelaboração do PPP em 2019, dois aspectos principais foram abordados nos protocolos respondidos — “escola” e “papel da família”. Mas os sentidos de “escola” e “família” nem tiveram origem nos sujeitos nem foram constituídos desde um mesmo lugar: pais, responsáveis, funcionários e docentes “disseram” desde o lugar social assumido por cada um e em função dos papéis a partir dos quais tal lugar é compreendido.

Parafraseando exemplo tomado de Eni Orlandi (2012), os sintagmas “escola” e “papel da família” podem evocar diferentes sentidos conforme a FD uma vez que as palavras não hospedam significados que lhes são próprios, mas os sentidos estão associados às FD, portanto, são definidos ideologicamente. Tais sintagmas podem apontar para sentidos diferentes quando considerados desde lugares sociais também diferentes — “escola” e “papel da família” para os pais ou responsáveis,

“escola” e “papel da família” para os educadores, “escola” e “papel da família” para os funcionários da escola. Além disso, é preciso igualmente atentar para o fato de que as posições assumidas pelos membros da comunidade escolar no discurso são determinadas por já-ditos que compõem a memória sobre “escola” e “papel da família”, não sendo os sujeitos a origem dos sentidos nem tendo possibilidade de controlá-los.

No PPP, a escola apresenta suas finalidades em função da criança e se revela preocupada em criar situações por meio das quais possa garantir oportunidades de desenvolvimento integral. Os objetivos da Educação Infantil foram estabelecidos a partir de uma expectativa de formação da criança que inclui aspectos como desenvolver “o potencial físico-motor, a coordenação motora e psicomotora, o domínio e potencialização de seu corpo”, ampliar “experiências e vivências integradoras”, arquitetar meios para que “a criança entenda o mundo em que vive, em seus aspectos culturais e sociais, de forma crítica e transformadora, valorizando seus hábitos e atitudes”, criar condições para “a criança vivenciar o desenvolvimento de habilidades de interação, participação, convivência”, promover “aprendizagens potencializadoras para a socialização da criança com o mundo, assim como o fortalecimento da autoestima” e possibilitar o desenvolvimento, com autonomia, de uma “imagem positiva de si”⁴.

O sintagma “criança” é dito demais nos textos que compõem o documento, caracterizando um excesso. Por definição do **Dicio - Dicionário Online de Português**, “criança” é: “Menino ou menina que está no período da infância, entre o nascimento e a puberdade. [Figurado] Pessoa muito jovem; quem não atingiu a idade adulta. [Figurado] Infantil; pessoa sem experiência;

4 Elementos do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola parceira (Xangri-Lá, 2019) são trazidos em destaque para apresentar as finalidades e os objetivos da Educação Infantil que a escola elenca.

quem é ingênuo, inocente”. O dicionário oferece a possibilidade de acesso a sentidos estabilizados que já se constituem como memória de certo dizer e apontam para um sentido de pessoa que está no início da jornada e, portanto, ainda guarda certa inocência em função disso — alguém que, contraditoriamente, é e não é: é jovem, é ingênuo; não é púbere, não é adulto, não é experiente. Uma tensão se revela entre um **efeito de sentido de infância inexperiente**, que faz retorno de uma memória de criança em que ela era compreendida como alguém (ou algo) a ser moldado porque destituído de experiências e, portanto, de capacidades, e **um efeito de sentido de adulez experiente/responsável pela modelagem do ser não-adulto**.

No entanto, a memória passa por atualizações em função do reviramento dos sentidos. A “criança” no PPP é falada de muitas maneiras: “capaz e disposta a estabelecer relações”, “investigadora nata”, “sujeito curioso”, “ser humano de pouca idade que sonha”, “ser social de direitos”, “pesquisador desde que nasce”, “ser humano no início de seu desenvolvimento”, “pensante”, “criativo” e “autêntico”. Nas SD1 e SD2, não se usa um adjetivo para falar da “criança”, mas há marcas discursivas destacadas que indicam aquilo que se espera seja desenvolvido por ela — “habilidades de interação, participação, convivência”, “socialização com o mundo”, “autoestima” e “imagem positiva de si”, apontando para certa caracterização da “criança” a partir do que ela ainda precisa adquirir:

SD1 – Através dos propósitos da educação infantil, criar condições onde a criança possa vivenciar o desenvolvimento de **habilidades de interação, participação, convivência**, promovendo aprendizagens potencializadoras para a **socialização da criança com**

o mundo, assim como o fortalecimento da **autoestima**, possibilitando o desenvolver com autonomia de uma **imagem positiva de si** próprio.

SD2 – Desenvolver uma **imagem positiva de si**, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em sua capacidade e percepção de suas limitações [...].⁵

Conquanto não possa sugerir um processo de adjetivação no modo como a gramática estabelece por não se configurar um exemplo aceito de utilização de palavra ou expressão de classe gramatical diferente do adjetivo para caracterizar o substantivo (Cunha; Cintra, 2014), nas SDs supracitadas pode ser percebido um **efeito de sentido de adjetivação da criança** em função do caráter valorativo que escoja das marcas discursivas: está dito que à escola cabe “criar condições” que permitam o desenvolvimento de capacidades as quais talvez ainda não estejam suficientemente formadas. Além disso, nota-se a repetição de “imagem positiva de si”, marca que está presente nas duas sequências. Há aqui uma relação de paráfrase.

Quando enunciamos, mexemos com a filiação dos sentidos, porém falamos com palavras já ditas. Pêcheux (2009, p. 266) afirma que a paráfrase pode ser entendida como uma unidade não contraditória do sistema da língua, ou como uma paráfrase histórico-discursiva “para marcar a inscrição necessária dos funcionamentos parafrásticos em uma formação discursiva historicamente dada”, acrescentando, anos depois, ao falar sobre um deslocamento realizado pelos estudos da linguística, uma menção à divisão discursiva entre dois espaços que parecem remeter não apenas à paráfrase como também à polissemia respectivamente: o espaço da “manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por

⁵ Sequências discursivas retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola parceira (Xangri-Lá, 2019).

uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido” (Pêcheux, 1999a, p. 51).

Orlandi (1993) traduz a paráfrase como o mesmo sentido que adquire formas diversas. Segundo ela, é impossível ignorar a importância da paráfrase por corresponder à “ação da instituição, da regra, da lei, e nela é que se sustenta a afirmação de que a linguagem é convencional” (Orlandi, 1993, p. 86). Dessa forma, a paráfrase aponta para a sedimentação histórica dos sentidos, para sua legitimação em termos institucionais. Em outro trabalho, Orlandi (1996, p. 93) adverte que a separação entre paráfrase e polissemia não é evidente nem permanente — “onde está o mesmo, está o diferente”. Fenômeno que decorre do modo de funcionamento discursivo da mudança que, quando promove ruptura, o faz a partir de uma relação com o mesmo e se constitui, então, enquanto retorno e interpretação do mesmo, do já-dito. Tal relação implícita uma outra: a relação com a repetição, e circunda a questão da produtividade que, desde o modo como é pensada na AD, envia para o “mesmo” contado com algumas variações. Seria dizer que remete à reformulação, ou melhor, ao entendimento de paráfrase como reformulação. Essa restauração de um certo tema foi reconhecida por meio de separação e organização dos recortes em repetições afins que permitiram a identificação de duas famílias parafrásticas: a FP Criança-Projeto e a FP Criança-Potência.

No caso da análise produzida aqui, não indico apenas a regularidade que a materialidade apresenta — a repetição da marca discursiva “imagem positiva de si”, mas percebo, nas **SD1** e **SD2**, dizeres que se repetem no PPP da escola em função de certo “conteúdo” ou tema que é restaurado — certa concepção

de “criança” como um sujeito a ser formado, talvez um sujeito ainda insuficiente, o que remete a uma matriz de sentido ou família parafrástica que designo como FP Criança-Projeto. O PPP, ao enunciar os compromissos da escola, diz da necessidade de a criança “desenvolver” capacidades — “habilidades de interação, participação, convivência”, “socialização [...] com o mundo”, “autoestima” e “imagem positiva de si”. Isso aponta para o como a escola percebe a “criança” e entende que deve desempenhar seu papel.

Especificamente no que tange ao modo de a escola compreender suas funções, na **SD1**, desde a expressão “Através dos propósitos da educação infantil” e dos verbos “criar condições”, promover (na **SD1**, “promovendo”) “aprendizagens potencializadoras” e possibilitar o desenvolvimento (na **SD1**, “possibilitando o desenvolver”), o PPP dá a ver uma preocupação concentrada em auxiliar a “criança” a se desenvolver na sua integralidade, ressoando um efeito de sentido de escola cuidadora que faz retorno de uma memória de Educação Infantil segundo a qual a educação da infância equivale ao acionamento por parte do professor-cuidador de uma série de práticas por meio das quais a “criança” terá a possibilidade de atingir o desenvolvimento pleno de suas capacidades. Essas marcas/pistas dão a ver não apenas um **efeito de sentido de escola cuidadora** como também a assunção a uma **posição-sujeito professor-cuidador** a qual está associada à crença segundo a qual compete ao educador moldar e dar forma à “criança”, ou seja, cabe a ele “cuidar para que o sujeito que aprende desenvolva suas potencialidades” de modo a se ajustar às prováveis demandas futuras apresentadas pela sociedade — o que faz com que a “criança” seja olhada não a partir da potência que poderia revelar em seu momento atual,

mas como um sujeito do amanhã. Ferreira (2015, p. 84) lembra que, embora estudos mais atuais tratem o educar e o cuidar na EI de forma articulada, essa crença permanece dominante. Crença que leva para um tempo outro: um tempo que Kramer (2013) problematiza quando ressalva a não-superação do caráter compensatório da Educação Infantil, somando-se a tal assertiva os argumentos de Kuhlmann Jr. (2010) segundo os quais ainda se mantém, no contexto de produção da EI, a relação dicotômica entre assistência e educação.

O efeito de sentido de escola cuidadora é produzido também pelo Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil ao estabelecer que “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. **Cuidar** significa valorizar e **ajudar a desenvolver capacidades**” (Brasil, 1998, p. 24), o que pode, por relações parafrásticas, ser enunciado como: “Cuidar significa valorizar e **criar condições para o desenvolvimento de capacidades**”, “Cuidar significa valorizar e **promover aprendizagens potencializadoras**” e “Cuidar significa valorizar e **possibilitar o desenvolvimento de capacidades**”⁶.

Irrompe, junto do **efeito de sentido de escola cuidadora**, um outro efeito – **o adultocêntrico em relação à criança** que está ancorado em uma memória relativamente ao que pode e deve (e também não pode nem deve) ser considerado “criança” no contexto da Educação Infantil no Brasil. Se está dito que a instituição precisa assumir o compromisso pela formação plena da “criança”, o que não está dito? Se há necessidade de serem desenvolvidas certas capacidades é porque elas não estão suficientemente formadas, então essa “criança” é significada

⁶ Importante elucidar que, neste parágrafo, os grifos remetem a elementos que estabelecem relação parafrástica entre si, destacando-os.

não apenas como um ser insuficiente até entrar na escola, mas também dependente da escola para a sua constituição plena, para a sua formação integral — sem a escola a “criança” não socializaria com o mundo, não fortaleceria a sua autoestima, não desenvolveria uma imagem positiva de si, não teria confiança em sua capacidade e percepção de suas limitações. Ou seja, a escola insiste em se representar como condição para que isso aconteça e, da mesma forma, insiste em representar a “criança” como alguém que precisa percorrer os caminhos nela oferecidos para que atinja uma situação “outra”, pois ela ainda é um sujeito falho. Nessa relação entre dito e não dito sobre a “criança”, reconhecemos o **efeito de sentido de adjetivação da criança** e, também, um **efeito de sentido de criança não suficiente**, mas nas **SD1** e **SD2** não há referência explícita ao que a “criança” já tem instituído, seus vínculos, maneiras de comunicação, as interações que já realiza.

Um texto não é um objeto independente, pois toda materialidade carrega consigo marcas de já-ditos anteriores e exteriores, o que Pêcheux (1999b) chamou de “pré-construídos”. Para que uma palavra tenha sentido em determinada formação discursiva, é necessário que essa já faça sentido antes – o que se constitui em um efeito de pré-construído. Há, nas **SD1** e **SD2**, pré-construídos de que a “criança” carece de um desenvolvimento pleno de suas capacidades até sua entrada na escola que precisa desenvolver propostas de trabalho as quais oscilam entre a educação e a assistência. Necessário, então, abordar a relação entre o discurso e o regime de repetibilidade. A afirmação “há repetições que fazem discurso” (Courtine; Marandin, 2016, p. 28) nos faz refletir a respeito das retomadas e das memórias discursivas uma vez que

São os discursos em circulação que são retomados, seja em textos, seja em enunciações, e seus sentidos, à força de serem repetidos, são regularizados. Portanto, essa retomada remete a uma memória discursiva, e se apresenta para o sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido, de um saber anônimo. Em suma, o discurso se faz no regime de repetição, e tal repetição se dá no interior de práticas discursivas que são de natureza social. (Indursky, 2011, p. 67-89).

Em AD a repetibilidade não consiste apenas em repetir palavras, mas em uma condição de sentido. Pensando na análise do discurso do PPP, se trata de enunciados que apontam para o interdiscurso e para séries de formulações que marcam enunciações dispersas e distintas relativamente à “criança”, constituindo, assim, a exterioridade do enunciável que, ao mesmo tempo, se repete e se transforma – o que permite reforçar nosso compromisso com um estudo que se ocupa do funcionamento discursivo e, ao fazê-lo, pensa a relação entre materialidade discursiva e interdiscurso. Um estudo que pensa a retomada, a repetição de sentidos que têm circulado nos discursos da e sobre a “criança” desde tempos anteriores a este. Para fazê-lo, se sustenta em um entendimento segundo o qual a paráfrase, como lembra Pasinatto (2014, p. 76), é “um dos dispositivos que nos possibilita depreender marcas que nos levam ao desvendamento do simbólico na linguagem, por meio da repetição ou da retomada”.

“Desvendamento” a que damos continuidade com a análise de outro recorte de sequências discursivas que apresenta dizeres os quais remetem à FP Criança-Potência:

SD3 – A criança é vista como capaz e disposta a estabelecer relações. Com direitos a serem preservados e defendidos, respeitada com escuta atenta e afetiva.

SD4 – Todas **têm potencial, curiosidade e interesse** por construir seu conhecimento e negociar em seu entorno.

SD5 – [...] [as crianças] são **investigadoras natas**, desde o nascimento.

SD6 – Nossa escola entende que a **criança** nasce como um **sujeito curioso** e com um **enorme potencial** para aprender [...]. Há um respeito grande pelo que a **criança** deseja, se interessa, e a gente vai aprendendo junto com ela.

SD7 – A **criança** é um **ser humano de pouca idade que sonha, deseja, têm objetivos**, é um **ser social de direitos**, produz cultura e história e é produto delas.

SD8 – [...] acreditamos que a **criança** é um **pesquisador desde que nasce**.

SD9 – Para trabalhar na perspectiva dos campos de experiência, o professor precisa ter sensibilidade e perceber no cotidiano os **interesses das crianças, suas hipóteses provisórias e as indagações que se colocam**.

SD10 – [...] as **crianças têm** em si o **desejo de aprender**.

SD11 - Entendemos **criança** como ser humano no início de seu desenvolvimento, **pensante, criativo, autêntico** [...].⁷

A materialidade das SD aponta para um PPP no qual reconheço enunciados produzidos desde outra posição-sujeito, se constituindo uma mudança no que tange à concepção de “criança”. Aqui ela não é discursivizada como sujeito inexperiente que precisa desenvolver capacidades ainda não disponíveis ou plenamente formadas. Em função disso, atento para o funcionamento do sintagma “criança” e dos enunciados parafrásticos que com ele estão articulados:

⁷ Sequências discursivas retiradas do Projeto Político Pedagógico da escola parceira (Xangri-Lá, 2019).

Quadro 1: Funcionamento discursivo do sintagma “criança” e de enunciados parafrásticos

Enunciado	SD	Funcionamento Discursivo
A criança é vista como capaz e disposta a estabelecer relações.	3	Criança como ser pleno
Todas têm potencial, curiosidade e interesse	4	
[...] são investigadoras natas	5	
[...] a criança nasce como um sujeito curioso e com um enorme potencial	6	
A criança é um ser humano de pouca idade que sonha, deseja, têm objetivos , é um ser social de direitos ,	7	
[...] a criança é um pesquisador desde que nasce.	8	
[...] o professor precisa ter sensibilidade e perceber no cotidiano os interesses das crianças, suas hipóteses provisórias e as indagações que se colocam	9	
[...] as crianças têm em si o desejo de aprender.	10	
[...] pensante, criativo, autêntico [...].	11	

Fonte: material elaborado pela pesquisadora.

Nas SDs identifico enunciados que produzem certo **efeito de sentido para criança como ser pleno**. Dito de outro modo, “criança” tem funcionamentos semelhantes. A **posição-sujeito professor contemporâneo** pode ser associada a concepções de infância que passaram a circular no século XXI de modo mais insistente e propõem que a “criança” seja considerada como ser histórico e social, uma “criança” que aprende em função de suas realizações, na interação, no diálogo, na experiência de vida coletiva, um sujeito sociocultural. Nestas SDs é possível perceber um processo de sumarização no deslocamento de, respectivamente, “criança” e “crianças” para “capaz e disposta a estabelecer relações”, “investigadoras natas”, “sujeito curioso”, “ser social de direitos” e ser “pensante, criativo, autêntico”. Por esse processo, tais palavras remetem a situações anteriores

veiculadas por discursos outros como o de diferentes grupos que têm se ocupado de estudar a “criança” e incluem desde sociólogos, psicólogos, antropólogos até “políticos, educadores, industriais, médicos, juristas, religiosos, que se articularam na criação de associações e na organização de instituições educacionais para a criança pequena” (Kuhlmann, 2003, p. 183). Ser “criança” está relacionado ao desenvolvimento de uma demanda por conquista de espaço e direitos.

É importante, agora, tocar em um outro ponto: a evidência do sentido de “criança” produzida pelo trabalho da ideologia e representando saturação dos sentidos e dos sujeitos. Consoante lembra Hanns (2004, p. 17), “satura-se de sentido uma determinada ideia, não só repetindo certas palavras, mas também convocando outras que circunscrevem a mesma ideia. Utilizam-se então termos que em dado contexto se equivalem, formando quase que “cascatas” ou “blocos” de palavras que demarcam uma ideia-força”. Nesta análise, essa ideia-força (ou ideia central), a concepção de “criança” nos contextos da Educação Infantil, irrompe pelas relações parafrásticas que, por sua vez, são constituídas pelo excesso do sentido que circula através de diferentes sintagmas. A repetição de palavras no interior de uma rede parafrástica satura de sentidos a ideia-força. Hanns (1998), em outro trabalho, a respeito de ideia-força e trama enfática, elucida sobre o modo como ela era empregada por Freud. Conquanto Freud reservasse a utilização da trama enfática para contrapor tendências psíquicas umas às outras, sendo possível funcionar as mesmas como operadores de leitura que possibilitariam melhor compreender especificidades de seu texto no que se refere às formas de relação entre palavra, conceito e teoria, arriscaremos operar uma transposição desse “dispositivo” para nossa análise e seu emprego adaptado na retomada das duas Famílias Parafrásticas:

Quadro 2 – Trama Enfática da “Criança” no PPP

Família Parafrástica Criança-Projeto	Família Parafrástica Criança-Potência
- Propósitos da educação infantil - Criar condições - Desenvolvimento de habilidades de interação, participação, convivência, socialização da criança com o mundo - Autoestima - Imagem positiva de si próprio - Desenvolver	- Criança - Capaz e disposta a estabelecer relações - Têm potencial, curiosidade e interesse - Investigadoras natas - Sujeito curioso - Enorme potencial - Ser humano de pouca idade que sonha, deseja, têm objetivos - Ser social de direitos - Pesquisador desde que nasce - Interesses das crianças, suas hipóteses provisórias e as indagações que se colocam - Desejo de aprender - Pensante, criativo, autêntico
- Efeito de sentido de infância inexperiente - Efeito de sentido de adultez experiente/responsável pela criança - Efeito de sentido de escola cuidadora - Efeito de sentido adultocêntrico - Efeito de sentido de adjetivação da criança	Efeito de sentido de criança como ser pleno
Posição-sujeito professora cuidadora	Posição-sujeito professora contemporânea

Fonte: material elaborado pela pesquisadora.

A repetição tanto da palavra “criança” quanto dos sentidos dos discursos sobre “criança” em circulação provoca a saturação da rede de sentidos, com o sujeito sofrendo determinações de várias ordens, na busca de realçar um ponto de vista, o que mostra que o sujeito não é livre nem centrado, ele é assujeitado, e a língua não é literal nem transparente, ela é opaca. Enfim, o sujeito em AD é o sujeito da incompletude, então sempre parece que há algo a dizer, ou algo que não foi dito, e é nessa situação que a articulação entre ideologia, linguagem e inconsciente opera, associando entre si termos e sentidos.

A prática de análise permite reconhecer uma formação discursiva inicial – a Formação Discursiva Pedagógica da Criança – na qual circulam efeitos de sentidos decorrentes das duas famílias parafrásticas: Família Parafrástica Criança-Projeto

e Família Parafrástica Criança-Potência. As posições-sujeito estabelecem litígio entre si, o que possibilita falar em um sujeito dividido por ele mesmo diante dos saberes que circulam na FD com que se filia, os quais pode questionar causando tensão: uma **posição-sujeito professora contemporânea** plenamente identificada com o sujeito universal, com o sujeito do saber da formação discursiva de referência: e outra PS, **a posição-sujeito professora-cuidadora**, contraidentificada desta mesma FD.

Na medida em que, no mesmo PPP, verifico tanto a insistente preocupação com a criação de “condições onde a criança possa vivenciar o desenvolvimento de habilidades de interação, participação, convivência”, bem como ter garantida a promoção de “aprendizagens potencializadoras para a socialização”, o “fortalecimento da autoestima” e o desenvolvimento de “uma imagem positiva de si próprio” (SD1), quanto a também insistente afirmação de que “a criança é vista como capaz e disposta a estabelecer relações” (SD3), curiosa, interessada, “investigadora nata”, sou levada a desconfiar da existência de vozes dissonantes: a criança é uma “investigadora nata”, ela é uma “pesquisadora desde que nasce” ou ela depende da escola para “vivenciar o desenvolvimento de habilidades” que lhe permitam vir a ser? Ela é “disposta a estabelecer relações” ou ela carece de “aprendizagens potencializadoras” para sua socialização? Ao mesmo tempo, seus saberes são ditos presentes e ausentes (ou, no mínimo, suficientes e insuficientes), sendo legítimo aventar que “o estudo da heterogeneidade permite apreender [...] o contato entre posições-sujeito, inscritas na mesma Formação Discursiva, mas igualmente diversas” (Indursky, 2005, p. 28).

Os sentidos produzidos pelo discurso do PPP desde as SDs agrupadas nas duas Famílias Parafrásticas estão em um jogo de forças: o sujeito do discurso contraidentifica-se com alguns saberes que permeiam a FD que o afeta. Esse conflito entre a identificação com a forma-sujeito, com os saberes da FDPC, e a contraidentificação com os mesmos saberes acontece no interior da FD. O sujeito do discurso resiste aos saberes que circulam na FD em que ele se inscreveu e faz isso a partir do interior desta mesma FD visto que

[...] a contra-identificação é um trabalho do sujeito do discurso sobre os dizeres e os sentidos que são próprios à FD que o afeta e, por conseguinte, se institui como forma de resistência à forma sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza. O resultado desta contra-identificação faz com que o sujeito do discurso, não mais se identificando plenamente aos saberes que a Forma Sujeito representa, se relacione de forma tensa com a forma-sujeito. (Indursky, 2011, p. 6).

É possível aqui remeter a Pêcheux (2009) quando ressalva que as palavras e as expressões do sujeito mudam de sentido de acordo com as posições ocupadas por ele, sempre em referência às formações ideológicas. Na mesma FD há espaço para posições-sujeito divergentes, porque as duas idealizam a criança, a colocam como centralidade na Educação Infantil, inexistindo uma não identificação total a ponto de o sujeito desidentificar-se, romper com a FD Pedagógica da Criança e, assim, surgir uma outra FD.

A noção de FD proposta por Pêcheux (2009) corresponde a um domínio de saber formado por enunciados que designam uma forma de relacionamento com a ideologia, regulando a enunciação do sujeito, ou seja, o que deve e pode dizer. Lembrando considerações feitas por Pasinatto (2014), destaco

que a formação discursiva implica a possibilidade de as palavras e expressões poderem mudar de sentido ao passar de uma formação discursiva para outra, assim como pode ocorrer o inverso, ou seja, palavras e expressões diferentes no interior de uma formação discursiva passam a ter o mesmo sentido. Na Análise do Discurso, a noção de sujeito e de formação discursiva está imbricada, pois é por meio da relação de ambas que se chega ao funcionamento do sujeito no discurso. Nesse contexto, embora interpelado ideologicamente, o indivíduo se ilude de que é a fonte do seu dizer.

Ao mesmo tempo em que considero aquilo que lembra Pêcheux (2009, p. 169) quando argumenta que “a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar “matriz do sentido”, reitero que as onze sequências discursivas, recortadas do PPP da escola, foram organizadas em duas famílias parafrásticas no interior de uma formação discursiva inicial identificada como Formação Discursiva Pedagógica da Criança (FDPC) e foram reconhecidas duas matrizes de sentido respectivamente – uma que remete à “criança ainda insuficiente” e outra que aponta para a “criança já plena”, materializando uma Formação Ideológica Escolar.

Além disso, observei a movência dos sentidos no discurso e, desde a compreensão de que a língua é falha, reconheci uma FDPC heterogênea, sendo nela flagradas a entrada e circulação de diversos saberes. A presença de diferentes saberes indica uma espécie de “perturbação” na FDPC, apontando para também diferentes posições assumidas pelo sujeito no discurso: ao mesmo tempo em que o PPP produz efeitos de sentidos sobre a criança como inexperiente, que precisa ser conduzida pelo adulto, irrompe

o efeito de sentido de criança capaz e disposta a estabelecer relações, criança que têm potencial, curiosidade e interesse. Nesse ponto cabe, mais uma vez, estender o estudo até Indursky (2011) e atentar para seus argumentos quando caracteriza memória discursiva como “regionalizada, circunscrita a uma FD e, por essa razão, [...] esburacada, lacunar”, portanto, memória discursiva que, no caso desta análise, está articulada às onze SDs que se inscreveram na FDPC e aos sentidos “permitidos” pela forma-sujeito ou por ela censurados, uma memória discursiva de criança “circunscrita” à FDPC. Além disso, se o discurso do sujeito se configura como “efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ totalmente determinada do exterior” (Pêcheux, 2009, p. 167), enunciados ditos em momentos anteriores, procedentes do interdiscurso, foram incorporados no discurso do PPP e apontam para diferentes maneiras como a criança é discursivizada na escola.

Para (não) concluir

Os processos discursivos não têm origem no sujeito, mas se realizam no sujeito – o que está relacionado à constituição do sujeito. O discurso é um objeto sóciohistórico, porém, para a Análise do Discurso, não se trabalha a história como se fosse independente do fato de que ela significa. O dizer não é de propriedade única do sujeito, pois ele não tem controle sobre o modo como os sentidos se constituem nele: “Ao tomar a palavra, os indivíduos retomam em sua fala o que eles ignoram ser o já-dito” (Courtine; Marandin, 2016, p. 45). Dessa forma, é possível identificar uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, a relação entre o intradiscurso (o que se

está dizendo naquele momento e em determinada situação) e o interdiscurso (o que já foi dito e esquecido, mas tem sentido, pois antes já fez sentido).

Desde os gestos de interpretação realizados, é possível dizer que, pela constituição da formação discursiva, podemos entender o que pode e deve ser dito (e também, sob certo aspecto, o que não pode nem deve ser dito) sobre “criança” em função da regulação da forma-sujeito que, fragmentada, abre espaço não só para o semelhante, mas também para o diferente, o divergente, o contraditório, resultando em uma formação discursiva heterogênea. Os sentidos alinhados às Famílias Parafrásticas Criança-Projeto e Criança-Potência e as duas posições identificadas com a FDPC mostram que a FD de referência é heterogênea, sendo que essa heterogeneidade discursiva, nessa perspectiva, é associada à contradição social e cultural. Além disso, externa-se também, por ação do interdiscurso, ou exterior de uma FD, o que não pode ser dito, e que por ação da ideologia também compõe a trama da interpretação.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 129 p.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso? *In*: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. *Materialidades Discursivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016. p. 33-54.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo* [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014. 800 p.

FERREIRA, Silvéria Nascimento. *Um desconhecido à porta: os discursos das professoras da educação infantil sobre o ser, o saber e o fazer docente*. 2015. Dissertação (Mestrado) 89f. – Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Caruaru, 2015.

FISS, Dóris Maria Luzzardi. *Os processos de construção da autoria e do mal-estar docente numa escola pública estadual*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) 228 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Faculdade de Educação, 1998.

HANNS, Luiz Alberto. Operadores de Leitura (Ilustração das Tramas Semântico-Conceituais). *In*: HANNS, Luiz Alberto. *A teoria pulsional na clínica de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 191-204.

HANNS, Luiz Alberto. Os critérios de tradução adotados. *In*: FREUD, Sigmund. *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p.15-60.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. 20 p.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela por ela? Seminário de Estudos em Análise do

Discurso - SEAD, 2, 2005. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 9. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2013

KUHLMANN, Moysés Jr. Educando a infância brasileira. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN Jr., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. A trama enfática do sujeito. *Anais do II SEAD -*

Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico]. Porto Alegre: UFRGS,

2005. Disponível em:

<http://anaisdosead.com.br/2SEAD/SIMPOSIOS/MariaCristinaLeandroFerreira.pdf>

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo, 2015.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Passando a Limpo)

PASINATTO, Rubiamara. *O poder simbólico do lixo: a (re)-emergência do sujeito excluído pelo urbano*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras, Passo Fundo, 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso* (AAD69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 61-162.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1999a.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: São Paulo, Editora da UNICAMP, 1994. p. 55-66.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre *et al.* (orgs.). *Papel da Memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999b.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010. p. 163-252.

SOUZA, Souza, Aureci de Fátima da Costa. *O percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos: uma análise discursiva*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2004. 221 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.

TEIXEIRA, T. M. L. *A presença do outro no um: um exercício de análise em canções de Chico*

Buarque. Porto Alegre: PUCRS, 1998. 313 p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Letras. Curso de PósGraduação em Letras. 1998.

XANGRI-LÁ. Projeto Político Pedagógico Escola Municipal de Educação Infantil. Xangri-Lá, RS, 2019.

A historicidade dos sentidos na fala da Secretária Estadual de Educação e o funcionamento da memória discursiva

Ildo Ronan Vilarinho Júnior*

Dóris Maria Luzzardi Fiss**

Resumo

Neste artigo procuramos revisitar, na perspectiva teórico-metodológica da Análise materialista do Discurso, enunciados proferidos pela Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul na live “Orientações sobre o encerramento do ano letivo 2022”, compreender a realização do discurso desde sua filiação a redes de memória bem como o funcionamento da memória discursiva a partir do recorte de duas sequências discursivas (SD), identificando a Formação Discursiva (FD) em que as SD estão inscritas e por quais outras FD são atravessadas. Entendemos que o sujeito se constitui pela memória e pelo esquecimento, inscrevendo-se em certa filiação de sentidos, e a memória é reconstruída na enunciação, retornando nos sentidos produzidos pelas palavras “educação integral” e “coisa” em determinadas condições de produção. Destacamos, desde o trabalho analítico-discursivo realizado, que a Secretária, assujeitada ideologicamente, está determinada pela Formação Discursiva Pedagógico-Administrativa (FDPA) e parece ter assimilado diretrizes de organização da educação coerentes com o modo de produção capitalista neoliberal. Contudo, a FDPA está em relação com outras FD, reverberando o que foi dito antes, incorporando, mas também mudando o seu sentido uma vez que a memória tanto permite repetição

* Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Mestrando em Educação (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Docente e Diretor em Escola da Educação Básica. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-7149-6164>.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Educação. Doutora em Educação. Professora Associada IV. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4771-0726>.

quanto deslocamento de sentidos. Raquel, ao afirmar algo, provavelmente deixa de dizer algo e sentidos são silenciados – o que aponta para uma disputa pelos sentidos acerca da Educação entre um modo que compreende a escola como sendo a de tempo livre para aprender e outro modo que vê na escola a instância de treinamento do estudante para inseri-lo de maneira adaptada às exigências do trabalho.

Palavras-chave: memória; discurso; sujeito; educação.

The historicity of meanings in the speech of the State Secretary of Education and the functioning of discursive memory

Abstract

In this article we seek to revisit, from the theoretical-methodological perspective of materialist Discourse Analysis, statements made by the State Secretary of Education of Rio Grande do Sul in the live “Guidelines on the closing of the 2022 school year”, to understand the realization of the speech since its affiliation with memory networks as well as the functioning of discursive memory from the cutting of two discursive sequences (SD), identifying the Discursive Formation (DF) in which the SD are inscribed and through which other FDs are crossed. We understand that the subject is constituted by memory and forgetfulness, inscribing itself in a certain filiation of meanings, and memory is reconstructed in enunciation, returning to the meanings produced by the words “integral education” and “thing” in certain conditions of production. We highlight, from the analytical-discursive work carried out, that the Secretary, ideologically subjected, is determined by the Pedagogical-Administrative Discursive Training and seems to

have assimilated educational organization guidelines consistent with the neoliberal capitalist mode of production. However, the FDPA is in relationship with other FD, reverberating what was said before, incorporating, but also changing its meaning since memory allows both repetition and displacement of meanings. Raquel, when stating something, probably stops saying something and meanings are silenced - which points to a dispute over meanings about Education between a way that understands school as being about free time to learn and another way that sees school as the instance of training the student to insert it in a way adapted to the demands of the job.

Keywords: memory; speech; subject; education.

Recebido em: 10/02/2024 / Aceito em: 09/10/2024

Prolegômenos

Este artigo tem como objetivo não apenas revisitar, na perspectiva teórico-metodológica da Análise materialista do Discurso, enunciados proferidos pela Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul na live “Orientações sobre o encerramento do ano letivo 2022”¹, mas sobretudo, ao fazê-lo, compreender a realização do discurso desde sua filiação a redes de memória haja vista os sentidos se constituírem por filiação a elas.

A memória discursiva, suporte semântico de um discurso, funciona através da repetição de enunciados, formando uma regularidade discursiva. Sempre há uma memória significando antes de algo ser dito. Intentamos compreender o funcionamento da memória discursiva subjacente à fala da Secretária de Educação desde o recorte de duas sequências discursivas (SD) nas quais foram reconhecidos indícios de anterioridades discursivas. Nestas SD, destacamos palavras que provocaram “estranhamento” (Ernst-Pereira; Mutti, 2011):

SD1 – “O ser humano é um só. Ele tem as dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual. E é esse ser humano integral que a gente busca formar com a chamada **educação integral**... não necessariamente em tempo integral. **Educação integral**, da integralidade, da plenitude do ser humano”. (grifos nossos).

SD2 – “As competências socioemocionais não são uma **coisa** separada das competências cognitivas”. (grifos nossos).

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EW3yeuFqWbo>

Pretendemos, igualmente, identificar a Formação Discursiva (FD) em que as SD estão inscritas, bem como por quais Formações Discursivas outras são atravessadas. Todavia, é fundamental ressaltar que, tal como pontuou Duarte (2023), a partir de Pierre Achard (1999), “é possível a FD circunscrever formulações já enunciadas, porque há uma memória discursiva oferecendo os sentidos. No entanto, isso não significa que a memória discursiva possa ser confundida com as formulações enunciadas” (Duarte, 2023, p. 99), porque a memória é reconstruída na enunciação.

Algumas considerações

Em decorrência das finalidades deste trabalho, impõe-se uma comparação entre interdiscurso e memória discursiva. Se o interdiscurso remete, como nos diz Orlandi (2001), à memória do dizer, ao “saber discursivo que determina as formulações” (Orlandi, 2001, p. 94), isto significa que tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso. Se isso ocorre é porque o interdiscurso constitui-se de um complexo de formações discursivas. Ou seja: todos os sentidos já produzidos aí se fazem presentes, e não apenas os sentidos que são autorizados pela Forma-Sujeito. E, se é assim, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso não é lacunar. Ao contrário, ele se apresenta totalmente saturado. Esta é a natureza do interdiscurso: reunir todos os sentidos produzidos por vozes anônimas, já esquecidas.

Busquemos, agora, Courtine (1999) e sua formulação de memória discursiva: “A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas

discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos” (Courtine, 1999, p. 53) — o que significa que ela diz respeito aos enunciados que se inscrevem nas FD, no interior das quais eles recebem seu sentido. E mais: se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, isto significa que ela diz respeito não a todos os sentidos, como é o caso do interdiscurso, mas aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no âmbito de uma formação discursiva, consoante nos faz ver Indursky (2011).

Mas não só: a memória discursiva diz respeito aos sentidos que devem ser refutados. Ou seja, ao ser refutado um sentido, ele o é também a partir da memória discursiva que aponta para o que não pode ser dito na referida FD. A memória discursiva ainda tem um outro funcionamento: é em função dela que certos sentidos são “esquecidos” — o que aponta, mais uma vez, para importante elucidação feita por Courtine (1999) quando destaca que o trabalho de uma memória coletiva, no seio de uma FD, permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento destes elementos de saber que são os enunciados.

Certos sentidos que, em um determinado momento, podiam ser produzidos no seio de uma FD, em função de mudanças conjunturais, não podem mais aí ser realizados. E o contrário também é verdadeiro: determinados sentidos que não podem ser ditos em uma FD, em função das mudanças conjunturais, a partir de um determinado momento passam a ser autorizados. Assim sendo, a memória discursiva faz circular, ao se recobrar, no enunciado, outros discursos que já foram mobilizados — como numa repetição regularizadora. O sujeito enunciator agirá, quanto a este movimento de resgate e repetição, como se estivesse enunciando algo que não é sabido.

Pêcheux (1999) assim se expressa a respeito da memória: “seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p. 52). Portanto, não se trata de uma memória cognitiva ou psicológica e, sim, de uma memória discursiva, que sofre o impacto de acontecimentos², que por sua vez produzem deslocamentos de sentido.

O sujeito se constitui pela memória e pelo esquecimento, inscrevendo-se em certa filiação de sentidos. Ele não é um sujeito-origem, como nos faz ver Courtine (1999): “‘há *sempre* já um discurso’, ou seja, [...] o *enunciável* é exterior ao sujeito enunciator” (Courtine, 1999, p. 18) [grifos do autor]. Assim, a Secretária de Educação não é a origem dos enunciados, embora, tendo como referência um primeiro nível de descrição (o “*nível da enunciação*”), é possível dizer que ela é um sujeito enunciator, no “aqui e agora” do discurso, na situação de enunciação. Importante lembrar que o sujeito enunciator, ao enunciar, assume uma posição-sujeito, portanto, fala da posição de Secretária da Educação em um Estado cuja gestão está sob responsabilidade de sujeitos que acreditam na relação de dependência da Educação ao mercado de trabalho, portanto, o que ela enuncia emana seu sentido, no tocante à FD com que está identificada, de uma maneira muito próxima a falas enunciadas por outros os quais assumem a mesma posição.

Pensando o processo de assujeitamento do sujeito falante, Courtine (1999) propõe também um segundo nível de descrição,

2 A palavra “acontecimentos” não pode ser tomada como correspondente a tão-somente circunstâncias. Indursky (2008), a esse respeito, apresenta caracterização muito elucidativa ao propor, desde Pêcheux, que o acontecimento discursivo estabelece o “surgimento de uma nova forma-sujeito e, por conseguinte, de uma nova formação discursiva” e o acontecimento enunciativo determina a “instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma mesma FD”. Ocorre sempre o deslocamento de sentidos.

que precisa ser dissociado, mas (re)articulado ao nível da enunciação: “o *nível do enunciado*, no qual se verá, num espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, que eu chamaria de *interdiscurso*” (Courtine, 1999, p. 18). Os dois níveis propostos por Courtine (1999), e depois retomados por Orlandi (2006), estão sintetizados no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Nível da enunciação e nível do enunciado

NÍVEL DA ENUNCIÇÃO (nível horizontal ou “eixo da formulação”)	NÍVEL DO ENUNCIADO (nível vertical ou “eixo da constituição do dizer”)
- Sujeito Enunciador (não é o sujeito-origem), há <i>sempre já</i> um discurso. - Enunciável (a frase, a Sequência Discursiva) - Situação de Enunciação	- Interdiscurso ou memória do dizer (o que já foi dito, porém se encontra esquecido e, ainda assim, continua fazendo sentido, pois já havia feito sentido antes): referencia-se a uma construção anterior, mas também exterior.

Fonte: elaboração dos pesquisadores.

Orlandi (1996, p. 68; 2001, p. 59; 2012, p. 47-48)³ elucida que a memória pode ser considerada a partir de dois modos de trabalho: a memória institucionalizada (ou de arquivo), em que “a repetição congela” e a memória acumula, e a memória constitutiva ou interdiscurso, memória do dizer, em que “a repetição é a possibilidade mesma de o sentido vir a ser outro”. A memória de arquivo, porque acumula, passa a impressão de que está guardada: no dito há mais do mesmo, produzindo uma repetição horizontal como quando ouvimos alguém falar e identificamos “Essa é a fala de um político filiado a um partido X”, quer dizer, o que está sendo dito é perfeitamente identificável como característico de um sujeito que assume certa posição-sujeito facultada pela interpelação ideológica. E

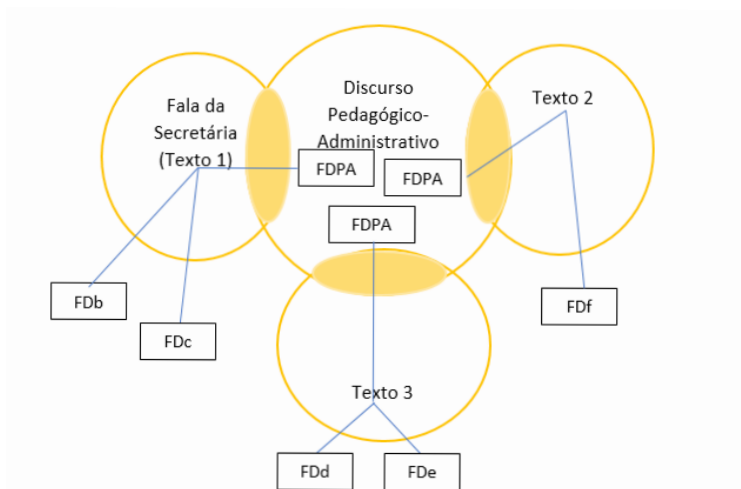
³ Face a importância da categoria memória para este estudo, foram mencionadas as três obras nas quais Eni Orlandi tematiza mais densamente os dois modos de trabalho da memória.

a memória do dizer ou interdiscurso que é um todo complexo de formações discursivas em relação, por vezes, de dominância umas sobre as outras.

A Formação Discursiva (FD), que denominaremos FD Pedagógico-Administrativa (ou FDPA), com que o sujeito Secretária da Educação se filia, está em relação com outras FD, reverberando o que foi dito antes, incorporando, mas também mudando o seu sentido uma vez que a memória tanto permite repetição quanto deslocamento de sentidos. A memória também é constituída de esquecimentos: a Secretária da Educação, ao afirmar algo, provavelmente deixa de dizer algo e sentidos são silenciados.

A partir de tais considerações, é possível entender o texto da Secretária da Educação como heterogêneo em função de ele não estar constituído de uma FD apenas. Percorrendo o caminho sugerido por Eni Orlandi (2012), podemos assinalar que estamos observando o discurso pedagógico-administrativo produzido por uma gestora no qual reconhecemos uma FD Pedagógico-Administrativa. Este discurso está composto por uma dispersão de textos: o de empresários interessados pela educação, o de representantes de editoras que fazem circular o que pode e deve ser dito nas escolas, o de professores, o de alunos, o de pais, o de pesquisadores e assim por diante. E estes textos podem estar atravessados por FD outras, ou seja, pela FD Pedagógico-Administrativa, mas também, por exemplo, pelas FDb, FDe, FDe, FDe, FDe, FDe, o que pode ser assim representado:

Figura 1 – Discurso Pedagógico-Administrativo e a dispersão de textos



Fonte: elaboração dos pesquisadores.

A heterogeneidade diz respeito ao texto — por exemplo, “fala da Secretária”, atravessado por mais de uma FD — por exemplo, FDPA, FDb e FDc, que estabelecem relação de convivência, por vezes conflitiva, entre si. E também diz respeito ao discurso que, pela dispersão de textos nos quais se relacionam FD distintas de modos variados (aliança, litígio, antagonismo), convoca o analista a observar tanto a relação com tais FD quanto diferentes efeitos de sentidos constituídos — o que será pensado a partir da análise da historicidade (Orlandi, 2001) inscrita na linguagem.

O interdiscurso, enquanto memória do dizer, se manifesta pelo pré-construído (o *já lá*) e pelo discurso transversal. Courtine (2014) postula que:

Se afirmamos que todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos *elementos pré-construídos* – isto é, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes

dele –, que se produzem por ele sob a determinação de seu *interdiscurso*, pode-se prever que a constituição de um *corpus* discursivo, em referência a um plano sincrônico de definição das CP do discurso, produzirá um *esquecimento do interdiscurso*, sob a modalidade do apagamento do caráter pré-construído de certos elementos (sintagmas nominalizados, por exemplo) que todo discurso engloba. Esquecimento de que sempre já há discurso. (Courtine, 2014, p. 60) [grifos do autor].

O interdiscurso, em relação à fala da Secretária de Educação do Rio Grande do Sul relativamente à educação integral — “O ser humano é um só. Ele tem as dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual. E é esse ser humano integral que a gente busca formar com a chamada **educação integral**... não necessariamente em tempo integral. **Educação integral**, da integralidade, da plenitude do ser humano” (grifos nossos), é tudo o que foi dito antes em relação ao conceito de Educação Integral, o que nos leva para uma diversidade de já-ditos (pré-construídos) que estão presentes pela ausência, se tirarmos por referência apenas o século XX, desde a concepção oriunda de Anísio Teixeira até as concepções que norteiam atualmente a BNCC, passando pela proposta dos CIEPs da década de 80 e pelas iniciativas do MEC, desde 2004, através do Programa Mais Educação, que remetem à escola de “tempo integral” — esta última mencionada pela Secretária no intuito de diferenciá-la da “educação integral” compreendida como um modo de produzir em uma escola na qual é oferecida formação integral em “tempo integral”.

Se, como assevera Orlandi (2001), o trabalho do analista assume o texto (unidade de sentido) como objeto de observação e a sua compreensão enquanto discurso como objetivo da análise, sendo imprescindível a tomada das condições de produção, faz-

se necessário atentar para elas. Podemos inferir, com Pêcheux (2014), que:

[...] os fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos como um funcionamento, mas com a condição de acrescentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo, e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto do discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (Pêcheux, 2014, p. 78) [grifos do autor].

Portanto, quando um discurso é proferido, ele o é a partir de determinadas condições de produção. A Secretária de Educação fala desde este lugar social que, por sua vez, a situa como participante de determinado Governo, estando perpassada por uma visão ideológico-partidária (a do Partido da Social Democracia Brasileira — PSDB) de cunho neoliberal. Em função de ocupar o lugar social (sujeito empírico) de Secretária da Educação, ela sofre determinações da ordem da exterioridade, representando a visão e os interesses de certa classe social comprometida com um projeto político de sociedade. Ela está no epicentro de relações de força entre distintas posições que operam de maneira a contrapor-se umas às outras. O que é dito pode sempre ser tomado de outra forma ou produzir um efeito de sentido diferente segundo perspectivas distintas nas relações de forças que fazem parte das condições de produção do discurso. Um “ouvinte A” pode perceber coerência no que é falado, de acordo com parâmetros progressistas presentes na fala, como de maneira oposta, um “ouvinte B” pode tomar a mesma fala como uma apropriação de determinadas palavras e conceitos que são, ou foram, próprios desse campo progressista, de esquerda, tendo sido absorvidos pelo pensamento neoliberal.

Parafraseando Pêcheux (2014), quando afirma que

Se prosseguirmos com a análise do discurso político – que serve aqui apenas de representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos – veremos que, por outro lado ele deve ser remetido às *relações de sentido* nas quais é produzido: assim, tal discurso remete a tal outro, frente ao qual é uma resposta direta ou indireta, ou do qual ele “orquestra” os termos principais ou anula os argumentos. Em outros termos, o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido. (Pêcheux, 2014, p. 76) [grifos do autor].

é possível propor que o discurso da Secretária precisa ser remetido também às relações de sentido em que ele é produzido. Ao mencionar a “educação integral” que não está sendo pensada como “necessariamente em tempo integral”, percebe-se que o discurso de Raquel estabelece relação com um discurso outro — o discurso de Anísio Teixeira no qual o sintagma “integral” produz um efeito de sentido de educação sustentada na extensão do tempo escolar e comprometida com a alfabetização das massas, o fim do dualismo escolar e a qualidade da educação popular (Cavaliere, 2010). Enfim, um efeito de sentido de educação como emancipação. Daí pensarmos em uma FD Pedagógico-Emancipatória como uma das possíveis FD que estão em diálogo e choque com a FD Pedagógico-Administrativa na qual a fala da Secretária produz seus sentidos.

O funcionamento das relações de sentido permite ao analista reconhecer um efeito de sentido anterior produzido pelas palavras

“tempo integral”, um efeito de sentido de democratização da educação pelo acesso cada vez maior dos sujeitos à escola. Embora tomando em parte o que já foi dito antes sobre o conceito em questão, uma vez que “educação integral” já foi objeto de outros discursos, procura desvencilhar-se dele: as palavras “não necessariamente em tempo integral” produzem um efeito de sentido de mudança que não prevê alterações na organização da escola uma vez que não prevê a extensão do tempo na instituição com ampliação das vivências discentes e docentes.

Se pensadas as condições de produção, a conjuntura histórica em que o discurso da Secretária foi produzido aponta para o ano de 2022 — momento em que Eduardo Leite já havia sido definido como reeleito para mais quatro anos de governo e Jair Messias Bolsonaro foi derrotado por Luís Inácio Lula da Silva, pondo fim a um período obscurantista calcado em uma matriz ideológica de direita que promoveu um genocídio da população brasileira através do negacionismo em relação à eficiência da vacina no combate à pandemia de Covid-19⁴. A economia brasileira estava estagnada e caminhando firmemente para a recessão⁵. O modelo econômico adotado vinha privilegiando o Agronegócio e fazendo vistas grossas para queimadas, desmatamentos e garimpos ilegais. Com um discurso anticorrupção, na prática favorecia o setor militar, como revelou o TCU ao alertar que “Governo escondia lista dos beneficiários do Auxílio Brasil e 79 mil militares estavam lá”⁶. Do ponto de vista político, vinha fazendo o desmonte das legislações

4 Cf. Site do jornal Brasil de Fato. Matéria: População acredita que houve conduta criminoso do governo Bolsonaro na pandemia. Cf. Site do Notícias Uol. Matéria: Leia o pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro na íntegra.

5 Cf. Site do jornal Brasil de Fato. Matéria: Austeridade e desmonte prejuízos deixados por Bolsonaro seguem desafiando o Brasil.

6 Cf. Site do jornal Brasil de Fato. Matéria: TCU revela que governo Bolsonaro beneficiou indevidamente 79 mil militares com auxílio Brasil.

trabalhistas, sociais e de proteção ambiental⁷. A Educação vinha sendo atingida de maneira séria, com sucessivos Ministros da Educação sendo flagrados em falas equivocadas, dispostos a combater o que chamavam de ideologização da sala de aula.

Em uma tal conjuntura histórica, política e ideológica, no dia 14 de dezembro do ano de 2022, em live realizada no Canal SEDUC, destinada a Gestores Escolares, a Secretária da Educação iniciou sua fala esclarecendo que seu intuito era conversar com os gestores sobre “oportunidades”. Tratava-se de um encontro para proposta de “estudos de recuperação” em função de este tipo de prática de reavaliação de aprendizagens corresponder a “oportunidades que os estudantes têm entre os períodos letivos”. Insistiu que “Nós estamos exatamente propondo isso. É para isso que a gente tá fazendo essa live”. Entre a primeira referência a “oportunidades” e a sua articulação com um momento de recuperação entre dois anos letivos, baseando-se em dados coletados pelo Instituto Ayrton Senna a partir de pesquisa realizada no Estado de São Paulo, em 2021, sob encomenda da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Raquel apresentou conclusões acerca do impacto da pandemia nas competências socioemocionais.

Dentre os materiais mostrados, ela projetou um gráfico que aponta para as principais perdas ocorridas no período pandêmico, em relação à Educação. Porque mais impactadas, ela enfatizou duas “competências socioemocionais”: a “amabilidade” e a “autogestão”. Especificamente no que tange às “competências socioemocionais”, importante mencionar que são compreendidas pela Secretária como “ter essa abertura ao

7 Cf. Site do jornal Brasil de Fato. Matérias: Reformas trabalhistas de Temer e Bolsonaro não cumprem promessa de mais emprego. Direitos reconhecidos na Constituição estão sendo destruídos pelo governo federal. Cinco anos após impeachment, direitos trabalhistas ruíram e o emprego não veio. Cf. Site do Greenpeace. Matéria: Um governo contra o meio ambiente.

novo, essa capacidade de se adaptar às mudanças, a empatia para entender o outro que, às vezes, não entendeu a mudança e ainda tá resistindo”. Afirmava também que, tendo como referência o 5º ano do Ensino Fundamental, tais competências foram mais severamente prejudicadas do que as “competências cognitivas” (especificamente, em relação às proficiências em Língua Portuguesa e Matemática).

Naquela ocasião, defendendo a perspectiva de uma “educação integral”, sob a justificativa de que estamos tratando de um ser humano integral, Raquel Teixeira explicou que “O ser humano é um só. Ele tem as dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual. E é esse ser humano integral que a gente busca formar com a chamada **educação integral**... não necessariamente em tempo integral. **Educação integral**, da integralidade, da plenitude do ser humano” (SD1) (grifos nossos). Esta explicação veio como um preâmbulo para a Secretária mencionar que “as competências socioemocionais **não** são uma **coisa** separada das competências cognitivas” (SD2) (grifos nossos).

Aqui, a palavra “integral” está reclamando sentidos e mais uma vez convocando à análise. Para tal, vamos mobilizar elementos abordados por Sigmund Freud (2010) no texto “O Estranho”. Esse escrito pode ser considerado desde três aspectos: circunstâncias nas quais o familiar pode se tornar estranho e assustador; exemplos do sentimento do estranho na literatura e no cotidiano com ênfase à “compulsão à repetição”; esclarecimentos de que uma investigação estética se justifica pelo fato de existirem elementos outros que também podem resultar na criação do sentimento do estranho.

O estranho em Freud foi considerado desde duas categorias: o estranho que resulta da experiência real e o estranho que deriva de complexos reprimidos, sendo o lugar da realidade material tomado pela realidade psíquica. A segunda categoria implica na “efetiva repressão [recalque] de um conteúdo e do retorno do reprimido [recalcado], não de uma suspensão da *crença na realidade* desse conteúdo. Poderíamos dizer que num caso foi reprimido [recalcado] um certo conteúdo ideativo e, no outro, a crença na sua realidade (material)” (Freud, 2010, p. 276) [grifos do autor]. Em qualquer dos casos, o estranho resulta de algo familiar que foi reprimido: “O inquietante [estranho] (*unheimlich*) é [...] o que foi outrora familiar (*heimisch*), velho conhecido. O sufixo *un*, nessa palavra, é a marca da repressão [ou do recalque]” (Freud, 2010, p. 272) [grifos do autor]. Portanto, o estranho (ou “inquietante”) se constitui como uma forma de subespécie do familiar uma vez que o significado de *heimlich* se aproxima de seu contrário *unheimlich*. A palavra *heimlich* se revela ambígua na medida que aponta tanto para algo familiar quanto para o que está oculto – o que lembra a definição de “estranho” proposta por Schelling e referida por Freud (2010): “tudo o que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu” (Freud, 2010, p. 254).

Consoante elucidam Martini e Coelho Júnior (2010),

[...] a ambiguidade do termo *heimlich*, tal como nos apresenta Freud, reflete aquilo mesmo que é o fenômeno do estranho – é exatamente o desvelamento dessa ambiguidade que nos faz assustar, esse ponto de encontro quando então não sabemos mais distinguir familiar e estrangeiro. Talvez a menção à repetição no texto freudiano sirva para nós como uma dica fundamental de que, se o retorno do recalque é um dos fatores chaves na compreensão do estranho, não é apenas pelo conteúdo recalqueado (material que não

reconheço, a princípio, como familiar), mas também por seu disruptivo movimento de retorno, já estranho por si só. (Martini e Coelho Júnior, 2010, p. 373).

Portanto, há ligação entre o estranho, o recalde e a repetição, sendo possível propor que existe uma oposição em jogo na repetição a qual radicaliza a tensão entre familiar e estrangeiro. Contudo, nem sempre o que evoca elementos de regressão no psiquismo é estranho, pois, como adverte Freud (2010), “Nem tudo que lembra impulsos instintuais reprimidos e modos de pensar superados da pré-história individual e dos povos é inquietante [estranho] por causa disso” (Freud, 2010, p. 273). Certas condições são necessárias: se a experiência do estranho se trata de uma experiência vivida subjetivamente pelo eu, é condição *sine qua non* que o sujeito produza o descentramento do eu no que se refere ao terreno que lhe é familiar.

Nesse sentido, utilizaremos como exemplo do sentimento do estranho nossa escuta e leitura das falas da Secretária de Educação na *live*, inspirando-nos em exemplo, dado por Freud (2010), de uma história de Heródoto em que não há o sentimento do estranho: “Ela [a princesa] bem pode ter experimentado a sensação do inquietante [estranho], e estamos dispostos a crer que tenha desmaiado, mas nada sentimos do inquietante [estranho], pois nos colocamos no lugar do ladrão, e não no dela” (Freud, 2010, p. 279).

Ao escutar as falas na *live*, ao lê-las na transcrição, há esse sentimento do estranho porque não nos colocamos no lugar de Secretária da Educação identificada com uma orientação político-partidária neoliberal, mas nos colocamos no lugar do docente que atua em uma escola pública estadual. A “experiência real” vivida por nós – uma experiência do eu no lugar do

professor da rede pública estadual – é condição necessária para que tenhamos o sentimento do estranho. Surge a sensação do estranho por meio do retorno do recalcado assim como estão presentes na situação vivida os sentidos do termo *heimlich* como familiar e como desconhecido.

Aproximando, agora, as considerações de Freud sobre o estranho de nosso trabalho analítico-discursivo da palavra “integral”, propomos outra reflexão. Como dito antes, Freud (2010), no texto “O Estranho”, afirma que Schelling, ao discorrer sobre a palavra “unheimlich” (traduzido do alemão por “estranho”), traz a proposição de que estranho “é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz”. Aqui, parece haver a característica tipificada por Freud para se pensar o estranho — de que o secreto e oculto veio à luz — ao nos depararmos com uma definição de “integral” que é afirmada remetendo a dimensões múltiplas — “intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual”. Em outras palavras, a definição parece coerente e familiar, mas, ao mesmo tempo, incoerente e paradoxal. O que pareceu “oculto, mas veio à luz”, na SD recortada, é exatamente a impressão de que algo que se percebe como integral não deva também ser percebido como não-integral porque subdividido em “dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual”.

No mesmo texto, Freud (2010) vincula a sensação de estranhamento à repetição. Diz o psicanalista:

Pois é possível reconhecer, na mente inconsciente, a predominância de uma compulsão à repetição, procedente dos impulsos instintuais e provavelmente inerente à própria natureza dos instintos — uma compulsão poderosa o bastante para prevalecer sobre o princípio de prazer, emprestando a determinados aspectos da mente o seu caráter demoníaco, e ainda

muito claramente expressa nos impulsos das crianças pequenas [...]. Todas essas considerações preparam-nos para a descoberta de que o que quer que nos lembre esta íntima ‘compulsão à repetição’ é percebido como estranho. (Freud, 2010, p. 266).

Dito de outra forma, estranho e repetição estão ligados, mas esse retorno não significa necessariamente retorno do mesmo, mas de algo estranhamente familiar e familiarmente estranho. No texto “O Estranho”, o autor também oferece exemplos bastante elucidativos como o de quando, “ao andar num aposento escuro e desconhecido, à procura da saída ou do interruptor de luz, batemo-nos pela enésima vez contra um móvel” (Freud, 2010, p. 265).

Detendo-nos neste paradoxo e avançando na análise, dedicamo-nos a tentar compreender o funcionamento da repetição nas SDs que compõem o corpus discursivo, com atenção voltada inicialmente para a SD1: “O ser humano é um só. Ele tem as dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual. E é esse ser humano **integral** que a gente busca formar com a chamada educação **integral**. Não necessariamente em tempo **integral**. Educação **integral**, da integralidade, da plenitude do ser humano” [grifos nossos].

A palavra “integral” é repetida, é dita demais na sequência discursiva, adjetivando “ser humano”, adjetivando “educação”, adjetivando “tempo”. Em seguida, esta palavra reaparece em “integralidade” que, sendo uma variação da palavra “integral”, indica aquilo que decorre de integral e, no caso em análise, está relacionado à “plenitude” que parece ser tomada como um possível sinônimo de “integralidade” — ambas (“integralidade” e “plenitude”) correspondem a características, atribuições para “ser humano”. Chama a atenção essa repetição que faz lembrar

certo exemplo apresentado por Freud de quando andou por “ruas desconhecidas e ermas de uma pequena cidade italiana”, retornando sempre ao mesmo ponto por três vezes apesar da intenção de sair de lá.

Respeitadas as particularidades de cada situação, a Secretária da Educação, na SD1, volta sempre ao mesmo elemento (a preocupação em considerar integralmente o sujeito) com a finalidade de chegar em outro lugar (a justificação da realização dos “estudos de recuperação”). O retorno, através da repetição da palavra “integral”, dá a ver um efeito de sentido de persuasão e convencimento a respeito da compreensão de que “O ser humano é um só. Ele tem as dimensões intelectual, social, emocional, cultural, psicológica, espiritual”. Por paráfrase, pode ser entendido que está sendo dito que o ser humano deve ser pensado em sua integralidade e que essa integralidade implica na consideração de todas as dimensões mencionadas. O dizer demais também dá a ver o que insistentemente não é dito, mas significa o dito: se a integralidade do ser humano será priorizada em uma escola “não necessariamente em tempo integral”, se espera que o docente acolha a proposta mesmo que a organização escolar permaneça sendo a mesma. Portanto, se espera que o docente mude em uma instituição que permanecerá igual — sem alterações curriculares, sem investimentos promovidos por políticas da educação comprometidas com ampliação de acesso e permanência com qualidade na escola, sem adesão a uma educação integral preocupada com democratização dos e nos espaços.

Ao mesmo tempo em que é dito “escola com integralidade” e “educação integral”, desde a posição-sujeito gestora

(PSG) inscrita em uma Formação Discursiva Pedagógico-Administrativa, é não dito “escola sem integralidade” e “educação não integral”. Portanto, ainda que ocorra o retorno pela repetição da palavra “integral”, essa repetição não aponta para o mesmo, mas para a diferença. A palavra “integral” enunciada produz tanto efeitos de sentidos de atenção ao estudante quanto de desatenção à instituição escola – sentidos contrários e posições de sujeito rivais. Para além da repetição da palavra “integral”, também é enunciado que “o ser humano é **um só**” [grifos nossos], ou seja, ele é único, uma totalidade: “um só” produz um efeito de sentido de estudante como unidade idêntico ao produzido pela palavra “integral” em “ser humano integral”. Não se trata somente da palavra que retorna, mas do sentido que faz retornar certa memória. Ao mesmo tempo em que o substantivo “ser humano” é qualificado como “integral” e “um só”, a unidade é referida desde seis dimensões, sem que seja elucidada a conexão entre elas. O efeito de sentido de unidade do sujeito conflita com um efeito de sentido de divisão do sujeito, apontando para uma contradição.

Na SD2, “as competências socioemocionais **não** são uma **coisa** separada das competências cognitivas” (grifos nossos), a palavra “não” produz um efeito de sentido de unidade na medida que a relação entre os termos “competências socioemocionais” e “competências cognitivas” é designada pelo que ela não é – “uma coisa separada”. A palavra “coisa” está no lugar de “competências socioemocionais” e de “competências cognitivas” – o que convida a investigar a ocorrência de efeito metafórico entre os termos.

Algumas questões se apresentam a partir daqui para serem observadas, buscando compreender “a relação de articulação

dos processos [discursivos] sobre a base linguística” de tal modo que seja possível reconhecer a “tomada de posição do ‘sujeito falante’ em relação às representações das quais ele é o suporte” (Pêcheux, 2014, p. 128-129). Faz-se necessário nos determos, inicialmente, na palavra “não” e entendermos que o seu uso, por mais que esteja ligado ao significado dicionarizado de negação, está assentado sobre uma afirmação daquilo que o objeto não é, em oposição ao que ele é, como num paradoxo – ao negar, tenta afirmar algo que se supõe ser. Donde é possível concluir que o sentido de negação de algo produzido, ao tentar se desvencilhar do sentido contrário – o sentido de afirmação de algo, reforça justamente essa percepção que tenta negar. Isto é, que as competências socioemocionais são de fato separadas das competências cognitivas.

Aqui ocorre uma denegação, ou seja, “embora o falante considere que p não é o caso, p na verdade é o caso” (Figueiredo Júnior, 2013, p. 5). Ao dizer “as competências socioemocionais não são uma coisa separada das competências cognitivas” (SD2), ou seja, “p (as competências socioemocionais) não é o caso (não são uma coisa separada das competências cognitivas)”, é como se a Secretária da Educação (o sujeito falante) dissesse “p (as competências socioemocionais) na verdade é o caso (na verdade são uma coisa separada das competências cognitivas)”. O sujeito é “traído” por seu próprio dizer porque sempre há o outro e sua historicidade. A Secretária da Educação foi “traída” pelo seu próprio dizer que irrompe em um contexto educacional pós-pandêmico que coincide com investimentos ampliados na implementação da BNCC aprovada em 2018 sob a chancela de fundações e grupos empresariais.

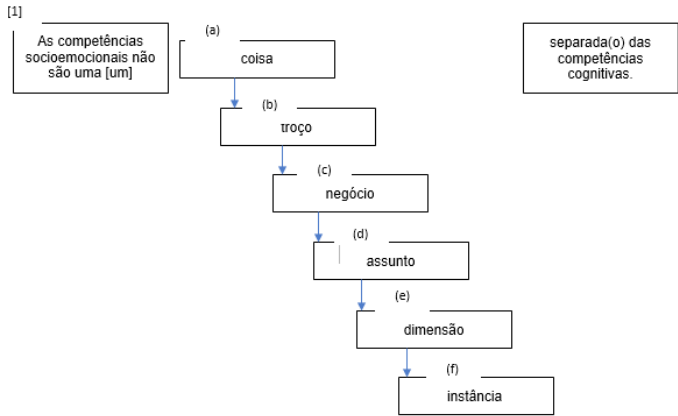
Sendo assim, a palavra “coisa” não significa por si, mas na relação com: a exterioridade, que inclui a Secretária de Educação (o sujeito que fala); a memória do dizer que, tomada como interdiscurso, refere o conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que a Secretária diz, sustentando a possibilidade do dizer; e as condições de produção: dizer produzido pela Secretária de Educação de um Estado cuja gestão política acredita na importância do protagonismo empresarial com retração da responsabilização do Estado por áreas como educação e saúde, a poucos dias do encerramento do ano letivo de 2022, com o objetivo de informar sobre a realização dos “estudos de recuperação” com alunos que não obtiveram resultado exitoso, em *live* realizada para gestores de escolas estaduais. Importante lembrar, aqui, que o período de recuperação formal já havia sido executado e concluído pelos professores conforme calendário escolar estabelecido pela mantenedora no início do período letivo.

Ao nos determos sobre o uso da palavra “coisa”, reconhecemos um efeito de sentido de objetificação das competências que, em sendo “coisas”, são discursivizadas na ausência da atenção às suas peculiaridades, pois uma integra o campo da aquisição do conhecimento, e a outra, o campo da aquisição de habilidades relativas ao convívio social. No silenciamento daquilo que lhes é próprio identificamos um efeito de sentido de equiparação ou nivelamento entre as competências.

Considerando que o sentido da palavra “coisa” funciona por paráfrase assim como o sentido das expressões “competências socioemocionais” e “competências cognitivas”, é interessante usar o procedimento da paráfrase que, na AD, é “um procedimento heurístico: coloca-se um dizer em relação

a outros, produzidos por outros locutores, ou em situações diferentes, ou até mesmo imaginados como possíveis no lugar em que aquilo foi dito” (Orlandi, 2001, p. 168-189). “Coisa” está no lugar de “competências socioemocionais” e de “competências cognitivas”, podendo, desde relações de sinonímia, ser substituída por: troço, negócio, assunto, dimensão e instância:

Figura 2 – Efeito metafórico



- [2]
- (a) As C.S. e as C.C. não são uma coisa, algo indefinido.
- (b) As C.S. e as C.C. não são um troço, algo difícil de nomear ou qualquer assunto sobre o qual nada se sabe.
- (c) As C.S. e as C.C. não são um negócio, algo sobre o qual nada se sabe ou um empreendimento comercial, financeiro.
- (d) As C.S. e as C.C. não são um assunto, uma matéria, um tópico ou o tema de uma conversa.
- (e) As C.S. e as C.C. não são um âmbito significativo em uma área.
- (f) As C.S. e as C.C. não são uma categoria.

O sentido desliza de	a, b, c	algo sobre o qual nada se sabe
para	a, c, d	algo que envolve empreendimento (que pode ser comercial, financeiro)
para	a, d, e, f	algo que tem importância

Fonte: elaboração dos pesquisadores.

Que importância? Não está dito, mas a relação de sinonímia entre “coisa” e “negócio” permite supor que não seja importância predominantemente pedagógica. Daí que o sentido de competências socioemocionais (C.S.) e competências cognitivas (C.C.), tomadas como “coisa”, permanece sem ser elucidado pelo sujeito que fala (a Secretária de Educação), mas, por um efeito metafórico, é possível compreender que essas expressões produzem sentidos que não existem nas palavras em si nem resultam das intenções da Secretária. Os sentidos produzidos pela palavra “coisa” são administrados por relações de poder, determinações históricas e injunções institucionais. Impossível ignorar que o discurso foi produzido em um tempo no qual a Secretária busca informações a respeito da necessidade de investir nas competências socioemocionais junto à Fundação Ayrton Senna. Assim, os sentidos são constituídos estando já administrados e fazendo retorno de uma memória que estabelece relação de dependência entre interesses pedagógicos e interesses econômicos.

Inscrita em uma Formação Discursiva Pedagógico-Administrativa perpassada por uma Formação Ideológica Neoliberal (FIN), o que pode e deve ser dito está determinado face as condições de produção de dada conjuntura. E essa determinação escapa ao sujeito. Assim sendo, estando as SD1 e SD2 também inscritas na FDPA, reflete nessa FD uma interpelação de uma FIN que estabelece que a Educação precisa voltar-se ao mercado de trabalho, propiciando ao estudante o desenvolvimento de habilidades necessárias para o convívio social, adaptando-o às demandas da produção, através de sua submissão às diretrizes e normas da empresa, promovendo a formação das habilidades necessárias ao trabalho em equipe

e, no plano individual, ao desenvolvimento de características de versatilidade e resiliência, dentre outras competências socioemocionais.

Há uma disputa pelos sentidos acerca da Educação entre um modo que compreende a escola como sendo a de tempo livre para aprender e outro modo que vê na escola a instância de treinamento do estudante para inseri-lo de maneira adaptada às exigências do trabalho.

Para (não) concluir

No discurso da Secretária de Educação, identificada com a FDPA que constitui a FIN, relações de força se realizam. A FDPA representa no discurso a FIN e, ao mesmo tempo, permite ao analista desvelar o posicionamento ideológico do sujeito. A ideologia, portanto, interpela o sujeito e faz circular sentidos que se instauram em uma sociedade na qual os gestores, por vezes, para atacar os problemas relacionados à reprovação, supõem a “avaliação continuada das habilidades” previstas pela BNCC sem considerar que cabe ao professor pinçá-las de um grupo maior de habilidades ou, ainda, se esquecem, por exemplo, da existência de variáveis que o professor e a escola não controlam ou que enfrentam muitas dificuldades para controlar, como a infrequência, a falta de acompanhamento da vida escolar do estudante por parte de suas famílias e a própria instabilidade da instituição família.

A Secretária, assujeitada ideologicamente, está determinada pela FDPA e, sob certo aspecto, como outros políticos ou representantes a eles ligados, parece ter assimilado diretrizes de organização da educação coerentes com o modo de produção capitalista neoliberal.

Referências

ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido In: ACHARD, P. *et al.* (orgs.) *Papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 11-19.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia* (Ribeirão Preto), v. 20, n. 46, maio-ago 2010, p. 249-259. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/VqDFLN VBT3D75RCG9dQ9J6s/?lang=pt>.

COURTINE, Jean Jaques. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos. EdUFSCar, 2014.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento da enunciação discurso político. In: INDURSKY, Freda & FERREIRA, Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da análise de discurso*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999. p. 15-23.

DUARTE, Marcos Machado. “*Projeto de Vida*” em (dis)curso: repetição, contradição e ideologia em documentos regulatórios do Novo Ensino Médio e textos de apresentação de livros didáticos do PNLD2021. 2023. 124 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2023. p. 84-100.

ERNST-PEREIRA, Aracy; MUTTI, Regina Maria Varini. O analista de discurso em formação: apontamentos à prática analítica. *Educ. Real*. Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 817-833, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18486/14344>.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Selmo Ribeiro. *Denegação psicológica: aspectos linguísticos e lógicos*. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências

- Humanas, Curso de Pós-Graduação em Letras, Curitiba, 2013.
- FREUD, Sigmund. O Inquietante. In: SOUZA, Paulo César (coord.). *Sigmund Freud, obras completas em 20 volumes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 247-283. v. 14.
- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras, 2011. 20 p
- INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). *Práticas Discursivas e identitárias. Sujeito & Língua*. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Coleção Ensaios, 22).
- MARTINI, André de; COELHO JÚNIOR, Nelson Ernesto. Novas Notas sobre “O Estranho”. *Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 371-402, 2010.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). *Introdução às ciências das linguagens – Discurso e textualidade*. Campinas: pontes, 2006. p. 11-31.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. Autoria e Interpretação. In: ORLANDI, Eni P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 63-78.
- ORLANDI, Eni P. Texto e Discurso. *Organon*, Porto Alegre, v. 9, n. 23, p. 111-118, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29365>.
- PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Francoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, São Paulo: Pontes, 1999. p. 49-57.

<https://www.brasildefato.com.br/2023/09/26/covid-62-da-populacao-acredita-que-houve-conduta-criminosa-do-governo-bolsonaro-na-pandemia>.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leiao-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>.

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/17/austeridade-e-desmonte-prejuizos-deixados-por-bolsonaro-seguem-desafiando-o-brasil>.

<https://www.brasildefato.com.br/2022/11/17/tcu-revela-que-governo-bolsonaro-beneficiou-indevidamente-79-mil-militares-com-auxilio-brasil>.

<https://www.brasildefato.com.br/2023/07/20/reformas-trabalhistas-de-temer-e-bolsonaro-nao-cumprem-promessa-de-mais-emprego>.

<https://www.brasildefato.com.br/2022/05/01/direitos-reconhecidos-na-constituicao-estao-sendo-destruidos-pelo-governo-federal>.

<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/15/cinco-anos-apos-impeachment-direitos-trabalhistas-ruiram-e-o-emprego-nao-veio>.

<https://www.greenpeace.org/brasil/resista/um-governo-contra-o-meio-ambiente/>.

<https://www.youtube.com/watch?v=EW3yeuFqWbo>.

O texto plataformizado

Cristiane Costa Dias*

Resumo

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a problemática do texto como forma material das novas discursividades produzidas pelas tecnologias digitais. Da perspectiva da Análise de Discurso, a noção de texto é considerada como unidade complexa onde se manifesta o discurso. Nesse sentido, questionamos: como o discurso tem sido enformado pelas ferramentas digitais de textualização, produzindo unidade (imaginária) ao discurso? No meu entender, a reflexão sobre texto, hoje, não pode prescindir 1. da reflexão sobre as ferramentas digitais que utilizamos para produzir textos, já que aplicativos como *whatsapp*, ferramentas de IA, plataformas de redes sociais, dentre outras, fazem parte da produção de sentidos no nosso cotidiano; e 2. da reflexão sobre a plataformização como condição material de produção e reprodução das textualidades, pelas quais os textos se constituem, se formulam e circulam. Dito de outro modo, é preciso considerar que as textualidades são determinadas por um processo histórico e tecnológico que é o da plataformização, na conjuntura política e econômica do “capitalismo de plataforma”, conceito criado por Nick Srnicek (2017) “com vistas a descrever e analisar a sociedade que se encontra cada vez mais mediada, operada, organizada pelas tecnologias digitais, pela extração e processamento de informações e dependência de infraestruturas informacionais” Nessas condições de produção,

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutorado, Pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri-Unicamp). Docente do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural (PPG-DCC Labjor/IEL-Unicamp). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (IEL-Unicamp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5711-5288>.

as textualidades contemporâneas dão forma aos sentidos. É a partir delas, portanto, que é preciso pensar o texto. Para tanto, tomarei como objeto de análise textualidades em circulação em diferentes plataformas e ferramentas, buscando compreender como, a partir delas, se produz “contorno material” ao dizer.

Palavras-chave: texto; plataforma; discurso; digital; forma material.

Le texte platformisé

Résumé

L’objectif de cet article est de réfléchir à la problématique du texte en tant que forme matérielle des nouveaux discours produits par les technologies numériques. Dans la perspective de l’analyse du discours, la notion de texte est considérée comme une unité complexe dans laquelle le discours se manifeste. En ce sens, nous posons la question suivante : comment le discours a-t-il été façonné par les outils de textualisation numérique, produisant une unité discursive (imaginaire)? À mon avis, la réflexion sur le texte aujourd’hui ne peut se passer 1. d’une réflexion sur les outils numériques que nous utilisons pour produire des textes, puisque des applications telles que WhatsApp, les outils d’IA, les plateformes de réseaux sociaux, entre autres, font partie de la production de significations dans notre vie quotidienne; et 2. d’une réflexion sur la platformisation en tant que condition matérielle de la production et de la reproduction des textualités, à travers lesquelles les textes sont constitués, formulés et circulent. En d’autres termes, il s’agit de considérer que les textualités sont déterminées par un processus historique et technologique qui est la platformisation, dans le contexte politique et économique du “capitalisme de platefor-

me “, concept créé par Nick Srnicek (2017) “ en vue de décrire et d’analyser une société de plus en plus médiatisée, opérée et organisée par les technologies numériques, l’extraction et le traitement de l’information et la dépendance à l’égard des infrastructures d’information. “ Dans ces conditions de production, les textualités contemporaines façonnent des significations. C’est donc à partir de celles-ci qu’il faut penser le texte. Pour ce faire, j’analyserai les textualités en circulation sur différentes plateformes et outils, pour tenter de comprendre comment le “contour matériel” est produit à partir d’elles.

Mots-clés: texte; plateformisation; discours; numérique; forme matériel.

Recebido em: 10/04/2024 / Aceito em: 08/10/2024

1 Introdução do problema

O texto “Análise de Discurso e Informática”, de Michel Pêcheux (2011 [1981], p. 282), faz uma autocrítica ao projeto da automatização da análise de discurso (AAD69). Essa autocrítica reflete o momento de uma reconstrução teórica, marcada pela abertura do *corpus* e a questão da leitura de arquivo. Embora a construção do algoritmo da AAD69 tenha colocado muitos “entraves” ao problema da constituição do sentido, no que diz respeito às metáforas e deslizamentos, a informática continua sendo, para Pêcheux, um instrumento heurístico. Nas palavras de Maldidier (2003), Pêcheux não queria se servir [da informática], ele queria a fazer servir. Contrariamente aos primeiros procedimentos da inteligência artificial, a informática devia segundo ele permitir reformular as hipóteses, ir mais longe em uma leitura “em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo que lê” (Maldidier, 2003, p. 97). Para Pêcheux (2011 [1981]), sobre o terreno da informática é possível sustentar a tese segundo a qual as ambiguidades, metáforas e deslizamentos próprios às línguas naturais são propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, “que se diferencia por essa razão mesma de toda perspectiva estritamente informacional, documentária ou ‘intelectiva’. Um corpus de arquivo textual não é um ‘banco de dados’” (Pêcheux, 2011 [1981], p. 281).

Trago, ainda que de modo bastante reduzido, essa problemática, tal como se colocou para o grupo da AD, no início dos anos 80, pois há nela uma atualidade capaz de mobilizar a reflexão sobre as novas textualidades, nessa primeira metade do século XXI, fortemente conformadas pelas ferramentas digitais e pelos algoritmos, que tendem a neutralizar, sob a eficácia

simbólica da máquina, o problema das ambiguidades, metáforas e deslizamentos dos sentidos, propriedades incontornáveis do campo da análise de discurso, reduzindo-o a uma perspectiva meramente maquínica ou ao problema dos bancos de dados e modelos de linguagem artificial.

Para pensar os bancos de dados, relativamente ao problema das novas textualidades e da leitura, é preciso apontar que eles se distinguem dos algoritmos. Segundo Gillespie (2018, p. 99), “antes que os resultados possam ser fornecidos algoritmicamente, a informação deve ser coletada, preparada para o algoritmo e, às vezes, excluída ou rebaixada” O autor destaca que o trabalho dos *designs* de banco de dados e suas implicações sociológicas, e eu acrescentaria, discursivas, são frequentemente ignoradas, porém, para além de criar ferramentas informacionais para o funcionamento dos algoritmos, os estilos das bases de dados, geram políticas: “mesmo com esses bancos de dados mais flexíveis, a categorização continua a ser de vital importância para seu design e seu gerenciamento. O processo de categorização é uma poderosa intervenção semântica e política” (Gillespie, 2018, p. 100).

Nesse sentido, quando Pêcheux (2010 [1982]) problematiza, no texto “Ler o arquivo hoje”, a análise dos discursos e a leitura de arquivos a partir do aspecto informático ligado ao tratamento dos documentos textuais, tendo os bancos de dados na origem da sua reflexão, o autor já chama a atenção para o “sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente” que estão presentes na construção do arquivo e no acesso aos documentos. E, mais do que isso, o autor é bastante firme ao dizer que “não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades” (Pêcheux, 2010 [1982],

p. 55). Essa é uma afirmação extremamente atual, já que, hoje, a plataformização dos textos, que inclui os sistemas de inteligência artificial, trabalha, justamente, para a construção de uma “semântica universal”, preditiva e generativa, construída por meio da “aprendizagem” de padrões estabelecidos por treinamento de um conjunto de dados.

A atualidade de toda uma problemática levantada por Pêcheux (2010 [1982]), no início dos anos 80, diz respeito, ainda hoje, à questão do sentido. Em como o sentido surge do interior de uma sintaxe algorítmica e de uma “semântica universal” que se delineiam com os procedimentos de plataformização do texto, através das traduções automáticas, textos gerados por ferramentas de IA, corretores, sistemas de busca, redes sociais, etc.

Como pensar a questão do sentido nas condições de produção do digital, a saber, na conjuntura histórica, política e ideológica na qual o digital se configura?

É válido dizer que ao interrogarmos o discurso nessa conjuntura, em suas diferentes formas materiais, produzem-se deslocamentos na teoria da análise de discurso, como afirma Orlandi (2017), movimenta-se seu campo conceitual. Segundo a autora,

Nesse movimento, entre teoria e objeto analítico, há deslizamentos na teoria que fazem parte do próprio campo epistemológico da análise de discurso e que lhe dão forma: o vai-e-vem da teoria ao objeto e vice-versa. Quando, neste movimento, há desenvolvimentos, segundo nosso ponto de vista, essas não produzem mera *adaptação* da teoria ao objeto, mas *deslocamentos* teóricos com suas consequências, tanto metodológicas como analíticas. (Orlandi, 2017, p. 282).

Desse modo, pensar o texto relativamente às condições de produção do digital, considerando as especificidades da materialidade do discurso que se manifesta no texto, tem consequências para aquilo que é incontornável na análise de discurso: a interpretação.

A proposta desse artigo é abordar, especificamente, o problema do texto relativamente às condições de produção do discurso digital, e a partir daí, interrogar o processo de produção dos sentidos e os gestos de interpretação dos sujeitos, na conjuntura sócio-histórica e ideológica de formulação e circulação dos discursos.

Para tanto, vou considerar a determinação da produção das textualidades pelo processo histórico e tecnológico da plataformização, na conjuntura política e econômica do “capitalismo de plataforma” (Nick Srnicek, 2018), como dispositivo analítico de compreensão e descrição da sociedade digital, cada vez mais dependente das infraestruturas informacionais. Essa dependência, que estou entendendo aqui como um processo de plataformização, conforma as textualidades contemporâneas. É a partir delas, portanto, que é preciso pensar o texto em sua natureza digital, cuja expansão horizontal se desdobra em postagens, compartilhamentos, comentários, *hashtags*, memes, etc.

Vale esclarecer que texto está sendo trabalhado tal como pensado em análise de discurso, ou seja, em sua espessura material, no qual incide a discursividade. Não se trata de pensar o texto em sua estrutura linear (com começo, meio e fim) ainda que saibamos que essa linearidade/unidade é imaginária. É preciso considerar a natureza do texto pelo digital. E essa natureza se constitui de infraestruturas informacionais, tais

como *whatsapp*, plataformas de redes sociais, com ferramentas e recursos de IA, etc. São essas “tecnologias de linguagem”, definidas por Orlandi (2001) como novas tecnologias de escrita, que medeiam a relação dos sujeitos com os sentidos, através da plataformização do texto.

Pensar o texto plataformizado, nesse sentido, é situá-lo na conjuntura do capitalismo de plataforma dependente das infraestruturas informacionais. Segundo Poell, Nieborg e van Dijck (2020), a plataformização pode ser definida como “a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais de plataformas em diferentes setores econômicos e esferas da vida” (Poell, Nieborg e van Dijck, 2020, p. 5),. Isso nos alerta para o fato de que o processo de plataformização está, em primeira instância, pelo menos, a serviço da produção capitalista e as ferramentas digitais são instrumentos dessa “guerra permanente preventiva instalada no interior da paz social, dispositivo essencial do Estado capitalista autoritário moderno, se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos” (Pêcheux, 2011, p. 74). E eu acrescentaria a essa citação de Pêcheux, atualizando-a, com textos.

Por isso, enquanto analistas de discurso, não são as máquinas ou os dispositivos em si que nos interessam, mas o modo como eles são capazes de afetar processos complexos e discursos, estabilizando-os, pelo tratamento de um grande conjunto de textos de referência, para deles extrair uma “série combinatória de suas variações superficiais” (Pêcheux, 2014, p. 253), modelos e padrões, o que, hoje, se faz pelo treinamento de sistemas de Inteligência Artificial de abordagem generativa e preditiva. Esses sistemas já estão integrados em nosso cotidiano, nos mecanismos de busca do *Google*, por exemplo,

que utilizamos frequentemente, ou em marcação de fotos do Facebook. Como afirma Santaella, “quase tudo que chega até nós no cotidiano já está impregnado de algoritmos de IA: livros, filmes, notícias, jogos, motores de busca e todas as plataformas e aplicativos da web com os quais aprendemos a conviver e sem os quais ficaria difícil viver” (Santaella, 2023, p. 11-12).

Mais uma vez, a dependência dessas infraestruturas informacionais na conformação das textualidades contemporâneas, nos leva a questionar a produção de uma “normalização asséptica da leitura” (Pêcheux, 2010 [1982], p. 55), como prenunciou Pêcheux, através da plataformização.

2 Sentidos de plataforma

Segundo Gillespie (2010), a palavra ‘plataforma’, da qual vem plataformização, é recente e tem seu sentido ajustado às demandas financeiras, culturais e regulatórias das empresas de tecnologia como *Google*, *Youtube*, *Facebook*, etc. Para o autor, essas empresas trabalham discursivamente, metaforicamente, o sentido de plataforma com o objetivo de produzir uma certa estabilização da tecnologia que vem implementando, e dos serviços que oferecem, para que, a partir daí, possam regular as inovações a vir, moldando “o discurso público *online*” (Gillespie, 2010, p. 349). Gillespie afirma que “esse posicionamento discursivo depende de termos e ideias suficientemente específicos para significar algo vago o suficiente para funcionar em vários locais e para vários públicos” (Gillespie, 2010, p. 349), tais como os usuários, os anunciantes, produtores de mídia e decisores políticos. Ainda segundo o autor, “como outras metáforas estruturais (‘rede’, ‘transmissão’ ou ‘canal’),

o termo [plataforma] depende de uma riqueza semântica que, embora possa passar despercebida ao ouvinte casual ou mesmo ao locutor, dá ao termo ressonância discursiva” (Gillespie, 2010, p. 349). Para compreender essa ressonância, Gillespie (2010) vai formular, a partir da análise de 15 definições trazidas pelo *Oxford English Dictionary* – OED, ao termo plataforma, quatro categorias semânticas de significação do termo: computacional, arquitetônico, figurativo e político. Dessa análise, conclui que “plataforma”, tal como usada, hoje, como “intermediário de mídia digital”, não representa nenhuma dessas categorias em específico, mas contempla a todas, enquadrando-se “perfeitamente no apelo igualitário e populista aos usuários comuns e à criatividade popular, oferecendo a todos nós uma ‘superfície elevada e nivelada’”(Gillespie, 2010, p. 358).

Feito esse rápido percurso pelo conceito de plataforma, a partir de Gillespie (2010), saliento que pensar as novas textualidades é também refletir sobre os efeitos do processo de plataformização na produção dos discursos, no que concerne à formulação, circulação e constituição dos discursos. É isso que estou chamando “plataformização do texto”.

2.1 As textualidades seriadas

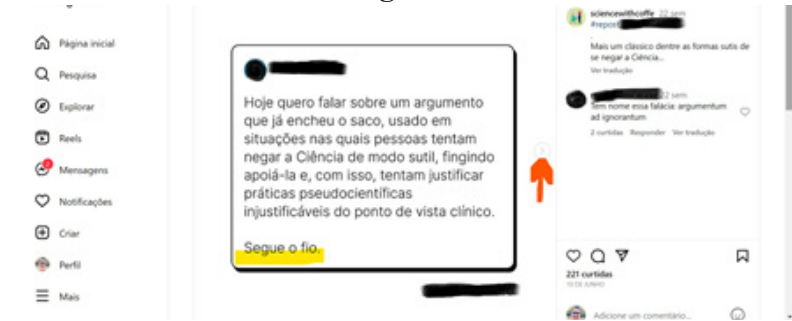
No tocante à formulação e circulação, vou lançar mão da noção de textualidade seriada, com o objetivo de pensar o texto como parte de um processo mais amplo, que é o da plataformização, numa conjuntura específica: a do digital.

Definida como “uma sequência de textualidades dispersas, mas ligadas por um traço comum. Esse traço pode ser linguístico, temático, imagético, de formato, performático,

icônico (*hashtag*), técnico (*thread*) etc.” (Dias, 2020, p. 120), as textualidades seriadas se formulam como unidade significativa, na circulação. A circulação é uma característica central da textualidade seriada. Toda textualidade seriada se formula para circular, ou melhor, se formula na própria circulação. É pela circulação que uma textualidade seriada, como um meme, por exemplo, “faz um” ou se constitui como uma unidade de sentido.

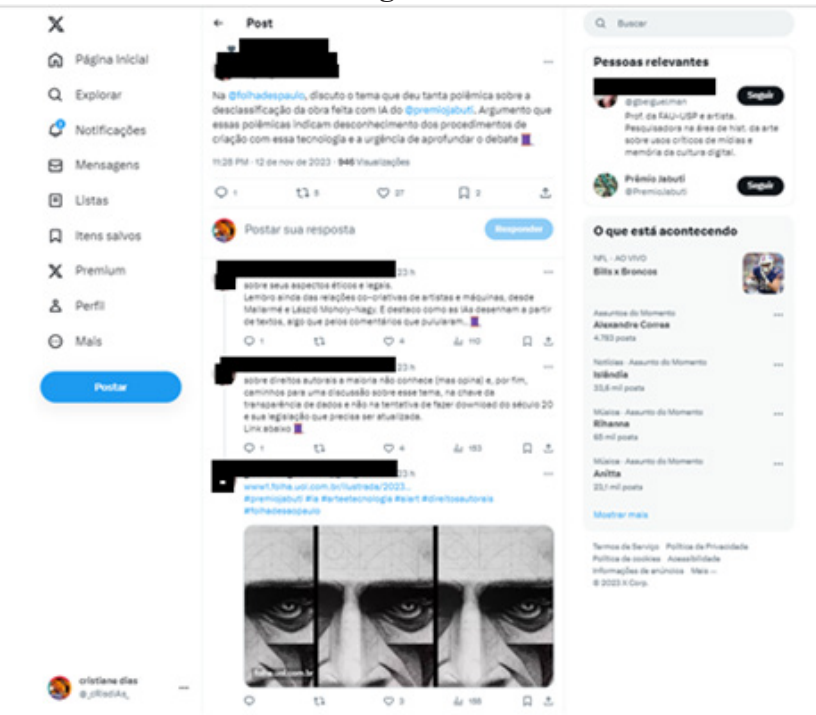
Um exemplo de textualização seriada bastante usual é o fio, que surge no *Twitter* (hoje X) e que também migrou para o *Instagram* e outras redes sociais, com a expressão “segue o fio”. Trata-se de uma sequência formada por uma série de textos e pode ser representada, no X, por um fio vertical que liga esses textos, dando-lhes uma unidade. A princípio, essa fragmentação do texto é mera injunção da própria plataforma, que limita os caracteres, e isso já faz parte da plataformização do texto. No entanto, com um olhar mais atento, concluo que mais do que fragmentação, trata-se de dispersão, já que os fragmentos podem ser repostados, curtidos ou comentados independentemente. Quando falo em dispersão, não é empiricamente, mas como efeito de sentido, efeito da leitura. No caso do Instagram, essa característica da textualidade seriada como dispersiva, é ainda mais visível, já que os textos se ligam pela seta que indica sua continuidade na tela seguinte, podem ser lidos sem que se avance pela seta. Assim como podem ser repostados independentemente. Essa textualidade também é chamada de “carrossel”, no Instagram. Tanto no caso do thread quanto no carrossel, o “fio” ou a expressão “segue o fio”, ou ainda “lá vem fio” é aquilo que materializa a unidade, que “reúne” a série numa sequência com uma extensão (imaginariamente) com começo, meio e fim. No entanto, essa “reunião” só acontece no processo da leitura.

Figura 1



Fonte: Captura de tela de postagem em carrossel, no Instagram.

Figura 2



Fonte: Captura de tela de postagem de um fio, no X.

O que é interessante notar nesses exemplos é que a textualidade seriada que ganha unidade no fio (do discurso), mantém sua deslinearização intradiscursivamente. Desse modo, podemos dizer que a deslinearização é própria dessa textualidade. Não é um aspecto formal da textualidade, mas discursivo.

Marie-Anne Paveau afirma que a deslinearização é um “traço específico do enunciado digital nativo” (Paveau, 2017, p. 117). Para a autora a deslinearização, numa primeira instância, está ligada aos elementos clicáveis (*tecnomot* e *hiperlinks*), como *links*, *hashtags*, que colocam dois discursos em relação. Mas nem toda deslinearização, para Paveau, se constitui por um elemento clicável. Num sentido mais amplo, “a deslinearização é uma elaboração do fio do discurso na qual as matérias tecnológicas e linguageiras são coconstitutivas, e afetam a combinatória frástica criando um discurso compósito de dimensão relacional.” (Paveau, 2017, p. 117).

No caso da *hashtag*, por exemplo, o símbolo da cerquilha, que marca sua deslinearização, é o mesmo que garante sua unidade. Não se trata, necessariamente, de uma unidade de sentido, mas uma unidade textual, pois, como tem mostrado o trabalho de Pereira (2024), uma mesma *hashtag* pode produzir sentidos muito diferentes, que se inscrevem em formações discursivas opostas.

O que é preciso compreender é que na textualidade seriada, a deslinearização não interessa como função, mas como funcionamento. Lembrando que para a AD o texto é a unidade onde se textualiza o discurso.

Isso pode ser observado, também, em outras formas de textualidade seriada, nas quais as partes da série significam independentemente, produzindo unidade textual significativa na dispersão.

Figura 3



Fonte: Charge de Edir, captura do Instagram.

Nessa charge, está funcionando no interdiscurso dois acontecimentos distintos, que ocorreram em momentos distintos, um deles é o relato de pilotos de duas companhias aéreas brasileiras, que avistaram no céu da cidade de Porto Alegre, luzes brilhantes, o que reportaram como possíveis ovnis. O outro acontecimento tem como referente discursivo o bolsonarista que se pendura em um caminhão em movimento, com o objetivo

de impedi-lo de circular, durante um ato em que ocorreu em Caruaru, em protesto à vitória de Lula sobre Bolsonaro, nas eleições de 2022. Os dois acontecimentos tiveram forte repercussão discursiva na internet, gerando uma quantidade grande de memes, charges e cartuns. No entanto, é este segundo acontecimento que inscreve o primeiro, na textualidade seriada do homem que se pendura no caminhão, sendo ele o elemento repetível da textualidade.

Figura 4



Fonte: Instagram e google imagens

Aqui o funcionamento da repetição se estrutura na dispersão (cada uma dessas textualidades foi produzida em momentos distintos e em postagens distintas), e na quantidade (pelos incontáveis compartilhamentos de cada uma dessas textualidades), pela possibilidade de expandir-se, de desdobrar-se em outras formulações (charges, memes, etc.). Essa é uma especificidade da textualidade seriada em relação a outros textos que se formulam por elementos de repetição. Além disso, o elemento repetível da textualidade seriada, nesse caso,

o homenzinho segurando o disco voador, inscreve o dizer numa formação algorítmica específica, pelo funcionamento da memória digital, que recupera o fio do discurso, produzindo uma unidade de sentido ao instaurar uma textualidade seriada, aquela que assegura o legível da série e o seu desdobramento parafrástico. A memória como estruturação dessa textualidade na materialidade digital também tem sua especificidade numa dialética da repetição e da metaforização. A memória digital é aquela que rege a formulação circunscrita por dispositivos digitais, fazendo com que ela se desdobre em outras.

Algumas afirmações de Eni Orlandi, sobretudo na obra “Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos” (2001), estão na base da noção de textualidade seriada. Uma delas, que gostaria de recuperar, é a de que quando pensamos o texto, da perspectiva discursiva, o pensamos em sua materialidade, ou seja, “como historicidade significante e significada; como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como uma unidade de análise que mostra acentuadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade.” (Orlandi, 2001, p. 12).

As textualidades seriadas são parte do dispositivo analítico construído nessa análise para compreender o funcionamento das novas textualidades, relativamente às condições de produção do discurso digital. É uma noção que ao ser mobilizada, mostra a relação complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto, nos permitindo compreender as textualidades em circulação pelo digital, da perspectiva discursiva.

3 Textualidades em circulação: análises e procedimentos

Nos termos de Orlandi (2001), a formulação é aquilo que dá corpo ao sentido, no entanto, quando pensamos uma textualidade

seriada, aquilo que dá corpo ao sentido (sua unidade significante) é a circulação. Essa é uma característica das novas textualidades, inscritas no processo da plataformização.

Para discurrir melhor sobre os efeitos do processo de plataformização na produção dos discursos, no que concerne aos momentos da formulação, circulação e constituição, trarei um primeiro recorte de análise. Trata-se de uma postagem da página da Folha de São Paulo no *Instagram*, em 18 de outubro de 2023, com a notícia sobre uma acusação sofrida pelo Facebook e *Instagram* de terem suprimido postagens pró-palestinos. Vejamos¹:

Figura 5



Captura de tela da postagem da página da Folha de São Paulo no Instagram.

¹ Os grifos em amarelo no texto da postagem são meus.

Num primeiro momento, o recorte se caracteriza como uma textualidade seriada pelos traços discursivos digitais: curtir, comentar, compartilhar, arquivar (logo abaixo da imagem) que, dentre outros, levam o leitor a reconhecer que se trata de uma postagem da rede social *Instagram*. O texto significa entre outros, na *Timeline* da Folha no *Instagram*, ainda que aqui apareça como uma unidade. No entanto, ele significa pela circulação, que dá corpo ao sentido, pela página que desliza. Essa circulação se marca, na textualidade, pelas 12.668 curtidas (no momento da captura), por exemplo. Se um sujeito ler a mesma notícia no site da Folha, sua formulação é outra. O corpo do sentido é outro. No *Instagram*, ele se configura com uma textualidade que faz série no meio de outras postagens.

Essa postagem textualiza o discurso do genocídio que vem ocorrendo na Palestina, ofensiva liderada por Israel desde o ataque por ele sofrido pelo grupo Hamas, em outubro de 2023. Trata-se de uma denúncia dos usuários das redes sociais *Facebook* e *Instagram*, ambas de propriedade da empresa Meta, a respeito do apagamento de postagens de apoio aos civis palestinos, mesmo que essas postagens não violem as regras das plataformas.

Essa postagem explicita aquilo que estou chamando de plataformização do texto, na medida em que a forma da textualização é determinada pelos recursos de controle da plataforma, seja humano, seja algorítmico, ao decidir aquilo que pode e deve circular no interior da “formação algorítmica” (Ferragut, 2019) do discurso sobre o conflito Israel-Palestina. Importante dizer que a formação algorítmica não é neutra, ela se retroalimenta por dispositivos digitais, sistemas operacionais que intervém discursivamente na produção de sentidos pela

categorização dos bancos de dados, tratada por um algoritmo. Assim, o padrão de exclusão que pré-determina que postagens pró-palestina não serão publicadas ou terão circulação reduzida, é ideológico, pois interpreta o sentido em *uma* direção. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 44), “o processo ideológico, no discurso, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação.” No funcionamento dos discursos pelo digital, essa injunção se dá pelas formações algorítmicas, em que a ideologia da tecnologia trabalha para delimitar as fronteiras dos sentidos no digital, daquilo que pode e deve circular.

Um outro recorte que me permite demonstrar analiticamente a determinação das plataformas na forma material do sentido daquilo que se textualiza, é a postagem a seguir:

Figura 6



Fonte: Captura de tela do Instagram.

Trata-se do caso do policial branco americano, Derek Chauvin, que assassinou Georg Floyd, um homem negro, durante uma abordagem, em Minneapolis. O assassinato causou grande revolta no mundo e viralizou na internet.

Nessa postagem, para formular o seu dizer, garantindo sua circulação, lembrando que no digital o dizer se formula ao circular, o sujeito apaga as letras de algumas palavras que poderiam ser identificadas pelo algoritmo do *Instagram* como inadequadas, ofensivas ou propensas à incitação de violência. Desse modo, as palavras “condenado” “assassinato” “esfaqueado” “esfaqueou”, foram auto-censuradas, alterando a forma material do texto em prol da circulação. Essa auto-censura não ocorreu por uma tarja preta, mas pelo apagamento de uma ou mais letras, de modo a furar o algoritmo que, supostamente, reconheceria nessas palavras um padrão de postagem inadequada segundo a rede social. O gesto de apagar algumas letras das palavras suspeitas, reinstaura o político à dimensão técnica do silêncio (Dias, 2023), aquela que põe em relação silêncio e tecnologia de linguagem e que

funciona à margem do algoritmo, daquilo que o algoritmo recorta ou enquadra, à margem da nitidez ou mesmo da coerência do dizer formulado pela máquina. É o que se destaca ou o que se apaga, para silenciar sentidos de um objeto simbólico, por meio de recursos técnicos ou ferramentas digitais. (Dias, 2023, p. 225).

A dimensão técnica do silêncio é uma dimensão das novas textualidades que faz parte do processo de leitura e circulação dos sentidos na sociedade. Nela, o trabalho da memória digital é fundamental, pois trabalha a produção dos sentidos na formulação pelo apagamento das letras, fazendo funcionar a variação. Pela memória digital, em vez de escrever a palavra

indesejada pela formação algorítmica da rede social *Instagram*, se escreve a mesma palavra, de outra forma, rompendo com a estrutura totalizante da máquina.

3.1 Inteligência Artificial e discurso

Quanto à compreensão do texto pelo digital como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto, é legítimo dizer que a natureza do texto que se faz pelo digital se transforma na medida em que sua relação com a memória é outra, como procurei mostrar nas análises anteriores.

É por isso que é tão importante tomar o momento da circulação como ângulo de entrada na produção de sentidos, em seu funcionamento discursivo, pois as textualidades não circulam como dado bruto, mas como um dado que já passou por uma padronização, por uma interpretação, para que possa integrar um banco de dados. E sabemos que toda interpretação é ideológica.

Nesse sentido, gostaria de trazer uma última análise de um recorte da rede social X, que também repercutiu na sociedade brasileira, no mês de outubro de 2023. A deputada Renata Souza (Psol), solicitou à ferramenta de Inteligência Artificial da Microsoft, o gerador de imagem do Bing, uma imagem ao estilo *Disney Pixar* (*trend* do momento nas redes sociais), de uma mulher negra, de cabelos afro, com roupas de estampa africana num cenário de favela. A imagem criada foi a seguinte:

Figura 7



Fonte: Imagem gerada por inteligência artificial a pedido de Renata Souza
Foto: Reprodução/X.

Ao obter esse resultado, que mantém alguns elementos que a deputada havia descrito em seu comando à ferramenta de IA, a saber, uma mulher negra, num cenário de favela, com cabelos afro, mas altera outros, como a roupa e o “detalhe” acrescido: uma arma em punho, Renata Souza questionou: “Não pode uma mulher negra, cria da favela, estar num espaço que não da violência? O que leva essa ‘desinteligência artificial’ a associar o meu corpo, a minha identidade, com uma arma?”, conforme podemos ler na postagem abaixo. Após esse resultado, Renata passou a denunciar o gerador de imagens do Bing, da Microsoft por racismo algorítmico.

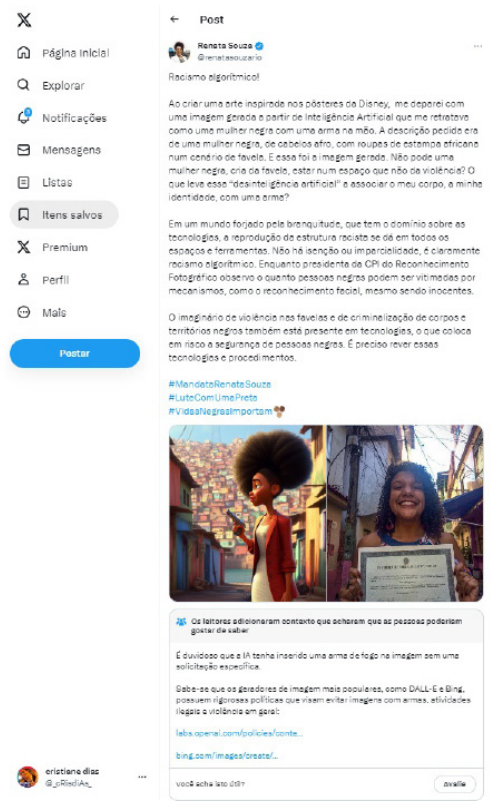
Silva (2023), que é o maior estudioso brasileiro sobre racismo algorítmico, afirma que, em suas pesquisas, usa

o termo ‘racismo algorítmico’ para explicar como tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pelo privilégio branco fortalecem a ordenação racializada de conhecimentos, recursos, espaço e violência em detrimento de grupos não brancos. Então, muito além dos detalhes das linhas de programação, falamos aqui da promoção e implementação acríticas

de tecnologias digitais que favorecem a reprodução dos desenhos de poder e opressão que já estão em vigor.² (Silva, 2003).

A definição trazida por Silva nos leva a compreender a repercussão negativa que a denúncia de Renata Souza teve entre os perfis do X.

Figura 8



Fonte: Publicação do perfil de Renata Souza no X.

Muitos perfis contestaram seu relato, colocando em dúvida a veracidade do que a deputada estava dizendo. Podemos ver, na parte inferior do *print* acima, um texto que se originou

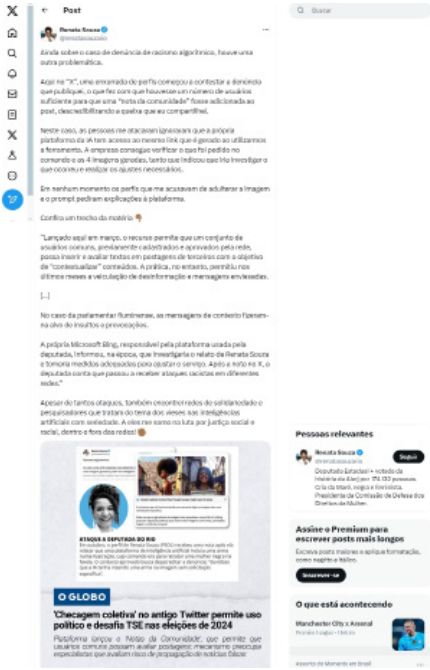
² Entrevista concedida ao blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE-Fiocruz), em março de 2023. Referência completa na lista final.

de um recurso do X, chamado “Nota da Comunidade” ou “mensagens de contexto”. Por meio desse recurso, sujeitos comuns que têm perfil na plataforma de rede social, chamados colaboradores, que se inscrevem para fazer notas em postagens supostamente enganosas, podem deixar textos anexados a elas. Caso seja considerada uma nota relevante por um número alto de usuários da rede, ela será exibida na postagem. E esse é o caso da postagem da deputada Renata Souza, considerada, pela “comunidade”, suspeita de ser enganosa. Essa nota, coloca em dúvida a denúncia de racismo algorítmico feita pela deputada, usando como argumento as “rigorosas políticas” de conteúdo das plataformas. Segundo o texto da nota:

É duvidoso que a IA tenha inserido uma arma de fogo na imagem sem uma solicitação específica. Sabe-se que os geradores de imagem mais populares, como DALL-E e Bing, possuem rigorosas políticas que visam evitar imagens com armas, atividades ilegais e violência em geral: <https://labs.openai.com/policies/content-policy>
<https://www.bing.com/images/create/contentpolicy>.

A nota expôs a deputada Renata Souza a diversos ataques na rede social. A própria deputada responde à nota, pelo seu perfil no X.

Figura 9



Fonte: Captura de tela da resposta da deputada Renata Souza, à nota da comunidade, no X.

Por outro lado, a Gazeta do Povo³ publicou uma reportagem que dá voz à IA da *Open IA*, o chatGPT, e que, pelas respostas, legitima as contestações dos internautas. A reportagem coloca em dúvida, inclusive, o conceito de racismo algorítmico. E traz uma outra versão da imagem, supostamente a verdadeira, gerada pela IA com o mesmo *prompt* de comando utilizado por Renata Souza.

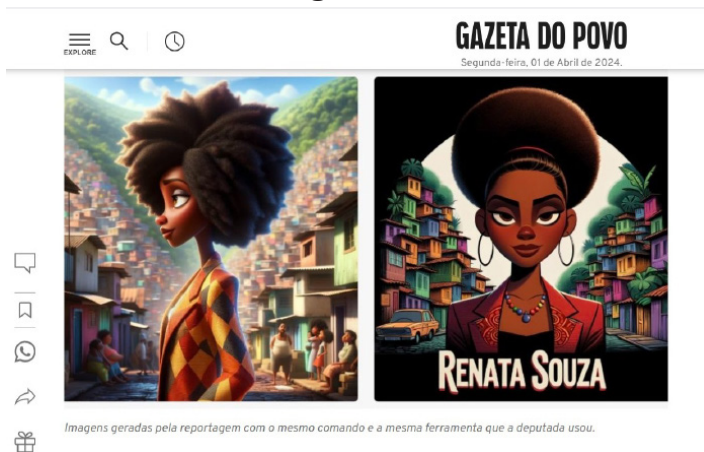
Vejamos:

[chatGPT] *Para entender melhor o que aconteceu, eu posso tentar gerar uma imagem com o prompt fornecido e ver o resultado. Isso nos ajudará a avaliar a saída do modelo neste caso específico. Você gostaria que eu fizesse isso?*

³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/deputada-do-psol-acusa-ia-de-racismo-algoritmico-e-suscita-duvidas-em-internautas/>.

A reportagem respondeu que sim, e o ChatGPT retornou o seguinte conteúdo gerado com a ajuda do DALL-E⁴:

Figura 10



Fonte: Gazeta do Povo (2024).

[chatGPT] *Aqui estão as imagens geradas a partir do prompt fornecido. Com base nesses resultados, você pode avaliar se as representações estão de acordo com o esperado. Se a deputada Renata Souza tivesse recebido uma imagem com uma arma, seria certamente uma ocorrência indesejada e não intencional.*

A reportagem faz um gesto simbólico de produzir uma acareação entre a deputada Renata Souza e a IA, colocando-as em disputa. A disputa entre a verdade e mentira. Entre o humano e o robô.

Na resposta do chatGPT, após o Dall-E ter gerado a imagem sem a arma, supostamente a partir do mesmo prompt de comando usado por Renata Souza, o chatGP diz: “*Se a deputada Renata Souza tivesse recebido uma imagem com uma arma (...)*”. Essa formulação artificial produz, pelo uso da conjunção

⁴ A ferramenta utilizada por Renata Souza, o gerador de imagens do Bing, da Microsoft, utiliza a mesma tecnologia do Dall-E, criada pela OpenAI, mesma empresa que criou o chatGPT.

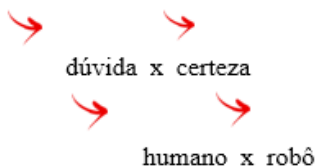
subordinada condicional “se”, o efeito da dúvida. “Se ela tivesse recebido uma imagem com uma arma” abre o sentido para o complemento: “mas ela não recebeu”. A resposta gerada pelo chatGPT coloca a dúvida sobre o que disse Renata Souza em sua publicação no X. Porém, ainda que suponhamos que ela tenha de fato recebido uma imagem com uma arma (o que é duvidoso, pela resposta do chatGPT), *seria certamente uma ocorrência indesejada e não intencional*. Veja que nessa formulação, não há dúvida, mas certeza: “certamente”.

ChatGPT – “certamente” - certeza

Renata Souza – “se ela tivesse” – dúvida

O que podemos, ainda, parafrasear:

Renata x chatGPT



Vemos que na formulação que coloca como hipotética a geração da imagem de uma mulher negra com uma arma na mão, pela IA, a justificativa é a de que essa ocorrência seria – certamente - uma ação “indesejada” e “não intencional”. Não há margem para dúvida. Já a imagem publicada pela deputada, é duvidosa e significa pelo pré-construído de que foi publicada com intenção de enganar.

A inteligência artificial significa na contradição entre:

1. uma IA não pensa, por isso não tem a “intenção” de publicar uma imagem com uma arma na mão e associar uma mulher negra na favela, à violência; ou, por ser um robô, seus erros

não são intencionais. Nessas duas formas de significação, a IA assume a condição de máquina-não-pensante. E 2. uma IA é capaz de pensar e por isso, se publicasse uma imagem de uma mulher negra com uma arma na mão, na favela, seria apenas um erro, sem intenção de racismo algorítmico. Nessa forma de significação, a IA assumiria a condição de máquina-inteligente e, por essa mesma razão, a natureza do “erro” não seria da mesma ordem daquela do erro humano, suposto com a intenção de enganar ou criminalizar pessoas negras. De todas as formas, o racismo seria da ordem do humano, e não da máquina, seja ela inteligente ou não.

Vejamos o posicionamento da Microsoft sobre o ocorrido, publicado no portal Notícia Preta⁵:

Acreditamos que a criação de tecnologias de IA confiáveis e inclusivas é um tema crítico e algo que levamos muito a sério. Estamos investigando este relato e tomaremos as medidas adequadas para ajustar nosso serviço. Estamos totalmente comprometidos em melhorar a precisão dos resultados desta nova tecnologia e continuaremos fazendo investimentos adicionais para isso à medida que ela continua a evoluir. (Portal Notícia Preta).

A incidência do discurso da confiabilidade das tecnologias de IA, assim como do seu empenho para a inclusão, na textualidade da nota da Microsoft, reforça o pré-construído da fragilidade das ações humanas. Mas o que se diz nessa nota e que significa como efeito de sentidos nos recortes analisados sobre o caso de racismo algorítmico, sofrido por Renata Souza, não só

⁵ Publicado em 27 de outubro de 2023. Notícia Preta é um portal de notícias, um “jornal antirracista feito por profissionais, estudantes e comunicadores negros(as) que acreditam que, através da comunicação e da educação, é possível ter uma sociedade mais justa e com equidade racial.” Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/>

pela geração da imagem pela ferramenta de IA, mas também por sujeitos internautas, após a denúncia da deputada, é que estamos sob um regime discursivo controlado por plataformas (*Microsoft, OpenAI, X, Instragam*, etc), que, com suas políticas, decidem que sentidos e como devem “corrigi-los”, ajustando suas ferramentas. Mas é preciso compreender que “corrigir” um algoritmo não é o mesmo que lutar para que processos de significação históricos e discriminatórios se inscrevam diferentemente. “Corrigir” uma estrutura de dados não é o mesmo que lutar para que o racismo estrutural deixe de “gerar” imagens como a denunciada pela deputada Renata Souza, que associa a violência e a criminalidade a pessoas pretas e pobres, da periferia. É preciso compreender que “corrigir” erros pautados numa política de plataforma não é o mesmo que pagar a dívida histórica com os negros escravizados, pelo estabelecimento social e democrático de políticas públicas contra o racismo. Estamos ainda no tempo das máquinas de lavar dos textos!

É por isso que, conforme Gillespie (2018, p. 99), “reconhecer quais são as formas pelas quais os dados são ‘limpos’ é um importante contraponto para a aparente automaticidade dos algoritmos” ou a automaticidade dos sentidos. Ou seja, os dados não são neutros, são materialmente significados por um construto técnico.

Considerações finais

O conjunto de análises que propus, com o objetivo de refletir sobre a problemática do texto como forma material das novas discursividades produzidas pelas tecnologias digitais, buscam demonstrar os efeitos de sentido da plataformização do texto, e a

necessidade de levar em conta as distintas especificidades dessa plataformização ao tomar o texto como unidade de análise.

No caso das análises sobre as textualidades seriadas, os efeitos incidem sobre o funcionamento da memória digital na análise dos discursos, ou seja, no modo como a memória circunscrita pelos dispositivos digitais inscreve os dizeres numa serialização que recupera algo do mesmo no outro, “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”. Essa circunscrição é a própria plataformização, que diz respeito não apenas à infraestrutura sob a qual se textualiza, mas à própria determinação histórica, política, econômica e tecnológica do sentido mediado e organizado por um processo de textualização dependente das infraestruturas informacionais, que enformam os sentidos, dando-lhes uma direção, que é política e ideológica, como vimos no caso do texto feito por IA.

Assim, o principal aspecto do texto plataformizado é uma mudança na relação com a memória, a memória digital, a partir da qual o sentido se inscreve mediante uma repetibilidade que se estrutura pela quantidade. Esse aspecto perpassa todas as análises que desenvolvi nesse artigo. Desde a repetibilidade própria à textualidade seriada, sustentada por um elemento repetível que faz série; passando pela contenção ou silenciamento das palavras, que são identificadas pelo algoritmo pela quantidade ou frequência de ocorrências; até a quantidade de dados racistas circulam na internet e que fazem com que a IA associe uma pessoa preta numa favela a uma arma e aos sentidos de marginalização.

Para mim, a relevância de refletirmos sobre a natureza do texto a partir da plataformização, está no fato de que o funcionamento da memória pelo digital, que mobiliza as condições de produção, tem suas especificidades. E foram essas especificidades que procurei descrever e interpretar.

Referências

- DIAS, Cristiane. O texto pelo digital. In. PEIFFER, Claudia et. al. (org.) *Língua, ensino, tecnologia*. 2020.
- FERRAGUT, Guilherme. MPL E MBL: a avenida paulista e os movimentos antes de P e B: uma reflexão sobre a formação algorítmica. *Línguas e instrumentos linguísticos*. Campinas. Nº 44, p. 112-133, jul-dez. 2019
- GILLESPIE, Tarleton. The politics of ‘platform’. *New media & society* 12(3), p. 347–364, 2010.
- GILLESPIE, Tarleton. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*. São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1, p. 95-121, jan./abr. 2018.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. *Eu, tu, ele: discurso e real da história*. Campinas: Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*: Campinas; Pontes, 1999.
- PAVEAU, Marie-Anne. *L’analyse du discours numérique: dictionnaire des formes et de pratiques*. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.
- PECHEUX, Michel. Análise de Discurso e Informática. Tradução de Cristiane Dias. In. ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados*. Campinas: Pontes, 2011, p. 275-282.2011.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In.* ORLANDI, Eni. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PECHEUX, Michel. Apresentação da análise automática do discurso (1982). *In.* GADET, Françoise; HAK, Tony (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania Mariani *et. al.* 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, p. 251-279, 2014.

POELL. Thomas, NIEBORG, David, VAN DICK, José. Plataformização. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*, Porto Alegre, 22(1), 2-10 janeiro/abril 2020.

PORTAL NOTÍCIA PRETA. *Racismo algorítmico Deputada Renata Souza Denuncia representação da inteligência artificial*. Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/racismo-algoritmico-deputada-renata-souza-denuncia-representacao-inteligencia-artificial/>. Acesso em 02/04/2024.

SANTAELLA, Lúcia. *A inteligência artificial é inteligente?* São Paulo: Edições 70, 2023.

SILVA, Tarcísio. O racismo algorítmico e uma espécie de atualização do racismo. Entrevista concedida ao blog do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antonio Ivo de Carvalho (CEE-Fiocruz), em março de 2023. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Tarcizio-Silva-O-racismo-algoritmico-e-uma-especie-de-atualizacao-do-racismo-estrutural>. Acesso em 01/04/2024.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

Análise do discurso e ativismo digital: o discurso como ferramenta de resistência na web

Paulo Henrique Aguiar Mendes*

Benedicto Roberto Alves Carlos**

Resumo

Neste artigo, buscamos compreender como certos movimentos sociais contemporâneos se apropriam da internet para combater preconceitos, uma vez que a *web 2.0* possibilita o desenvolvimento do ativismo digital, especialmente sob a forma de práticas discursivas emergentes. Na virada do século XX para o século XXI, entramos em uma nova era, a da *Web 2.0*, cujos avanços tecnológicos desencadearam mudanças nas maneiras de interagir socialmente e de agir sobre o(s) outro(s). Tais mudanças podem ser observadas em diferentes esferas de prática social, a exemplo do ativismo político na era digital e, mais especificamente, do movimento antirracista. Assim, com vistas a analisar de modo mais efetivo essas novas práticas de linguagem, os estudos do discurso têm adaptado os seus dispositivos teórico-metodológicos, propondo novas abordagens e novas categorias de análise, como demonstram os trabalhos de Paveau (2021) e de Maingueneau (2015), entre outros. Com base em noções propostas por esses estudiosos do discurso, bem como em contribuições dos estudos sobre ativismo digital relacionados ao (anti)racismo, visamos analisar algumas estratégias discursivas utilizadas em postagens da página do movimento Alma Preta, com destaque para a sua dimensão multimodal (verbovisual) como uma das características dessa forma de tecnodiscurso. Mais especificamente, analisamos algumas postagens que fazem alusão ao caso do assassinado de George Floyd nos EUA.

Palavras-chave: análise do discurso digital; estudos discursivos; tecnodiscurso; ativismo digital; multimodalidade.

* Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Linguística, Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFOP, coordenador do Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM/UFOP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0584-0669>.

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em estudos da linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1593-4255>.

Discourse analysis and digital activism: discourse as a tool of web resistance

Abstract

In this article, we seek to understand how certain contemporary social movements appropriate the internet to combat prejudices, since Web 2.0 enables the development of digital activism, especially in the form of emerging discursive practices. At the turn of the 20th century to the 21st century, we entered a new era, that of Web 2.0, whose technological advances triggered changes in the way so-far acting socially and acting together. Such changes can be observed in different phases of social practice, such as political activism in the digital age and, more specifically, the anti-racist movement. Thus, with a view to analyzing these new language practices more effectively, discourse studies have adapted their theoretical-methodological devices, proposing new approaches and new categories of analysis, as demonstrated by the works of Paveau (2021) and Maingueneau (2015), among others. Based on notions proposed by these discourse scholars, as well as contributions from studies on digital activism related to (anti)racism, we aim to analyze some discursive strategies used in posts on the Alma Preta movement webpage, with emphasis on its multimodal dimension (verbovisual) as one of the characteristics of this form of techno-discourse. More specifically, we analyzed some posts that allude to the case of George Floyd's murder in the USA.

Keywords: discourse studies; technodiscourse; digital activism; multimodality.

Recebido em: 08/05/2024 / Aceito em: 08/10/2024

Introdução

É amplamente reconhecido que os desenvolvimentos tecnológicos relacionados aos avanços da internet e das redes sociais têm desencadeado mudanças estruturais nas formas de comunicação e impactos significativos nas formas de mobilização social e de ativismo político. Surgem novas formas de interação e práticas de linguagem que desafiam os pesquisadores voltados para os estudos discursivos e sociopolíticos, entre outras áreas. Tais desafios se colocam tanto na perspectiva da compreensão dos modos de construção e funcionamento de tais interações linguageiras e políticas quanto no âmbito de uma avaliação ética e axiológica da validade e legitimidade dessas práticas emergentes.

Este artigo constitui uma tentativa de apresentar algumas possibilidades de enfrentamento de aspectos desses desafios em duas dimensões. Uma teórico-metodológica, no sentido de expor e articular categorias de abordagens que se propõem a descrever e explicar com alguma clareza e consistência as características e o funcionamento dos discursos na era digital (especialmente da *Web 2.0*). Outra temática-analítica, na perspectiva de analisar e avaliar algumas formas de resistência e de ativismo político nessa era digital, em função de fatos discursivos específicos localizados numa determinada esfera sociopolítica (o ativismo digital relacionado ao movimento antirracista). Desse modo, buscamos fazer uma análise discursiva de alguns textos (postagens) publicado pela Alma Preta em referência alusiva ao assassinato de George Floyd¹.

¹ George Floyd foi um afro-americano assassinado em 25 de maio de 2020, depois que Derek Chauvin, então policial de Minneapolis, ajoelhou-se no pescoço dele durante oito minutos e quarenta e seis segundos, enquanto estava deitado de bruços na estrada. As gravações em vídeo, mostrando Floyd dizendo repetidamente: "*I Can't Breathe!*" ("Não consigo respirar")

1 Desafios para os estudos do discurso no século XXI: da multimodalidade à algoritmização

Nesta seção, faremos um recorte de alguns modelos de análise do discurso que tematizaram e problematizaram a questão da necessidade de se repensar as teorias e metodologias dos estudos discursivos na era digital, considerando-se as semelhanças e, sobretudo, as diferenças implicadas nas práticas discursivas que eram objetos de análise antes e depois do advento das tecnologias digitais. Nesses termos, abordaremos primeiramente a formulação de Maingueneau (2015), para em seguida focalizarmos a proposta de Paveau (2021), autores que nos servirão de base teórica. Assim, o primeiro autor já assinalava que:

o desenvolvimento no final do século XX das novas tecnologias da comunicação fez aparecerem novas práticas, específicas do universo digital, mas também modificou profundamente as modalidades tradicionais de exercício do discurso. Os analistas do discurso são agora levados a interrogarem sobre a pertinência das categorias que utilizam, se elas ainda estão à altura dessa nova distribuição das cartas do jogo (Maingueneau, 2015, 159).

O primeiro aspecto apontado pelo autor diz respeito à multimodalidade e às formas de sua manifestação desde a comunicação oral até a digital. Maingueneau ressalta que a linguagem é fundamentalmente multimodal, mencionando a importância da integração entre o fluxo oral/verbal e os movimentos corporais/gestuais na modalidade oral, o que não é novidade entre os estudiosos, que têm avançado consideravelmente nas

foram amplamente divulgadas nas plataformas de redes sociais e transmitidas pelos meios de comunicação do mundo inteiro. O assassinato de George Floyd gerou revolta social e uma onda de protestos antirracistas pelo mundo

pesquisas sobre essa temática. O autor enfatiza também, em seguida, a relevância das investigações sobre a vasta e diversa gama de textos “escritos” (mas também orais) que integram em sua natureza elementos icônicos (imagéticos), constituindo uma rede complexa de práticas discursivas que têm levado ao questionamento da própria noção de ‘texto’ e à proposição de designações como “iconotexto” em muitos casos, como forma de considerar a natureza semiótica complexa dessas produções linguageiras. A profunda integração entre componente visual e componente verbal está ostensivamente presente em gêneros discursivos das mais diferentes esferas de prática social, a exemplo dos domínios literário, jornalístico e publicitário, entre outros que poderiam ser mencionados. Para Maingueneau, “de um lado, os enunciados verbais se incrustam nas imagens ou as imagens acompanham os textos; de outro, o próprio conjunto que as imagens e os enunciados verbais formam constitui também uma forma trabalhada em si mesma” (Maingueneau, 2015, p. 160). Uma vez que os objetos dos estudos discursivos são cada vez menos integralmente verbais, e as produções discursivas são cada vez mais radicalmente multimodais, é necessária uma reorientação do ‘olhar’ e da postura dos pesquisadores em relação a seu *corpora* de análise.

A questão se torna muito mais complexa quando se coloca em questão o contínuo dos gêneros discursivos do oral até o digital, passando pelo escrito e pelo impresso. Muitos estudiosos destacam a existência de um gradiente que vai dos gêneros que são usados na *Web*, mas que derivam de outros ‘suportes’ (a exemplo da imprensa e do vídeo), sendo retomados e transformados no meio digital, até gêneros que são oriundos especificamente da *Web*, chamados muitas vezes de ‘cibergêneros’. Nas palavras de Maingueneau (2015, 161),

a multimodalidade é levada ao paroxismo pelo desenvolvimento da *Web*, que — como fizeram em seu tempo a escrita e o impresso — tem uma incidência profunda não apenas nas práticas verbais (é uma banalidade dizer que a internet suscitou novas práticas: correio eletrônico, fóruns, blogs...), mas sobre a própria concepção que podemos ter da discursividade, particularmente, dos gêneros discursivos (Maingueneau, 2015, p. 161)

O autor retoma a sua categorização das ‘cenas de enunciação’, em termos da cena englobante (em que se enquadram os tipos ou domínios discursivos, como o político, o jornalístico, o religioso etc), da cena genérica (em que se inserem os gêneros propriamente ditos, a exemplo dos debates, dos editoriais, das missas etc.) e da cenografia, enquanto instância de textualização/atualização enunciativa das estratégias discursivas utilizadas nas suas respectivas cenas englobante e genérica². Segundo Maingueneau, se no chamado ‘regime clássico’ da discursividade, a cena genérica (o gênero discursivo) ocupa um lugar central, esta última, bem como a cena englobante, se encontram ‘enfraquecidas’ na *Web*, porque as unidades de comunicação passam a apresentar uma mesma natureza submetida às mesmas restrições técnicas (trata-se de sites da *Web*), o que é reforçado pela necessidade de ser possível circular/navegar por *hiperlinks* de um site a outro. Nessa perspectiva, é a cenografia (a encenação da enunciação/comunicação) que passa a ocupar o papel central, mobilizando maciçamente os recursos multimodais e as operações hipertextuais. Sendo assim:

² A noção de cena englobante corresponde ao tipo ou domínio de atividade social caracterizável como uma rede de gêneros discursivos. A cena genérica corresponde aos gêneros propriamente ditos, enquanto dispositivos sociocomunicativos submetidos a normas, convenções e expectativas.

na *Web*, esse enfraquecimento da cena genérica e da cena englobante (onde se distingue o político, o religioso, o publicitário) acompanha uma hipertrofia da cenografia digital, que tem pouco em comum com a cenografia estritamente verbal. Podem-se, efetivamente, distinguir dois tipos de cenografia nos sites: uma cenografia verbal e uma cenografia digital (Maingueneau, 2015, 162).

Segundo essa formulação, a complexidade da cenografia digital pode ser desdobrada em três componentes: um componente iconotextual (no sentido de que os sites mostram imagens e se constituem como um conjunto de imagens na tela); um componente arquitetural (na medida em que os sites são uma rede de páginas acionadas de determinado modo); e um componente procedural (relativo ao fato de que os sites configuram redes de instruções voltadas para os internautas). A cenografia digital se constitui a partir da interação entre esses três componentes, que podem convergir ou divergir em múltiplas possibilidades de configuração. Essa transformação nos regimes de genericidade acarreta modificações no plano da textualidade também, de modo que na “maior partes dos sites, a página da tela não é um texto, mas um mosaico de módulos heterogêneos do ponto de vista enunciativo e modal: sinais, diagramas, propagandas, começos de artigos [...]” (Maingueneau, 2015, p. 163).

Considerando que a própria concepção de textualidade é colocada em xeque na *Web*, o autor propõe três formas de textualidade, baseadas na distinção entre os três tipos fundamentais de comunicação (oral, escrito e digital) que, obviamente, podem interagir. Trata-se, respectivamente, da ‘textualidade imersa’ (referente à conversação oral em que os interlocutores estão imersos na interação e no fluxo da troca verbal); da

textualidade planejada (referente aos gêneros instituídos, orais e escritos, em que os interlocutores se submetem a parâmetros socioinstitucionais dos dispositivos de comunicação previamente estabelecidos, monológicos ou dialogais) e da ‘textualidade navegante’ (relativa às estruturas hipertextuais em que os interlocutores navegam nas redes interconectadas digitalmente). Nessa última forma de textualidade, típica da *Web*, “a relação imaginária que liga um texto a seu ou a seus autores é substituída por uma relação generalizada, num espaço aberto, constituído de sites que são agenciamentos coletivos, pela exacerbação da cenografia e do hipergênero” (Maingueneau, 2015, p. 166-7).

Ao problematizar a forma de textualidade navegante e o *status* de seus agentes/interlocutores, Maingueneau aponta para uma dimensão significativa da discussão sobre a discursividade na *Web*, qual seja, a dimensão tecnológica que lhe é constitutiva. Nesse sentido, o autor faz referência direta à autora responsável pela segunda formulação que iremos abordar em seguida, dizendo que Marie-Anne Paveau fala, assim, de ‘tecnologia discursiva’ para designar um dispositivo no seio do qual a produção linguageira e discursiva está intrinsecamente ligada a ferramentas tecnológicas (aparelhos, *softwares*, aplicativos, plataformas)” (Maingueneau, 2015, p. 170).

1.1 Análise do discurso digital

Paveau (2021) ‘radicaliza’ a discussão sobre os discursos digitais nativos, que, segundo a autora, são elaborados pelos internautas e pelos próprios sistemas operacionais de que são compostos os aparelhos eletrônicos, o que desafia os principais modelos de Análise do Discurso, que são anteriores a esses

avanços tecnológicos e ao advento da internet. Assim, assumimos uma posição favorável à versão da abordagem simétrica³ da autora, para quem o contexto é concebido em termos de ambiente ecológico, o que implica localizar a atividade linguageira em outros lugares que não apenas na competência interna de um indivíduo. Nessa perspectiva, não há distinção radical entre os discursos e os ambientes sociocognitivos, mas, ao contrário, um *continuum* recíproco (os ambientes fazem os discursos tanto quanto os discursos fazem os ambientes).

Na atualidade, os artefatos tecnológicos estão sendo inseridos cada vez mais no cotidiano das pessoas, de modo que os usos das tecnologias, da internet e dos objetos conectados na rede estão sendo progressivamente integrados às nossas existências. O discurso digital nativo “é o conjunto das produções verbais elaboradas online, quaisquer que sejam os aparelhos, as interfaces, as plataformas ou as ferramentas da escrita” (Paveau, 2021, p. 36). A autora propõe que os discursos produzidos no âmbito da internet e, mais especificamente, da *Web 2.0*, sejam reconhecidos como tecnodiscursos, alertando sobre certa negligência por parte das Ciências da Linguagem, relativa ao fato de não desenvolverem muitos estudos que levem em consideração o universo digital.

Nesses termos, grande parte dos pesquisadores que utilizam a *web* como fonte de suas pesquisas não consideram as estruturas do universo digital como dotados de agência, de modo que os computadores e/ou os dispositivos eletrônicos são concebidos apenas como uma ferramenta passiva, e não como um agente. Segundo autora:

3 O termo simétrico, emprestado de Bruno Latour (1991), define uma abordagem pós-dualista dos fenômenos linguageiros, na perspectiva de uma síntese do linguístico e do extralinguístico.

A maior parte dos raros trabalhos existentes até o momento sobre os discursos nativos da internet ou da web se esforçam para considerar sua dimensão técnica, integrada à sua natureza linguageira [...]. As abordagens que integram plenamente a máquina e sua técnica são raras. Citamos principalmente as pesquisas do grupo IMPEC (*Interactions multimodales par écrans*), apoiadas em três princípios: o da mediação como espaço de intersecção entre corpo, máquina e linguagem, o da afordância⁴ comunicativa e o do design do ambiente eletrônico (Paveau, 2021, p. 38).

A análise do discurso digital tem como fundamento descrever e analisar os discursos produzidos na internet, especialmente os discursos produzidos na era da *web 2.0*. Assim, com vistas a elaborar um modelo cujas categorias sejam aptas a explicar o funcionamento do discurso digital, Paveau destaca seis características importantes para a sua análise, quais sejam: a composição, a deslinearização, a ampliação, a relacionalidade, a investigabilidade e a imprevisibilidade.

Em linhas gerais, a composição refere-se ao fato de os discursos digitais serem compósitos, em termos de serem constituídos por uma matéria híbrida que integra intrinsecamente uma dimensão linguageira a uma dimensão tecnológica de natureza informática. Essa característica está diretamente ligada à importância da algoritmização, como processo de produção de instruções que permitem calcular e resolver o problema de tratamento da informação, procurando-a, processando-a, classificando-a, hierarquizando-a etc. Paveau destaca dois aspectos dos algoritmos mais relevantes: “os algoritmos que estão “acima da *Web*” e hierarquizam os links hipertextuais estabelecendo um princípio de autoridade; e os algoritmos que

4 ‘Afordância’ é uma tradução da noção de *affordances*, a qual se refere à dinâmica interativa que se estabelece entre agente e ambiente, em termos de predisposições recíprocas relativas às possibilidades de ação.

estão “abaixo da *Web*” e calculam rastros para influenciar os comportamentos futuros do internauta, segundo um princípio de predição, baseado em técnicas de *machinelearning*. A composição tecnolinguageira “é desenvolvida por um hibridismo semiótico: os tecnodiscursos podem ser plurisemióticos e mobilizar simultaneamente, e na mesma semiose, texto, imagem fixa ou animada, som (por exemplo, a imagem macro ou o cartaz)” (Paveau, 2021, p.58).

A deslinearização decorre dessa natureza compósita do discurso digital e está relacionada ao fato de que tais discursos não são, obrigatoriamente, lineares, em termos de seu desenvolvimento sintagmático, ou ainda, de seu encadeamento sintático-discursivo. Assim, através dos *links hipertextuais*, os internautas podem ser direcionados para outros discursos, de autores diferentes, através de janelas de navegação interconectadas. Nesse sentido, a intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso direcionam o ‘leitor-escriptor’ de um fio do discurso-fonte a um fio do discurso-alvo, implicando um desdobramento sintagmático do enunciado em seu funcionamento enunciativo e semiótico, cujos elementos tecnolinguageiros carregam uma marca visual específica, a cor ou o sublinhado, que são sinais de deslinearização.

Já a ampliação remete à noção de enunciação ampliada, cujas capacidades expressivas e comunicacionais ultrapassam a ordem da razão gráfica. Com efeito, no ambiente digital os enunciados são ampliados tanto pela possibilidade de adição de comentários e metadiscursos, que prolongam a enunciação, quanto pela potencialidade das formas de circulação facilitada dos enunciados, através de compartilhamentos e reblogagens, por exemplo. Essa característica é válida também do ponto

de vista da leitura, que também se torna ampliada nos *sites* e redes sociais, de modo que o leitor se torna escritor e vice-versa no ambiente digital da *web*, assumindo diversas formas de enunciação coletiva. Ademais, não podemos negligenciar a produção e viralização de enunciados através de dispositivos como os robôs digitais, que funcionam como uma forma de agente não humano de difusão de ‘informação’ em rede.

A relacionalidade, por sua vez, denota que todos os discursos elaborados na internet estão radicalmente relacionados entre si em rede, em função do caráter rizomático da conexão digital entre as plataformas, *sites* e *hiperlinks*, de modo que a sua arquitetura em rede faz com que eles sejam todos materialmente interligados. Essa interconexão material da *web* implica, obviamente, uma nova forma de relacionalidade entre enunciadores (escritores/leitores), que passa pela intersubjetividade da configuração cenográfica das interfaces dos discursos digitais.

As características acima apontam para a investigabilidade dos discursos digitais nativos, na medida em que a sua natureza compósita, não linear e materialmente relacional é associada à sua inscrição e codificação no sistema de metadados, a qual faz com que tais discurso sejam localizáveis e coletáveis através de ferramentas de busca e de redocumentação.

Por último, a imprevisibilidade decorre do fato de que os discursos digitais são produzidos, em parte, pelos algoritmos, o que faz com que eles se tornem, pelo menos parcialmente, imprevisíveis para os internautas, uma vez que o ecossistema do ambiente digital, através de sua capacidade de circulação e viralização dos discursos, produz resultados e efeitos não previsíveis para os seus produtores/enunciadores.

Essas características específicas implicam a criação de instrumentos de análise adequados ou a adaptação de instrumentos já existentes em análise de discurso. Proporemos aqui, especialmente, as categorias gerais da tecnologia discursiva, tecnodiscursos e forma tecnolinguageira, e as categorias particulares de tecnopalavra, tecnosigno, tecnodiscurso relatado e tecnogênero de discurso (Paveau, 2021, p. 68).

Assim, ao utilizar tais categorias, para além da dimensão terminológica, a autora busca atualizar e/ou ampliar as dimensões epistemológica e teórico-metodológica dos modelos de análise do discurso. Em consonância com a abordagem ecológica (digital) proposta por Paveau (2021), buscamos levar em consideração todo o ambiente digital, tais como os algoritmos, os *hyperlinks*, os *likes* etc., já que, nessa perspectiva teórica, esses elementos que compõem tal ambiente digital são concebidos como objetos de produção de sentido. O caráter ecológico do discurso diz respeito ao fato de que eles precisam ser analisados não apenas a partir de seus traços linguageiros, mas também em função de sua relação constitutiva com elementos tecnológicos, além dos aspectos cognitivos e socioculturais.

2 Do (antir)racismo ao ativismo digital: o (tecno)discurso como forma de resistência

Antes de tratarmos necessariamente sobre o antirracismo, enquanto movimento social, faz-se necessário definir o que vem a ser o racismo. Entendemos que o antirracismo prevê o racismo. Assim, a nossa definição de racismo é baseada na ideia desenvolvida por Van Dijk (2021) e Jacques d'Adesky (2001), que entendem o racismo como sendo uma prática sistemática

caracterizada pelo abuso de poder e de dominação, tendo como base as diferenças étnicas e culturais entre grupos. Em relação ao Brasil, o racismo é voltado para os afro-brasileiros, indígenas, público LGBTQIA+, além das mulheres e da população periférica, pois “no brasil, esse racismo é direcionado principalmente contra pessoas de ascendência africana, por um lado, e contra povos originários, por outro; mas também contra pobre, mulheres, grupos LGBTQIA+, nordestinos, comunidades periféricas e ribeirinhas” (Van Dijk, 2021, p. 9).

Assim, segundo Van Dijk (2021), o discurso racista, além de ser uma prática racista, é o principal meio de propagação de preconceitos e ideologias racistas. Dando continuidade à noção de racismo, d’Adesky (2001) a divide em duas perspectivas distintas: a primeira noção está relacionada à negação total da identidade de um grupo, ou seja, a existência e o valor de um determinado grupo são reprimidos. Nas palavras de d’Adesky “o racismo apaga, anula ou destrói a diferença entre os grupos: nesse sentido, ele é heteróforo” (2001, p. 25). Já a segunda perspectiva está relacionada à negação de humanidade de um grupo, a exemplo do histórico da escravidão no Brasil, onde os negros foram escravizados exatamente por conta de, nas palavras de Abdias Nascimento (2016), uma suposta inferioridade africana.

Como bem destaca Van Dijk (2021), a resistência contra as formas de escravidão existe desde a antiguidade. As resistências discursivas do período colonial, no Brasil, foram iniciadas por alguns grupos religiosos no século XVII. Para Van Dijk (2021), “pode ser que nesses períodos houvesse ideias compartilhadas por várias pessoas ou grupos, mas ainda não havia um movimento social no sentido atual, como definido nas teorias dos movimentos sociais, que marcam o seu início no

século XVIII” (Van Dijk, 2021, p.42).Desse modo, os discursos abolicionistas foram elaborados durante o período do iluminismo e constituíram um dos maiores movimentos políticos da história. No Brasil, o movimento abolicionista se popularizou após 1880, sendo os discursos produzidos anteriormente considerados pelo autor comopré-abolicionistas, ou seja, discursos que preparavam um movimento social que surgiria no futuro.

Como destacado anteriormente, a linguagem é um dos recursos fundamentais de grande parte da atividade humana, pois “sem comunicação a vida não tem sentido. Sendo assim, a palavra é um meio privilegiado para (se) conhecer e (se) fazer conhecer” (Mello, 2020, p. 2588). As pessoas necessitam da linguagem, sendo ela oral ou não, para conseguirem inserção na sociedade. É a partir da comunicação que reivindicações são feitas, melhorias são cobradas e ideologias são propagadas. Entretanto, cabe destacar que, na sociedade em que vivemos, o direito à fala, muitas vezes, é silenciado para alguns grupos, como os LGTQIA+, as mulheres, os negros e indígenas.

No próximo tópico a ser abordado iremos discorrer a respeito do ativismo digital. Essa nova forma de articulação e militância fez com que os discursos antirracistas elaborados pelos movimentos sociais negros chegassem a um maior número de pessoas, fazendo, assim, com que as suas pautas fossem levadas em consideração.

2.1 Ativismo digital

Com o advento da *Web 2.0*, o internauta, cada vez mais, passa a ter maior controle sobre os meios digitais, fazendo parte desse processo de uma maneira ativa, tendo em vista que na

primeira geração da *web* não existia uma interação e/ou uma troca entre os internautas. Além disso, a *Web 2.0* possibilitou que os internautas criassem conteúdos como blogs, por exemplo. De acordo com Primo (2007), a *Web 2.0* possibilita um maior ativismo social, uma vez que ela potencializa o trabalho coletivo, a produção e a distribuição de informações conjuntas.

Em certos aspectos, a *Web 2.0* tem se mostrado ser uma parceira importante dos antigos e dos mais novos movimentos sociais, tendo em vista a facilidade de compartilhar informações, fazer denúncias, além de proporcionar um maior diálogo entre as pessoas. Isso cria uma rede de movimentose/ou de pessoas que lutam por uma mesma causa, pois, segundo Roesler (2012, p. 1), “com a Web 2.0, o ciberespaço tornou-se um ambiente social acessível a todos, onde é possível selecionar e controlar as informações de acordo com as necessidades e interesses de cada grupo social”.

Entendemos o ativismo digital como sendo, segundo Patrícia Margarida Farias Coelho e Marcos Rogério Martins Costa (2013), um movimento que surgiu a partir dos avanços tecnológicos e que busca combater os preconceitos e as desigualdades presentes na sociedade por meio da internet. Desse modo, a *web* possibilita o associativismo, a partir do seu amplo alcance, pois, de acordo com Rafael Roesler(2012), a internet agrega uma enorme corrente de informações que circulam sem fronteira e limites. “A internet, hoje, sustenta um enorme fluxo de informações, que circulam livremente, sem fronteiras ou limites, nem regras estabelecidas de como se processa ou como se dá a troca das mesmas: é um universo sem totalidade”(Roesler, 2012, p. 4).

Para as pesquisadoras Franciani Bernades e Célia Barbosa (2017), “quando se fala sobre o impacto da internet no processo democrático, parece unânime a ideia de que a grande rede cria cidadãos digitais ativos e participativos” (Barbosa, Bernades, 2017, p. 6). Um dos motivos de a internet possibilitar que os cidadãos se tornem participativos politicamente deve-se ao fácil manuseio das ferramentas disponibilizadas em rede, pois

numa mesma interação (em rede) conjuntos de textos se respondem e diferentes ferramentas, dentre elas as de curta duração, instam os interlocutores a terem algum tipo de atitude responsiva ativa, muito mais do que nos meios não digitais. Tais recursos tecnodiscursivos promovem novos modos de interagir, de navegar e de produzir sentidos (Paveau, 2021, p. 17).

Assim, entendemos que o ativismo digital está preocupado em lutar por melhores condições de vida para aqueles que se encontram marginalizados na sociedade, tais como as mulheres, os negros, os indígenas, as pessoas LGBTQIA+ e etc. Desse modo, é interessante a união entre as pessoas que se articulam por meio da internet e as pessoas que se organizam nas ruas fazendo manifestações e ocupações, pois os meios digitais podem auxiliar nas mobilizações que ocorrem na rua.

Em vista disso, para transmitir as suas pautas, os movimentos sociais atuam em rede para facilitar o discernimento de suas reivindicações. O conceito de atuação em rede foi desenvolvido por muitos autores da área da comunicação, como Manuel Castells, João Alberto Machado, dentre outros, e pode ser entendido como a união de atores sociais que compartilham entre si ensinamentos, ideais, reivindicações sociais, além de um intercâmbio cultural. Segundo Machado (2012), a noção de rede está relacionada à troca de informações e/ou saberes, formações

de grupos de apoio, etc. Essa articulação em rede permite que os ativistas estejam em contato com as reivindicações de outros ativistas e/ou movimentos sociais, criando uma teia de atores sociais que lutam por uma maior igualdade de raça, gênero, dentre outras pautas. Desse modo, de acordo como Machado (2012), as pautas das pessoas que se relacionam através de uma rede são diversas, de modo que indivíduos estão gradativamente lutando por questões culturais e valores diferentes, mas que, de certa maneira, dialogam entre si. Assim, essas lutas estão diretamente ligadas à construção de uma coletividade, auxiliando a construção de sujeitos sociais.

Em relação ao crescimento do ativismo digital nas redes sociais, Coelho e Costa (2013, p. 10) destacam que notaram esse crescimento a partir dos números de *tweets*, *retweets*, *likes*, e *posts* nas redes sociais. Esses tecnogêneros servem para exemplificar que apenas com um clique as pessoas podem passar informações, responder, reclamar, e fazer denúncias. Os ativistas perceberam o ciberespaço como uma importante ferramenta para lutarem por melhorias fazendo reivindicações. Portanto, para Coelho e Costa (2013, p. 12), o ciberespaço, através de suas ferramentas interativas, é uma plataforma fundamental para os movimentos sociais do século XXI. Compreendemos que a *web* possibilita o associativismo, a partir do seu amplo alcance, pois a internet agrega uma enorme corrente de informações que circulam sem fronteiras e limites. Esses mecanismos digitais fazem com que os tecnodiscursos proporcionem um novo modo de interação e de produção de sentido (Paveau, 2021).

3 Análise do objeto: o site Alma Preta e a alusão ao caso George Floyd

Por trabalharmos com discursos nativos, ou seja, discursos produzidos on-line, o objeto de análise do nosso artigo foi coletado no âmbito da internet. Desse modo, foram feitas capturas de tela para melhor visualizar os discursos a serem analisados. Assim, realizamos uma análise discursiva de alguns recortes da página Alma Preta, especialmente em referência ao assassinato de George Floyd. Cabe ressaltar que destacamos alguns trechos/excertos que consideramos importantes para a análise.

A Alma Preta é conhecida por ser uma agência de jornalismo especializada em temática racial. A agência foi criada no ano de 2015 por um grupo de estudantes universitários negros. Além disso, a agência de notícias surge exclusivamente no ambiente digital. Em outras palavras, a Alma Preta é uma agência de jornalismo que se movimenta e faz publicações apenas no âmbito da *Web 2.0*.

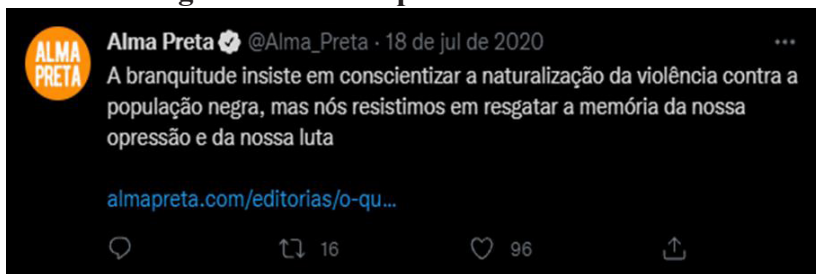
Imagem 1: Página inicial do *site* Alma Preta



Fonte: captura de tela feita pelo autor realizada em 07/05/2024

Na imagem acima, temos a página inicial do site da Alma Preta e podemos perceber a integração dos discursos verbais e visuais, demonstrando assim o caráter multimodal do discurso. Além disso, na parte superior direita, temos pequenos ícones de outras plataformas digitais, como *Facebook*, *Instagram*, *X*, entre outros, que possibilitam acessar a Alma Preta em outras plataformas *online*. No site da Alma Preta, a cor laranja representa os tecno signos dos *hiperlinks*, uma vez que ao clicarmos em uma das palavras destacadas em laranja, seremos direcionados para outra página. Podemos ilustrar aqui a complexidade a cenografia digital de que trata Maingueneau, com seus componentes iconotextual (no sentido de que o site mostra imagens e se constitui como um conjunto de imagens na tela associadas a enunciados verbais), arquitetural (na medida em que o site forma uma rede de páginas acionadas de determinado modo); e procedural (pois o site configura uma rede de instruções voltadas para os internautas).

Imagem 2: Tuíte do perfil Alma Preta no X



Fonte: captura de tela feita pelo autorrealizada em 07/05/2024

No texto acima é um tuíte, ou seja, um tecnogênero no qual percebermos alguns traços específicos que compõem os tecnodiscursos, como a deslinearização, o *hiperlink* e a cor. A deslinearização, como abordamos, está relacionada ao fato de que os discursos nativos da *web*, geralmente muitas, não são

lineares, a exemplo do *tweet* em que temos um discurso primeiro que projeta o discurso alvo a partir do *hyperlink*. Para Paveau (2021, p. 145), “a deslinearização, traço específico do enunciado digital nativo, consiste na intervenção de elementos clicáveis no fio do discurso, que direcionam o leitor- escritor de um fio do discurso-fonte a um fio do discurso-alvo”.

O *hyperlink* é uma tecnopalavra que consiste nas relações de conexão entre um texto e algum outro na *web*. Já a cor, segundo Paveau (2021, p. 131), “nos universos discursivos digitais nativos é uma marca visual que sinaliza uma propriedade dos tecnodiscursos.” A cor não está presente no *tweet* destacado acima apenas como uma decoração, mas sim como uma particularidade do tecnodiscurso, ao indicar que uma palavra é clicável. Assim, ao clicarmos no *hyperlink* do tweet acima, somos levados diretamente para a página da Alma Preta, onde temos a seguinte reportagem:

Imagem 3: Título de um artigo de opinião do site Alma Preta sobre o assassinato de George Floyd



Fonte: captura de tela feita pelo autorrealizada em 07/05/2024.

Na imagem acima, podemos perceber a integração entre o componente visual/imagético e o componente verbal na reportagem em questão. Na foto utilizada pela Alma Preta, possivelmente tirada em uma das manifestações do movimento *Black Lives Matter*, temos um conjunto de pessoas manifestando. Com efeito, podemos destacar que o foco da imagem incide sobre a mulher negra que aparece em primeiro plano com a boca tapada com os dizeres: “*can’t breathe*”, frase que teria sido a última proferida por George Floyd antes de ser assassinado. Por conseguinte, logo no título da reportagem é possível perceber a presença de uma interdiscursividade, pois há uma retomada do ato de fala de George Floyd. A própria utilização da imagem pela agência de notícias já possui o intuito de conquistar a adesão do público através de um efeito *pathémico* (afetivo) do discurso. A própria imagem da com a boca tapada produz um efeito de protesto figurativo metafórico, de quem não pode respirar, ou ainda, não pode viver e se manifestar livremente. Além disso, é importante destacar a presença da 1ª pessoa do plural no título do texto. O uso do plural traz a ideia de uma coletividade, tendo em vista que diariamente os negros são vítimas de racismo. Portanto, é toda a comunidade negra que necessita de respirar.

Imagem 4: Início do artigo de opinião no *site* Alma Preta

Há 520 anos tentamos respirar, mas continuamos sob os açoites. Não temos nem um dia de trégua!

Todo dia pela manhã, abro o Facebook e me deparo com pelo menos três mortes relacionadas aos amigos da minha rede. São pelo menos três vezes que cumprimento amigos dizendo: “meus sentimentos”, pois de fato eu sinto, lamento muito cada vida perdida. E em sua grande maioria são vidas negras. As condições de morte são diversas, mas as mortes que mais me sufocam são as execuções sumárias do Estado Brasileiro e as humilhações diárias e cotidianas que a população negra sofre.

Fonte: captura de tela feita pelo autorrealizada em 07/05/2024.

No início do texto, temos novamente o emprego do ‘nós’ para tratar de uma memória coletiva. Desse modo, a enunciadora retoma o passado para ressaltar que os negros tentam respirar desde o início da colonização — sendo a respiração uma metonímia da vida e da liberdade. Em seguida, ela utiliza uma oração adversativa para argumentar que, mesmo após a abolição da escravidão, os negros seguem sendo vítimas de racismo, uma vez que os agora cidadãos da recém-proclamada República brasileira não tiveram direito a nenhuma parcela das terras onde trabalharam durante toda a vida, e nem foram amparados por quaisquer políticas reparatórias por parte do governo. Dessa forma, um contingente significativo dos brasileiros não teve oportunidade de se integrar a esse novo regime político e econômico. O resultado foi a crescente condição de miserabilidade dessa parcela da população, com reflexos em processos de desigualdade social evidenciados ainda hoje na sociedade brasileira (Chaves; Cogo, 2013, p. 217).

A enunciadora continua ressaltando, de maneira assertiva e assumindo a primeira pessoa do singular como alguém que testemunha, através das redes sociais (vide a menção ao Facebook), que os negros continuam sem ter seus direitos respeitados, a exemplo do uso metafórico da expressão “continuamos sob os açoitos”. O tom assertivo presente no discurso da autora reforça o *ethos* de revolta, de indignação e de luta. A enunciadora constrói uma imagem de si como uma pessoa que está disposta a lutar pela liberdade dos negros, apesar de se sentir “sufocada”, por causa das diversas vidas negras que são mortas diariamente pelo Estado brasileiro, sob a forma de “execuções sumárias e humilhações diárias e cotidianas”. Portanto, na medida em que a enunciadora constrói

uma imagem de si como militante, ela também busca ir contra a ideologia dominante, ou seja, contra a *doxa*. Conforme destaca Amossy (2018, p. 111), “ela persegue a *doxa*, assinala o engano e a manipulação; em outros termos, desmitifica”.

Imagem 5: Trecho do artigo de opinião no *site* Alma Preta

Pisam em nosso pescoço, nos espancam até lesionar nosso cérebro ou quebrar nossa tibia, arrastam nosso corpo pelo asfalto, prendem nosso companheiro que cuidava dos nossos filhos levando nosso caçula a se afogar na piscina, abandonam nosso filho de quatro anos no elevador repetidas vezes até que ele morra ao despencar do prédio.

Fonte: captura de tela feita pelo autorrealizada em 07/05/2024.

No trecho destacado acima, a enunciadora encadeia uma sequência de descrições de ações violentas que se referem a fatos vividos e noticiados, os quais fazem parte da memória discursiva dos cidadãos brasileiros e, sobretudo, da população negra, que é vítima dessa violência. Por outro lado, esse excerto permite fazer alusão à noção de pós-memória, ao trazer para o texto fatos específicos que ocorreram com sujeitos negros recentemente, mas remetem a uma experiência atávica de opressão inscrita na população negra, como demonstra o uso da primeira pessoa do plural para ressaltar que os negros continuam, desde sempre, sendo pisoteados, arrastados, presos etc. Paveau define a pós-memória “como sendo a memória dos descendentes ou dos sobreviventes, baseada em narrativas, descrições e fotos. Trata-se de uma memória de segunda mão [...] o descendente, que não viveu o trauma [...] traz consigo, porém, os sintomas dos quais fala o discurso (Paveau, 2013, p. 158).

Em vista disso, o discurso antirracista da enunciadora é construído com base nesses acontecimentos históricos, o que faz com que ele se torne ainda mais impactante, persuasivo e convincente, buscando produzir efeitos não apenas pela razão, mas também sensibilizar pela via do afeto, demonstrando a sua indignação e revolta em relação à perpetuação da opressão e da discriminação.

Imagem 6: Conclusão do artigo de opinião do *site* Alma Preta

Por isso, mesmo com o silêncio ensurdecedor das grandes redes de comunicação, estamos em marcha. A cada 25 de julho e 20 de novembro marchamos por nós, pelos mais velhos e pelos mais novos. Nos unimos pela nossa comunidade. E é por conta disso que resistimos e tomamos fôlego para nossa resistência e reexistência nessa sociedade estruturalmente racista.

Fonte: captura de tela feita pelo autorrealizada em 07/05/2024.

No trecho destacado acima, temos uma denúncia contra as grandes mídias tradicionais, que se mostram omissas e coniventes com o racismo, ao não abordarem devidamente esses fatos destacados pelo discurso da enunciadora, pois

o quadro de pessoal nos jornais é praticamente todo composto de brancos, e isso, é claro, acarreta sérias consequências na produção de notícias, no estilo de redação, no acesso às fontes e no ponto de vista geral do discurso jornalístico [...] (Van Dijk, 2008, p. 98).

No excerto em questão, a enunciadora estabelece uma clara contraposição entre o posicionamento ideológico da mídia hegemônica tradicional e o posicionamento de resistência da mídia digital alternativa, que denuncia a continuidade histórica de uma atitude hegemônica que perpetua o racismo, continuamente presente em nossa sociedade, uma vez que as pessoas não são educadas para desconstruírem os seus preconceitos. Em outras palavras, a branquitude segue confiando nesse *ethos* que foi imposto aos negros desde o início do período colonial.

De um ponto de vista argumentativo, fica clara também a estratégia retórica de utilizar a metonímia da ‘respiração’ significando vida, portanto a resistência da população negra através das mídias alternativas e do ativismo digital é expressa metaforicamente, na primeira pessoa do plural, a exemplo da frase conclusiva em que se lê “tomamos fôlego para nossa resistência e reexistência nessa sociedade estruturalmente racista.”

O *print* em destaque demonstra que a população negra, segundo d'Adesky, “[...] crê no progresso para todos por meio de uma educação que racionalize os costumes, destrua os preconceitos e elimine os particularismos culturais considerados ‘arcaicos’ ou ‘bárbaros’”(d'Adesky,2001, p. 28).

Considerações finais

Neste artigo buscamos destacar a importância das novas tecnologias digitais na transformação das práticas de linguagem, através da emergência de novos gêneros e de novos elementos que passam a constituir os regimes de discursividade contemporâneos. Nesse sentido, avaliamos duas dimensões dessas transformações. Primeiramente, abordamos uma questão teórico-metodológica, relacionada à necessidade de formular novos modelos e novas categorias de análise para contemplar satisfatoriamente essa mudança de paradigma, apresentando, para tanto, as formulações desenvolvidas principalmente por Maingueneau (2015) e por Paveau (2021)

Em seguida, desenvolvemos uma discussão mais voltada para uma dimensão temática e analítica, relativa ao surgimento de novas formas de manifestação e de participação política através do discurso digital, enfatizando o fenômeno do ativismo digital, especialmente de caráter antirracista. Com base na análise de recortes da página Alma Preta, percebemos que a internet pode servir como um espaço de luta pela democratização, como bem aponta Ruth Amossy. Os ativistas digitais têm, cada vez mais, provado a importância das pessoas se articularem por meio da *web*, pois a *internet* possibilita uma comunicação rápida,

acessível, e de grande alcance. Entendemos que os avanços tecnológicos permitiram que a *web* se tornasse um espaço público essencial para a consolidação das práticas discursivas de resistência dos movimentos, bem como dos sujeitos sociais.

A possibilidade de comunicação rápida, barata e de grande alcance faz atualmente da Internet o principal instrumento de articulação e comunicação das organizações da sociedade civil, movimentos sociais e grupos de cidadãos. A rede se converteu em um espaço público fundamental para o fortalecimento das demandas dos atores sociais para ampliar o alcance de suas ações e desenvolver estratégias de luta mais eficazes. (Machado, 2007, p. 268)

O ativismo digital possibilita que os casos de racismo sejam denunciados, tendo em vista que as grandes mídias muitas vezes omitem e até reafirmam o discurso racista em nossa sociedade. Assim, nas palavras de Van Dijk (2008, p. 237), “a mídia de hoje às vezes se assemelha a um representante moderno dos senhores escravistas.” É possível conceber o discurso enquanto uma ferramenta de denúncia e resistência para a população negra, pois é a partir dele que a comunidade negra foi se articulando, criando redes, e conquistando espaço na sociedade.

Como destacamos no decorrer do texto, compreendemos que o movimento social negro é essencial para a luta contra o racismo, uma vez que observamos na *internet* um crescente aumento de páginas pessoais feitas por pessoas negras que escrevem sobre o que é a negritude, além de denunciarem casos de racismo e apresentarem discussões de temas como apropriação cultural, colorismo, cotas, entre outros.

Referências

AMOSSY, Ruth. (2011). Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E Argumentação*, 1(1), 129-144. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/389>.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.

COELHO, Patrícia Margarida Farias, COSTA, Marcos Rogério Martins. O ativismo digital: apontamentos e reflexões semióticas. *TECCOGS*. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/52681>. Acesso em: 08/11/2021.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências emergências e a produção dos saberes. *Política e Sociedade*. Vol. 10, p. 133 – 154, 2011.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

MACHADO, João Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jul./dez. 2007, p. 248-285. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/JKWntC6dkPCjRXtXfFzYzk/?lang=pt>. Acesso em: 05/11/2021.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2015.

PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do Discurso Digital: dicionário das formas e das práticas*. 1 ed. São Paulo: Pontes, 2021.

PAVEAU, Marie-Anne. (2015). Memória, des-memória, a-memória: quando o discurso volta-se para seu passado. *Revista Eletrônica De Estudos Integrados Em Discurso E*

Argumentação, 5(1), 137-161. Recuperado de <http://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/441>.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *E-Compós* (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007.

ROESLER, Rafael. Web 2.0, interações sociais e construção do conhecimento. *VII SIMPED- Simpósio Pedagógico e Pesquisa em Educação – 2012*. Disponível em: <https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/45817495.pdf>.

SEDRES CHAVES, L., & Cogo, D. (2013). Activismo por la igualdad racial en Brasil. La comunicación a través de redes e Internet: Agencia de Noticias Afropress. *index.comunicación*, 3(2), 211-245. Recuperado de <http://journals.sfu.ca/indexcomunicacion/index.php/indexcomunicacion/article/view>. Acesso em: 22/10/2021.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2021.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e Poder*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

TATIANA, Oliveira. Precisamos Respirar. *Alma Preta*. Publicada em 17/07/2020. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/precisamos-respirar/>. Acesso em: 22/04/2024.

Referências das imagens

Imagem 1: <https://almapreta.com.br>. Acesso em 07/02/2024

Imagem 2: https://twitter.com/Alma_Preta/status/1284488491016114176. Acesso em: 07/05/24

Imagens 3, 4, 5 e 6: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/precisamos-respirar>. Acesso em 07/05/2024

A construção discursiva do humor em textos de *stand-up comedy*: uma análise do discurso racista utilizado como estratégia do humor “antirracista”

Alberto César Pereira Siqueira*

Ronaldo Adriano de Freitas**

Resumo

Este artigo tem como objetivo a análise de alguns trechos de *stand-up comedy* produzidos pelo comediante brasileiro Gui preto, tendo por base com a Análise do Discurso Materialista (Pêcheux/Orlandi). A partir da análise dos trechos em circulação na internet, este trabalho busca compreender a maneira como o discurso racista é evocado para produzir humor em textos de *stand-up comedy*, bem como os efeitos de sentidos que emergem a partir da reprodução - mesmo inconsciente - desse discurso. A chave de leitura dessa pesquisa é a de que, embora o humor dos textos analisados não tenha o intuito de reproduzir sentidos que sustentam o racismo, utiliza-se do discurso racista para construir novos efeitos de sentido, tornando a denúncia, elemento que compõe o corpo de características dessa modalidade de humor, contraditória uma vez que o comediante, na intenção de desconstruir o racismo, se apropria de estereótipos e expressões socialmente marcadas, reforçando construções de sentido de preconceito, segregação e noções de desigualdade racial.

Palavras-chave: Análise do Discurso; racismo; *stand-up comedy*; contradição.

* Licenciado em Letras pelo Instituto Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-2280-4694>.

** Doutor em Estudos de Linguagem (UFF). Professor do Instituto Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6081-5146>.

The discursive construction of humor in stand-up comedy texts: an analysis of racist discourse as an “antirracist” humor strategy

Abstract

This article aims to analyze some excerpts of *stand-up* comedy produced by the Brazilian comedian Gui Preto, based on the Materialist Discourse Analysis (Pêcheux/Orlandi). From the analysis of excerpts circulating on the internet, this work seeks to understand the way in which racist discourse is evoked to produce humor in *stand-up* comedy texts, as well as the effects of meanings that emerge from the reproduction - even unconscious - of that speech. The reading strategy of this research is that, although the humor of the texts analyzed is not intended to reproduce meanings that support racism, racist discourse is used to build new meaning effects, making the denunciation an element that makes up the body of characteristics of this type of humor, contradictory since the comedian, with the intention of deconstructing racism, appropriates stereotypes and socially marked expressions, reinforcing constructions of a sense of prejudice, segregation and notions of racial inequality.

Keywords: Discourse Analysis; racism; stand-up comedy; contradiction.

Recebido em: 30/04/2024 / Aceito em: 08/10/2024

Introdução

Este artigo analisa alguns trechos selecionados de textos de *stand-up comedy* do comediante brasileiro Gui Preto, tomando por base a Análise do Discurso Materialista (Pêcheux/Orlandi). Objetiva-se examinar a utilização do discurso racista em textos de *stand-up comedy* para a produção de textos humorísticos que almejam alcançar o cômico e efetivar a oportunidade de denunciar e desconstruir o racismo através do humor. Considerando a análise do discurso como base teórica e dispositivo para compreensão e análise dos textos selecionados, este artigo é fundamentado nas obras de Pêcheux (2009), Orlandi (2001), Possenti (1998), Bergson (2018) e Eagleton (2020).

Para tornar possível a compreensão de como se constitui o objeto de estudo observado, o artigo se inicia pela contextualização do cenário do *stand-up comedy*. Procura-se assim definir discursivamente o *stand-up comedy* enquanto modalidade de produção do humor, para que as análises produzidas à frente possam se valer dessa definição. Neste gênero humorístico, o comediante é responsável por subir ao palco e apresentar suas piadas em formas de observações, análises e construções discursivas a fim de produzir efeitos de sentido junto ao público presente. É possível enumerar algumas características do *stand-up comedy*, visando compreender os pré-requisitos que contribuem para classificação dessa modalidade, como: os textos são autorais; geralmente há ausência de cenários e ou objetos cênicos, personagens, entre outros elementos. Os comediantes produzem textos para expor pensamentos, situações do seu cotidiano, reflexões, tecer críticas e observações utilizando de sarcasmos, ironias e outras diversas estratégias linguísticas como ferramentas para produzir/cativar o riso de sua plateia.

A origem do *stand-up comedy* não é consensual entre autores, mas nota-se seu surgimento a partir do início do século XIX, como uma variedade oferecida pelo *Vaudeville*, uma espécie de teatro itinerante e de apelo popular onde se apresentavam mágicos, comediantes, acrobatas, entre outros. No Brasil o *stand-up* surge com mais popularidade no início do século XXI, embora já houvesse shows de comédia diversos com grandes nomes como Jô Soares, Dercy Gonçalves, entre outros. A cena do *stand-up comedy* passa a ser fomentada a partir de grupos que organizavam shows de comédia cujas características respondiam ao modelo de humor constituído fora do país. Um comediante e um microfone era o que bastava para colocar em prática e popularizar esse gênero humorístico. Alguns nomes como Danilo Gentili, Diogo Portugal, Comédia em pé, Clube da Comédia, entre outros, aqueciam a cena, possibilitando a inserção de novos comediantes, novos temas, novas maneiras de fazer rir, sobretudo novas percepções. Atualmente, o cenário humorístico brasileiro, no que tange ao *stand-up comedy*, encontra-se bastante diversificado. Há comediantes para diversos sujeitos no constructo social (Wuo, Coelho, 2020).

O objetivo desse trabalho é, portanto, mostrar como o comediante brasileiro Gui Preto se apropria do discurso racista - mesmo que inconscientemente - para produzir textos de humor que não necessariamente são classificados como racistas, mas que recuperam o discurso racista para fazer valer a noção de denúncia e desconstrução do racismo. Tal construção entra em contradição uma vez que os ideais racistas e as políticas escravistas que foram enraizados no constructo social por meio de eventos históricos - como a colonização e exploração de países do continente africano, e também o domínio de povos originários

do Brasil - são reafirmados quando se utiliza de estereótipos, termos marcados e construções pejorativas da figura do indivíduo negro. Ou seja, para que a ideia de denúncia seja efetivada, é necessário, contraditoriamente - como um paradoxo discursivo, retomar aos ideais que estão sendo denunciados. Portanto, este artigo compreende a apropriação do discurso racista em textos de *stand-up comedy* visando examinar a maneira como o humor é construído nas condições acima citadas para produzir efeitos de sentido outros.

1 Humor: teoria, objetivos e funções

Léo Lins é um comediante em “*Segredos da Comédia Stand-up*” afirma que, “Escrever uma piada envolve um processo mental que segue determinadas regra. [...] ao compreender sua lógica e sua estrutura é possível seguir procedimentos que estimulam sua criação.” (Lins, 2014, p.13). Possenti, ao analisar linguisticamente diversas piadas quanto aos seus aspectos técnico-linguísticos afirma: “O problema é saber se a técnica, sendo necessária, é suficiente. Mas, o mais fundamental é tratar de saber no que consiste.” (Possenti, 1998, p.125). Ainda sobre o cômico, Possenti afirma que “O riso decorre do fato de que há uma passagem de texto que parece ter uma interpretação óbvia e, de repente, descobre-se que ela pode ter uma outra ainda mais óbvia.” (Possenti, 1998. p.45).

Lins refere-se a este processo como sendo uma *distorção cômica*¹ estabelecida pelo *punch line*², parte integrante da

1 *Distorção cômica* - “Há um elemento presente em qualquer piada: a distorção cômica. Esse é o gatilho responsável pela piada, é a ponte entre o real e o cômico. [...] A distorção gera uma surpresa, e a maioria das piadas se enquadra nessa categoria. O começo indica um caminho, mas o final muda a direção e pega os espectadores de surpresa.” (LINS, Leo. 2014, p. 18).

2 *Punch Line*: “O *setup* deve conter a informação necessária para viabilizar a existência e o impacto do *punch*, que consiste na parte da piada diretamente responsável pelo riso.” (LINS, Leo. 2014, p. 22).

estrutura base de uma piada. Possenti pontua, mais à frente, a relação entre a quantidade de riso que gera uma piada, inserindo a visão de que “Há quem pense que, quanto mais se ri de uma piada, melhor ela é. [...] Frequentemente, nesse domínio, misturam-se aspectos diferentes. Grandes piadas podem não provocar gargalhadas, mas apenas sorrisos leves” e completa: “atores que fazem gargalhar podem estar produzindo esse efeito através de uma série de outros recursos que nada tem a ver com piadas.” (ibidem, p. 45).

O autor assim afirma que “O que faz com que uma piada seja uma piada não é o seu tema, e sim uma certa maneira de apresentar tal tema ou uma tese sobre tal tema”. Nesta perspectiva, os efeitos de sentido construídos discursivamente na reprodução do texto de *stand-up comedy* reforçam a construção de uma tese sobre a temática relacionada ao texto, que, neste caso, é o *discurso racializado* (Modesto, 2021) inserido nos textos do comediante Gui Preto.

Os discursos racializados apontam para o processo de racialização das condições de produção, formulação e circulação dos discursos e não para a especificidade de um tema (como raça ou racismo). Não se trata de “falar sobre” raça, mas de ter os processos de racialização atravessando discursividades, ainda que por efeitos do silenciamento, da contradição, da metáfora, da paráfrase, da paródia etc.” (Modesto, 2021, p. 09).

Humoristicamente, os discursos racializados comparecem no que Bergson (2018) chama de “propriamente humano.” (Bergson, 2018, p. 38) O humor, sendo assim, em sua análise, é constituído pelas inserções cômicas dos indivíduos. O humor é assim entendido como um instrumento de investigação aprofundada a fim de dissecar determinada questão para notar suas particularidades, como afirma em:

O humor, assim definido, é o inverso da ironia. Ambos são formas da sátira, mas a ironia é de natureza retórica, ao passo que o humor tem algo de mais científico. [...] Acentua-se o humor, pelo contrário, descendo-se cada vez mais baixo no interior do mal que é, para lhe notar as particularidades com mais fria indiferença. (Bergson, 2018, p. 92).

O autor define também a função do humorista/comediante, conforme a seguir: “O humorista é, no caso, um moralista que se disfarça de homem de ciência, algo como um anatomista que só faria suas dissecações para nos causar sofrimento, e o humor, no sentido preciso em que consideramos o termo, é justamente uma transposição do moral no científico.” (Bergson, 2018, p. 92). Outra perspectiva do autor é que o humor seria apreciado caso os indivíduos se sentissem isolados. “Aparentemente, o riso tem necessidade de eco” (ibidem, p. 39). Ou seja, é necessário que a experiência cômica seja amplificada de maneira conjunta para que reverbere em outras pessoas e potencialize o humor. Em desenvolvimento de suas afirmações, o autor afirma que a emoção é inimiga do riso uma vez que, para alcançar o cômico o indivíduo deve se deslocar para instantes de indiferença para com o assunto ou situação.

No mesmo sentido, Eagleton (2020), discorre sobre concepções do humor e da maneira como o riso é enraizado nas relações sociais historicamente de maneira expositora e embasado sob a prisma de diversos autores, inserindo dentre eles, filósofos, cientistas, escritores e obras de seus repertórios. Ao iniciar suas considerações, Eagleton pondera que “O riso é um fenômeno universal, o que não significa que seja uniforme.” (Eagleton, 2020, p. 13). O autor relata através de suas análises que há diversas maneiras de fazer sorrir, bem

como outras diversas formas de sorrir. Ou seja, para ele, o riso não é homogêneo, o autor coloca em perspectiva as diferentes maneiras de reagir ao cômico.

Eagleton desenvolve suas considerações afirmando que o riso é “amplamente carregado de significado cultural” (Eagleton, 2020, p. 14), o que se conecta com a posição de Bergson ao pontuar que “o riso deve ter uma significação social” (Bergson, 2018, p. 40) visto que sociedade e cultura estão vinculadas, podendo ainda considerar a ótica de Orlandi para mediar tais perspectivas ao pontuar que “a materialidade da ideologia é o discurso” (Orlandi, 2011, p. 17) e este, por sua vez, constitui a sociedade. O autor afirma ainda que “o riso verdadeiramente hilário envolve uma perda do autocontrole físico durante o qual o corpo fica por um instante perdido”. (Eagleton, 2020, p. 15). Para além de outras definições que o autor aprofunda, cabe, para este estudo, considerar a afirmação de que, para Eagleton o riso é distintivamente humano e que nele estão envolvidas questões intermediadas pelas crenças e suposições dos indivíduos, o que se afirma em:

o riso é ao mesmo tempo animal e distintivamente humano, uma imitação do ruído das bestas, mas bastante não bestial em si. [...] é uma forma de enunciado que surge diretamente das profundezas libidinais do corpo, mas tem também uma dimensão cognitiva. Como a fúria e a inveja, envolve crenças e suposições. (Eagleton, 2020, p. 15-16).

Ao dizer que, ao alcançarmos o riso, “somos libertados, por alguns momentos do fardo inconveniente da compaixão.” (Eagleton, 2020 p. 18) o autor explora um ponto de vista que pode ser aproximado às observações que Bergson (2018) descreve quando, sobre humor, afirma: “A indiferença é seu ambiente natural.” (Bergson, 2018, p. 38). Eagleton aproxima-

se de Bergson também ao considerar a natureza coletiva do humor, uma vez que reitera: “Quando os participantes da plateia de uma comédia urram de rir, estão respondendo a uma situação no palco mas também à animação uns dos outros, deliciando-se nessa solidariedade de som e nesse momentâneo coleguismo.” (Eagleton, 2020 p. 94).

O autor também se posiciona com relação às categorizações do humor considerando as condições de produção. No entanto, o que desperta atenção para o desenvolvimento deste estudo é a maneira como o autor, considerando as relações sociais, categoriza - embasado por suas análises de obras e autores outros - a maneira como o riso é classificado, colocando em foco as divergências inseridas nas extremidades de um conjunto social. O autor destaca: “A peixeira cacareja, ao passo que o estadista dá uma risadinha.” (Eagleton, 2020, p. 84) Essa afirmação do autor é resultante de uma análise historicamente aprofundada acerca de como o humor foi modificado na estrutura social ao longo do tempo, sendo, por vezes, considerado vulgar e não sendo bem aceito uma vez que sua produção era realizada por grupos socialmente menos favorecidos. No entanto, quando sua produção era realizada de posições elevadas nas hierarquias sociais favorecidas pelo poder, seu conteúdo era bem-visto e bem aceito, bem como as reações (risos). De acordo com essa perspectiva elitista, pode-se afirmar que há um sistema de desigualdade que afeta as condições de produção do texto cômico, influenciando seu consumo e sua propagação. Tendo em vista as posições acima, foquemos em investigar a partir dos textos selecionados também as condições de produção, considerando o universo do autor³.

³ Neste caso, o autor é o comediante brasileiro de stand-up Gui Preto cuja biografia encontra-se ainda indisponível na internet. Este fato colabora para o movimento de reflexão acerca do crescimento ainda recente do *stand-up comedy* e dos comediantes inseridos nessa modalidade no Brasil.

2 Procedimento metodológico e universo teórico da Análise do Discurso

A questão da produção do humor é considerada nesse trabalho a partir do caráter da contradição que caracteriza esses discursos. Trata-se de compreender o inter-relacionamento constitutivo entre o combater e reafirmar posições que caracterizam “*as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção*.” (Pêcheux [1975 (2009, p. 168, grifos do autor). Consideramos, assim que o humor engajado funciona pelo princípio da contradição, reproduzindo as relações de força para a produção do efeito de evidenciação de sua existência.

Tal funcionamento — de reprodução/transformação — se dá pelos processos de paráfrase e polissemia, desenvolvidos por Orlandi (2001), pela noção de que paráfrase é uma série de processos de estabilização, ao contrário da polissemia que se configura como a ruptura desse processo de estabilização, possibilitando a construção de novos caminhos e sentidos. Torna-se, assim, relevante para essa pesquisa considerar o conceito de materialidade teorizado por Orlandi, a partir da noção pechetiana (Pêcheux, ([1975] 2009), pela qual, a materialidade da ideologia é o discurso, enquanto a materialidade do discurso é a própria língua (Orlandi, 2001). Portanto, entende-se que materialidade se relaciona com o discurso historicamente na língua. Além da visão de materialidade, é relevante compreender que, de acordo com Orlandi, a ideologia é a função necessária entre a linguagem e o mundo e que, “[...] todo e qualquer dizer é ideologicamente marcado.” (Orlandi, 2001, p. 45).

A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento: prática de linguagem. Com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (Orlandi, 2001, p. 15).

A interpretação do material a partir da análise discursiva que atravessa a questão da construção do humor no *stand-up comedy* é imprescindível para a correlação dos conceitos que norteiam essa pesquisa e seus autores, a fim de justificar os procedimentos que são utilizados para corroborar o presente artigo.

No que tange a este tipo de análise, é importante considerar que, para Orlandi (2001) existem modos de interpretar. “Ao falar, interpretamos. Mas, ao mesmo tempo, os sentidos parecem já estar sempre lá.” (Orlandi, 2001, p. 10). Orlandi também aponta o objetivo geral da análise do discurso ao apontar necessária a compreensão da língua enquanto trabalho simbólico, enquanto parte da sociedade, enquanto constitutiva do homem e da sua história (Orlandi, 2001, p. 15). A autora aborda o passo inicial para levantar uma análise discursiva eficiente que considere a materialidade da língua:

Levando em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer. Desse modo, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista de discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade.” (Orlandi, 2001, p. 16).

Orlandi afirma que o discurso é onde pode-se observar a relação entre a língua e ideologia, compreendendo como a

língua produz sentidos para os indivíduos. A autora organiza em sua obra “Análise do discurso: Princípios e procedimentos” uma observação sob a qual este trabalho se apoia, quando diz: “partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (Orlandi, 2001, p. 17).

Considerando os conceitos de materialidade, ideologia, sujeito e discurso teorizados por Orlandi, este trabalho os relaciona ao realizar as análises dos materiais coletados, a fim de conectar o problema da pesquisa à hipótese de leitura, tornando possível a partir dessas investigações a identificação do discurso racista nos trechos dos shows de *stand-up comedy* que foram selecionados. Orlandi, ao discorrer sobre estudos discursivos, afirma que não se separa forma e conteúdo e procura-se compreender a língua como acontecimento, onde o indivíduo é afetado pela história, tornando-se sujeito.

3 Análise, efeitos de sentido e contradição

Para compor o corpus deste estudo, foram selecionados alguns trechos de textos de *stand-up comedy* do comediante brasileiro Gui Preto. Segundo afirmações dele em uma de suas apresentações disponibilizadas no Youtube, seu nome artístico correlaciona-se com traços fenotípicos, tornando a resposta para um possível questionamento quase óbvia. Gui Preto se apresenta em diversas cidades do país com seus shows solos e

também frequenta ambientes dedicados à prática do *stand-up comedy* para gravar materiais audiovisuais e testar suas piadas, como o “Naitan”, “Clube do Minhoca”, entre outros. A escolha do comediante foi efetivada a partir da escolha de seu nome artístico, que encerra em “Preto” a temática que ancora seu fazer humorístico: o nome “Gui Preto” se constitui assim pelo discurso da afirmação racial em seu processo discursivo.

Considerando que “os discursos que se estabelecem nas fronteiras do social apresentam a potencialidade de serem racializados, em virtude das especificidades conjunturais de nossa formação social e das condições de produção que daí se erigem, mesmo que o discurso em análise não tematize raça.” (Modesto, 2021, P. 15), É possível, a partir dos trechos recortados, analisar a maneira como Gui Preto utiliza sua posição como comediante para trazer aos seus textos suas reflexões e inquietações sobre diversos assuntos, incluindo, entre eles, questões sobre racismo que atravessam seu cotidiano.

Valendo-se do caráter denunciativo presente na modalidade do *stand-up comedy*, Gui Preto constrói suas análises e as expõe em formas de piada, possibilitando a aproximação da plateia que se identifica com as questões trazidas às apresentações e a formulação de outros sentidos a partir de suas formulações. Alinha-se a seguir a afirmação de Orlandi ao pontuar que “os dizeres não são apenas mensagens a serem codificadas, mas também são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz.” (Orlandi, 2001, p. 30). Dessa forma, cabe ao movimento analítico esmiuçar os efeitos de sentidos produzidos nos trechos a seguir, bem como as condições de sua produção.

Para isso, cabe considerar o racismo sob a perspectiva de Moreira (2020), que o conceitua como:

Sistema de exclusão que opera por meio de estigmatização de grupos populacionais que são racializados por possuírem determinadas características fenotípicas em comum. Elas são representadas como traços negativos a partir dos quais muitos membros do grupo racial dominante passam a atuar, o que ocorre em quase todas as esferas da vida de minorias raciais. Estigmas raciais são reproduzidos de forma ativa e passiva, estando presentes não apenas nas falas de indivíduos particulares, mas também em diversas produções culturais de forma direta ou encoberta.” (Moreira, 2020, p. 64).

As observações levantadas ponderam a contradição que se estabelece no movimento de resgatar noções do discurso racista para que seja possível, através da denúncia e dos apontamentos do autor, suprimi-lo. Vejamos o trecho a seguir retirado de um dos vídeos⁴ utilizados:

Quadro 1 – Racismo Reverso

Muita gente fala que: ‘ah isso aí é racismo, você tá invertendo o racismo, é racismo [esquece o termo - pessoa da plateia sugere] reverso. Cê vê mano? eu não consigo nem falar uma desgraça dessas. Como é que você reverte 400 anos? 400 anos de escravidão. Para ilustrar essa questão de vez eu vou chamar aqui duas pessoas pra explicar que não tem como reverter racismo de jeito nenhum. [chama Kedny Silva - comediante negro - e Bruno Romano - comediante branco] Eu vou fazer três perguntas para vocês e vocês não me respondam, tá? O racismo é uma coisa institucional e está na cabeça das pessoas. Não tem como reverter um bagulho que já está na cabeça dos outros. Certo? Se fosse pra confiar sua bolsa olhando esses dois aqui, a quem vocês confiam? [gargalhadas] Viram? não falei nada. Se essas duas pessoas estão andando na rua de vocês à noite, esses dois cidadãos na mesma calçada, qual calçada que vocês vão? [gargalhadas] agora, sem preconceito nenhum, se fosse pra te comer gostoso, qual dos dois você escolheria? [gargalhadas intensas da plateia]. (Gui Preto - *Existe racismo reverso?*, 4:10s - 6:16s).

Fonte: Transcrito do Canal Gui Preto (2019).

⁴ Material divulgado em plataformas digitais que também circulam em redes sociais do autor a fim de compartilhar o seu trabalho enquanto comediante.

Neste fragmento, é possível perceber que o comediante se posiciona de maneira questionadora ao ser acusado de propagar mensagens consideradas “ofensivas” aos brancos, o que, segundo a crítica recebida por ele, era considerado “racismo reverso”. Ao defender sua posição - de que a existência do racismo reverso não é plausível - Gui Preto utiliza uma estratégia comparativa para acessar a noção de racismo intrínseca à determinada formação discursiva. Sabe-se que o racismo foi instaurado no constructo social historicamente, desde o colonialismo. Desde então, os ideais racistas atravessam as relações sociais, contribuindo para a propagação e para o desenvolvimento de pautas que favoreçam cada vez mais os brancos em relação aos negros, estabelecendo assim, noções de inferioridade, o que contribui para a formação de estigmas sociais.

Orlandi ressalta que “Todo dizer se encontra na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que tiram seus sentidos.” (Orlandi, 2001, p. 33). A partir dessa perspectiva, torna-se possível articular o movimento comparativo presente no texto do comediante, que resgata a noção de racismo estruturada pela história para efetivar sua perspectiva acerca da pseudoexistência de um racismo que atinja o indivíduo branco e não o negro.

A partir de Moreira (2020), é possível considerar formações estereotipadas em relação à comunidade negra do Brasil. Em sua obra *Racismo Recreativo*, publicada em 2020 na coleção Feminismos Plurais coordenada pela Djamila Ribeiro, Moreira aborda aspectos constitutivos das noções de estereótipos e estigmas. Para ele, “estereótipos são falsas generalizações sobre membros de determinados segmentos sociais. Eles podem descrever o comportamento de alguns deles, mas certamente não

de todos.” (Moreira, 2020, p. 59). Gui Preto utiliza o prisma dos estereótipos para realizar e embasar sua análise comparativa no texto. Ao solicitar a presença de dois colegas de profissão no palco, considerando um branco e um negro, o comediante cria um panorama de oposição entre um e outro, para que seja possível a partir das diferenças estabelecidas - não só fenotipicamente, mas também resgatando as noções raciais enraizadas pelo racismo - provar sua tese.

Em Moreira (2020) discute-se a utilização dos estereótipos como ferramenta de fixação de ideais. Segundo o autor: “Estereótipos precisam ser constantemente repetidos para que se tornem uma forma de conhecimento compartilhado, o que pode ocorrer por diversas formas de produções culturais, inclusive pelo humor.” (ibidem, p. 60) Além disso, o autor reforça que a lógica dos estereótipos está diretamente ligada à lógica dos estigmas e pontua que “Estigmas são responsáveis pela construção de identidades sociais culturalmente desprezadas porque designam pessoas supostamente diferentes ou inferiores.” (Moreira, 2020, p.62).

A fim de fundamentar sua provocação, o comediante convida a plateia a refletir suas respostas, então questiona: “Se fosse pra confiar sua bolsa olhando esses dois aqui, a quem vocês confiam? [gargalhadas] Se essas duas pessoas estão andando na rua de vocês à noite, esses dois cidadãos na mesma calçada, qual calçada que vocês vão? [gargalhadas]” Esse movimento faz com que a plateia consulte os estereótipos que foram socialmente construídos sob a perspectiva do racismo em relação aos negros, levando-a a considerar também a posição privilegiada em que o indivíduo branco se encontra. As gargalhadas da plateia sugerem que a resposta para essas duas perguntas seja supostamente

óbvia: as pessoas confiariam suas bolsas ao homem branco e optariam por caminhar na mesma calçada em que se encontra o homem branco.

A noção de que o homem negro é violento, perigoso, é uma marca estigmatizada. Logo, a plateia considerou que seria mais seguro aproximar-se do indivíduo cujo tom de pele não é um fator que determina de maneira generalizada seus comportamentos, bem como sua integridade enquanto cidadão. Além disso, quando o comediante faz a terceira pergunta, encontra-se um outro contexto. Sob o prisma dos estereótipos, há uma visão hipersexualizada do homem negro que percorre, assim como expressões pejorativas, a superfície social. Assim, ao questionar quem as pessoas da plateia escolheriam para ter uma relação sexual positiva, a resposta é induzida a outro caminho, considerando que o indivíduo branco não precisa se afirmar pelo comportamento sexual imponente para satisfazer as expectativas de uma pessoa. Essas formulações são socialmente construídas e se desenvolvem na camada da sociedade à medida que os ideais racistas se propagam. Dialogando a essa questão, Orlandi considera o interdiscurso em suas proposições, conceituando-o como “todo conjunto de formulações já feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido.” (Orlandi, 2001, p. 33).

A contradição se estabelece uma vez que o comediante ocasiona esse tipo de reflexão acerca do racismo estrutural na constituição dos sujeitos. No entanto, essa contradição mostra-se inevitável. Ora, não seria possível desconstruir essa mentalidade de inferioridade racial ou de racismo reverso sem levantar questões como estereótipos e estigmas. Porém, ao abordar essas

questões, o comediante se apropria do discurso racista para formular outros efeitos de sentido a partir de suas piadas. A intenção do comediante é, neste caso, desconstruir a idealização de racismo reverso a partir de seu texto. Entretanto, para efetivar essa desconstrução, torna-se necessário que o comediante retome concepções instauradas pelos ideais racistas, movimento que, discursivamente, reafirma ideologias de superioridade racial e as torna presentes nas formações discursivas atuais. Através do discurso é possível observar a relação entre língua e ideologia, e também compreender “como a língua produz sentidos por e para os sujeitos” conforme Orlandi (2001). Vejamos mais um fragmento a seguir.

Quadro 2 - Hipersexualização

Teve um maluco que me xingou na internet por causa de um texto que eu fiz, né. Eu fiz sobre pantera negra. Se tem alguém que já viu esse filme aqui, grita eu. [Plateia em conjunto: “eu!”]. Muito bom contar com vocês brancos gritando ai, que maravilha. [...] queria dar uma chicotada em todo mundo aqui agora que ai já ficava *em casa* [expressão para à vontade, confortável e em igualdade] - também né, os negros viram e falam assim: pô se quiser eu chicoto com a rola hein. [...] eu não tenho a rola grande não, eu sou tipo japonengo. É que a de vocês parece uma barra de diamante negro, o meu parece um bisinho, sabe aquele bis? só que já veio mordido. (Gui Preto, *Respondendo Racistas 1*, 0:00s- 0:40s).

Fonte: Transcrito do Canal Gui Preto (2019).

Segundo Possenti, “provavelmente todas as piadas veiculam, além do sentido mais apreensível, uma ideologia, isto é, um discurso de mais difícil acesso ao leitor.” (Possenti, 1998, p. 38). Neste segundo fragmento, pode ser enfatizada a questão do estereótipo hipersexualizado do homem negro, colocando em perspectiva a tentativa de desconstruir a visão de que todos os homens negros, de maneira generalizada possuem o órgão sexual avantajado. O comediante expõe sua perspectiva em relação às generalizações, ponderando que não representam

todos daquele conjunto social. Apesar dessa pontuação, não há maneiras de corroborar sua perspectiva sem, antes de expô-la, retomar concepções que foram desenvolvidas pela inserção de noções racistas que cotidianamente são repetidas e propagadas.

Logo, acessamos novamente o mesmo lugar: a contrariedade. A intenção entra em contradição com a ação, uma vez que, para extinguir a perspectiva estereotipada e hipersexualizada do homem negro seja necessário resgatar a ótica de estereótipo. O texto entra em contradição porque, para anular o pensamento, é preciso retomá-lo e, ao retomar o “ideal”, o comediante o reafirma discursivamente. O jogo para construção de novos efeitos de sentido se estabelece nessas movimentações subordinadas, criando uma espécie de paradoxo.

Moreira (2020) aponta que boa parte dessas construções de estereótipos e estigmas referentes a minorias sociais são majoritariamente fixadas nos valores de um conjunto social através da normalização de discursos humorísticos cujo conteúdo é de cunho preconceituoso. Para ele, o humor é também um instrumento para compartilhar ideais hostis e propagar ideias pejorativas sobre grupos socialmente desfavorecidos. O autor ressalta ainda que “O distanciamento social faz com que nosso sentimento de solidariedade seja menor em relação àqueles que são vistos como pessoas de menor prestígio. Por isso, não nos sentimos constrangidos em contar ou rir de piadas que expressam hostilidade em relação a certas classes de indivíduos.” (Moreira, 2020, p.72). Esse pensamento dialoga com a noção de que a insensibilidade e a indiferença são aliadas do humor, como pontuado por Bergson (2018).

Ao compartilhar do estereótipo hipersexualizado do homem negro para produzir outro efeito de sentido - o de exceção - e provar que a generalização é inadequada, o

comediante retoma a concepção que fundamenta o estereótipo, reafirmando-o novamente. Moreira aborda também para exemplificar o humor depreciativo⁵ a degradação sexual. O autor afirma: “a degradação sexual de membros de minorias raciais é um dos exemplos clássicos do racismo recreativo. Piadas sobre a virilidade de homens asiáticos e homens negros são muito comuns entre nós.” (Moreira, 2020, p. 87). Seu ponto se confirma a partir da análise do fragmento, quando se observa a utilização do termo duplamente ofensivo “japonego” pelo comediante, referindo-se a ele mesmo como um sujeito que está inserido em um entrelugar referente a visão estereotipada do homem negro e do homem asiático.

Moreira ainda analisa: “A alegada potência sexual do homem negro sugere que ele é uma besta sexual, sendo então um parceiro inadequado. [...] estamos diante de um tipo de mensagem que tem o objetivo de valorizar sexualmente o homem branco, embora não os mencione.” (Moreira, 2020, p. 88). Para ele, “a construção de que o homem negro é visto como um animal sexual implica que ele carece de capacidade racional, requisito básico para que uma pessoa possa desempenhar quaisquer atividades profissionais.” (Moreira, 2020, p. 89). Logo, esse tipo de piada comparativa torna-se uma estratégia para garantir vantagens sociais no espaço privado e também no espaço público, conforme o autor, colocando o homem branco novamente em uma posição de prestígio e privilégio. Portanto, ao utilizar essas comparações, o comediante acessa esses elementos que constituem uma narrativa racista, mesmo que ele queira desconstruí-los. Acessando-os, ele retoma seus discursos, os reafirma. Analisemos outro fragmento:

⁵ *Humor Depreciativo*: “provoca um efeito cômico porque evoca estereótipos raciais que circulam dentro de nossa cultura, tais como a suposta periculosidade do homem negro, a sexualidade exacerbada da mulher negra ou a indolência dos membros dessa raça.” (Moreira, 2020, p.81).

Quadro 3 – População Carcerária

Mais de 60% da população negra está na cadeia, vocês sabiam disso? é foda, nossa realidade. Os outros 40% estão aguardando julgamento. [gargalhadas da plateia] Viu como vocês são preconceituosos?” (Gui Preto, *Sobre Racismo*, 5:45s - 5:58s). “Eu falei que meu povo sofre muito preconceito mas tem uma galera que sofre muito mais preconceito que meu povo, que é quem? os clientes e usuários de cartão Elo. Vocês já viram esses malucos? é muito embaçado. Sofrem muito preconceito. Eu tenho pra mim que quem inventou o cartão Elo foi um negão, tá ligado? só para os brancos saberem como é chegar nos lugares e não ser aceito. (Gui Preto, *Sobre Racismo*, 10:30s - 10:53s).

Fonte: Transcrito do Canal Gui Preto (2019).

Orlandi afirma que o dizer não é propriedade particular e que as palavras significam pela história e pela língua. (2001, p. 32). Moreira ressalta que o humor é constituído também por mecanismos mentais, o que: “implica o processamento de estímulos presentes no ambiente, na evocação de memórias, no jogo com as palavras ou nos símbolos de modo criativo.” (Moreira, 2020, p. 69). O comediante, nesse texto, dialoga com a plateia acerca do racismo presente no contexto social do qual ele emergiu. A intenção do texto é apontar de maneira denunciativa uma dura realidade de forma que a plateia realize reflexões acerca do tema proposto. No decorrer de sua apresentação, o comediante realiza o primeiro trecho de piada, apontando que mais da metade da população negra está em uma realidade carcerária. Em seguida, afirma que a porcentagem restante está relacionada às pessoas negras que estão aguardando julgamento, generalizando o caráter criminoso estabelecido também por estigmas sociais. No entanto, ao final do efeito cômico o comediante faz a seguinte provocação: “viu como vocês são preconceituosos?”.

O intuito, então, era provocar a plateia de maneira que fosse possível alertá-los sobre o racismo estrutural e como essas concepções de inferioridade social estão inseridas no

senso comum das pessoas, ocasionando na marginalização generalizada da população negra no Brasil. Logo, é possível perceber a qualidade provocativa desse texto, possibilitando a reflexão sobre o motivo daquilo que desperta o riso. No entanto, a denúncia presente no texto não exclui a retomada de conceitos racistas que atravessam a história através das ideologias de supremacia branca inseridas à língua, fazendo com que elas sejam reforçadas momentaneamente.

Moreira (2020) define racismo recreativo como “um projeto de dominação que procura promover a reprodução de relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão de encobrimento da hostilidade racial.” (Moreira, 2020, p. 148). Logo, prova-se que utilizar expressões desse tipo garantem a manutenção do caráter recreativo do humor racista, ocasionando a visão deturpada de que piadas são apenas piadas e não se relacionam com a história, com ideologias e com contextos específicos, legitimando assim o racismo recreativo sem considerar os danos que ele causa moralmente e psicologicamente aos sujeitos e minorias oprimidas.

O segundo fragmento é ideal para considerarmos a característica e a intenção reparadora do texto do comediante. Na oração “só para os brancos saberem como é chegar nos lugares e não ser aceito.” está presente todo um contexto ocasionado pelas políticas escravistas e por modos de segregação racial instaurados na sociedade historicamente, fazendo com que negros sejam recusados, rejeitados e maltratados na esfera social estritamente por características físicas e estereótipos marginalizados. Logo, é possível perceber que o comediante se posiciona ativamente contra esses aspectos, desejando formas

de destruir, ou, ao menos, reduzir as concepções racistas. No entanto, parece inevitável fazê-lo sem reafirmar previamente os ideais segregadores.

Seguiremos com o último recorte:

Quadro 4 – Marginalização

Pode parecer que não, mas o preconceito tá aí, tá ligado? É só a gente perceber, por exemplo: um cara caucasiano. O irmão aqui [aponta um homem branco na plateia]. Um cara bonito, bem arrumado. [...] se você ver o [pessoa da plateia] numa Tucson, você fala: ‘pô esse cara é muito foda, tá ligado? esse cara é um cliente diamante na Hinode.’ Agora, se você me ver numa Tucson [plateia ri] você fala: ‘ah que bom, meu uber black chegou’ ou ‘não, esse carro é roubado, não é possível. (Gui Preto, *Sobre Racismo*, 2:56s - 4:12s).

Fonte: Transcrito do Canal Gui Preto (2019).

A partir desse fragmento, é possível discutir a visão estigmatizada e marginalizada da população negra. Relacionando Moreira (2020), “O humor racista permite que estereótipos negativos sobre minorias raciais circulem de forma incessante, o que contribui para que estigmas afetem todos os aspectos da vida dos indivíduos, razão pela qual eles provocam a desigualdades de status moral e de status material entre grupos raciais.” (Moreira, 2020, p.83) O autor afirma ainda que o humor racista é também uma forma encontrada pelas pessoas brancas de defender a posição privilegiada que ocupam, o que confere seu caráter estratégico, sendo parte constituinte do processo de estratificação social quando legitimado.

No primeiro trecho do fragmento é possível reconhecer discursos que, fundamentados pelo racismo, categorizam os indivíduos sociais não por competência ou currículo, mas por aparência. Dessa forma, seguindo a lógica de superioridade dos indivíduos brancos e bem-sucedidos que são colocados privilegiadamente próximos às esferas de o poder, indivíduos negros são insuficientes para ocuparem cargos de poder ou valores. Isso se alinha ao fato de que:

estigmas operam como elementos que limitam o acesso a oportunidades sociais, servindo como ponto de partida para atos discriminatórios em diversas esferas da vida dos grupos afetados [...] a discriminação produz a exclusão social e acaba por confirmar a percepção social depreciativa sobre os grupos estigmatizados. [...] grupos minoritários também internalizam esses estigmas e passam a perceber a si mesmos e também os membros do próprio grupo a partir deles. (Moreira, 2020, p. 63).

A visão marginalizada do sujeito negro é transportada de gerações à gerações através de piadas hostis, discursos preconceituosos e principalmente pela construção de estigmas. A partir deles, é inserido no cotidiano das pessoas perspectivas que generalizam o comportamento das pessoas negras e as categorizam com termos pejorativos, como: violentos, mal-educados, incapazes, inferiores, desprovidos, despreparados, entre outros termos marginalizados. Além disso, pode ser citada a demonização da cultura, dos costumes e das tradições nativas desses sujeitos, colocando-as como inferiores de acordo com os costumes europeus introduzidos na sociedade desde o projeto colonial.

Logo, o humorista retoma o sentido de que um homem negro, se não estiver prestando serviço a outras pessoas - referência à constituição do negro pelo trabalho prestado a brancos, ligada à memória do trabalho escravo - não pode ter condições financeiras e morais de adquirir um bom veículo, sugerindo que, devido ao “caráter violento” vinculado à raça, seja mais plausível que o homem negro roube o veículo, enquanto, se o homem for branco, o veículo é diretamente relacionado à conquistas pessoais e manutenção de posições de poder na sociedade. Esse raciocínio reforça a noção de inferioridade do negro, contribuindo para o ferimento de sua integridade moral e, por vezes, física.

A partir da discussão exposta, é possível refletir sobre o paradoxo discursivo citado anteriormente. O comediante brasileiro Gui Preto assume uma postura denunciativa colocando em seus textos desconstruções do pensamento racista. Esse movimento é importante para que tais concepções sejam reduzidas à medida que o tempo passa e a partir do diálogo e dos questionamentos seja possível desarmar dispositivos de segregação e inferiorização de grupos sociais desfavorecidos. No entanto, como vimos, a retomada dessas concepções majoritariamente racistas e pejorativas reafirma esse discurso à medida que busca desconstruí-lo.

Logo, cabe a reflexão: a que medida o discurso racista vem sendo desarmado se, para desarmá-lo, é necessário retomá-lo? No entanto, é possível também considerar a legitimidade da intenção de denúncia, que possibilita o rompimento dos ideais racistas para formular novos efeitos de sentido que desestabilizem esses sentidos, mesmo que se enfrente uma contradição discursiva na estrutura do texto. A despeito do racismo recreativo, Moreira pontua que “a degradação moral da população negra, alvo principal do racismo recreativo, forma uma unidade cultural com várias outras manifestações de racismo, razão pela qual a distinção entre racismo e injúria carece de sentido. Os dois ilícitos dizem respeito exatamente à mesma coisa, qual seja, um ataque à reputação da pessoa em função do pertencimento dela a uma minoria racial.” (Moreira, 2020, P. 181) Vale ainda, para as noções de discursos racializados considerar Modesto em suas proposições:

O que procuro fazer é reforçar a necessidade de considerar os discursos, de modo geral, quando constituídos a partir das condições de produção vigentes na formação social brasileira, afetados por condições

de produção racializadas. Nesse sentido, os discursos racializados apontam para o processo de racialização das condições de produção, formulação e circulação dos discursos e não para a especificidade de um tema (como raça ou racismo). Não se trata de “falar sobre” raça, mas de ter os processos de racialização atravessando discursividades, ainda que por efeitos do silenciamento, da contradição, da metáfora, da paráfrase, da paródia etc. (Modesto, 2021, p. 09).

Conforme Orlandi, a intenção do comediante presente nos textos é plausível, uma vez que se considere as formas de repetição apresentadas pela autora. Os movimentos realizados pelas estratégias de enunciação do comediante estariam configurados no que Orlandi conceitua como repetição histórica, que é a repetição que possibilita o caráter polissêmico do texto, em suas palavras: “a repetição histórica, que é a que desloca, a que permite o movimento porque historiciza o dizer e o sujeito, fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falham atravessando as evidências do imaginário e fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.” (Orlandi, 2001 p. 54). Portanto, pode ser válida a elaboração discursiva do comediante em seus textos de *stand-up comedy* uma vez que se utiliza do discurso racista para irromper sua estabilidade, apresentando novos efeitos de sentido a partir de suas formulações e questionamentos. No entanto, no âmbito da contrariedade, este movimento deve ser pensado de maneira reflexiva para verificar até que ponto as noções preconceituosas estão sendo reafirmadas e a partir de que ponto elas devem ser desconstruídas.

4 Conclusão

Apesar deste artigo não possuir caráter comprobatório e não esgotar as possibilidades de análise, é possível, através das observações, chegar a conclusão de que nele se mostra como o discurso racista, assim como outros discursos existentes no constructo social, se relaciona com humor reproduzindo estereótipos, termos marcados, posicionamentos ideológicos, entre outros aspectos mesmo que o intuito seja desconstruí-lo. É plausível afirmar que a compreensão efetiva das análises realizadas foi alcançada, contribuindo para a construção dessa maneira de observar e investigar o humor junto ao processo de significação estabelecido entre as piadas e a reprodução mesmo inconsciente do discurso racista.

Este trabalho explana um parâmetro eficiente de observação a partir da metodologia adotada, auxiliando na leitura e interpretação de textos humorísticos na modalidade do *stand-up comedy*. Além disso, propõe uma reflexão sobre os processos de significação e sentidos anexados a questões sociais recorrentes através de piadas, as quais, geralmente e erroneamente, são classificadas como “somente” piadas, visto que exigem a consideração de todo um aparato ideológico, contextual e histórico em sua construção.

Fornecer modos de compreensão do caráter contraditório do humor enquanto instância de denúncia social e de tentativa de reorganização desses sentidos é uma contribuição que a análise do discurso pode viabilizar para reabertura das possibilidades de reorganização desses discursos. Os discursos racializados que ancoram os efeitos de humor produzidos nessas produções, podem e devem ser observados, questionados, avaliados, contrapostos, e com eles, identificadas matrizes de sentido de nossa formação social, de modo que a compreensão de sua constituição contraditória seja o elemento que permita a ampliação de posicionamentos antirracistas.

Referências

- BERGSON, Henry. *O riso: Ensaio sobre o significado do cômico*. Tradução e notas de Maria Adriana Camargo Capello; Introdução de Débora Cristina Morato Pinto - São Paulo, Edipro, 2018.
- EAGLETON, Terry. *Humor: o papel fundamental do riso na cultura*. Terry Eagleton; Tradução Alessandra Bonruquer. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- LINS, Léo. *Segredos da comédia stand-up*. 1. ed. São Paulo: Panda Books, 2014.
- MOREIRA, Adilson. *Racismo Recreativo / Adilson Moreira*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. Coleção Feminismos Plurais, Coordenação Djamila Ribeiro.
- MODESTO, R. (2021). *Os discursos racializados*. Revista da Abralin, v. 20, n. 2, p. 1-19, 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 3a ed. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp, [1975] 2009.
- POSSENTI, Sírio. *Os Humores da Língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- PRETO, Gui. *Existe racismo reverso?* Plataforma Youtube. 6m55s. Publicado em 25 jun. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lgsd2jjkFJo>. Acesso em 10 out. 2023.
- WUO, Ana Elvira; COELHO, Thiago Henrique Fernandes. *Stand up Clown: pontos de contato entre as práticas do stand up comedy e do palhaço*. Aurora (PUCSP. online) , v. v.12, p. 1-23, 2020.

Luto: presença (discurso) ausência (corpo)

Rhafaella Rico Bertolino Beriula*

Resumo

Este ensaio tem o intuito de apresentar e refletir questões acerca da morte e do luto na quarta idade, buscando compreender os efeitos de sentidos que ressoam em fotografias que tratam sobre a temática publicadas no *Instagram*, rede social *online*. Buscar-se-á, como interesse, realçar a materialidade discursiva do corpo no processo sócio-histórico e ideológico de textualização simbólica sobre a morte e seus efeitos de sentir e de sentidos no espaço digital. Essa construção se dará a partir da relação discursiva possível entre a Análise de Discurso pecheutiana e a Psicanálise. Como efeito de fecho, compreendeu-se que, nas materialidades analisadas, a morte, o luto ou o que foi chamado de presença-ausência do objeto perdido, lança efeitos de sentidos que estão constituídos pela exterioridade - historicidade e interdiscurso -, evidenciando o sentido da falta que se discursiviza nos discursos dos sujeitos que ainda vivem. O corpo que não está mais vivo passa a ser representado pela ausência, ou seja, é retomado pela memória afetiva e discursiva, que resiste/existe discursivamente ao ser simbolizado, desse modo, a presença (discurso)-ausência (corpo) aponta para uma dada relação constitutiva dos sujeitos enlutados, o que move o trabalho da memória, colocando em jogo a historicidade e o interdiscurso, ou seja, a exterioridade. Portanto, os efeitos de sentidos indicam que a presença (discurso)-ausência (corpo) significam, o que abre espaço para o trabalho simbólico que funciona na linguagem das materialidades visuais.

Palavras-chave: corpo; luto; Análise de Discurso; Psicanálise.

* Mestra em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG Letras) 2018/2020 ofertado pela Universidade do Mato Grosso (UNEMAT) no Câmpus Universitário de Sinop. Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP/CAPES). Professora adjunta na UNEMAT-Juara/MT no curso de Licenciatura em Pedagogia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9027-1968>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3646144874581689>.

Mourning: presence (discourse) absence (body)

Abstract

This essay aims to present and reflect on issues related to death and mourning in old age, seeking to understand the meaningful effects that resonate in photographs dealing with the theme published on Instagram, an online social network. The intention is to highlight the discursive materiality of the body in the socio-historical and ideological process of symbolic textualization about death and its effects on feeling and meaning in the digital space. This construction will be based on the possible discursive relationship between Pecheutiana Discourse Analysis theoretical-methodological and Psychoanalysis. As a closing effect, it was understood that, in the analyzed materialities, death, mourning or what was called the presence-absence of the lost object, casts effects of meaning that are constituted by exteriority - historicity and interdiscourse - evidencing the sense of absence that is discursively represented in the discourses of the subjects who are still alive. The body that is no longer alive becomes represented by absence, that is, it is taken up by affective and discursive memory, which resists/exists discursively when it is symbolized, thus, presence (discourse)-absence (body) points to a given constitutive relationship of the grieving subjects, which moves the work of memory, bringing into play historicity and interdiscourse, that is, exteriority. Therefore, the effects of meaning indicate that the presence (discourse)-absence (body) signify, which opens up space for symbolic work that operates in the language of visual materialities.

Keywords: body; mourning; Discourse Analysis; Psychoanalysis.

Recebido em: 12/02/2024 / Aceito em: 23/10/2024

1 O simbólico da finitude

Me achei como aqueles des-heróis de Callais
que Rodin esculpiu: nus de seus orgulhos e
de suas esperanças. Só de camisolões e de
cordas no pescoço. Pesados de silêncio e da
tarefa de morrer.

(Morrer é uma coisa indestrutível.)

Biografia do orvalho
(Barros, [1916] 2010, p. 370)

O período pré-natal, o nascimento, a infância, a adolescência, a fase adulta, a velhice e, por fim, a morte¹ são etapas que compõem o habitual ciclo biológico do desenvolvimento da vida humana, isso quando descartadas intervenções externas, psicológicas e patológicas, que podem interromper tal ciclo antes da chegada na formação etária da velhice. Tais etapas podem não se estabilizarem em pilastras demarcadas, contudo, cada período do ciclo vital da vida humana possui características que definem e subjetivam o sujeito em seu modo de existência (Papalia; Feldman, 2013)².

A única certeza demarcada e estabelecida nesse ciclo é a de que todo ser humano que é concebido em algum momento, morre em outro. Assim, como em um jogo parafrástico e polissêmico, a sentença presente em discursos científicos, religiosos, literários e populares apresentada a seguir é retomada de inúmeros modos e em diversos meios, pode-se aludir, então, que a única certeza da vida é a morte, ela é o acontecimento expectável da vida

1 Essas etapas não necessariamente são definidas por faixas etárias, mas são constituídas e atravessadas pela construção social e cultural de uma determinada sociedade.

2 Papalia e Feldman (2013) apresentam estudos a partir da medicina, psicologia, psicanálise, psiquiatria, biologia, genética, antropologia, sociologia, história, entre outras áreas, com o objetivo de tratar sobre o desenvolvimento humano e os processos de transformação que ocorrem durante o ciclo da vida humana.

humana, sendo que, a comadre Morte³ não pode ser lograda é, como disse Manoel de Barros, indestrutível, é aquela a qual não se pode enganar, mas pode-se confiar, uma vez que ela chega para todos em algum período do ciclo biológico de desenvolvimento humano. É elemento constitutivo da composição de uma sociedade, que coloca em disputa a elaboração conflituosa do nascer, viver e morrer, do passado, presente e futuro. Assim, a chegada da morte pode ser descrita como quando a consciência da finitude da vida anuncia o cumprimento do processo biológico natural e necessário.

O discurso da/sobre a morte e o luto vem chamando a minha atenção, principalmente quando tal temática circunda o ciclo da formação etária da velhice, visto que proponho, na jornada do doutorado, pensar os sujeitos idosos *influencers* no espaço digital e, muitas vezes, a questão da/sobre a morte e o luto fazem parte e se destacam na composição dos discursos desses sujeitos nos espaços das redes sociais, o que leva ao atravessamento e engendramento de efeitos de sentidos no espaço digital. Em uma das minhas buscas de conhecimento sobre a temática do luto e da morte, procurando tatear os rastros de compreensão possíveis sobre esses sujeitos idosos, ao assistir um ciclo de debates sobre a ‘temporalidade, o testemunho e a memória’⁴, o professor Marcio Seligmann — um dos convidados da mesa — fez uma indagação aos participantes do evento: ‘O que resta da morte na velhice?’ Essa pergunta moveu algumas inquietações nesta analista que está em curso e, a partir desse questionamento, me coloco a refletir neste trabalho sobre a questão da morte e do luto

3 Refere-se ao conto ‘Der Gevatter Tod’ dos irmãos Grimm, que na tradução brasileira é conhecido como ‘A madrinha Morte’ ou ‘Comadre Morte’.

4 Ciclo de debates Brasil e Argentina nomeado ‘Temporalidade, testemunho e memória’, com as falas de Fabiana Rousseaux (TECME) e Marcio Seligmann (UNICAMP), que ocorreu em 12 de maio de 2022 no Centro Cultural do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade de Campinas (UNICAMP).

— rastros/restos do discurso da/sobre a morte — na quarta idade, tendo como destaque o corpo, buscando interpretar os efeitos de sentidos que ressoam em fotografias singulares. Fotografias essas que se colocam em um movimento pendular entre o abalo e o belo, consideradas materialidades discursivas visuais (Fernandes, 2017), que constituem o *corpos* deste trabalho.

Para tanto, a perspectiva teórica, analítica e metodológica que se toma neste trabalho é a da Análise de Discurso e, colhendo os bons frutos de uma relação que se coloca como produtiva, trago também a Psicanálise, com o intuito de jogar com as interpretações da subjetivação do luto. A materialidade da produção estética e da perda do corpo busca dar forma à perda que um sujeito sofre, tais representações sobre/do luto engendram uma ampla discussão sobre a constituição do sujeito, do sentido, do discurso, do desejo e da paranoia, isso implica, de acordo com Ribeiro (2021), o campo psicanalítico, o que atravessa a sua prática, a sua disciplina e sua ética⁵.

[...] partimos de uma posição materialista sobre o funcionamento da língua e da linguagem em sua relação com a ideologia e com o inconsciente. Compreendemos, desse modo, que a temática do luto é um ponto de (re)encontro possível entre os domínios da AD, da história e da psicanálise. Buscamos discutir as implicações, consequências, modos e possibilidades da subjetivação de uma perda. Essa leitura conduz a uma versão do luto que questiona, por um lado, como o desejo é reestruturado diante de uma perda inassimilável e, por outro, como as nossas relações com a morte são marcadas pela historicidade. (Ribeiro, 2021, p. 234-235).

5 “Entre as perspectivas que contemplamos, estão: a) as versões do luto nos trabalhos de Freud e seus desdobramentos na perspectiva lacaniana; b) a relação entre o luto e os processos históricos e políticos, como a colonização e a ditadura; c) a distribuição desigual do luto público, a necropolítica e as narrativas não hegemônicas; e) a constituição, a formulação e a circulação de discursos do e sobre o luto; f) as relações entre o luto e a materialidade da produção estética; e g) o luto como um acontecimento que, na tensão entre memória e atualidade, convoca o sujeito para um ato.” (Ribeiro, 2021, p. 235).

Ainda nesta discussão, incorpora-se nas análises questões sobre a morte e o luto que circundam o ‘ser bio-psico-social’ (Papalia; Feldman, 2013) — o ser de carne e osso — idoso, marcado na classificação da quarta idade, compreendendo que “Toda a vida psíquica está *montada* sobre o biológico” (Althusser, 1985, p. 91, destaque do autor).

As questões desse ‘ser’ podem vir a indicar possibilidades de interpretação sobre o sujeito idoso, mais especificamente, o sujeito da quarta idade — aqui, o sujeito que nos interessa — que se constitui nas dobras das discursividades da história, apresentando-se como materialidade a se fazer e produzir sentidos no funcionamento discursivo. É este sujeito da quarta idade que se fará presente durante a construção do dispositivo teórico-analítico deste texto, ou seja, o sujeito concebido pela Análise de Discurso, que se dobra no contexto sócio-histórico e ideológico e produz sentidos.

Para tanto, através da arte da fotografia ‘O que restou’ de Luisa Clauson e da fotografia nomeada ‘O meu luto’ elaborada por Sandra Ventura, propõem-se uma escrita com o propósito de refletir a pergunta ‘O que resta da morte e do luto na velhice?’ A partir de uma estética fotográfica invisível, aceitamos tentar escutar o que não está lá.

2 A velhice e a morte

Quarta idade, velhice avançada, idoso muito idoso e grande idoso são termos da classificação social e jurídico da saúde utilizados para classificar aqueles que completam 80 anos de idade. Neste trabalho, iremos permanecer com o termo ‘quarta idade’, por ser mais utilizado nos espaços de pesquisas científicas

geriátricas e gerontológicas que se desenvolveram a partir da última década do século XX.

De acordo com Netto e Kitadai (2015, p. 14), os estudos demográficos apontam para um crescimento do número de sujeitos idosos no mundo, o que indica a maior presença dessa temática em estudos científicos e, por consequência, nos meios midiáticos, “[...] a população com 80 anos e mais de idade é a que proporcionalmente tem crescido mais acentuadamente, acarretando alteração na composição desse grupo etário e tornando mais visível a heterogeneidade dessa faixa etária.” Acerca disso, ao discorrerem sobre os diferentes sujeitos da quarta idade, os autores apontam classificações sociais, culturais, políticas, econômicas e patológicas que fazem com que esse grupo seja heterogêneo. Nada obstante, a chegada da quarta idade é um indicativo de alerta sobre o irreversível do limite biológico humano, o que leva à condição de cuidado maior que, em consequência, acarretam para a consciência da finitude, da proximidade da morte (Netto; Kitadai, 2015) (Papalia; Feldman, 2013). Desse modo, compreende-se que as etapas do ciclo vital da vida humana indicam evidências subjetivas que constituem o indivíduo em sujeito, interpelado pela ideologia e o inconsciente (Pêcheux, [1975] 1995)⁶.

Acerca disso, faz-se interessante retomar Baldini quando diz que,

[...] a questão do homem enquanto entidade, unidade ou essência deixa de fazer sentido, porque o que existe são homens concretos investidos de uma forma-sujeito, ou seja, o que define como Homem nada mais é do que o próprio processo de sujeição à História. Não há

⁶ Aqui, faz-se referência aos conceitos de sujeito e subjetividade presentes na constituição do trabalho de Michel Pêcheux, que possui suas três regiões de articulação - materialismo histórico, linguística e teoria do discurso - “[...] atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).” (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 164), do campo lacaniano.

uma anterioridade subjetiva sobre a qual se aplicam as determinações históricas, a subjetividade é exatamente esse processo constante e histórico de constituir indivíduos em sujeitos. (Baldini (2013, p. 194).

O ciclo da vida humana faz parte do campo individual, coletivo e institucional, o que marca uma produção sempre subjetiva do sujeito. Este, o sujeito, independente de qual parte do ciclo de desenvolvimento humano que se encontra, é constituído a partir da relação com o outro-Outro, sempre interpelado pela ideologia e, também, é sempre já sujeito à sua condição biológica, pois é marcado com o “[...] toque da morte cuja marca ele recebe em seu nascimento [...]” (Lacan, 1998, p. 348).

É a partir dessa relação com o outro-Outro que o sujeito sabe sobre a morte, pois vê essa condição atestada no outro, pela perda do outro. É como se houvesse um ponto que define a finitude da vida e que todos sabem qual é - a morte -, e isso desponta para a infinitude de algo ‘*ça parle*’, que já está lá, já-dado, já-dito, assim, pode-se considerar que as relações do sujeito com a morte tem uma constituição sócio-histórica e ideológica⁷ pois, há uma historicidade constituída dos sentidos sobre a morte que se inscrevem na memória discursiva e que ressoam no interdiscurso permitindo que as formações discursivas se construam, reconstruam e se desloquem historicamente (Pêcheux, [1975] 1995) através da observação do outro.

[...] para o sujeito, a realidade de sua própria morte não é nenhum objeto imaginável, e o analista, como qualquer outro, nada pode saber dela, senão que ele é um ser prometido à morte. Portanto, supondo-se que tenha

⁷ No que Pêcheux ([1975] 1995, p. 161, destaque do autor) chama de ‘domínios de pensamento’, “[...] sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc. É por essa via, [...] que todo sujeito se “reconhece” a si mesmo (em si mesmo e em outros sujeitos) [...].”

reduzido todos os artifícios de seu Eu para chegar ao “ser-para-a-morte”, nenhum outro saber, quer imediato ou construído, poderá ter sua preferência para que ele o transforme num poder, mesmo que não seja abolido por isso. (Lacan, 1998, p. 351).

Nesse sentido, a morte cumpre papel nesse jogo do ciclo da vida e no jogo do funcionamento discursivo, sendo aquela que define o ser como o ‘ser-para-a-morte’, a que conduz para ‘a realidade da morte’, uma vez que esta é o ‘mestre/senhor absoluto’ (Lacan, 1998) e, na quarta idade, a morte se costura na certeza do esperado.

Faz-se interessante destacar que, o real da morte aponta para o impossível, ou seja, algo que não se tem como representar/simbolizar pois, desmancha/descostura, não foi marcado/simbolizado pelo significante, não se registra a representação da morte no inconsciente, “o buraco da perda no real mobiliza o significante [o simbólico]” (Lacan, 1986, p. 75). O real está do ‘lado de lá’, impossível ao toque, pois quando se fala da morte ela não é a nossa, mas a do outro.

Assim, o que nos resta são rastros do real, efeitos, que podem vir a ser interpretados; nas palavras de Pêcheux ([1998] 2008, p. 43), “[...] um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.” Desse modo, o efeito simbólico da finitude se significa nos discursos como um modo de produzir algo sobre o real inalcançável do corpo não existente e, esse algo, pode ser tocado pelo processo de luto, resto/rastro da morte.

3 Luto

Quando meu Vô morreu caiu em silêncio
concreto sobre nós.
Era uma barra de silêncio!
Eu perguntei então a meu pai:
Pai, quando o Vô morreu a solidão ficou destampada?
Solidão destampada?
Como um pedaço de mosca no chão.
Não é uma solidão destampada?

Caderno de aprendiz
(Barros, [1916] 2010, p. 460).

O afeto vazio. A sensação de silêncio. O facho de sombra. O sentimento do fim. “A solidão destampada”, como elabora Manoel de Barros. Quando o sujeito que não está mais entre os vivos adquire o estatuto de um objeto perdido/desaparecido na realidade.

O trecho da poesia e as frases citadas no início deste tópico gestam sobre a morte e se afeiçoam ao sujeito que passa a se circunscrever no espaço do luto, refletem e reproduzem as relações socio-históricas e ideológicas presentes na sociedade, ou seja, a forma como a morte é representada em diferentes contextos discursivos revelam marcas ideológicas e as relações de poder subjacentes, marcadas pela historicidade, o que marca o sujeito.

De acordo com Ribeiro (2021), essa discussão sobre a constituição do sujeito, do sentido, do discurso, do desejo e da paranoia, implica o campo psicanalítico, uma vez que, o desconhecido que envolve o Outro toma em partes o sujeito constituído socio-histórico e ideologicamente, assim, a perda para um sujeito é algo que falhou e essa fenda, na maioria das

vezes, se abre no discurso para representar o inconsciente. De acordo com (RIBEIRO; et al., 2018, p. 240), destaque do autor), “A experiência do luto tem como princípio a **paranoia**.”, já que as questões da paranoia resultam em situar o sujeito em um plano que não é o da compreensão real, ficaria, mais precisamente, entre o imaginário e o real.

Segundo Freud, o objeto (pois o luto envolve uma questão de investimento de libido objetal) já se torna inexistente imediatamente após a morte de um ente querido, mas isso não impede que haja a manutenção do objeto perdido através de uma psicose alucinatória de desejo¹² (PAD), pois o sujeito geralmente não deixa uma posição de investimento libidinal tão facilmente. O enlutado acredita “encontrar, num momento e num lugar imprevisito para ele, (...) exatamente o ser que acaba de morrer” (Allouch, 2004, p. 71). No entanto, essa experiência de reconhecimento não dura mais que o tempo de uma alucinação. Isso acontece, em primeiro lugar, porque o morto inicialmente detém um estatuto de desaparecido. Em segundo lugar, ocorre uma relação de identificação de um traço do objeto perdido pelo enlutado. O objeto prossegue existindo psiquicamente, pois a realidade não pode dar provas definitivas de que o objeto perdido não existe mais. [...] Dessa forma, nada do que o serviço oferece é capaz de sanar (pelo imaginário ou pelo simbólico) o buraco da perda no real. (Ribeiro; et al., 2018, p. 344-345).

O luto pode ser caracterizado como um resto/rastro da morte, pois no que se perde resta um rastro na memória afetiva e discursiva, demarca (des)construindo uma presença-ausência subjetiva do corpo material e, por isso, tem relação com o discurso. Desse modo, “Ao pensarmos a noção de corpo, enquanto **corpo discursivo**, não empírico, não biológico, não orgânico, o estamos propondo como um objeto discursivo, como materialidade que se constrói pelo discurso [...]” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 78, destaque da autora).

A perda de um ente querido que ocupa e se significa na classificação da velhice é um acontecimento expectável, ainda mais quando esse sujeito chega ao marco da quarta idade. Mas, mesmo sendo esperada, o simbólico da finitude produz efeitos, deixa restos/rastros presentes na história a partir daquilo que podemos discernir como: presença (discurso)-ausência (corpo), assim “[...] se o sentido é histórico, o sujeito também o é, já que se constituem mutuamente.” (Fernandes, 2017). A fantasmagoria paranoica do luto perpassa pela ausência de um corpo e de uma alma, caminha pelo plano do imaginário apresentando valor apenas enquanto simbólico.

Diante disso, apresenta-se as fotografias.

Imagem 1 - Fotografia ‘O que restou’



Fonte: Luisa Clauson (2020).

Luisa Clauson, jovem fotógrafa brasileira, propõe trabalhar com o sublime, o abstrato e o surreal, perguntando-se ‘O que dói? O que traz prazer?’ através das artes plásticas e da edição digital que são possíveis de se representar na fotografia, para assim apresentar o que não está lá, o que não se entende. Ao comentar sobre uma série de fotografias que fez sobre o luto e a morte, o que inclui a construção da fotografia apresentada acima, a fotógrafa relata que houve um momento de não inspiração: “O ápice do meu bloqueio foi no falecimento de meu avô. Ele era um artista não-nomeado, marceneiro e apaixonado por cinema. Uma grande perda para o mundo, principalmente o meu.” (Clauson, 2020, s.p), depois conclui relatando que “Com ele, morreram meus poemas e meus desenhos. Morreu a fotografia como eu conhecia naquela época. Morreu tudo o que eu sabia sobre dor e renasceu um grande nada, que durou 5 anos.” (Clauson, 2020, s.p).

Tomando a fotografia enquanto imagem e a imagem como linguagem, tal como materialidade discursiva (Fernandes, 2017), pode-se ousar interpretar a partir de uma leitura discursiva que o corpo, nesse caso, a falta do corpo que gera o luto se expõe ao olhar da fotografia sob a visão e a vivência da fotógrafa, em que a posição do sujeito enlutado e sujeito artista fotógrafa provocam o efeito de que o corpo principal de destaque da fotografia não está ali, pois morreu. O corpo presente (mulher) torna-se imagem singular de segundo plano, atestando o sentimento do sujeito enlutado, que busca ‘segurar/tocar’ o sujeito principal da fotografia que não está ali como corpo ‘tocável’. A posição do sujeito presente na fotografia impressa que está de frente para o observador da foto, mas conforme se observa, a mulher está de costas, essa trapaça joga com os sentidos de frente/trás,

mobilizando o funcionamento de uma temporalidade que retoma o colidente do presente e passado.

O movimento pendule sobre a interpretação da vida e da morte funcionam na fotografia da mesma forma que o jogo de luz mexe como nosso olhar, propiciando o efeito de sentido antagônico de claro/escuro, luz/escuridão, vida/morte. O espaço entre esse jogo de luz aponta o vazio, a cadeira que em outra hora tinha um ocupante, agora atesta a interrupção da presença de um corpo que passa a significar com o silêncio e com o vazio, perguntando-se ‘o que restou’?, que se discursiviza na memória afetiva e discursiva. O que está presente é a memória discursiva de um corpo, por isso presença (discurso)-ausência (corpo).

Os cabelos grisalhos, as mãos enrugadas e a cadeira com aspectos de envelhecida na madeira e nos tecidos, mobilizam os sentidos de ‘velho’, que nos direcionam para a questão da morte na velhice. A materialidade significativa da imagem aponta para a historicidade que se constitui, o imbricamento entre a fotografia, a fotógrafa e a vida pessoal da artista indica o funcionamento da historicidade da materialidade visual e sua implicação nos diferentes processos de interpretação sobre o luto. É a partir dos traços visíveis e invisíveis na fotografia e do relato de Luisa Clauson que se pode ler o luto e a morte na materialidade visual apresentada, o sujeito principal da cena que não está ali, o que remonta para um cenário sobre sujeitos idosos da quarta idade, aparece como perdido/intocável, nos remetendo a uma falta constitutiva que determina e historiciza o trajeto de subjetivação.

Antes de apresentar a segunda fotografia, é interessante pontuar que não nos cabe aqui buscar esgotar os sentidos das imagens, já que nas fotografias, há muitos outros pontos de derivas possíveis de interpretações e, até mesmo, porque esses

sentidos são inesgotáveis. De acordo com Fernandes (2017, p. 89, destaque da autora), “O *real da imagem* se identifica com o *real da língua*, uma vez que, se o real da língua é o “Impossível de dizer tudo” ou ainda “o impossível de não dizer de certa maneira”, o *real da imagem* seria o *impossível da representação exata* [...]” Assim, o que se propõe é o gesto interpretativo que possibilita a teorização discursiva do objetivo e do *corpus* deste trabalho.

Imagem 2 - Fotografia ‘O meu luto’



Fonte: Sandra Ventura (2019).

Sandra Ventura, fotógrafa portuguesa, assina a segunda materialidade visual aqui exibida. Realiza diversos ensaios, mas seu projeto pessoal e social é a fotografia sénior, para isso, percorre Portugal buscando registrar, ou como ela toma em entrevistas e em suas redes sociais, ‘captar’ imagens de sujeitos idosos que vivem em instituições de ancionato, com o intuito de ‘captar fragmentos de momentos que não voltarão!’

A fotografia de Sandra Ventura tem como descrição ‘O meu luto está para além deste xaile preto’ (Ventura, 2019). Capta a imagem de uma mulher na quarta idade enlutada pelos lutos da vida e do seu próprio luto antecipado, pois assim como caracterizam-se os sujeitos da quarta idade, o sujeito na foto sabe que a sua finitude se aproxima, o que pode ser representado pelo olhar da senhora, o olhar sobre o nada, mas que indica rastros da incerteza sobre o futuro certo. Olhar quase palpável que demonstra o luto, o silêncio dos outros que se foram e o silêncio daquilo que não pode ser representado discursivamente.

O jogo da luz também é utilizado, mas nesta fotografia pode-se interpretar que a luz — no centro da fotografia, iluminando o rosto da idosa — simboliza a vida que ainda pulsa, o funcionamento de um sujeito que ainda vive, a presença de um corpo, mesmo rodeado pela escuridão do luto que envolve o sujeito e o xaile, e que se aproxima lentamente daquilo que ainda vive biologicamente.

O xaile, para além das tessituras de toque e cor do tecido, tece sentidos no fio do discurso, pois é imagem que simboliza o(s) luto(s). O xaile é tocável, mas discursiviza aquilo que não pode ser simbolizado, indica a presença (discurso)-ausência (corpo) de sujeitos outros que se historicizaram e continuam lançando efeitos de sentidos sobre o fio da vida da idosa. Diante disso, pode-se recorrer a Dunkerr (2019, p. 39), quando escreve que o “Luto é complicado, porque ele nos coloca nessa dimensão do infinito. O luto de um, vira o luto de todos nós, dos que já foram, dos que estão e dos que virão.”

De acordo com Fernandes (2017), o dispositivo da fotografia, materialidade visual, oferta a possibilidade de compreender o funcionamento da prática discursiva das fotografias na

manifestação da linguagem, isso é possível pois a linguagem que se manifesta com a interpretação é direcionada pelos sentidos postos ideologicamente, recalcada pelo inconsciente. Mas faz-se necessário delimitar que a foto é fragmento/recorte do que se pretende trabalhar e não sua simbolização completa. Deste modo, pode-se entender que as fotografias aqui apresentadas possuem o papel fundamental de lembrar o que foi perdido e também o que será perdido - luto antecipado pelo próprio sujeito da quarta idade - para cada sujeito, e essa perda provoca aquilo que se chama luto. Luto antecipado, pré-morte, o antes do fim, quando a consciência da finitude da vida anuncia o cumprimento do processo biológico natural da vida humana.

As fotografias de Luisa Clauson e de Sanda Ventura despertam sentidos sobre o sujeito presente, o sujeito que está ausente e o luto. Nas duas materialidades visuais, o corpo, nesse caso, a falta do(s) corpo(s) que gera o luto, se expõe ao olhar da fotografia e textualizam sentidos sobre o que estamos chamando aqui de presença (discurso)-ausência (corpo), noção essa que pode ser compreendida a partir do conceito de ‘objeto perdido’.

Podemos buscar compreender mais sobre isso a partir de Freud ([1925] 1980) e Lacan (1998). Em uma das textualizações sobre a questão do perdido, Freud ([1886-1889] 1980, p. 150, grifo nosso) escreve que “O afeto correspondente à melancolia é o luto - ou seja, *o desejo de recuperar algo que foi perdido*.” Este objeto que se perde é, para Freud ([1925] 1980), o único objeto verdadeiramente insubstituível para o ser humano, e quando ele se refere ao perdido, não está tratando de algum objeto perdido em um fundo de gaveta, ele se refere a aquilo que não irá se ter na realidade da vida. Um objeto de desejo já/sempre perdido.

Trabalhando de forma mais profunda na noção de objeto perdido de Freud ([1925] 1925), Lacan (1998)⁸ conclui que o objeto perdido coloca em jogo o sujeito, o objeto perdido e o Outro⁹, estabelecendo, assim, possíveis níveis sincrônicos, que são o real, o simbólico e o imaginário. Para Lacan,

[...] o que está escondido nunca é outra coisa senão aquilo que falta em seu lugar [...]. É que só se pode dizer que algo falta em seu lugar, à letra, daquilo que pode mudar de lugar, isto é, do simbólico. Pois, quanto ao real, não importa que perturbação se possa introduzir nele, ele está sempre e de qualquer modo em seu lugar, o real o leva colado na sola, sem conhecer nada que possa exilá-lo disso. (Lacan, 1998, p. 28).

O luto faz funcionar na psique a pulsão pendule da morte e da vida, sentidos esses que funcionam nas fotografias com os sujeitos da quarta idade. Nesse funcionamento, o sujeito que vive o luto passa da passividade da experiência de saber sobre a morte como fato biológico e expectável para uma posição em que experimenta, vive essa atividade de vulnerabilidade pelo outro, a falta provocado pelo desejo. Assim, “[...] a negatividade do discurso, na medida em que faz existir o que não está ali, remete-nos à questão de saber o que o não-ser, que se manifesta na ordem simbólica, deve à realidade da morte.” (Lacan, 1998, p. 381).

É interessante destacar que, de acordo com Lacan (1998) esse estatuto da finitude pelo simbólico do luto instaura uma posição subjetiva que se marca em um primeiro momento de

⁸ Destaca-se que, ao se aprofundar nas leituras de Freud, Lacan estabelece críticas aos estudiosos pós-freudianos que deixaram de lado alguns textos freudianos sobre a questão do objeto, entre outras noções, o que muitos nomeiam de um grave desvio teórico. Deste modo, Lacan retoma pontuações de Freud e desloca novas significações no campo da psicanálise.

⁹ Para Lacan, o inconsciente é o discurso Outro, para Pêcheux, o Outro é o que dá lugar ao exterior da voz social que interpela ideologicamente o indivíduo em sujeito e “[...] determina a formação discursiva em questão.” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 173), uma vez que “[...] o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados [...]” (Pêcheux, [1975] 1995, p. 133, destaque do autor).

alguma forma no sujeito - que pode ser não necessariamente o luto concebido pela morte de outro -, retornando de maneiras outras durante a vida, mas nunca como a primeira, desse modo, “[...] o luto não é só um evento, o luto é um modo de subjetivação, é um modo de relação com o outro permanente. Então, nós estamos permanentemente em luto, porque permanentemente temos que nos haver com a perda de ideais, ideias abstratas e coisas congênicas.” (Dunkerr, 2019, p. 32).

Acarnedo indivíduo morre, mas o corpo do sujeito marcado socio-histórico e ideologicamente pela linguagem continua trabalhando no espaço simbólico (Lacan, 1998). Trabalha, justamente, pois está entrelaçado interdiscursivamente e intradiscursivamente em outros corpos - vivos - que continuam a produzir efeitos de sentidos. Esse entrelaçamento que o luto produz torna o sujeito, mesmo depois de morto, como um corpo que continua a ressoar sentidos e, deste modo, passível de ser um lugar de inscrição, “O corpo não seria, assim, um *apriori*, uma dádiva da natureza, mas o resultado de um processo de construção que se dá pelo discurso e no discurso. Daí ser efeito de linguagem, ou ainda, efeito de discurso” (Leandro-Ferreira, 2013, p. 80).

Pode-se compreender que o luto possibilita que o sujeito morto continue a ser determinado, pois ele ocupa um espaço na sociedade, em uma determinada cultura e continua, de certo modo, produzindo efeitos de sentidos - em espaços sociais e institucionais, uma vez que, se “No nosso mundo prenhe, prevê-se um lugar para o nascimento, chega-se até a prever um lugar para a previsão do nascimento: “prospectiva”. (Althusser, 1985, p. 51), há também o lugar e o espaço que o corpo ocupa na morte, no luto, pois desde sempre somos já ‘sujeitos’ pela lei

da cultura, pela lei do Estado, que injeta a passagem do existir biologicamente para o existir humanamente em uma sociedade (Althusser, 1985).

A morte de um ente querido, a única que podemos experimentar durante o tempo em que vivemos, seria responsável por colocar essa dimensão de sofrimento ao sujeito que o levaria a uma tomada de posição: o próprio ato que inaugura a posição desejante, ou seja, o modo de estruturar a relação do sujeito com o mundo, no qual o objeto que se esvai com a perda de alguém é tomado como desde sempre perdido e como o próprio objeto causa de desejo. (Ribeiro; et al., 2018, p. 339).

Deste modo, de acordo com Lacan (1998, p. 471), “[...] o homem, desde antes de seu nascimento e para-além da morte, está preso na cadeia simbólica, a qual fundou a linhagem antes que nela se bordasse a história [...]”, assim, o reconhecimento simbólico da finitude na quarta idade que o luto engendra se encontra com um novo modo de produção que se materializa, agora, em um objeto de desejo, de falta, que não está mais entre os vivos, mas continua ‘vivendo’ discursivamente pois a partir dos discursos sobre ele, trabalha o simbólico.

4 Efeito de fecho

O corpo na cama,
O quarto nas trevas
E o rádio que não deixava
Que não deixava pensar
Que alguém estivesse morrendo

O amoroso balbucio no portão
Ante o elefante de ficus
E o filho de fazendeiros
Que captava os movimentos primos

Ia até a infância e voltava.
(O pai deu um olhar pelos campos
E disse: — Vai ser aqui.
E fincou uma estaca no lugar.)

Noturno do filho do fazendeiro
(Barros, [1916] 2010, p. 41).

Ao procurar compreender os efeitos de sentidos que ressoam em fotografias que tratam acerca da morte e do luto na quarta idade, interpretamos que o corpo, a ausência do corpo, a morte e o luto, representados nas fotografias - materialidades visuais que formaram o *corpus* do trabalho -, fazem funcionar os movimentos da memória afetiva e discursiva. Os efeitos de sentidos que ressoam indicam que o que está ali e o que também não está nesses efeitos significam, assim, abrem espaço para o trabalho simbólico que funciona na linguagem das materialidades visuais.

Logo, nesse efeito de fecho de conclusão, é perceptível que as fotografias jogam com efeitos pendulares, criando interpretações sobre a vida e a morte na quarta idade, em que o simbólico do luto — e o luto antecipado, no caso da fotografia 2 — funciona como tensão que tenciona o sentimental e o discursivo nos sujeitos, ou seja, o inconsciente — elemento interno ao sujeito, que lança restos/rastros no consciente, mostra a relação que ocorre entre as partículas do exterior e do interior que são constitutivas de todo e qualquer sujeito. Desse modo, as fotografias nos conduzem a questionamentos que, mesmo sendo tratados brevemente aqui, não serão esgotados, pois agita sentidos para além dos limites da Psicanálise e da Análise de Discurso.

Pensar e escrever sobre a morte, o luto e o luto antecipado na quarta idade é terreno profundo, pois passa-se a movimentar sentidos sobre sujeitos que, além de se constituírem pelos

discursos da morte e do luto, se aproximam da própria morte. Isso conduz a reflexão de que o simbólico da finitude em seu real não é conhecido pelo inconsciente, mas a perda do outro é constatada pelo sujeito. Diante disso, a morte é tomada como simbólica nas perdas que vão se constituindo no fio da vivência do sujeito da quarta idade, e o processo de luto é consequência desse objeto perdido, rastros/restos do outro que morre.

Alguns dizem que o processo do luto pode terminar em algum momento, mas será? Se, como retrata Durkerr (2019), o luto é sentindo permanentemente, estaríamos desde sempre sendo constituídos pelo luto e pelos sentidos da morte? Para Ribeiro (2021, p. 232), “[...] o ato de subjetivação de uma perda se relaciona com as abordagens da AD, como o assujeitamento e a relação entre acontecimento, sujeito e ato.” As fotografias apresentadas provocam tais questionamentos, incluindo o enigma da presença-ausência do objeto perdido, de um corpo que não está mais aqui, mas continua a lançar efeitos de sentidos, pois está constituído pela exterioridade - historicidade e interdiscurso - que se evidencia no sentido da falta e se discursiviza nos discursos dos sujeitos que ainda vivem. Um corpo que retorna pela memória afetiva e discursiva, que resiste/existe discursivamente ao ser simbolizado. Assim, o que chamamos de presença (discurso)-ausência (corpo) neste trabalho apontou para a relação constitutiva dos sujeitos enlutados, trabalho da memória que põe em jogo a historicidade e o interdiscurso, ou seja, a exterioridade.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Freud e Lacan. Marx e Freud*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

BALDINI, Lauro. *Sujeito e subjetividade: psicanálise análise de discurso*. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. (org.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 191-202.

BARROS, Manoel de. *Poesia completa*. São Paulo: Leya, [1916], 2010.

CLAUSON, Luisa. *O que restou*. 2020. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CKZrWD3nunk/> - <https://lardalily.com.br/>.

DURKERR, Christian Ingo Lenz. Teoria do luto em psicanálise. *Revista Pluralidades em Saúde Mental*, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 28-42, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/226>.

FERNANDES, Carolina. *O visível e o invisível da imagem: uma análise discursiva da leitura e da escrita de livros de imagens*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2017.

FREUD, Sigmund. A negativa. In: FREUD, Sigmund. *O ego e o Id e outros trabalhos 1923-1925*: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, [1925] 1980. p. 139-143.

FREUD, Sigmund. Rascunho G: melancolia. In: FREUD, Sigmund. *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos 1886-1889*: edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. V. 19. Rio de Janeiro: Imago, [1886-1889] 1980. p. 150-154.

LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LACAN, Jacques. *Hamlet por Lacan*. Tradução Vera Ribeiro. Campinas: Escuta/Liubliú, 1986.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. O corpo como materialidade discursiva. *Revista eletrônica de estudos do discurso e do corpo*, Vitória da Conquista, v. 3, n. 1, p. 77-82, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/view/2697>.

NETTO, Matheus Papaléo; KITADAI, Fábio Takashi. Desafios da longevidade: a quarta idade. In: NETTO, Matheus Papaléo; KITADAI, Fábio Takashi. (org.). *A quarta idade: o desafio da longevidade*. São Paulo: Editora Atheneu, 2015. p. 13-24.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. *Desenvolvimento humano*. 12 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, [1998] 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani; et al. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 159-250.

RIBEIRO, Thales de Medeiros; et al. Luto e terror: lado A/lado B. *Revista de Letras JUÇARA*, Caxias, v. 02, n. 01, p. 332 – 352, jul. 2018. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/1602>.

RIBEIRO, Thales de Medeiros. O luto e a análise do discurso. In: FLORES, Giovanna Benedetto (org.) et al. *Discurso, Cultura e Mídia: pesquisas em rede*. v. 4. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021. p. 225-236.

VENTURA, Sandra. *O meu luto*. 2019. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BzJHiGdFB3h/>.

Genocídio e pandemia: uma análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentidos

Gabriela Gonçalves Ribeiro*

Resumo

O presente artigo se dispõe a investigar os efeitos e a produção de sentidos no par de verbetes “genocídio” e “pandemia”, retirado do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, buscando entender como esses verbetes estão postos em outros instrumentos linguísticos. Para tanto, mobilizaremos o aparato teórico e metodológico da Análise de Discurso de linha francesa em suas relações com a História das Ideias Linguísticas. O par de palavras selecionado é um recorte da dissertação intitulada “Vocabulário da pandemia do novo coronavírus: uma proposta de análise discursiva sobre a produção e efeitos de sentido das palavras em tempos de emergência sanitária”. Nossa análise busca compreender como se movimentam os sentidos entre a paráfrase e a polissemia, entre o mesmo e diferente, durante as condições de produção pandêmicas.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas; Análise de Discurso; Vocabulário; Dicionário; covid-19; pandemia.

* Universidade Federal de Santa Maria. Mestre em Estudos Linguísticos (UFSM/PPGL). Doutoranda em Estudos Linguísticos — Bolsista CAPES (UFSM/PPGL), Membro do PALLIND (Palavra, Língua e Discurso) e do Laboratório Corpus — Laboratório de Fontes de Estudos da Linguagem (UFSM). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-6051-3173>.

Genocide and pandemic: a discursive analysis of the production and effects of meaning

Abstract

This article aims to investigate the effects and production of meanings in the pair of words “genocide” and “pandemic”, taken from the Vocabulary of the new coronavirus pandemic, seeking to understand how these words are used in other linguistic instruments. To this end, we will mobilize the theoretical and methodological apparatus of French Discourse Analysis in its relations with the History of Linguistic Ideas. The selected word pair is an excerpt from the dissertation entitled “Vocabulary of the new coronavirus pandemic: a proposal for discursive analysis on the production and effects of meaning”. Our analysis seeks to understand how meanings move between paraphrase and polysemy, between the same and different as during pandemic production conditions.

Keywords: History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis; Vocabulary; Dictionary; covid-19; pandemic.

Recebido em: 28/04/2024 / Aceito em: 23/10/2024

Introduzindo a questão

Em fevereiro de 2020, quando a pandemia de covid-19 teve início no Brasil, um horizonte de caos surgiu rapidamente junto ao descontrole da doença que se deu nos meses adiante. Era preciso reagir, resistir, encontrar algo que pudesse unir os pesquisadores mesmo em meio ao distanciamento social, e mais do que isso, pudesse levar além dos portões da universidade o que nela é feito por professores e alunos. O *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* surge como um grande projeto que foi executado por 26 pesquisadores de diferentes instituições, que possuíam um mesmo propósito: divulgar informações de qualidade sobre as palavras relacionadas ao novo coronavírus que estiveram na mídia digital no período entre 2020 e 2023.

Partindo do que Pêcheux (2014) apresenta como as condições de produção (uma estrutura definida dos processos de produção do discurso a partir da língua), o *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* também é uma forma de manter registrados alguns dos sentidos que circularam durante o período de pandêmico, colocando na história, ao menos uma parte das palavras que falamos, ouvimos e reproduzimos por um tempo considerável. O que está contido, nas sugestões de definição do *Vocabulário*, é o conjunto dos discursos possíveis que foi reunido pelos pesquisadores, o que buscaremos analisar através dos efeitos de sentido causados por determinadas condições de produção de emergência sanitária. Nosso trabalho será estruturado partindo das análises de pares de palavras que estão no *Vocabulário* em relação aos mesmos verbetes que estão postos em dicionários, buscando evidenciar possíveis rupturas, relações de afastamento ou continuidade nos sentidos postos para as palavras selecionadas para análise.

É necessário investigar as palavras que foram recorrentes na pandemia, a fim de divulgar como a produção de sentidos é afetada pelo momento histórico em que vivemos. As palavras passam por um constante processo de ressignificação, paráfrase, metáfora e sinonímia, sendo a presença da historicidade na língua (Orlandi, 2015), representando o dito de outro modo, ou até mesmo o não-dito. Recebemos da Universidade Federal de Santa Maria o acolhimento para que o *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* fosse disponibilizado no site da instituição, na aba do “Observatório de informações da saúde”¹, com o objetivo de apresentar os verbetes de fácil compreensão e, sobretudo, provenientes de fontes confiáveis. Isso foi crucial, pois durante a pandemia, surgiram muitas *fake news* sobre a covid-19, dificultando o combate à doença e também sua prevenção. Mediante isso, nossa principal questão de pesquisa a ser respondida é: como se dão as relações entre pares de verbetes contidos no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*? E como as condições de produção e efeitos de sentido durante a pandemia de covid-19 no Brasil afetam as relações de continuidade ou ruptura entre os sentidos postos para os verbetes selecionados? A análise objetiva mobilizar conceitos fundamentais da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, e investigar os processos de produção e efeitos de sentido nos pares de palavras selecionados explicitando como os sentidos dessas palavras sofreram ou não alterações durante o período de covid-19.

¹ O “Observatório de informações da saúde” pode ser acessado através do link: <https://www.ufsm.br/coronavirus/observatorio>. Acesso em 22 de abril de 2024.

1 Nosso método de análise e perspectivas teóricas

É notório que Michel Pêcheux tem o mérito, historicamente reconhecido, de ser o fundador da Análise de Discurso, em sua forma acabada (Mazière, 2007; Maldidier, 2003; Petri, 2006). Essa teoria tem diretas relações com a teoria das ideologias, da história, do materialismo histórico com a Psicanálise e a Linguística, sendo classificada, por esse motivo como uma disciplina de entremeio. De acordo com Orlandi (2015), a Análise de Discurso realiza um recorte teórico, relacionando discurso e língua, uma vez que o discurso é visto condicionalmente às suas determinações históricas e aos equívocos.

Estamos interessados em apresentar a concepção de língua que guia nossas análises, resgatando o que é lembrado por Petri (2013, p. 33) “(...) a Análise de Discurso não aceita a concepção de língua como um sistema de regras formais, pois, a toma em seu funcionamento na produção do discurso, onde é possível observar as estreitas relações que ela mantém com o histórico e o social para significar”. Em outras palavras, a dicotomia da língua instaurada por Saussure, que trata a língua como um sistema, se diferencia do modo com o qual trataremos a língua nesse trabalho, uma vez que nos apoiamos no funcionamento da língua como discurso e não isoladamente. Desse modo, abordaremos a questão do discurso, que é, de acordo com Orlandi (2015), a palavra em movimento, é o lugar onde é possível compreender a língua fazendo sentido e, por isso, sendo parte do homem que fala e de sua história.

O entrelaçamento de língua, história e sujeito é o que constrói o discurso que analisamos pelo viés da AD francesa desenvolvida por Pêcheux, não há discurso na teoria em que

nos propomos a utilizar nessa análise sem considerar esses três elementos que, como um “nó”, se relacionam de forma inseparável. Podemos compreender a importância do discurso, trazendo uma definição do próprio Pêcheux (2015):

(...) todo discurso é índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo o modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto da identificação. (Pêcheux, 2015b, p. 56).

Compreendemos que o conceito de discurso que buscamos utilizar em nossa análise resulta das “agitações sócio-históricas” citadas por Pêcheux. Destacamos que, na AD, o discurso não é apenas uma forma de transmitir informação, mas, como elucida Orlandi (2015, p.30), o discurso é “efeito de sentido que ocorre entre os locutores”. Durante o desenvolvimento do *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, apresentamos sugestões de definição para palavras, no formato de verbetes, através da “escrita compartilhada” (Biazus, 2015), guiados pela “partilha do sensível” (Rancière, 2005).

(...) o dicionário compartilhado constitui-se de uma experiência sensível, marcada por uma emancipação estética, que permite ao sujeito ir além no seu estado de dominação, restituindo o caráter ativo do seu pensamento e sensível do seu corpo. É através da emancipação estética que o sujeito consegue descobrir novas formas de relação com a vida e com a sensibilidade. (Biazus, 2015, p. 81).

Partindo desse conceito de dicionário compartilhado, uma vez que o *Vocabulário* foi desenvolvido por muitas vozes de diferentes pesquisadores envolvidos no projeto, que estavam em uma condição de produção de pandemia, escrevendo sobre ela com base no que estava circulando na mídia. Ainda de acordo com Biazus (2015), o dicionário compartilhado é uma materialidade constituída de diferentes papéis sociais, fazendo-se política quando promove deslocamentos de sentidos e posições-sujeitos, a partir disso deixando um espaço para a metáfora, para outros modos do dizer que estão ligados ao modo que a ideologia age sobre os sujeitos.

Como já dito no presente texto, os verbetes contidos no *Vocabulário* foram desenvolvidos como “sugestões”, ou seja, partindo de recortes de matérias que estão em grandes *sites* de notícias, foram expostos os sentidos que mais circulavam durante o período pandêmico. Ressaltamos que os verbetes não têm a pretensão de abranger todos os sentidos que circularam durante a pandemia, mas aqueles sentidos que mais foram pontuados nesse período, partindo de uma interpretação das matérias abordadas. O trabalho de construção do *Vocabulário da Pandemia do Novo Coronavírus* é amparado na Análise de Discurso juntamente com conceitos vindos da História das Ideias Linguísticas (HIL), com o objetivo de divulgação científica, para que durante e depois da pandemia, tanto a sociedade acadêmica quanto a comunidade em geral tenha acesso a esses verbetes.

Consideramos que, na contemporaneidade, devido às condições de produção em tempos de pandemia, há um movimento constante de (re)atualização dos sentidos das palavras no(s) discurso(s), principalmente, o midiático, que coloca em circulação notícias da/sobre a pandemia do novo coronavírus. Em

meio à produção dos verbetes, observando como as sugestões de definições eram estabelecidas relacionando diferentes sentidos, nos chamou a atenção como as condições de produção de alguns sentidos se destacou mediante os significados estabelecidos em outras épocas de nossa história. De acordo com Orlandi (2015):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas, são efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com a sua exterioridade, suas condições de produção. (Orlandi, 2015, p.28).

Durante as análises que desenvolvemos nesse trabalho nos interessa a questão dos efeitos de sentido que são produzidos mediante determinadas condições de produção, buscamos seguir essas pistas deixadas nos dizeres para entender como funciona a relação de efeito de sentidos e a exterioridade. Diante disso, se faz necessário saber, o que são os efeitos de sentidos, contamos com o que nos apresenta Orlandi (2007):

Compreender o que é efeito de sentidos, em suma, é compreender a necessidade da ideologia na constituição de sentidos e dos sujeitos. É da relação regulada historicamente entre as muitas formações discursivas (com seus muitos sentidos possíveis que se limitam reciprocamente) que se constituem os diferentes efeitos de sentidos entre os locutores (posições sujeito) não são anteriores à constituição desses efeitos mas se produzem com eles. (Orlandi, 2007, p. 21).

Com base no que institui Orlandi, podemos compreender que os sentidos são construídos através da interpelação dos sujeitos pela ideologia. Entendemos que a ideologia, de acordo

com Pêcheux (2014b) só existe pelo sujeito e para o sujeito, dessa forma todos os sujeitos são interpelados por ela, e é desse modo que a constituição de sentidos acaba por se unir a constituição do sujeito formulando diferentes sentidos para uma mesma palavra de acordo com sua relação com a exterioridade. Retornamos ao que ensina Pêcheux:

“(…) as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido na formação discursiva na qual são produzidas. (...) diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (Pêcheux, 2014b, p. 147).

Só existe sentido nas palavras quando elas estão dentro de uma determinada formação discursiva que está inserida em uma formação ideológica, por exemplo, uma palavra utilizada com maior frequência durante a pandemia pode ter mais de um sentido dependendo de qual formação discursiva está inserida o sujeito que a citou. Portanto, através dos conceitos instituídos pela AD, como produção/efeito de sentidos, bem como suas condições de produção relacionadas à ideologia e às diferentes formações discursivas que constituem o intradiscurso, analisamos como os sentidos se diferenciam, se aproximam e, principalmente, como ressignificam na sociedade contemporânea que, mesmo depois de três anos, ainda vive os efeitos deixados por uma pandemia que causou a morte de milhares de pessoas em todos os estados do Brasil. Buscar a compreensão desses sentidos pertencentes ao momento histórico dado é também um lugar de resistência, com a finalidade de causar reflexão sobre tudo que vivemos nesse período.

É necessário também, apresentar o que compreendemos por “paráfrase” e “polissemia” no interior da Análise de Discurso. Segundo Orlandi (1998), paráfrase é o “retorno aos mesmos espaços do dizível”, ou seja, quando os sentidos se reproduzem independentemente do locutor e desse modo retomam aquilo que já está posto com outras palavras. Da mesma forma, Orlandi (1998), estabelece que a “polissemia” é quando “nas mesmas situações imediatas (locutores e situação) há, no entanto, um deslocamento, um deslizamento dos sentidos”, é quando outros sentidos surgem para além daqueles que já estavam estabelecidos.

Ao analisarmos os verbetes selecionados, buscamos compreender como se dá a produção de sentidos mediante as condições de produção pandêmicas em sua relação com a memória, se os sentidos serão os mesmos ou se sofreram alterações. Entendemos que é a relação das condições de produção com a memória que nos permite entender o funcionamento do mesmo e do diferente no interior de cada verbete, essa tensão que existe entre paráfrase e polissemia, como se dão os movimentos dos sentidos.

Considerando o que Maldidier (2003) nos apresenta, é interessante pensar sobre como o discurso é concebido por Pêcheux. Nesse sentido, observamos o seguinte trecho:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento. (Maldidier, 2003, p. 15-16).

Sabemos que no campo dos estudos da AD de linha francesa, não há uma separação específica entre teoria e análise, porque é necessário um dispositivo de análise para cada pesquisa, não há um modelo universal que utilize todos os conceitos da AD e se aplique igualmente a qualquer objeto. Os conceitos escolhidos para serem trabalhados em uma determinada análise é que desenham qual contribuição científica será feita de acordo com o corpus de pesquisa delimitado pelo analista de discurso.

No capítulo de livro escrito por Petri (2013), pertencente à obra *Análise de Discurso em perspectiva* consta o desenvolvimento teórico sobre a questão do movimento que há nas análises pertinentes à AD, uma vez que não há como separar a questão teórica e analítica, desse modo, organiza-se a metodologia, através de idas e vindas entre teoria e análise. Segundo Petri (2013):

A Análise de Discurso, é bem verdade, não tem uma metodologia única e facilmente descritível, como as outras áreas mais formais da ciência linguística dizem ter; mas isso não significa não ter metodologia de análise, bem como não significa que qualquer um, sob um pretexto qualquer possa desenvolver um dispositivo teórico analítico em análise de discurso. (Petri, 2013, p. 41).

Compor um aparato metodológico e teórico-analítico, na área da Análise do Discurso, é levar em conta suas peculiaridades que estão relacionadas ao objeto selecionado para a pesquisa em questão. Nas palavras de Petri (2013), trabalhar com a AD é trabalhar com a incompletude e a contradição, sem oposições e exclusões, é compreender que não há como ter controle sob um todo e que haverá contradições em meio ao percurso de construção do dispositivo teórico-analítico. Ao nos utilizarmos da metáfora do pêndulo, admitimos que:

Instalado o gesto de ler do analista no interior da discursividade que deseja analisar, temos o pêndulo no ponto zero, e aí começa a movimentação. Por um instante, então, o analista suspende o pêndulo e, imediatamente depois, passa a acompanhá-lo nas idas e vindas da teoria para a análise, perpassando de diferentes maneiras os elementos constitutivos do *corpus*, com suas opacidades, suas resistências, com suas porosidades, com sua densidade, com sua incompletude constitutiva. É por tudo isso que o movimento é imperfeito, e, na maioria das vezes imprevisível também. (Petri, 2013, p. 47).

Ocupando nosso lugar como analistas de discurso, partimos desse ponto zero, é início de uma jornada com idas e vindas pelo percurso teórico analítico que nosso objeto de pesquisa exigirá. Nenhum trabalho de pesquisa tem em seu início uma estimativa de onde irá chegar, não há como esperar algo específico como resultado, uma vez que o percurso das análises não é linear, não é fácil de ser percorrido. Sempre teremos nosso ponto zero, mas o ponto de chegada sempre será imprevisível, em nosso caso, buscaremos mostrar se houve rupturas ou continuidades em determinados pares de palavras, mas não há como saber (pelo menos, não antes da análise) o que nos espera como resultado.

Durante o desenvolvimento da análise, começam a aparecer algumas respostas possíveis para o questionamento da pesquisa, que busca compreender a relação entre os pares de palavras contidos no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus* e as condições de produção, assim como os efeitos de sentido durante a pandemia de covid-19 no Brasil. A partir do corpus escolhido, percebemos que tais pares de palavras não possuem sentidos estagnados, eles podem ser utilizados para diversas pesquisas, produzindo diferentes resultados. Isso evidencia a maleabilidade desses elementos no contexto da análise, cujos desdobramentos podem variar conforme o dispositivo analítico adotado.

Destacamos que a escolha dos pares de palavras seguiu critérios de duas ordens: o primeiro foi uma seleção por conveniência, tendo em vista que são palavras que nos tocam pessoalmente, trazendo à baila temas que nos são caros particularmente; o segundo critério visou estabelecer relações entre essas palavras, e permitir contrastes com definições de outros instrumentos linguísticos. Tais critérios devem permitir uma análise que destaque tanto a manutenção de sentidos já estabilizados quanto às mudanças efetivas em tempos pandêmicos. Os seguintes dicionários foram utilizados para nossa consulta:

- 1º - *Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa Caldas Aulete* (3ª edição brasileira composta em 5 volumes por Hamílcar García, publicado em 1974).
- 2º - *Dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda* (3ª edição – totalmente revisada e ampliada – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, publicado em 1999).
- 3º - *Dicionário Antônio Houaiss da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro, 1ed. Objetiva, publicado no ano de 2009).

Os dicionários foram selecionados pelo critério de acessibilidade, uma vez que são instrumentos linguísticos que estão disponíveis nas bibliotecas, desse modo tendo uma maior circulação. Os dicionários *Caldas Aulete*, *Aurélio* e *Houaiss* são bastante conhecidos, principalmente no âmbito universitário/escolar e seu fácil acesso os torna objetos discursivos que possuem um maior alcance.

Para atender o objetivo da pesquisa, que consiste em investigar os processos de produção e efeitos de sentido nos pares selecionados, evidenciando como o significado dessas palavras se alteraram (seja ruptura ou continuidade) nos tempos

de covid-19 em relação a outros instrumentos linguísticos e como esses processos aconteceram. Buscamos entender, ainda, como esses pares de palavras se relacionam entre si, se os sentidos construídos se entrelaçam, seja através de palavras ou de uma definição.

A escolha de trabalhar com pares de palavras é uma tentativa de demonstrar os movimentos de manutenção, deslocamento e ruptura ou de aproximação de sentidos entre as duas palavras em análise. Orlandi (2015) nos ensina que “a deriva, o deslize, é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras”, e é justamente isso que buscamos pesquisar colocando uma palavra mediante em outra de acordo com os pares. De fato, as palavras estão imbricadas em práticas sociais específicas, num tempo histórico único, sob determinadas condições de produção e não outras, tudo isso trabalha para a produção de sentidos, sempre levando em conta o que nos ensina Orlandi (2007): “o sentido sempre pode ser outro”.

2 Uma proposta de análise: o par de verbetes genocídio e pandemia

O par de verbetes a ser analisado é constituído pelas palavras “genocídio” e “pandemia”. Nosso procedimento de análise, para esse par de verbetes e também para os demais, foi de analisar cada palavra separadamente, começando pelos dicionários, estabelecendo relações com o *Vocabulário*. Após analisar cada verbe, estabelecemos suas relações de semelhança, afastamento, continuidade. Cada recorte discursivo foi numerado de forma a dar sequência a análise dos pares selecionados, por isso os denominamos de “RD” e seu respectivo número. Por isso,

avancaremos para o *Novo Aurélio do Século XXI – Dicionário de Língua Portuguesa* (1999), que nomeamos como RD1:

Genocídio [De gen(o)2 + Cídio.] S. m. Crime contra a humanidade, que consiste em, com o intuito de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, cometer contra ele qualquer dos atos seguintes: matar membros seus; causar-lhes grave lesões à integridade física ou mental; submeter o grupo a condições de vida capazes de o destruir fisicamente, no todo ou em parte; adotar medida que visem a evitar nascimentos no seio do grupo; realizar a transferência forçada de crianças de um grupo para outro: “Quantas esperanças fundaram os alemães nos gases asfixiantes e na guerra bacteriológica!...E os que mais protestavam contra esses nefandos genocídios herdaram a idéia e continuaram estudos de aperfeiçoamento dela”. (Fidelino de Figueiredo, O medo da História, p. 153-154.

Fonte: Dicionário Novo Aurélio do Século XXI (1999).

Começamos nossa análise pelo RD1, que foi retirado do *Dicionário Aurélio*, uma vez que o verbete “genocídio” não consta no *Dicionário Caldas Aulete*. Em RD1, encontramos a definição de “genocídio” como: “Crime contra a humanidade”, seguida por condições que mostram os elementos que caracterizam um genocídio. Chama nossa atenção, o exemplo utilizado no verbete, referindo-se aos alemães e aos “gases asfixiantes”, evocando a memória do genocídio judeu durante a Segunda Guerra Mundial. Esse exemplo resgata a conexão histórica da palavra “genocídio” com o massacre perpetrado pelos alemães contra os judeus, um grupo étnico-religioso, ou seja, podemos notar o funcionamento de uma memória discursiva.

Compreendendo como a definição de genocídio foi articulada no *Dicionário Aurélio*, passamos para o nosso segundo recorte, no *Dicionário Houaiss* (2009), que denominamos RD2:

Genocídio s. m. 1. Extermínio deliberado, parcial ou total de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso (o g. De judeus na Segunda Guerra Mundial) 2. P. ext. destruição de populações ou povos (uma guerra nuclear resultaria num verdadeiro genocídio) 3. Aniquilação de grupos humanos, o qual sem chegar ao assassinio em massa, inclui outras formas de extermínio como a prevenção de nascimentos, o sequestro sistemático de crianças dentro de um determinado grupo étnico, a submissão a condições insuportáveis de vida, etc.

Fonte: Dicionário Antônio Houaiss da Língua Portuguesa (2009).

Nosso RD2 está posto no *Dicionário Houaiss*, e é possível notarmos uma diferença significativa em relação à RD1, na primeira definição que é o exemplo colocado: “o g. De judeus na Segunda Guerra Mundial”. Aqui, o Holocausto é mencionado explicitamente como um genocídio, diferenciando-se do que vimos em RD1, em que esse acontecimento histórico aparece de forma implícita, no qual é preciso colocar a memória em funcionamento para entender o exemplo que ali está posto. Segundo Nunes (2006), o dicionário “tem uma história, constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos”, e podemos observar essa construção e atualização de uma memória no verbete “genocídio” que está no *Dicionário Houaiss*. A definição retoma a memória do Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial, mas apresenta novas formas nas quais a palavra genocídio é posta em funcionamento, como “destruição de populações”, “prevenção de nascimentos” ou “submissão a condições insuportáveis de vida”.

Entendemos, de acordo com Pêcheux (1999), que a repetição encontrada em RD1 e RD2 nas definições de genocídio, tais como “Crime contra a humanidade” e “extermínio deliberado”, está relacionada implicitamente ou diretamente ao Holocausto judeu na Segunda Guerra. Essa repetição colabora para a estabilização do sentido de genocídio associado a guerras e

a uma comunidade étnica específica. Ao compreendermos essa memória do genocídio judaico expressa em RD1 e RD2, propomos agora acompanhar a definição de “genocídio” no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*² (RD3):

Genocídio é uma palavra utilizada, nas atuais condições brasileiras de enfrentamento da pandemia, para representar o extermínio, sobretudo dos grupos minoritários, que são afetados pelo novo coronavírus. Representa a morte em massa e, com isso, a extinção do corpo e o apagamento dos sujeitos. O genocídio é considerado um crime contra a humanidade, justamente por compreender a morte completa ou parcial de determinados grupos e, por isso, é assim definido após os crimes serem julgados, o que ocorre por meio da Corte Penal Internacional (Tribunal Internacional de Justiça), localizada na cidade de Haia, nos Países Baixos (Brasil Escola). Especificamente, genocídio pode representar as mortes em excesso, em função dos altos índices de contaminação pelo novo coronavírus, ocasionados pela exposição a determinadas situações, sobretudo de vulnerabilidade. **Exemplo:** “Governos ignoram o genocídio praticado no transporte público” (R7).

Fonte: Vocabulário da pandemia do novo coronavírus (2024).

No *Vocabulário*, está o RD3, constatamos que nenhuma das definições aponta o genocídio relacionado a guerras, se afastando desse sentido exposto em RD1 e RD2. Todavia, no início do verbete, a definição para genocídio é “uma palavra utilizada nas atuais condições brasileiras de enfrentamento da pandemia, para representar o extermínio, sobretudo dos grupos minoritários, que são afetados pelo novo coronavírus.”, nos guiando a pensar no deslizamento desse sentido durante o uso dessa palavra durante a pandemia de covid-19. Apesar da presença da palavra “extermínio”, que também aparece em RD2, esse extermínio é causado pelo coronavírus, que no Brasil se espalhou deliberadamente devido à falta de isolamento e de medidas governamentais para conter a contaminação.

2 Os verbetes do Vocabulário serão apresentados parcialmente, devido a sua extensão. A íntegra dos verbetes pode ser acessada através do endereço eletrônico que consta nas referências bibliográficas.

O descaso durante a pandemia, unido ao descumprimento das medidas que determinavam a OMS, autoridade no assunto, nos leva a compreender uma das definições que encontramos no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*, que nos mostra, como esse sentido de genocídio circulou em tempos pandêmicos: “Genocídio é uma palavra utilizada para representar a consequência da falta de planejamento do governo nas estratégias que visam à vacinação massiva da população, no intuito de diminuir, concomitantemente, a contaminação, a internação e as mortes em função do novo coronavírus”.

Nos recortes RD1 e RD2, percebemos o sentido de extermínio de um povo estabilizado para “genocídio”. Os exemplos fornecidos sugerem que esse conceito é comumente aplicado em contextos de conflitos armados e guerras. Mas, a situação que testemunhamos no Brasil não se relaciona com esse tipo de conflito. Surgem certas estranhezas ao falarmos de um genocídio que não está diretamente relacionado a grandes guerras, ainda que esse sentido tenha circulado em matérias, jornais e na TV durante a pandemia. A aceitação desse termo ainda encontra resistência.

A definição de genocídio apresentada por Lemkin (1944) “destruição de uma nação ou de um grupo étnico” se assemelha àquela encontrada nos dicionários RD1 e RD2, nos lembrando novamente dos sentidos relacionados ao extermínio. Mas, destacamos um trecho da definição de Lemkin que descreve o genocídio como algo que busca “exprimir um plano coordenado de diferentes ações que convergem à destruição de alicerces essenciais da vida de grupos nacionais, com o objetivo de eliminar os próprios grupos”. Esse trecho nos faz pensar no que está posto no *Vocabulário*: “A gestão ineficaz das medidas que

barram o contágio do novo coronavírus tem exposto milhões de brasileiros ao adoecimento e/ou à morte em decorrência das complicações geradas pela doença”. Durante a pandemia, a gestão ineficaz do governo é considerada como um plano coordenado para destruir esses alicerces essenciais da vida em um determinado grupo.

Assim, entendemos que há um imaginário em funcionamento associado à palavra genocídio, produzindo esse sentido no qual ele só aconteceria em momentos históricos como em uma guerra. Isso causa determinada resistência para aceitar a palavra em outras condições de produção do discurso, como a pandemia de covid-19, por exemplo. Todavia, se levarmos em conta as definições de genocídio que estão presentes em RD1, RD2 e RD3, compreendemos que existem parâmetros que caracterizam um genocídio, e é através deles que a história poderá comprovar o genocídio que acometeu o Brasil entre os anos de 2020 e de 2023.

O segundo verbete que compõe o par com “genocídio”, é “pandemia”, palavra importante que foi repetida milhões de vezes nos três últimos anos, utilizada para nomear a situação de emergência sanitária que passamos. É devido a isso que surge o interesse sobre a palavra “pandemia”, e o que está posto sobre ela nos dicionários e também no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. Passamos então, para o que está posto no dicionário *Caldas Aulete (1974)*, que nessa seção, chamamos de RD4:

PANDEMIA, s.f doença que ataca muitos indivíduos na mesma ou em diversas localidades: A tenebrosa pandemia da influenza que por todo mundo dizimou com espanto. (Ric Jorge, Serm. De um leigo, p. 296, ed. 1925) F. Gr. Pan (todo) + ia.

**Fonte: Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa
Caldas Aulete (1974).**

Então, nosso RD4, o verbete “pandemia”, está posto no *Dicionário Caldas Aulete*, com a definição de “doença que ataca muitos indivíduos na mesma ou em diversas localidades”, nos apresentando como exemplo um trecho retirado de uma obra literária que cita o vírus “influenza”. O exemplo apresentado na definição, apesar de ser um trecho de uma obra literária, traz um elemento que esteve também fora da narrativa literária, no caso a “influenza”. O que devemos reter é que a “pandemia” está diretamente associada a uma doença que pode se espalhar por uma ou demais regiões. O fato da palavra “doença” estar na definição, leva-nos a compreender que, independentemente do vírus ou da doença em questão, ela adquire a característica de pandemia quando atinge muitos sujeitos. Guardamos essa definição e, dessa forma, passamos para nosso RD5, retirado do *Novo Aurélio do Século XXI – Dicionário de Língua Portuguesa (1999)*:

Pandemia [Do Gr. Pandemía] S. f. Med. Doença epidêmica amplamente difundida.
--

Fonte: Dicionário Novo Aurélio do Século XXI (1999).

Já o RD5, no *Dicionário Aurélio*, encontramos a definição de pandemia como: doença epidêmica amplamente difundida. E é possível notar uma sutil mudança de vocabulário entre RD4 e RD5, uma vez que o primeiro nos apresenta a pandemia como uma doença que se espalha por diversas localidades, e nos traz um exemplo de uso da palavra. O RD5 contém esse significado “restrito” a área médica quando indica a abreviação “med” logo no início do verbete, junto a palavras que estão ligadas a essa área específica, como “epidêmica”. Ao indicar uma área específica na definição do verbete, temos essa tentativa de

controlar os sentidos, uma vez que somos guiados a realizar a leitura do significado da palavra estando restrito a área que está posta. Seguimos para o nosso RD6, que é o recorte do verbete “pandemia” retirado do *Dicionário Houaiss* (2009):

Pandemia s. f. MED enfermidade epidêmica amplamente disseminada. ETIM gr. Pandemía/as ‘o povo inteiro’. Ver sinonímia de epidemia.

Fonte: Dicionário Antônio Houaiss da Língua Portuguesa (2009).

Em RD6 no *Dicionário Houaiss*, há no início da definição a indicação da área médica, mais uma vez sugerindo, que a palavra “pandemia” é utilizada nesse meio, limitando seus sentidos a esse âmbito específico. É apenas em RD4 não há nenhuma indicação de área ou especialidade, mas as definições postas nos três dicionários assemelham-se através de sinônimos utilizados pelos lexicógrafos responsáveis por cada objeto discursivo que tratamos na presente dissertação. Mesmo com palavras diferentes, RD4, RD5 e RD6 definem pandemia como uma doença/enfermidade que é disseminada em grande escala. Todas as definições são apresentadas de forma sucinta, e algumas delas, como vemos em RD5 e RD6, sequer incluem exemplos. No verbete “pandemia” nos três dicionários, essa “rede de memória” da língua, em RD4 com o exemplo (influenza) e em RD5 e RD6 com essa tentativa de estabilização do sentido usado na área médica, dando aos leitores do dicionário essa ilusão de completude dos sentidos.

Orlandi nos ensina que “a lexicografia discursiva vê nos dicionários, discursos. (...) na escuta própria a análise de discurso, podemos ler os dicionários como processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória da língua” (2002, p. 103), vemos no verbete “pandemia” nos três dicionários, essa

“rede de memória” da língua, em RD4 com o exemplo (influenza) e em RD5 e RD6 com essa tentativa de estabilização do sentido usado na área médica, dando aos leitores do dicionário essa ilusão de completude dos sentidos. O fato de que em RD5 e RD6 não há menção a nenhuma doença específica torna possível a interpretação de que qualquer doença contagiosa pode se tornar a causa de uma pandemia. Seguindo nossa análise, vejamos o que está posto no *Vocabulário da Pandemia do novo coronavírus*, nosso RD7:

Pandemia é causada por uma doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente entre a população mundial. **Exemplo:** “A OMS tem tratado da disseminação em uma escala de tempo muito curta, e estamos muito preocupados com os níveis alarmantes de contaminação. Por essa razão, consideramos que o Covid-19 pode ser caracterizado como uma pandemia” (Fiocruz). Uma pandemia e uma epidemia têm a mesma origem, o que muda é a escala da disseminação da doença.

Fonte: Vocabulário da pandemia do novo coronavírus (2024).

Na definição de pandemia que consta no *Vocabulário*, podemos encontrar uma abordagem diferente para o significado dessa palavra. Nos recortes do verbete nos dicionários, encontramos a definição da palavra de forma sucinta, ao que no vocabulário, a definição da mesma palavra é elaborada de modo descritivo, citando também as maneiras que podem ser usadas para conter o vírus, as consequências causadas por ele. Orlandi (1989, p. 116) nos ensina que a definição descritiva é fruto da “construção e uma relação de interlocução, regulada e objetivada pela situação discursiva a qual se produz”. Ou seja, a descrição que compõe a definição não é arbitrária, ela é afetada também pelas condições de produção do discurso.

No *Vocabulário*, nosso RD7, a definição retoma o que está posto em RD4, RD5 e RD6, destacando a relação direta

que há entre pandemia e doenças contagiosas, nos indicando novamente sobre a estabilização desse sentido. A origem da palavra também é vista em RD7, assim como em RD4 e RD6, que nos mostra que “pandemia” tem origem etimológica no Latim, significando “o povo todo/o povo inteiro”. Os dicionários que trabalhamos que não são de especialidade trazem os significados de pandemia de forma generalizada, já no *Vocabulário* temático que abordamos esses significados, as definições que abrangem possíveis soluções para a pandemia como podemos ver em: “A pandemia causada pela covid-19 pode ser controlada com a aplicação da vacina na população e, também, com medidas de distanciamento social, uso de máscara, cuidados de higiene, evitando aglomeração etc.”, que nos mostra quais eram os métodos que auxiliariam no controle da doença.

Nos dicionários, podemos observar as menções à palavra “epidemia” (em RD4, RD5, e RD6), mas não se estabelece uma diferença entre ela e “pandemia”. Já no *Vocabulário*, a definição mostra o que diferencia uma pandemia de uma epidemia, como podemos acompanhar a seguir: “Uma pandemia e uma epidemia têm a mesma origem, o que muda é a escala da disseminação da doença.”, ou seja, nos dicionários é possível entender que os sentidos de pandemia e epidemia são tênues, mas que em tempos de covid-19, essas palavras se distanciaram, de modo a assumir diferentes significados, sendo pandemia uma contaminação em grande escala, e a epidemia uma contaminação considerada menor. A definição de pandemia que se diferencia de epidemia faz parte de uma “atualização, a textualização da memória” (Orlandi, 2022, p. 21), uma vez que durante o período pandêmico havia muitas dúvidas sobre qual palavra deveria ser usada para nomear o momento que vivemos, ainda que a OMS tenha

estabelecido como “pandemia”. Ou seja, a palavra epidemia já não é vista como sinônimo, e sim como uma parte do processo que resulta em uma pandemia. Nos dicionários, vemos uma generalização que pode abranger todas as pandemias, gerando uma evidência de sentido, que nada mais é do que um efeito ideológico (Orlandi, 2015, p. 43), ao passo que no vocabulário, as definições atestam as condições de produção em que foram escritas, mostrando o encontro entre a memória e a atualidade.

3 Entre a pandemia e o genocídio: estabelecendo relações

Entendemos que os verbetes “genocídio” e “pandemia” assumiram definições que se aproximam e se afastam do que encontramos nos dicionários durante a pandemia do novo coronavírus, abrindo caminho para outros sentidos estritamente relacionados às condições de produção pandêmicas fizeram que fosse possível que o discurso sobre essas palavras fossem um e não outro.

Nos dicionários, o verbe “genocídio” é definido como “crime contra a humanidade (...) com o intuito de destruir” (RD4) e “extermínio deliberado, parcial ou total de uma comunidade” (RD5). Ambas as definições estão implicitamente e explicitamente ligadas, respectivamente, ao Holocausto e também a guerras em geral. É possível perceber que essa palavra está associada a uma rede de memória que remete ao Holocausto, à Segunda Guerra Mundial e também à extinção de povos minoritários.

Todavia, durante a pandemia a palavra “genocídio” passou a ser usada em outro contexto, que não estava relacionado a uma guerra, mas sim à negligência por parte dos representantes do

Governo Federal Brasileiro. Os sentidos que se associaram a esse verbete durante o período pandêmico aproximam-se dos que encontrados em RD4 e RD5 no que se refere ao extermínio e ao crime contra a humanidade, mas se afastam quando o contexto não é de guerra, e sim de uma crise sanitária, de uma pandemia.

O movimento das filiações históricas (Pêcheux, 2014) relacionadas à palavra “genocídio”, aliado às condições de produção, permitiu o afastamento dessa palavra do contexto de guerra, aproximando-a de uma emergência sanitária. Lembramos que, embora o genocídio esteja relacionado à pandemia, não foi a pandemia que causou um genocídio, assim como não foi a guerra que causou o Holocausto, há um agente maior. No caso da pandemia, foi a sua má gestão por conta do Governo Federal que causou a morte em massa, principalmente das classes e etnias menos favorecidas.

No *Vocabulário*, “pandemia” não é somente “causada por uma doença infecciosa e contagiosa que se espalha muito rapidamente entre a população mundial”, ela também é vista como uma causadora de “prejuízos que vai além dos problemas de/na saúde, já que a partir dela se destacam as diferenças sociais e econômicas da sociedade”. Ou seja, a pandemia além de causar mortes pelo vírus, também atinge em maior ou menor medida as diferenças sociais e econômicas, ampliando seus efeitos para além daqueles que foram contaminados.

Enquanto nos dicionários encontramos processos de paráfrase, no *Vocabulário* observamos o funcionamento da polissemia, tanto em “genocídio” como em “pandemia”. Segundo Orlandi (2015) o “jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. No *Vocabulário* o movimento, “palavra-puxa-palavra” (Silva, 2003; Petri, 2018) faz com que se estabeleçam relações entre palavras que podem

estar próximas uma da outra, auxiliando na compreensão do que está posto, guiando para outras palavras do mesmo “sítio significante pandêmico”. O efeito “palavra-puxa-palavra” movimentou os sentidos no interior dos verbetes no *Vocabulário*, em certa medida, retomando e rompendo com sentidos que já circularam pelos dicionários.

4 Considerações finais sobre a análise

Dessa forma, constatamos um entrelaçamento entre as palavras “genocídio” e “pandemia”, uma vez que os sentidos atribuídos a elas durante o período de 2020 até 2023 as torna indissociáveis. O descaso com a pandemia no Brasil teve como consequência muitas mortes, levou milhares de vidas, o que pode vir a se caracterizar como um extermínio perante a história. A omissão por parte do Governo Federal permitiu que o número de mortos fosse tão alto como conhecemos, nos levando a pensar em como as condições de produção levaram os sentidos da palavra “genocídio” a se afastar da questão da “guerra” e se aproximar de uma “emergência sanitária”, uma “pandemia” que se caracterizou para além de uma doença de alto contágio.

As condições de produção de emergência sanitária tornaram possíveis outros sentidos, que sinalizam para uma memória da pandemia. Segundo Petri (2008):

Assim, o dicionário, ao ser tomado como tecnologia a serviço da língua e como objeto discursivo da maior importância, passa a revelar outros efeitos de sentidos, extrapolando o uso comum que dele se faz e revelando a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória. (Petri, 2008, p. 241).

As palavras do par selecionado e analisado se entrelaçam, seus sentidos estão em contato, seja por meio de uma palavra, ou da definição estabelecida no *Vocabulário da pandemia do novo coronavírus*. As condições de produção de emergência sanitária tornaram possíveis outros sentidos, que sinalizam para uma memória da pandemia. Os efeitos e a produção de sentidos circulantes durante a pandemia também são parte de uma memória que estará para sempre guardada, não somente nos verbetes apresentados, mas em todos que compõem o *Vocabulário*.

Referências

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo de Língua Portuguesa*. São Paulo. Editora Delta, 1974.

BIAZUS, Camila Baldicera. *Dicionário compartilhado: espaço de criação, resistência e subjetividade* – 2015, 294p. Orientadora: Verli Petri da Silveira. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de pós-graduação em letras.

FERREIRA, Aurélio Buarque Hollanda de. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Houaiss dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LEMKIN, Raphael. *Axis rule in occupied Europe: laws of occupation, analysis of government, proposals for redress*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1944.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso. (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes 2003.

MAZIÈRE, Francine. *Análise do Discurso: História e Práticas*. Tradução de Marcos Marcionillo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil*. Campinas: Pontes; são Paulo: Fapesp; são José do Rio Preto: Faperp, 2006.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi – 7ª ed. Campinas, SP, Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*. 5. ed, Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux* / orgs: F. Gadet; Tony Hak; tradução Bethania S. Mariane [et al] – 5º Ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: *Papel da memória*, Pierre Achard et al. Tradução e introdução de José Horta Nunes — Campinas, SP: Pontes, 1999. P. 49-56.

PETRI, Verli. “Algumas reflexões sobre o “Vocabulário da Pandemia do Novo Coronavírus”: projeto em curso e discurso. In: *Ditos e Não-Ditos: discursos da, na e sobre a pandemia* / Organizadores: Verli Petri et al, 1. ed. Campinas, SP : Pontes Editores, 2021

PETRI, Verli et al. *Dicionários em análise: Palavra, Língua e Discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

PETRI, Verli. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. *Revista Conexão Letras*, [S. l.], v. 13, n. 19, 2018. DOI: 10.22456/2594-8962.85032. Disponível

em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/85032>. Acesso em: 8 de março de 2024.

PETRI, Verli. O funcionamento do movimento pendular próprio as análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de discurso. IN: PETRI, VERLI; DIAS, Cristiane (org.). *Análise de Discurso em Perspectiva: Teoria, método e análise*. Santa Maria, Ed. Da UFSM, 2013.

PETRI, Verli. *A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do gaúcho*. Rev. Letras, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 227–243, jul./dez. 2008.

PETRI, Verli. *Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60*. Expressão - Revista do Centro de Artes e Letras. Jul – Dez 2006, p. 187-192.

ORLANDI, Eni. *Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico*. RUA, Campinas, SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015 (1998). DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640626. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626> Acesso em: 3 de janeiro de 2024.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 42 ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007

ORLANDI, Eni. *Análise de discurso: Princípios & procedimentos*. 12 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 5ªed. Campinas, SP: Pontes editores, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível; estética e política* / Tradução de Mônica Costa Neto – São Paulo : EXO Experimental, ed. 34, 2005.

SILVA, M. V. *Instrumentos linguísticos: língua e memória*. Revista Letras. Santa Maria: UFSM/PPGL, n. 27, 2003, p. 109-116.

Verbetes

GENOCÍDIO. *In: Vocabulário da pandemia do novo coronavírus.* Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/vocabulario-da-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em 23/10/2024.

PANDEMIA. *In: Vocabulário da pandemia do novo coronavírus.* Disponível em: <https://www.ufsm.br/coronavirus/vocabulario-da-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em 23/10/2024.

Feminicídio em discussão: o porquê de um nome

Dantielli Assumpção Garcia*

Elaine Pereira Daróz**

Patrícia Cordeiro da Silva***

Taísa Mara Pinheiro Silva****

Resumo

Em 2015 com a aprovação da Lei do Feminicídio no Brasil, o termo passou a fazer parte do Código Penal Brasileiro como uma qualificadora do crime de homicídio. A partir desse momento, a violência brutal cometida contra mulheres passou a ter um nome dentro desse código. Nesse sentido, é importante observar a importância de dar nome, trazer ao exterior o reconhecimento, já que não se trata de um homicídio “comum”, mas sim de um homicídio com motivações machistas e misóginas. Contudo, não deve ser apagado que junto com a nomeação do feminicídio vieram muitos julgamentos morais que energizam práticas machistas. O sistema penal direciona violência contra todos que o manuseiam, ainda que nele estejam buscando proteção. As mulheres devem desconfiar desse sistema, que oferece migalhas, a exemplo do inciso do feminicídio no artigo 121 do Código Penal Brasileiro, com verniz de proteção real às mulheres. Diante disso, a hipótese é de que a entrada do feminicídio como qualificadora no Código Penal conferiu maior visibilidade para esse tipo de violência, mas por outro

* Licenciatura em Letras, mestrado em Estudos Linguísticos e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Realizou uma pesquisa de Pós-Doutorado (A Marcha das Vadias nas redes sociais: efeitos de feminismo e mulher, Apoio Fapesp) na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8834-2253>.

** Pós-doutorado pela Universidade de São Paulo. Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Doutorado sanduiche Universidade Sorbonne Nouvelle. Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco. Possui graduação em Letras - Português-Inglês pela Faculdades de Letras Dom Bosco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6084-7250>.

*** Graduação em Direito, em Comunicação Social – Jornalismo pelo Centro Universitário Univel e Administração pela Universidade Positivo. Mestrado em linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Doutora em linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Mestranda bolsista em Direito, Inovações e Regulações na UNIVEL. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4182-4977>.

**** Graduação em Direito pela Universidade de São Paulo. Formação continuada em Psicanálise Lacaniana pelo Centro Lacaniano de Investigação da Ansiedade. Graduação em Psicologia e mestre em Psicologia pela PUC Minas.

lado, a vida das mulheres segue sendo exposta e revirada nos tribunais. A metodologia utilizada foi a bibliográfica, buscando desde a conceituação da palavra “Feminicídio”, luta das mulheres, o Feminicídio como nomeação e seus efeitos e o sistema penal em questão. No que se refere ao método, trabalha-se com a análise materialista histórica, considerando o discurso atravessado pelo poder que constrói as relações.

Palavras-chave: feminicídio; Código Penal; machismo; violência; efeitos de sentido.

Femicide in discussion: reasons for a name

Abstract

In 2015, with the approval of the Femicide Law in Brazil, the term became part of the Brazilian Penal Code as a qualifier for the crime of homicide. From that moment on, the brutal violence committed against women was given a specific name within the code. In this regard, it is crucial to recognize the importance of naming and bringing to the surface this acknowledgment, as it is not a “common” homicide but one driven by misogynistic and sexist motivations. However, it is essential to note that along with the designation of femicide came numerous moral judgments that reinforce sexist practices. The penal system directs violence toward all those who engage with it, even those seeking protection within it. Women should remain skeptical of this system, which offers crumbs of support, such as the femicide clause in Article 121 of the Brazilian Penal Code, under the guise of genuine protection. In this context, the hypothesis is that the inclusion of femicide as a qualifier in the Penal Code has brought greater visibility to this type

of violence; however, women's lives continue to be exposed and scrutinized in courtrooms. The methodology employed was bibliographic, exploring the conceptualization of the term "feminicide," women's struggles, feminicide as a designation and its effects, and the penal system itself. As for the method, the study utilizes historical materialist analysis, considering the discourse shaped by power that constructs relationships.

Keywords: feminicide; Penal Code; sexism; violence; meaning-effects.

Recebido em: 24/01/2024 / Aceito em: 08/10/2024

Palavras iniciais

Ao longo da história da humanidade, as relações sociais foram (e são) constituídas por relações de poder que, muitas vezes, legitimadas por códigos e leis, direcionam os sujeitos a ocuparem os seus lugares pré-determinados na esfera social.

Sob um discurso calcado numa sociedade patriarcal, restava à mulher a reclusão do lar, em submissão ao homem, quer o pai, quer o marido. Face a um imaginário de mulher, frequentemente, relacionado à beleza e suposta fragilidade feminina, cabia-lhe os deveres da casa, da procriação e o zelo pelo dito bem-estar da família. Um ideário burguês construído pós-revolução francesa que proporcionou o casamento da mulher com o lar e os filhos (Kelh, 2016).

As lutas e conquistas feministas e de mulheres permitiram-lhes, em certa medida, galgar alguns patamares no seio social. No entanto, mesmo com o avançar de movimentos que defendem a igualdade entre os gêneros nos dias atuais, observamos que a violência contra a mulher, geralmente acometida por seus companheiros ou homens próximos (seja essa violência simbólica física, sexual, patrimonial) tem sido crescente em nossa sociedade.

Os abusos e crimes crescentes contra as mulheres nos dizem das práticas historicamente machistas que ressoam na atualidade, particularmente, em nosso país, e visam à sujeição da mulher em uma posição de inferioridade ao homem. Posto isso, observamos que essas práticas discursivas se corporificam nas práticas sociais e escancaram as desigualdades e assimetrias de poder profundas que assolam, em especial, as mulheres nas sociedades patriarcais.

Desde a perspectiva discursiva materialista adotada com Orlandi (1997) atrelada à pesquisa, o gesto de nomeação do assassinato de mulheres por razão de gênero (designado como Feminicídio) rompe com um silêncio politicamente signifiante, que ignorava esse ato de violência extrema como um fenômeno social (não uma prática qualquer). Com Orlandi, torna-se possível compreender que “de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras” (Orlandi, 1997, p. 11), silêncio antes presente no tratamento dos atos citados como simplesmente homicídios contra mulheres, ou mortes, eclipsando questões de gênero, que são iluminadas e reorganizadas com o gesto de designação de Feminicídio, que interfere no funcionamento ideológico acerca do tratamento discursivo dos assassinatos de mulheres em razão de gênero: de prática sem especificidades relevantes (antes da nomeação), para fenômeno social e político, cuja designação reconhece e acusa como problema social e político concreto, com efeitos de visibilidade e realidade aplicáveis aos aspectos de gênero envolvidos (antes subestimados ou ignorados como determinantes e centrais).

Sobre isso, acrescenta-se que “(...) O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é.” (Orlandi, 1997, p. 33). Isso mostra-se especialmente verdadeiro no campo jurídico, como mostra Bourdieu (2021), que aborda os atos de nomeação especificamente dentro do direito, demonstrando como neste campo, o silêncio atrelado à não classificação das violências, engendra um efeito de inexistência daquela realidade. Como se apenas existisse o que o direito nomeia e classifica enquanto tal. Dessa forma, no seu funcionamento como poder simbólico de nomeação, o direito “(...) confere a estas realidades surgidas das suas operações de classificação

toda a permanência (...) (Bourdieu, 2021, p. 249). No caso, sem a designação juridicamente incorporada, o direito nega-lhe como realidade, não reconhecendo as especificidades do que ele próprio (enquanto campo) não admite, mostrando-se um poder simbólico de nomear por excelência, e que sob as vestes de técnica jurídica, nega o estatuto de realidade do que não possui nomeação juridicamente reconhecida.

Quando o assassinato de mulheres era abordado pelo discurso jurídico, era verificável um apagamento de especificidades de gênero importantes à concretização desse crime, havendo um silêncio sobre as razões do crime, sem especificidades manifestadas no nome. Recobrando Orlandi: “Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam” (Orlandi, 1997, p. 14). Nesse sentido, o discurso concretamente silenciava o (hoje) exposto como fenômeno social, ao eclipsar suas especificidades de gênero. O gesto de designação interfere materialmente no funcionamento discursivo, trazendo outros efeitos de sentido.

Ademais, sobre a importância do gesto de nomeação (no caso, abrangente de violências históricas contra mulheres, atreladas a condições materiais como a expectativa de obediência aos homens), destaca-se que para entender a historicidade nos relatos das mulheres vítimas dessas violências, é preciso identificar e analisar “(...) o relato destas séries de acontecimentos atribuídos (...)” (Rancière, 1994, p. 9). Mais do que isso, “(...) é necessário nomear os sujeitos, é necessário lhes atribuir estados, afeições, acontecimentos. (...)” (Rancière, 1994, p. 10). O mesmo vale para fenômenos sociais e políticos, sendo que na própria nomeação das mulheres mortas por razões de gênero

(antes, simplesmente “vítimas”), está intrincado o fenômeno responsável e seus autores, que podem ser analisados a partir da designação do Feminicídio.

Juridicamente, ocorreram tentativas anteriores de coibir violências com recorte de gênero presentes na designação, que se materializam em leis de amparo e proteção à mulher, como a Lei nº 11.340 — intitulada Lei Maria da Penha¹ — criada em 2006 e, posteriormente, a Lei nº 13.104 – Lei do Feminicídio — criada em 2015². Embora não tenha sido a Lei que criou a designação “Feminicídio” (como será destacado no decorrer do artigo), foi a partir da promulgação dessa Lei que o termo específico passou a ser juridicamente incorporado à esfera criminal, utilizado como uma qualificadora do crime de homicídio, no sistema jurídico brasileiro.

Neste artigo, propõe-se uma reflexão acerca da entrada do termo “feminicídio”, no Código Penal Brasileiro, empreendendo um gesto de interpretação acerca das questões concernentes à nomeação da lei, bem como as suas implicações aos sujeitos discursivos, em especial no que concerne à posição da (e para a) mulher no seio social.

Contudo, somente a entrada da designação “Feminicídio” no sistema jurídico brasileiro, não afastou as práticas machistas cometidas contra as mulheres nos tribunais. Com isso, a hipótese é de que houve uma maior visibilidade desse tipo específico de violência, mas as mulheres continuam sendo expostas às práticas machistas. Sendo que em cada julgamento têm suas vidas bisbilhotadas pelo sistema. Utilizou-se a metodologia

1 BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

2 Empreendemos, a seguir, discussões mais aprofundadas acerca das questões que a envolvem.

bibliográfica, trazendo o conceito de “Feminicídio”, a entrada do termo no sistema jurídico brasileiro, bem como a luta das mulheres, o Feminicídio como nomeação e seus efeitos e o sistema penal em questão. Como método foi utilizada a análise materialista histórica, não se apartando da ordem capitalista que atravessa a produção do direito e constrói as relações.

O Feminicídio: conceito e lutas

O assassinato de uma mulher pode ser uma consequência fatal das violências por ela sofrida ao longo da vida em função do gênero, por isso não é viável que essa morte seja vista de maneira isolada, como um fato pontual, desconsiderando a especificidade do gênero que é acometido por tal ato. E, ainda, porque, por estar em um contexto de uma sucessão de violências — e isso os casos de feminicídio na América Latina já mostraram exaustivamente — e também por se tratar de um problema estrutural, de raízes históricas bastante profundas, não deveria ser simplificado e reduzido a uma qualificadora do homicídio, no Código Penal Brasileiro.

A violência contra a mulher por razões de gêneros é histórica e tem um caráter estrutural, que se perpetua devido à sua posição de subordinação na ordem sociocultural patriarcal. Tal relação de poder, baseada em padrões de dominação, controle e opressão, leva à discriminação, ao individualismo, à exploração e à criação de estereótipos, os quais são transmitidos de uma geração para outra e reproduzidos tanto no âmbito público (governo, política, religião, escolas, meios de comunicação), como no âmbito privado (família, parentes, amigos). A partir de condições históricas, são naturalizadas formas de discriminação contra a mulher e geradas práticas sociais que permitem ataques contra

a sua integridade, desenvolvimento, saúde, liberdade e vida (Borges e Gebrim, 2014, p. 59).

Gebrim, em sua tese sobre o feminicídio, adota a definição dada por Russel e Caputi em 1990 ao termo *feminicide*, o qual é conceituado como sendo o “assassinato de mulheres realizado por homens motivado por ódio, desprezo, prazer ou um sentimento de propriedade sobre as mulheres” e completa:

Radford e Russel (1992) e Caputi e Russel (1992, p. 15) cunham o termo *femicide* como um continuum de violência contra as mulheres. Estabelecem conexões entre as variadas formas de violência, como o estupro, o incesto, o abuso físico e emocional, o assédio sexual, o uso das mulheres na pornografia, na exploração sexual, a esterilização ou a maternidade forçada etc., que, resultantes em morte, se convertem em *femicídio* (Borges e Gebrim, 2014, p. 62).

Para entender-se como a violência contra a mulher se constitui em suas mais amplas vertentes, é necessário pensarmos que a existência e “a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas” (Ribeiro, 2017, p. 70). Posto isto, analisar a concepção de ser mulher em uma sociedade dá uma base para refletir-se sobre os casos de feminicídio que acontecem corriqueiramente. Como já dito, a determinação estrutural da condição da mulher na sociedade acarreta em performances de gênero, em que, historicamente, a mulher é tida como inferior, sendo então passível de sofrer violências por sujeitos tidos como superior na estruturação social.

Posições e lugares atribuídos aos sujeitos determinam uma experiência inconsciente de modos de pensar e agir, tornando-se uma difícil abertura de discussão e desconstrução de algo que foi imposto desde muito tempo. Assim sendo, colocar a

mulher em uma estrutura determinada por dizeres e memórias a partir das quais ela deva se constituir para ser considerada mulher já é a primeira forma de violência. Na instância em que a discriminação ou a inferiorização recaiam sobre a mulher por ela não estar atenta a essas posições, a violência se torna legitimada e instaurada em diversas esferas de sua vida da mais comezinha.

De que forma, então, lidar com esse lugar posto de inferioridade? Os dizeres sociais e culturais estão intrincados no sujeito, este que exerce uma ação e, conseqüentemente, produz um discurso que molda e define construções de uma sociedade e atravessa enunciações determinando o “ser mulher” e seus sentidos. O que colocaria a mulher nessa posição de outro inferior são as determinações que a sociedade patriarcal faz sobre ela, colocando-as em posição de objetificação a partir de imaginários e características que fundamentam um “ser” para ela, tirando o efeito de acesso e autonomia de sujeito. O homem comete essa violação de liberdade se assumindo como sujeito absoluto e produzindo uma discursivização que posiciona a mulher como outro, como objeto sem direito à liberdade do seu “ser” (Beauvoir, 1980).

Os movimentos de sentidos que rodeiam esse “ser mulher” acabam por construir uma realidade em que se propõe uma categorização de gênero e um pertencimento a um espaço que define a subjetividade na posição desse sujeito. A significação perante a essa construção se faz necessária quando a inferioridade atribuída à categorização entorna para a depreciação gerando violência e discriminação política e social (Butler, 2017).

Sendo assim, “o corpo, neste estatuto, não seria apenas algo natural, mas uma superfície politicamente regulada.” (Rabelo; Amazonas, 2014, p. 1469). Dessa forma, esse corpo

seria constituído afetado por dizeres postos em circulação pelos diferentes aparelhos ideológicos midiático, familiar, religioso por Instituições detentoras de informação e esses dizeres moldariam o que concerne ao gênero feminino, à mulher na sociedade. Não se adequar aos padrões torna-se passível de construir determinações hierárquicas que permitem uma distinção do que de “errado” passaria a ser aceitável, no caso aqui, a consequência da violência. É quando paramos para refletir sobre o que nos leva a questionar as necessidades de um ímpeto feminista que nos damos conta de que os “valores tradicionais” são os que se mostram mais estabilizados e impassíveis de mudança, tornando as relações (casamento, vida doméstica e familiar) (Lovibond, 1990, p. 106) um maximizador de dizeres que colocam o sujeito mulher nessa posição de inferioridade em relação ao sujeito homem.

São muitos os meios encontrados de ferir as mulheres e, muitos deles, devemos dizer, com respaldo jurídico nas mais diversas épocas, o que culminava não só em uma violência institucionalizada, mas em uma banalização e invisibilização das mulheres na sociedade em que regia. Um exemplo, vigorava até o ano 2005 que o estuprador que casasse com a vítima estuprada para “reparar” seu erro estava desobrigado da pena, pois estaria extinta sua punibilidade, inciso vigente desde o código penal brasileiro de 1940 e revogado apenas pela Lei 11.106/05 (Bezerra, 2007).

Não é incabível falar-se, então, que no ordenamento jurídico brasileiro, tem uma dívida com os direitos das mulheres e que a resistência até então de reconhecer lhes esses direitos mais fundamentais — dado que a questão da violência contra as mulheres é uma questão que precisa ser vista e discutida nas

sociedades e que medidas discriminatórias são essenciais para que “minorias” consigam direitos equiparados aos dos outros cidadãos, realizando-se assim a igualdade material – alegando ferir a famigerada neutralidade e a igualdade material, não passam de argumentos vazios e facilmente combatíveis.

Tão combatíveis que, não só não há traços de neutralidade, como se ousa notar — e isso é facilmente identificável — o ordenamento jurídico pende para o lado da cultura marcadamente patriarcal. Não eram poucas as menções à “mulher honesta” ou à “virgindade” nos dispositivos legais, e isso só para citarmos as atrocidades mais contemporâneas.

As violências que nascem já no bojo na memória que o “ser mulher” carrega inferem efeitos que desatinam os direitos do sujeito mulher e ferem uma concepção de liberdade, uma liberdade do ser, do ir e vir, uma liberdade de estar na própria casa, local primordial dos casos de feminicídio. Para essa configuração de uma imagem e memória posta como inferiorizada diante das estruturas sociais:

o sentimento ou atitude que caracteriza menosprezo ou discriminação à condição de mulher, verifica-se a sua presença em situações que possuem natureza predominantemente subjetiva e que, em regra, guardam similaridade com a chamada “discriminação de gênero” (embora não necessariamente), em circunstâncias em que a noção de pertencimento, a coisificação da mulher ou o desprezo ao sexo feminino é a causa central na prática do delito, cujo reconhecimento não exige que a prática seja entre parentes ou mesmo que decorra de relação de afeto (Souza, 2018, p. 135).

O debate acerca do femicídio ou feminicídio — termos que têm sido usados em sentido idêntico — se iniciaram nas últimas duas décadas especialmente no cenário latino americano tendo

como cânones uma série de assassinatos de mulheres, sempre com requintes de crueldade, ocorrida na cidade mexicana de Juárez. A violência extrema, a aura de mistério, bem como um *modus operandi* nesses assassinatos que atingiam quase sempre jovens migrantes ou operárias, suscitou a necessária discussão sobre o ódio nas questões de gênero. Isso porque a própria cidade já guardava uma peculiaridade em relação a sua divisão do trabalho — e, como vimos, a divisão de trabalho é crucial das atribuições de determinadas posições para cada sexo.

A complexidade historicamente marcada na concepção de trabalho expõe a pluralidade das questões que nela estão envolvidas, quer pelas suas especificidades quer pela desigualdade que ali se materializa. Há uma relação historicamente hierarquizada na relação entre os diferentes tipos de trabalho, como meio de produção de bens e /ou cuidado. Enquanto o trabalho destinado à produção de objetos relacionava-se à vida pública, o trabalho do cuidado restringia-se ao privado das relações sociais, geralmente gratuito e relacionado à mão de obra não qualificada (Maruani, 2004). Nessa relação aparentemente evidente entre o público e o privado, estão implicadas, no entanto, questões acerca dos direitos e práticas, ou seja, as relações de poder garantidas ao que detinha o direito à publicidade, geralmente o homem e, doutra sorte, o que se restringia ao anonimato, frequentemente a mulher.

A Revolução Industrial, bem como os avanços tecnológicos, possibilitou a reconfiguração da mulher na esfera social. O trabalho passa a ser concebido como uma atividade política, intrinsecamente ligada à transformação da sociedade quer no âmbito público, quer no privado. Entretanto, nem por isso

as desigualdades de gênero foram dissipadas do cerne social. Especialmente nas décadas de 1970 e 1980, as “maquilas” ou indústrias de transformações de bens instaladas na cidade privilegiaram a mão-de-obra feminina por considerá-la mais barata e dócil.

A situação vivida em Ciudad Juarez indica a existência de um cenário particular em que esses assassinatos se inserem. As mortes em Ciudad Juarez não são “mortes comuns”. [...] A tese da polícia sobre a existência de um serial killer, ou vários deles, também pode ser verdadeira para parte dos casos. [...] Aparentemente, o emprego da categoria femicídio para definir e realçar essas mortes e as razões que cercam sua ocorrência, e sua recorrência no tempo se justifica por aquilo que Segato (2005) chamou de falta de inteligibilidade sobre os casos, tanto no que toca às suas razões, quanto no que se refere à grande rede de proteção que parece existir em torno dos responsáveis. (Pasinato, 2011, *passim*).

As importantes questões surgidas desde a eclosão desses crimes repercutiram especialmente sobre a América Latina que, na última década, alarmada pelos números perversos de assassinatos de mulheres em condições não menos cruéis, saiu às ruas em militância contra a “essa cultura devastadora do feminino”, frase da ex-presidente argentina Cristina Kirchner em apoio a manifestações ocorridas em diversas cidades do país e que reivindicavam um basta aos feminicídios que, no, país, acontecem em uma frequência alarmante: estima-se que uma mulher seja morta a cada trinta horas – e no Brasil os dados são ainda mais assustadores, pois estimasse que quinze mulheres sejam assassinadas todos os dias em decorrência do machismo (Lekant, 2015).

Especialmente, após 2007, dezesseis países da América Latina elaboraram maneiras de coibir e penalizar os autores

de feminicídios, seja tipificando em seus códigos penais de forma independente através de um novo artigo — discussão que analisaremos em breve — ou estabelecendo agravantes nos crimes de homicídio, a contar da motivação de gênero. O Brasil, país latino-americano que adotou mais recentemente o feminicídio como crime, o teve promulgado pela lei ordinária 13.104 em nove de março de 2015.

A legislação inovadora cria um inciso VI no § 2º, do artigo 121 e ainda um § 2º. - A para o fim de regular o que se convencionou chamar de “Feminicídio” e que configura uma nova forma qualificada de homicídio tendo por vítima mulher em situação da chamada “violência de gênero”. A pena cominada não difere das demais formas de homicídio qualificado, permanecendo nos limites da reclusão, de 12 a 30 anos. Não obstante, são criadas causas especiais de aumento de pena num novo § 7º, incisos I a III. Esses aumentos apresentam a possibilidade de variância de 1/3 até a metade e se referem aos seguintes casos: I-vítima gestante ou nos 3 meses posteriores ao parto; II-vítima menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; III-quando o Feminicídio ocorre na presença de descendente ou de ascendente da vítima.

Anote-se que esses aumentos são específicos para a figura do Feminicídio, não se estendendo para os demais casos de homicídio, ainda que qualificados.

Outra alteração é a inclusão do novo inciso VI do § 2º, do artigo 121, CP dentre as formas qualificadas de homicídio que são consideradas como crime hediondo, de acordo com a nova redação dada ao artigo 1º, I, da Lei 8.072/90 pelo artigo 2º da Lei 13.104/15. Essa alteração é muito relevante porque, em caso de hipotético esquecimento do legislador (o que, diga-se de passagem acontecia no projeto) certamente uma celeuma iria se criar. Alguns iriam defender a tese de que

mesmo sem a alteração, tratando-se de nova modalidade de homicídio qualificado, por razoabilidade e isonomia, o crime deveria ser considerado hediondo. Outros, por seu turno, diriam que tal manobra seria impossível devido à flagrante violação do Princípio da Legalidade e utilização de analogia “*in malam partem*” no Direito Penal, já que não constaria do rol taxativo de crimes hediondos. Desse modo se pugnaria pela alteração urgente da Lei 8.072/90 e, enquanto isso, ter-se-ia de conviver com uma situação absurda, ou seja, um crime de homicídio qualificado que não seria hediondo. No entanto, o legislador não cometeu esse olvido na edição da Lei 13.104/15 e assim evitou qualquer discussão. O Feminicídio é, sem qualquer margem de dúvida, crime hediondo. (Cabette, 2015).

A lei inseriu o termo feminicídio no sistema jurídico brasileiro como um inciso no código penal aos casos de homicídio. O grande desafio que traz a promulgação da lei é seu cabimento específico sendo necessário dissociá-lo de crimes passionais, bem como fixar sua carga peculiar de violência contínua e motivações sexistas das mais diversas razões que são expostas quando de um homicídio ordinário. Pois caso não haja essa fina dissociação corre-se o risco de continuar a tratar questões delicadas e violentas já historicamente na “*vala comum*” de um crime passionais homogêneo, o que implicaria não só em uma punição mais branda — e a punição não é o foco, como veremos mais adiante — mas em uma perpetuação da invisibilidade das vítimas bem como a cultura assentiu.

Aliás, e tendo ao longo de todo este texto insistido exaustivamente no silêncio histórico das mulheres, não nos assombra que um dos principais entraves para a identificação de um crime de feminicídio ainda seja o silêncio a respeito do tema da violência doméstica, da violência contra a mulher. Não se fala clara e objetivamente sobre esse assunto, como

seria necessário para interromper esse contínuo de violência que pode vir a culminar em assassinato, já que ainda soa como uma espécie de tabu.

É compreensível que haja ainda muito acanhamento por parte das mulheres ao se falar sobre a violência sofrida, visto que, para tratar acerca do assunto, haja uma demanda de exposição nada confortável de situações do foro íntimo das vítimas, bem como um receio de não ter suas demandas e sentimentos acolhidos pela comunidade ou pelos operadores do direito a quem se reputam, o que não pode continuar sendo “compreensível”, no entanto, é que a própria vítima se culpe das violências sofridas – na maioria das vezes, pelos cônjuges ou conviventes — sem mesmo se conscientizar de que realmente é uma vítima e continue amedrontada em uma relação em que as agressões se renovam, sustentando para si a “naturalidade” — como vimos muitos abusos são viabilizados pelos contextos sociais – das opressões que sofrem.

O silêncio e o “ensimesmamento” nesses casos levam também a uma imprecisão de dados sobre o tema que prejudica o estudo e a elaboração de estratégias para se enfrentar efetivamente a violência contra as mulheres, bem como ensinar o enquadramento, a tipificação dessas mortes como “feminicídio”.

Um dos maiores obstáculos para os estudos sobre mortes de mulheres, e sobre os homicídios de forma geral, no Brasil é a falta de dados oficiais que permitam ter uma visão mais próxima do número de mortes e dos contextos em que ocorrem. Os estudos e relatórios sobre a situação dos femicídios em países da América Latina não enfrentam situação diferente. A maior parte dos trabalhos aponta para a falta de dados oficiais, a ausência de estatísticas desagregadas por sexo da vítima e de outras informações que permitam propor políticas

de enfrentamento para esta e outras formas de violência que atingem as mulheres. Em muitos casos a estratégia adotada pelos estudos acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes – como registros policiais, registros médico-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público e, uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita. Ainda que o uso de dados de diferentes fontes seja uma estratégia de pesquisa válida, sua utilização pode resultar em dados bastante frágeis dos pontos de vista metodológico e científico. Não é possível somar os números provenientes das diferentes fontes de informações, pois pode haver duplicidade de registros; além do mais, existem diferentes sistemas de classificação, por exemplo, entre dados oriundos de fontes policiais e aqueles que são gerados a partir de sistemas de saúde – e muitos casos podem ficar de fora dessa contagem. Com relação à imprensa, uma das principais críticas pode ser formulada à sua cobertura. Raramente a imprensa oferece uma cobertura nacional, sobretudo para fatos criminais. Os crimes que ganham as páginas dos periódicos são “eleitos” num conjunto de eventos que ocorrem no dia-a-dia das cidades e, dependendo do tamanho da cidade, ou das pessoas envolvidas, um crime poderá ter maior ou menor destaque. Ademais, o relato de crimes pela imprensa depende muito da política editorial e mercadológica de cada periódico. Assim, embora essa fonte seja relativamente mais acessível para os pesquisadores, a imprensa tem que ser utilizada com cautela e seus dados analisados com muito critério, evitando-se as generalizações (Pasinato, 2011, p. 234).

O silêncio e a invisibilidade parecem envolver com sua aura esse tema, pois, não se restringe somente às vítimas, suas famílias e comunidades, mas também ao poder público — envolvendo o poder judiciário — aquele mesmo que apresenta ainda grandes resistências sobre os Direitos das mulheres — e que continuamente se omite a despeito da necessidade de manifestação e denúncia das mulheres em situação de violência.

O que não só agrava grandemente a situação das vítimas, mas que dá certa anuência para impunibilidade:

Para que se dê o feminicídio concorrem de maneira criminal o silêncio, a omissão, a negligência e a conveniência de autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses crimes. Há feminicídio quando o Estado não dá garantias para as mulheres e não cria condições de segurança para suas vidas na comunidade, em suas casas, nos espaços de trabalho e de lazer. Mais ainda quando as autoridades não realizam com eficiência suas funções. Por isso o feminicídio é um crime de Estado (Pasinato, 2011, p. 232).

Não só a nomeação é necessária para criação de uma figura jurídica, mas seu constante exercício se faz necessário para refletir nossas concepções de mundo e renová-las. É preciso trazer a palavra à luz para a construção de novos discursos menos violentos e silenciadores em relação às mulheres.

O feminicídio como nomeação

A palavra “Feminicídio” nomeia. E dar nome é fazer existir, isso é trazer ao exterior o reconhecimento de algo. A importância da linguagem, como já discutimos na primeira parte de nosso trabalho, nos atravessa e nos une. Nomear simboliza e dá vida.

Desde a perspectiva discursiva materialista, o ato de nomear transforma os efeitos de sentido, criando diferentes caminhos para esses efeitos. Conforme Orlandi (2008) sobre a produção do discurso, assinala-se três momentos importantes: “1. Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2. Sua formulação, em condições de produção (...) e 3. Sua circulação (...)” (Orlandi, 2008, p. 9).

A nomeação do Feminicídio envolve considerar concretamente a historicidade nas assimetrias de poder existentes, materializadas e reproduzidas nas práticas dos sujeitos. Designar é mobilizar e resgatar a memória, considerando as condições de produção, que o campo jurídico potencialmente apaga sobre o recorte de gênero, o que é mais fácil quando inexistente classificação legal admitida.

Além disso, “(...) é impossível analisar um discurso como um texto, (...) é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Pêcheux, 2014, p. 78). Dessa forma, a nomeação do “Feminicídio”, juridicamente incorporada, permite uma análise com maior consideração das condições de produção mencionadas, fundamentais na perspectiva histórica de uma teoria materialista do discurso.

Nomear confere existência ao objeto e pode também ilustrar uma espécie de coletividade, expressar o que é recorrente de se ver, porém, por vezes, um tanto indizível.

Ve-se algo disso no poema *Gilda*, de Murilo Mendes:

Gilda
Não ponha o nome de Gilda
na sua filha, coitada,
Se tem filha pra nascer
Ou filha pra batizar.
Minha mãe se chama Gilda,
Não se casou com meu pai.
Sempre lhe sobra desgraça,
Não tem tempo de escolher.
Também eu me chamo Gilda,
E, pra dizer a verdade
Sou pouco mais infeliz.
Sou menos do que mulher,
Sou uma mulher qualquer.
Ando à-toa pelo mundo.
Sem força pra me matar.
Minha filha é também Gilda,
Pro costume não perder

É casada com o espelho
E amigada com o José.
Qualquer dia Gilda foge
Ou se mata em Paquetá
Com José ou sem José.
Já comprei lenço de renda
Pra chorar com mais apuro
E aos jornais telefonei.
Se Gilda enfim não morrer,
Se Gilda tiver uma filha
Não põe o nome de Gilda,
Na menina, que não deixo.
Quem ganha o nome de Gilda
Vira Gilda sem querer.
Não ponha o nome de Gilda

No corpo de uma mulher. (Mendes, 2000, s.p)

Esse poema se mostra duplamente importante neste marco de nosso trabalho. Primeiro nos apresenta mulheres cujas trajetórias se mostram dolorosas, especialmente no aspecto afetivo: elas sofrem, muitas esperam, *sem açúcar e não raro já sem afeto*, a violência — simbólica ou não — de seus parceiros e as marcas no corpo — como incorpora o poema — que nem sempre são poesia ou nomeação. E o mais lamentável é que esta não — e absolutamente não tem sido como viu-se ao longo de todo este trabalho — algo pontual.

A história da mulher é também a de clausuras e esperas cheias de hematomas. De Homero que nos traz Penélope a esperar — tecendo angústias — por Ulisses aos mais diversos clássicos dos contos de fada – os quais educaram filhas, mães, netas — e a uma infinidade de figuras literárias (Ofélia, Lady of Shallot), à realidade próxima, contemporânea, vizinha aos nossos portões.

E deve se dizer isso não só pelo fato de o episódio que apresentaremos e que Daniela González nos narra ter acontecido no Chile — e esta não é uma informação despreziosa dado que mais a frente examinaremos mais detidamente a luta pela lei do

feminicídio na América Latina até sua recente entrada em vigor no Brasil, em nove de março de 2015 — mas também pelo fato de, de maneira muito simbólica aqui para nós, tentar ser ouvida ao escrever um cartaz para seus vizinhos no qual ela, expressa e desesperadamente, diz que está presa em casa — irônico? — à espera de ser morta por seu companheiro.

Segundo o jornal Chileno *La Cuarta* (Bárquez, 2015), Daniela González afirma que foi ameaçada de morte mais de uma vez por seu ex-companheiro quando decidiu findar o relacionamento. E ressalta que, mesmo prestando queixa da primeira vez, a ameaça voltou a acontecer. Sua articulação foi colar os tais cartazes com os dizeres: *Sres. vecinos: estoy encerrada en mi casa, esperando a mi asesino. Próximo femicida aquí*. E que pretende com a atitude gerar eco — e por tanto tempo tem sido o eco (ou os gritos e sussurros) os instrumentos mais comuns de manifestação das mulheres — para que outras mulheres de sua vizinhança, também, possam gritar.

Tendo discutido esse ponto, é importante que se volte para o poema — já que em algum momento foi se advertido que “do verbo se fez carne” — e aos mais atentos não estranhem algum traço de linguagem quase profética nesses últimos trechos de discurso, provocações podem ser involuntárias e inevitáveis ao se deparar com a carga negativa à doutrina histórica e à igreja cristã (não entramos em méritos de crença espiritual, mas sim carga histórica) legou as mulheres — e deste fazer-se carne há a criatura, a persona, aquela que da multidão veste — sobre as vestes — a máscara que lhe imposta voz:

Quem ganha o nome de Gilda
Vira Gilda sem querer.
Não ponha o nome de Gilda
No corpo de uma “mulher” (Mendes, 2000, s.p).

O nomear tem também o condão de criar personas, marcar a realidade ou criar pedaços de “destino” trágicos como o de Gilda, ou não, pelo contrário, une. E quando nos propomos a analisar um segundo aspecto do poema, era, de fato, para ressaltar a potencialidade coletiva de um nome. De um eco dissonante poder fazer (ex)istir corpo.

E é esse nosso ponto. A incisão quase cirúrgica deve-se fazer aqui, nessas marcas que o existir, o eclodir como exterior traz: O advento da figura jurídica do feminicídio foi necessária, inclusive, para que algumas mulheres ou a comunidade em que a mulher esteja inserida, atribua um nome a violência.

Incluir essa tipificação significa colocar luz sobre cifras assustadoras: houve um aumento de 2,3 para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres no país entre 1980 e 2010, o que colocou o Brasil como 7º no ranking mundial de assassinatos de mulheres. Entre 2000 e 2010, 7 mil mulheres foram mortas, 41% delas em suas próprias casas, muitas por companheiros ou ex-companheiros (Mano, 2015).

Nomear essa violência como feminicídio é, simbolicamente, fundamental para demonstrar a origem e as estruturas que estão por trás de todos esses números. A desigualdade de gênero existe em nossa sociedade e coloca as mulheres em uma condição hierarquicamente inferior aos homens, materializando-se por meio de estupros e assassinatos, bofetadas e espancamentos, jogos de manipulação e palavras cruéis.

A visibilidade e a exteriorização desse termo poderão, inclusive, ser úteis no sentido de evitar esse ápice, o assassinato de inúmeras mulheres que vivem um contínuo de violência e sequer conseguem, dentro de si, elaborar essa angústia e se ver como vítima de um contexto histórico, social e político que, com muita frequência, aniquila o feminino.

O sistema penal em questão

O direito é essencialmente machista, racista, classista e, historicamente, nega voz às mulheres e dita formas de como se comportar e, inclusive, maneiras de obedecer, e, nas raras vezes que, aparentemente, concede “voz”, ele captura seus desejos. Entretanto, não é uma disfunção do Direito, ou seja, não é algo que foi criado para funcionar de outro modo. Esse é seu funcionamento intrínseco e habitual que atende a determinadas classes e demandas. O Direito, instrumento patriarcal de dominação, oferece às mulheres migalhas, mas migalhas com verniz de revolução, que se materializam em leis penais. Como é o caso da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, essa última que incluiu um inciso no Código Penal, trazendo a questão como uma qualificadora do homicídio.

Passos (2015) afirma, no artigo intitulado “O feminicídio nas fronteiras da América Latina: um consenso?”, que a inserção do feminicídio no sistema jurídico penal do ponto de vista legal não traz grande alteração, isso porque já era possível enquadrar como homicídio qualificado pelo motivo torpe (art. 121, §2º do Código Penal). Importante ainda mencionar que, quanto ao carácter hediondo do tipo, todos os homicídios qualificados são considerados crimes hediondos. No aspecto jurídico, apenas acrescentou-se os aumentos de pena previstos no artigo 121, §7º, incisos I, II, III e IV.

O sistema penal é um instrumento de violência que recai sobre todos que o manuseiam. Se por um lado a entrada do feminicídio como qualificadora no Código Penal traz mais visibilidade para esse tipo de violência, por outro lado, a vida das mulheres passa a ser ainda mais exposta e revirada nos Tribunais,

tentando-se a todo custo encontrar uma “justa” motivação para aquela morte. O que acaba por atualizar as práticas autoritárias que irão contribuir no extermínio de muitas outras mulheres (Passos 2015), engendrando um *continuum* de violências como questionado por Andrade (2005).

Passos (2015, p. 87) vai ainda mais longe quando afirma:

O problema que os movimentos sociais de direitos humanos ou feministas parecem não querer enfrentar é que as estratégias dos sistemas de justiça criminal quase nunca operam em uma única direção, e o discurso que justifica a ampliação desse controle deve, portanto, saber-se parte de uma disposição de forças favoráveis à expansão de outros extermínios. [...] É urgente que os movimentos e demais interlocutores deste debate, humanista e/ou feminista, social e/ou acadêmico, encarem de frente os efeitos de suas próprias demandas contra a cômoda solicitude do sistema de justiça criminal em abraçá-las. Deslocar-se desse lugar comum pode ser a diferença entre o último suspiro e o respiro ofegante da batalha. Talvez por isso, fazer ruir o consenso acerca do feminicídio seja uma pequena pista sobre um incômodo vital... (Passos, 2015, p. 87).

A Lei Penal, ao mesmo tempo que desenha um avanço na proteção das mulheres, traz consigo muitos julgamentos e violências reais, que perpetram, legitimam e expandem discursos machistas. Não se mostra possível apostar no sistema penal como instituição capaz de reduzir as violências de gêneros, através de leis penais que acabam sedimentando as relações históricas de poder, dominação e submissão. Dito de outro modo, apostar no sistema penal é estancar as mudanças criativas e potentes que poderiam surgir e também enganar uma multidão de mulheres com a promessa de proteção que não virá desses referenciais, e que envolvem um campo de legitimação de muitas outras violências que também recebem energia com a expansão do sistema penal.

É preciso deslegitimar o sistema penal e suas violências, fazer ruir essa noção de poder. Estar ciente de que o manuseio do sistema criminal não se mostra eficiente para as urgentes transformações culturais de que precisamos, não abole a assimetria de poder entre homens e mulheres, e, muito menos, dissolve essa noção de poder, não se tratando de uma oposição real às violências de gênero, mas um outro obstáculo no caminho.

É preciso escancarar que as conquistas das mulheres não ocorreram pelo ou através do sistema penal, mas apesar do sistema penal. A busca de proteção, solução, amparo e liberdade através do sistema penal é uma busca estéril. Andrade (1997, p. 48) é contundente: “em outras palavras, de que adianta correr dos braços violentos do homem (seja marido, chefe ou estranhos) para cair nos braços do Estado”.

Ao Estado é cômodo atender às demandas por mais leis penais, porque fazendo isso nada precisa fazer para de fato proteger as mulheres, que, em muitos casos, desejam um emprego, se profissionalizar em alguma área para sobreviver sem depender do companheiro. Em outros casos, desejam mudar de cidade, estado. Há mulheres que desejam que hajam palestras, atendimento psicológico, enfim, há uma multiplicidade de mulheres e desejos os quais o Estado cala dia após dia, enquanto a única “solução” que oferece são leis criminalizantes.

E, até ao oferecer leis criminalizantes, ele nega voz, como dito neste artigo, faz uma “gambiarra jurídica” que quase nada traz de novo, como ocorreu no caso do feminicídio, que adentrou no Código Penal como uma qualificadora, mas em essência alterou apenas específicos casos de aumento de pena (§7º do art. 121 do Código Penal). Esse é o direito! Isso é o pleno funcionamento da justiça criminal. E é por isso que do direito

e do sistema de justiça criminal as mulheres devem desconfiar, questionar, derrubar deuses, colocar em questão o sistema de justiça criminal, explicitar que as respostas nascem em contramão desse poder, em detrimento dessas respostas estéreis.

É preciso investigar, analisar, questionar que mudanças são essas que o direito e o sistema de justiça criminal vem oferecer às mulheres, inclusive, para observar que o que se pretende é capturar vontades e ditar (mais uma vez) como devem as mulheres se comportar. Em 2012, por exemplo, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.424, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a ação penal decorrente de violência doméstica, não importando a extensão da lesão, contra a mulher não necessita de representação da vítima. Isso é dizer: a ação inicia independente da vontade da vítima e não se faz cessar com a vontade da vítima. E mais, veja-se que é pontuado: “no ambiente doméstico”, ou seja, essa “proteção” não abrange prostitutas no exercício de seu trabalho, mulheres que estão em uma relação eventual e demais casos. É um reviver do “mulher honesta” há muito tempo retirado materialmente do Código Penal, mas que vigora nas entrelinhas de cada decisão e pronunciamento jurídico sobre as mulheres. Até, para supostamente proteger, há um julgamento moral, uma seleção de mulheres que seriam “dignas” da proteção do pai Estado. Sobre o sequestro da vontade da mulher, Karam (2015) afirma:

O pronunciamento do Supremo Tribunal Federal negou à mulher a liberdade de escolha, tratando-a como se coisa fosse submetida à vontade de agentes do Estado que, tutelando-a, pretendem ditar o que autoritariamente pensam seria o melhor para ela. Difícil encontrar manifestação mais contundente de machismo.

É indubitável que as mulheres precisam ter voz e que o direito ao longo da história nega a voz, o reconhecimento. Como também é indubitável que o feminicídio é um gravíssimo problema que massacra as mulheres todos os dias no Brasil. Entretanto, nos percursos que fazemos para analisar, estudar, pôr o feminicídio em questão, é necessário sobretudo colocar o sistema penal em questão, questionar seus procedimentos e práticas, pois, como afirma Passos (2015, 87): “Deslocar-se desse lugar comum pode ser a diferença entre o último suspiro e o respiro ofegante da batalha.”

Considerações finais

Lutas históricas foram necessárias para que a mulher alcançasse o direito de assumir posições antes destinadas aos homens. Apesar de suas conquistas, respaldadas por leis que regulamentam o direito e manutenção/ascensão da mulher no mercado de trabalho, ou que lhe supostamente assegurariam o direito à vida, como a Lei do Feminicídio, ainda é disseminado em nosso meio um discurso hegemônico machista, capaz de colocar em questionamento não apenas a profissionalização da mulher no contexto social, mas, sobretudo, a sua existência.

Ao trazer à cena as vicissitudes da vida cotidiana, e, em especial, as relações familiares, buscou-se expor a complexidade das desigualdades de gênero, quer no âmbito público ou privado, muitas vezes naturalizada na sociedade, e seus efeitos nas práticas dos sujeitos.

Enquanto uma dominação masculina que busca silenciar a ascensão da mulher, quer no espaço público quer no privado, há vozes femininas — e não só — que insistem, e resistem a essa

ainda hegemonia que, reproduzindo os ecos de uma sociedade patriarcal, lhes impõe obrigações e restrições, numa posição de quase completa submissão.

Ademais, traz-se o sistema penal para discussão, a fim de evidenciar que as mulheres devem desconfiar desse sistema, confrontar suas promessas com a realidade que produz, bem como com os efeitos de sentido que ativa.

No caso do feminicídio, foi possível observar que a entrada do termo no Código Penal Brasileiro, trouxe algum destaque à importante questão da violência brutal contra as mulheres, mas há outros desafios no horizonte, já que com a ascensão houve também uma ampliação dos julgamentos morais contra as mulheres. O que evidencia que não é através do sistema penal que as mulheres vão encontrar segurança. O direito penal sempre chega tarde, quando a vida já foi violada. Por isso, como dito na epígrafe deste artigo, não se trata de se apoderar dessa noção de poder. O sistema penal machuca tudo o que toca, seja vítima ou agressor. Ninguém está imune.

Referências

ANDRADE, V. *Criminologia e Feminismo: Da Mulher como Vítima à Mulher como Sujeito de Construção da Cidadania*. Sequência. UFSC, Florianópolis, 1997. n. 35. p. 42-49.

ANDRADE, V. *A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher*. Sequência. Florianópolis, Fundação José Arthur Boiteux, 2005. n. 50, p. 71-102.

BÁRQUEZ, M. A. *Chantó cartel ensu casa para evitar femicidio*. La Cuarta: El Diario Popular. Santiago, Viernes 27

de Marz. Disponível em <http://www.lacuarta.com/noticias/cronica/2015/03/63-181465-9-chanto-cartel-en-su-casa-para-evitar-femicidio.shtml>. Acesso em 09 abr. 2015.

BEAUVOIR, S. de. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. 4. ed. v. 1. Tradução de Sérgio Millet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BEZERRA, H. de O. Casamento da vítima com o autor do delito ainda leva à extinção da punibilidade. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, X, n. 45, set 2007. Disponível em http://www.ambitoJuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2306. Acesso em out 2015.

BRASIL. Decreto-Lei N. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal*. Brasília, 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em 10/05/2015.

BRASIL. Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015. *Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal*, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em 10/05/2015.

BORGES, P. C. C. GEBRIM, L. M. Violência de gênero. Tipificar ou não o femicídio/feminicídio? *Revista de Informação Legislativa*. Brasília. Ano 51 n. 202 abr./jun. 2014. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/503037/001011302.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 set. 2015.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa. Edições 70, 2021.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CABETTE, E. L. S. *Feminicídio* Lei 13.104/15 consagra a demagogia legislativa e direito penal simbólico mesclado com o politicamente correto. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 20, n. 4275, 16 mar. 2015. Disponível em <http://jus.com.br/artigos/37148>. Acesso em: 9 out. 2015.

KARAM, M. L. *Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas*. 2015. Disponível em <http://justificando.com/2015/03/13/os-paradoxais-desejos-punitivos-deativistas-e-movimentos-feministas/>. Acesso em 05 mai. 2019.

KELH, M. R. *Deslocamento do feminino: A Mulher Freudiana na Passagem para a Modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEKANT, M. *América Latina mobiliza-se contra feminicídios*. Outras palavras. São Paulo, 21 Jun., 2015. Disponível em <http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/america-latina-mobiliza-se-contrafeminicidios/>. Acesso em 10 set. 2015.

LORIA, K. *No one could see the color blue until modern times*. Business Insider. New York, Feb. 27, 2015. Disponível em <http://www.businessinsider.com/what-is-blue-and-how-do-we-see-color-2015-2>. Acesso em 10/09/2015.

LOVIBOND, S. Feminismo e pós-modernismo. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 27, p. 101-119, jul. 1990.

MANO, M. R. Deveriam as feministas apoiar a criminalização do feminicídio? *Carta Capital*, São Paulo, 4 de Março de 2015. Disponível em: <http://mairakubik.cartacapital.com.br/2015/03/04/deveriam-as-feministas-apoiar-a-criminalizacao-do-feminicidio/>. Acesso em 04 abr. 2014.

MARUANI, M. Emploi. In: HIRATA, H. et all. *Dictionnaire critique du feminism*. Paris, 2004.

ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PASSOS, Aline. O feminicídio nas fronteiras da América Latina: um consenso? *In: ecopolítica*, n° 12, São Paulo, pp. 70-92. 2015. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/24624>. Acesso em: 04/05/2019.

PASINATO, W. Femicídios e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.37, 2011.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

RABELO, J. O. C. C.; AMAZONAS, Maria Cristina L. de Almeida. A questão do método em Foucault e Butler: caminhos enredados. *18º Redor*. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2014. Disponível em <http://paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2143-4604-1-PB.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

RANCIÈRE, J. *Os nomes da História: Ensaio de Poética do Saber*. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

SOUZA, S. R. de. Feminicídio: uma qualificadora de natureza dúplice? In: Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. *Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público brasileiro*. Brasília: CNMP, 2018.

Entrevista

Entrevista: Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Por José Edicarlos de Aquino*

Agregando uma extensa e movimentada rede de pesquisadores espalhados pelos mais diversos estabelecimentos de pesquisa e ensino no Brasil e no mundo, a História das Ideias Linguísticas vem, há pelo menos meio século, se dedicando a compreender as condições e a diversidade de formas da produção e circulação de conhecimento sobre a linguagem e as línguas. Na presente entrevista, Ana Cláudia Fernandes Ferreira fala sobre suas contribuições nessa área e do seu percurso formativo nesse campo do conhecimento, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Ana Cláudia Fernandes Ferreira é docente do DL/IEL da Unicamp. Em suas pesquisas em História das Ideias Linguísticas, vem indagando sobre a questão da construção cotidiana do saber, considerando as relações entre constituição, formulação e circulação dos saberes linguísticos, em suas divisões e hierarquizações, e com destaque para o funcionamento dos saberes linguísticos cotidianos sobre a(s) língua(s) do/no Brasil.

* Universidade Federal do Tocantins. Docente do curso de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pela Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7163-4532>.

José Edicarlos de Aquino: Olá, Ana!

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Oi, Edi!

José Edicarlos de Aquino: Para começar, você poderia contar que caminhos percorreu para se tornar a pesquisadora que você é hoje?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho que um caminho fundamental foi, sem dúvida, o da curiosidade, que eu tinha desde a minha infância. Algo que me marcou muito foi a série *Cosmos*, uma série maravilhosa de divulgação científica da década de 1980, que passava na TV nos finais de semana, e que era apresentada pelo astrofísico Carl Sagan. Também gostava demais dos filmes do Indiana Jones e de outros filmes de aventura, como um que tinha o Sherlock Holmes, mas de que não me lembro o nome mais, e vários outros com estilo semelhante. Essa foi, talvez, uma das razões pelas quais acabei associando ciência a aventura. Até hoje, quando “descubro” algo, tenho um sentimento de aventura de como se eu estivesse em um filme. Esse sentimento hoje tomou uma forma dentro dos estudos da linguagem. Ela é bem sintetizada ao final da tese de Carlos Vogt, num momento em que ele diz, de seu trabalho: “Aventura de um sentimento diante e dentro da linguagem, de cuja história eu sou também personagem”. Ler isso na tese dele foi um encontro e ao mesmo tempo a abertura para pensar a escrita acadêmica de uma maneira mais poética.

Ainda no caminho da curiosidade, desde pequena, eu gostava de ler e ouvir histórias. Lia livros, não muitos, mas lia. Muitas dessas leituras me faziam imaginar como era viver em

outra época, antes da época em que eu vivia. Quando a família se reunia, eu gostava de ficar ouvindo as histórias dos parentes, de como era a vida deles antes e de como as coisas mudaram. Depois, quando prestei meu segundo vestibular, o de 1999, havia três opções de curso: eu pude escolher Linguística como primeira opção e História como segunda. Passei na primeira opção e entrei no Bacharelado em Linguística. É curioso, porque, logo depois, fui me interessar pela História das Ideias Linguísticas. A gente sempre acha um fio que nos conduz do passado ao presente a partir do presente, né? No meio desses caminhos, houve vários descaminhos também. Não passei no meu primeiro vestibular para Artes Cênicas, desisti de estudar e fui trabalhar, e depois voltei, por insistência da minha mãe. Devo muito à minha mãe o retorno aos estudos.

Quando comecei a cursar Linguística, entendi que era preciso escrever como uma cientista. *Mas como fazer isso?* Lembro que levei um ano e meio para escrever um projeto de iniciação científica. Depois ficou mais fácil, mas foi uma experiência totalmente nova para mim, em que precisei dominar um tipo específico de leitura e escrita. Às vezes conto isso para os meus alunos e falo que eu morria de sono no começo dessas leituras, pois ainda não estava acostumada a ler textos científicos. A questão mais que centenária de que fala Pêcheux — “aprender a ler e a escrever” — não é tão simples como se pensa e nem tão complexa como se imagina. É preciso uma *experiência discursiva* — termo de Eni Orlandi — para que ler e escrever faça sentido. E, para que ler e escrever textos científicos fizesse sentido, outras experiências discursivas foram necessárias.

E sempre fui muito teimosa também. Por exemplo: quando estava no mestrado, precisei saber quando a expressão *semântica*

argumentativa, que estava presente na tese de Carlos Vogt, de 1974, se tornou nome de um domínio teórico e quando se tornou nome de disciplina institucionalizada em um curso, como o curso de pós-graduação em Linguística da Unicamp. Revirei as bibliotecas da Unicamp em busca de catálogos antigos, mas ficou faltando justamente o catálogo de 1975. Depois, numa das vezes em que fazia minhas pesquisas sobre a história da semântica no curso de Linguística no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp — Siarq, comentei sobre isso com uma das arquivistas. Foi aí que ela me contou que o Siarq conservou algumas caixas com boletins de nota e frequência fora do arquivo previamente organizado. Fiquei com os olhos brilhando e pedi para olhar as caixas. O que (não) é o arquivo, não é? Como ler e escrever o arquivo? Numa das várias caixas estava um boletim de nota e frequência da disciplina Semântica Argumentativa, ministrada em 1975 pelo prof. Carlos Vogt. Bom, com isso, não apenas pude “descobrir” que a expressão *semântica argumentativa* se tornou nome de disciplina na Unicamp em 1975, como também pude bisbilhotar as notas dos meus professores!

Acho que pude, aos poucos, aliar a minha curiosidade, enquanto sentimento de aventura diante e dentro da linguagem, às exigências do fazer científico da área, e isso me ajudou a ser a pesquisadora que sou hoje.

José Edicarlos de Aquino: Você poderia falar sobre a sua experiência enquanto docente no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, que, além do seu local de trabalho, também foi a instituição onde você se formou, bem como tema da sua tese de doutorado?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: É muito louco falar disso porque essa história também remonta a minha infância. Eu brinquei na Unicamp quando criança, trabalhei na Unicamp quando jovem, depois me formei na Unicamp e, anos depois, pude retornar à Unicamp como docente. É como na canção¹: “Eu vim de lá eu vim de lá pequenininho, mas eu vim de lá pequenininho, alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho...”. Embora a canção capte mais a beleza de uma história, ela me toca muito. Vou ter que contar essa história do comecinho também, mas chego lá!

Meus pais se mudaram para Barão Geraldo com a expectativa de que eu e meus irmãos entrássemos na Unicamp. Mas, conforme a gente foi crescendo, a gente foi vendo a Unicamp como algo muito distante e inatingível. Tanto pela relação conflituosa e contraditória que o meu pai tinha com instituições como a Igreja e a Escola, como pelo fato de que a Unicamp significava como um lugar em que só pessoas muito inteligentes e estudiosas entravam. E eu não me via como muito inteligente e nem como muito estudiosa. Mas eu ia brincar na Unicamp quando era pequena e, de alguma maneira, brincando, sonhava que algum dia meu futuro poderia ser na Unicamp.

Em 1992, quando eu já tinha desistido de estudar por não ter passado no meu primeiro vestibular, meu pai comprou o ponto da cantina do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — IFCH e eu passei a trabalhar na cantina com ele, com minha mãe e meus irmãos. Não era o que eu sonhava, eu queria estar do outro lado do balcão, mas foi uma experiência importante de todo modo, que me fez compreender, pelo contato com os

¹ Referência à canção “Alguém me avisou”, de Dona Ivone Lara.

fregueses, que eram professores, funcionários e alunos, que a Unicamp não era tão inalcançável assim, e que as pessoas da comunidade universitária não eram tão diferentes de nós.

Depois, quando comecei a fazer o Bacharelado em Linguística, inicialmente me interessei pela sociolinguística e pela semântica. Ao final do primeiro ano, procurei o prof. Eduardo Guimarães e falei com ele sobre o meu interesse a respeito da questão dos sentidos das palavras na semântica. Pedi a ele um tema para um projeto de iniciação científica porque eu não sabia como começar. Ele sugeriu dois temas: um ligado a nomes de estabelecimentos comerciais e outro sobre os estudos da significação no Brasil. Eu vim do comércio, mas não queria saber de comércio, então escolhi o tema dos estudos da significação no Brasil. Esse segundo tema estava inscrito no Programa História das Ideias Linguísticas, que, aos poucos, fui conhecendo mais de perto em razão dos vários eventos produzidos na área naquele momento no IEL.

Com o tema geral em mãos, penei muito para delimitar o objeto da minha pesquisa e escrever um projeto de iniciação científica. A ideia inicial era investigar o que foi produzido no âmbito dos estudos da significação na Unicamp, na USP e na Unesp nas décadas de 1970 e 1980. Mas logo tive que delimitar mais a pesquisa porque o acesso à biblioteca virtual da Unesp era inexistente naquele momento. Mas fiz um bom trabalho de arquivo sobre os estudos da significação na Unicamp e na USP, o que me fez “descobrir” que o nome de um domínio de estudos pode significar de maneiras muito diferentes em distintas instituições. Não foi uma descoberta científica para o mundo, mas foi uma descoberta gigante para mim. Fazer essa pesquisa mudou o modo como eu via o processo de produção de conhecimento.

Ao final da pesquisa de iniciação científica, consegui uma bolsa da Fapesp. Com a bolsa, eu ganhava três vezes menos do que com os bolos que eu fazia para vender na cantina dos meus pais (deixei de trabalhar na cantina, mas fazia e vendia bolos para custear meus livros). Naquele momento, a expectativa de um futuro no meio acadêmico era muito grande e eu decidi parar de fazer bolo para ficar com a bolsa. E, com o olhar no futuro, esbocei o título de um projeto de mestrado: *O pensamento de Oswald Ducrot no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*.

Levei o título para o prof. Eduardo e disse a ele que, caso passasse no mestrado, ele não poderia me orientar, pois meu objeto de estudo seria a produção de Oswald Ducrot ao lado da de dois autores: Carlos Vogt e ele. O prof. Eduardo disse que achou interessante, mas fez um comentário sobre o nome *semântica argumentativa* que me deixou intrigada. Como quem não quer nada, ele comentou que se eu procurasse o nome *semântica argumentativa* no texto “As escalas argumentativas” de Anscombe e Ducrot, de 1973, eu não encontraria esse nome lá. Eu já estava acostumada com os comentários *en passant* do Eduardo, e entendi que precisava investigar algo que ele sabia, mas que achou melhor não me dizer para fazer com que eu mesma descobrisse.

Lá fui eu fazer um “OCR manual”, palavra por palavra, linha a linha (tempos outros...), no “As escalas argumentativas” para conferir que, de fato, o nome *semântica argumentativa* não estava lá. Se não estava lá, onde estava? Encontrei! Numa das últimas reuniões com o Eduardo, fui toda contente levar a “descoberta” de que a expressão *semântica argumentativa* estava presente na tese do Carlos Vogt, *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*, de

1974, além de também levar o novo título do meu projeto de mestrado: *A semântica argumentativa no Brasil nas décadas de 1970 e 1980*. O novo título também não era lá essas coisas, mas produzia um efeito bem diferente quanto lembramos que aqui se produz conhecimento.

O projeto foi aprovado e pude começar a pesquisa de mestrado com uma bolsa da Fapesp e sob orientação da Claudia Pfeiffer, que havia acabado de obter o seu credenciamento como professora da pós em Linguística no IEL/Unicamp. Fui a primeira orientanda da Claudia! Durante o mestrado, para fazer uma história da semântica argumentativa, comecei a pesquisar sobre essa disciplina nos cursos de linguística na Unicamp a partir dos documentos de arquivo conservados no Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Unicamp. E então me deparei com um monte de documentos sobre a história da linguística que me fizeram querer estudar essa história observando como o nome *linguística* significava ao lado de outros nomes dos estudos da linguagem nesses documentos institucionais. O que me levou a um projeto de doutorado com esse tema, que também foi aprovado e contou com bolsas do CNPq, da Fapesp e do acordo Capes/Cofecub, este último pelo projeto História das Ideias Linguísticas: o controle político da representação.

Mas, já no mestrado, comecei a nutrir a expectativa de que pudesse haver um concurso no IEL/Unicamp em História das Ideias Linguísticas, pois, embora vários docentes do IEL atuassem na área, não havia um docente concursado na área. No entanto, depois que eu terminei o doutorado, tive que enfrentar a realidade de sair da Unicamp e de talvez não mais voltar. Defendi a tese em fevereiro de 2009 e, depois, tudo era uma incógnita: eu precisava me abrir para outros mundos. Quais? Trabalhei na Unimep no segundo semestre de 2009 e na Univás de 2010 a 2016.

Em 2015, o tão esperado concurso em História das Ideias Linguísticas foi aberto e as provas aconteceram em abril de 2016. Passei e pude escolher tomar posse no dia 5 de outubro de 2016, que é o dia do meu aniversário, do aniversário da Unicamp e do aniversário da nossa constituição cidadã. Seria uma coincidência incrível e emocionante para mim.

Mas, para o dia da posse, esperava algum papel novo para assinar e me dei conta que já tinha assinado tudo antes. Cheguei ao IEL e não tinha nada para assinar, não tinha sala para ficar, não tinha recepção de ninguém, não tinha aula para ministrar, não tinha orientandos. Eu estava ali, mas sem lugar. E demorou um pouco para eu encontrar um lugar para mim no IEL como docente. Mesmo depois, com sala, computador, impressora, mesa, cadeira, orientandos e muito trabalho para fazer, levou um tempo para que eu entendesse que eu realmente estava ali. O tamanho da responsabilidade era muito grande, parecia muito maior do que o meu tamanho. Mas, como dizia Alberto Caieiro, *“Porque eu sou do tamanho do que vejo, e não do tamanho da minha altura...”*. Então tive que aprender a ver o IEL e me ver nele com outros olhos.

Aos poucos, pude ir tornando a experiência de descobrir o mundo da História das Ideias Linguísticas no IEL em uma experiência de fazer ele ser descoberto pelos meus alunos e orientandos. Hoje sou responsável pelo oferecimento de disciplinas na área na graduação e na pós, e é uma grande realização quando olho para os alunos, noto que eles estão fazendo as suas “descobertas” e posso conduzi-los aos caminhos de seus interesses, seja dentro ou fora da História das Ideias Linguísticas.

José Edicarlos de Aquino: Em 2018, você escreveu um artigo para a revista *Fragmentum* intitulado “A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DE UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL”. Que lugar é esse do atravessamento da AD com a HIL? A seu ver, por que ele é produtivo? É preciso que se lute por ele, para parafrasear pela milésima vez a frase de Milan Kundera retomada por Gadet e Pêcheux, quando falam da metáfora?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: É um lugar bastante produtivo, que já existe, já está aí. Acho importante lutar por ele no sentido de que esse atravessamento já é um lugar. No meu caso, sempre falo a partir da História das Ideias Linguísticas discursivamente, é impossível, para mim, falar de outro modo. E isso tem a ver com o percurso de formação que tive, podendo acompanhar trabalhos de docentes e pesquisadores de análise de discurso que estavam fazendo história das ideias linguísticas. Eu não me vejo como analista de discurso fazendo história das ideias linguísticas, mas como quem faz história das ideias linguísticas de uma perspectiva discursiva. Comecei fazendo história das ideias linguística desde sempre, e a análise de discurso, mas também a semântica da enunciação, são fundamentais para minhas pesquisas em HIL.

Meu modo de lutar para esse atravessamento é fazer o que eu venho fazendo, ao lado de outros colegas que fazem coisas semelhantes, não necessariamente do mesmo modo que eu, mas que, de diferentes modos, são atravessados pela análise de discurso. Mas, ao falar desse lugar particular, também considero que é fundamental observar que o atravessamento da AD com a HIL não é necessário no sentido de que não seria possível fazer HIL de outras maneiras.

Para mim, esse atravessamento da AD com a HIL é muito produtivo no sentido de que buscamos compreender como a construção dos saberes linguísticos é necessariamente uma construção discursiva. Ao investigar os processos pelos quais essas construções se dão, conseguimos compreender como a história e a ideologia fazem parte delas incontornavelmente. Nesse sentido, o conhecimento, enquanto uma realidade histórica, é uma realidade ideológica, é discurso. Só é conhecimento porque é discurso, porque significa.

Então isso é um modo específico de olhar para a história dos saberes linguísticos, que não desconsidera a importância da relação entre a técnica e a competência linguística, por exemplo, mas coloca no centro a questão da significação, o que faz pensar que a relação entre técnica e competência linguística só se dá enquanto uma relação que significa na história. Se não significasse, se não fizesse sentido, essa relação não se daria. Assim, quando Auroux pergunta por que a gramatização massiva das línguas do mundo aconteceu tardiamente quando havia meios para que ela acontecesse bem antes, ele responde que era por falta de interesse. Podemos concordar com ele, e eu concordo, mas já a partir de uma compreensão discursiva. Eu diria que é porque não fazia sentido discursivamente naquelas condições de produção dos discursos sobre a(s) língua(s). As *políticas de sentidos das línguas* — trazendo aqui a formulação de Bethania Mariani — eram outras.

José Edicarlos de Aquino: Você poderia nos falar sobre a institucionalização da História das Ideias Linguísticas no Brasil? A seu ver, qual seria o estado da arte desse campo do conhecimento no nosso país e qual seria o lugar e a especificidade das pesquisas brasileiras no cenário internacional?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: A História das Ideias Linguísticas no Brasil, assim como qualquer campo, funciona sob um efeito de unidade, mas é um campo muito heterogêneo e amplo. Não sei se é possível dizer qual seria o estado da arte desse campo.

Acho que a articulação com a análise do discurso e com a semântica da enunciação, do modo ela como aconteceu no espaço brasileiro, dá certa especificidade às pesquisas que desenvolvemos aqui. Mas, para além dessa articulação, há variados interesses temáticos que também contribuem para essa especificidade.

Sem a menor pretensão de ser exaustiva, arrisco dizer que há temas muito caros a nós porque dizem respeito à nossa história de colonização e de descolonização. Penso que os projetos Capes/Cofecub de HIL foram norteadores nesse sentido. Um desses temas, que vem ganhando muitas dimensões de reflexão atualmente, é a questão de como se faz a história do português brasileiro em relação às línguas indígenas e às línguas africanas. Também há muitas pesquisas voltadas à questão do ensino de língua portuguesa considerando os efeitos de sobreposição e/ou equivalência entre língua oficial, língua nacional e língua materna produzidos na nossa história.

Um outro exemplo de pesquisas na área que teve um desdobramento muito produtivo no espaço brasileiro é o da análise e o da produção de dicionários. No meio disso, há ainda temas que não dizem respeito necessariamente ao espaço brasileiro. É o caso, por exemplo, de pesquisas recentes que envolvem a questão da terceira revolução tecnolinguística.

Então acho que podemos falar de tudo o que considerarmos interessante para a história das ideias linguísticas,

independentemente de ser algo “do” ou “no” Brasil. É isso, no meu entender, que coloca o Brasil no cenário internacional: falar de questões que lhe são “próprias” ao lado de outras questões que não são necessariamente “suas”.

José Edicarlos de Aquino: Naquele artigo de 2008 na *Fragmentum*, ao mapear os temas e questões em História das ideias Linguísticas desenvolvidos em uma perspectiva discursiva no Brasil, você afirma que as pesquisas brasileiras nessa área “vêm contribuindo de maneira forte para o processo de *descolonização linguística e descolonização científica*”. O que você quer dizer com isso exatamente?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Gosto de pensar que há muitas maneiras de olhar para o processo de descolonização linguística e descolonização científica a partir da HIL. Um primeiro exemplo desse processo é o da *gramatização brasileira do português*, de que tratam Eni Orlandi e Eduardo Guimarães. É um processo de endogramatização do português brasileiro (ou da língua brasileira) propiciado pelo modelo português e pela exogramatização das línguas indígenas e das línguas dos povos africanos que vieram escravizados para o Brasil. Um processo de instrumentação linguística realizado a partir do século XIX por autores brasileiros, no jogo tenso e contraditório entre o que seria o modelo português e o que seria o específico do Brasil.

Também acho fundamental um texto do Eduardo Guimarães chamado “Política de línguas na América Latina”, em que ele fala da importância de considerar o português e o espanhol como línguas não só nacionais pelo espaço do Mercosul e de como, para que isso se consolide, é necessário produzir uma instrumentação

linguística que dê mais visibilidade a essas línguas, que também são línguas de ciência. Este é, a meu ver, um sentido forte para *internacionalização*.

Na HIL, além de nos voltarmos para as histórias das histórias das línguas, também podemos nos voltar para as histórias das histórias da linguística e compreender como vários autores brasileiros têm se dedicado, há tempos, a construir um espaço de reflexão que mostra como aqui se faz ciência. O texto “Ir ao congresso: fazer história das ideias linguísticas?”, de Eni Orlandi², mostra um pouco disso em sua análise sobre um relato de Mattoso Câmara a respeito dos congressos internacionais de linguística. Orlandi mostra, nesse texto, como Mattoso dava importância para o que se fazia no espaço brasileiro como produção intelectual. Falei um pouco disso naquele ensaio “Conversas em Tocantins”, do seu livro *Seis ensaios em história das ideias linguísticas*.

Uma língua gramatizada, como o português brasileiro, pôde se tornar uma língua de ciência no mesmo momento em que a endogramatização brasileira do português se deu. E isso fez com que, desde aquele momento, precisássemos produzir terminologias nessa língua, sobre essa língua.

Eu vejo a história das ideias linguísticas como uma área que permite questionar, de maneira muito forte e produtiva, a hegemonia de determinadas línguas e de determinadas história das línguas. É nesse sentido que eu entendo que ela vem contribuindo para o processo de descolonização linguística e de descolonização científica.

2 Orlandi, Eni. (2002). Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas? Em: Eni Orlandi; Eduardo Guimarães (orgs.). (2002). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes.

José Edicarlos de Aquino: Uma questão sempre confrontada ao longo de sua obra é a do nome, sobretudo o nome dos estudos sobre a língua e principalmente o nome linguística. Como você entende a questão da nomeação ao abraçar e tentar compreender os nomes dos estudos da linguagem?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho que fiquei obcecada com a questão dos nomes dos estudos da linguagem desde minhas primeiras pesquisas de iniciação científica. Quando notei, por exemplo, que o curso de Linguística da USP e o curso de Linguística da Unicamp continham disciplinas muito diferentes, compreendi que o saber científico produzido nas instituições é algo muito amplo e incompleto, necessariamente, o que depois me levou a compreender que o saber não é conteúdo.

Já em minha dissertação de mestrado, essa questão do nome teve um desdobramento interessante quando formulei sobre os efeitos de unidade e de recobrimento produzidos pelo nome do campo teórico.

A nomeação produz um efeito de que o campo é uno. Mas, quando vamos analisando as diversas produções de autores diferentes do “mesmo” campo, nomeado de *semântica argumentativa*, por exemplo, podemos notar que essa unidade não existe. E ela não existe nem mesmo no conjunto das obras de um mesmo autor, pois a teorização no campo está sempre em movimento.

Quanto ao efeito de recobrimento, neste campo “uno”, ele se dá a partir da referência a textos que não contêm determinado nome do campo, mas que são designados por esse nome. Um exemplo é o funcionamento do nome *semântica argumentativa* para fazer referência a várias produções de Oswald Ducrot, de

Carlos Vogt e de Eduardo Guimarães que são nomeadas por eles de outros modos.

Indo para as reflexões da tese, meu olhar se voltou para o nome *linguística* considerando o modo como ele se institucionalizou na Unicamp. Foi interessante analisar as tensões entre o campo teórico e a disciplinarização. Se, teoricamente, algumas áreas eram consideradas como articuladas à linguística estando fora dela, disciplinarmente, elas podiam significar como áreas *da linguística*.

Produzimos determinados conhecimentos linguísticos no âmbito das instituições do saber que vão disciplinarizando esses conhecimentos e dando-lhes determinadas formas. No caso do nome *linguística*, a institucionalização desse campo teórico pela disciplinarização pode ser muito heterogênea. Acho que o mesmo deve ocorrer com outros nomes de áreas da ciência.

Mas aqui é interessante notar que o mesmo não aconteceu, por exemplo, quando foi preciso disciplinarizar a língua portuguesa na escola. Nesse caso, a disciplinarização teve um funcionamento muito controlado porque a língua nacional se tornou uma questão de Estado em nossa sociedade e a língua portuguesa se tornou essa língua de Estado.

José Edicarlo de Aquino: Na sua tese, que depois virou o livro *Uma História Da Linguística: entre os nomes dos estudos da linguagem*, você se debruça sobre duas formulações que, segundo sua análise, “significaram imaginariamente como referência e como lugar de origem do dizer na constituição da linguística” no Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. As formulações são: “A linguística é a ciência da linguagem e A linguística é a ciência-piloto das ciências humanas.” Esses continuam sendo sentidos estabilizados sobre a linguística na contemporaneidade?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acredito que a formulação *A linguística é a ciência piloto das ciências humanas* parece não fazer mais muito sentido hoje, a não ser enquanto caracterização de um passado da linguística, que hoje é pouco ou menos conhecido, mesmo no IEL da Unicamp. Já a formulação *A linguística é a ciência da linguagem* continua, sim, significando imaginariamente como referência e lugar de origem do dizer da constituição da linguística na contemporaneidade, e não apenas no IEL da Unicamp.

Então eu acho que a minha tese/meu livro é uma contribuição para pensar a história de uma área que teve certos delineamentos e que hoje continua — e não continua — significando do mesmo modo. O que ainda se mantém, no meu entender, é o argumento da cientificidade. O que ficou no passado é esse argumento em relação às ciências humanas.

Hoje a linguística pode dizer que (não) é ciência a partir de outras maneiras, para além do argumento da cientificidade e isso inclui também dar outros sentidos àquilo que chamamos de ciência.

José Edicarlos de Aquino: Você concordaria com a avaliação de que a discussão sobre as divisões disciplinares da nossa área, as ciências da linguagem, é também um tema bastante recorrente na sua pesquisa, e que vai ganhando cada vez mais centralidade, levando você a trabalhar hoje com o conceito de saberes linguísticos cotidianos? E aliás, “saberes linguísticos cotidianos” é um conceito operacional para você?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Concordo, sim. Mas é mais do que isso. É a questão do saber, de modo geral, e não

necessariamente do saber das ciências da linguagem. É algo que também tem a ver com a minha vida pessoal, antes de estudar na Unicamp. Meu pai, como disse antes, tinha uma relação muito conflituosa com a instituição escolar. Quando ele começou com a cantina no IFCH da Unicamp, ele gostava ainda mais de questionar a importância do que se fazia na universidade. *Por que o que se faz na universidade é considerado tão importante e o que se faz em outros lugares não é?* De certo modo, ele buscava um reconhecimento pelo saber que ele conseguiu tirar de uma vida de muito trabalho, desde cedo, sem condições de continuar a estudar. Talvez essa experiência de vida com o meu pai tenha contado muito mais do que eu possa imaginar.

De todo modo, quando entrei na universidade, queria saber do saber da universidade. Eu queria e sentia que precisava ter acesso a esse saber, queria conhecer coisas que não tivessem a menor importância para a vida que eu levava até então, coisas que pareciam inúteis, se pensarmos em termos de utilitarismo. Eu ficava fascinada ao me deparar com reflexões que, pelo menos aparentemente, pareciam existir simplesmente porque alguém resolveu querer fazê-las. Adorava a sensação de saber por saber!

Aos poucos, fui percebendo que o saber não era assim desprezível, mas que estava sempre sendo produzido a partir de determinadas condições materiais de existência do sujeito do conhecimento na história.

Depois, em minha tese, tive uma espécie de delírio epistemológico que me fez questionar o que era o saber: “... dizer que algo é *saber* já é produzir uma divisão. Dizer que *algo é saber* é, antes de mais nada, dizer que *algo não é*.” Isso tem tudo a ver com as pesquisas que eu vinha fazendo sobre as divisões disciplinares na história dos estudos da linguagem, mas

também tem tudo a ver com a minha experiência de vida com o meu pai, uma experiência na qual eu também começava a me autorizar a questionar o saber.

E não poderia deixar de lembrar da tese da Carolina Fedatto, dedicada a uma pesquisa na história das ideias linguísticas sobre um saber nas ruas. Um saber nas ruas!!! Isso era possível!!! O recorte dela me deixou muito impactada e inspirada para minhas futuras reflexões sobre o cotidiano na história das ideias linguísticas.

Quanto ao conceito de saberes linguísticos cotidianos, vejo como um conceito operacional, mas que talvez não seja tão simples de ser operacionalizado. Ou talvez seja... Digo isso porque orientei uma qualificação de área que resultou em um trabalho maravilhoso, da Janaína Sabino, que trabalhou muito bem com esse conceito, dando a ele um movimento interessante. Mas eu confesso que às vezes me pergunto de que modo esse conceito está sendo compreendido, até por mim mesma, e isso tem a ver com uma necessidade de não fechá-lo numa definição categórica. Em meus primeiros trabalhos, fiz questão de observar que não se pode pensar nos saberes linguísticos cotidianos sem considerar os saberes produzidos pelas gramáticas e pela linguística. Nesse sentido, não se pode operar uma oposição entre esses saberes, senão deixamos de compreender sua relação tensa e contraditória.

José Edicarlos de Aquino: É impossível não lembrar da distinção de Antoine Culioli, retomada por Sylvain Auroux, entre saber epilinguístico e saber metalinguístico quando lemos tua reflexão sobre saberes linguísticos cotidianos. Em que medida você se apoia e se afasta daquela modo de conceber e classificar o saber linguístico?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Acho essa distinção fundamental para a reflexão que Auroux propõe para a história dos saberes metalinguísticos que se tornaram gramáticas, dicionários e teorias linguísticas. A questão para mim é que, para trabalhar com essa distinção, eu precisava pensá-la teoricamente de outra maneira. Por exemplo, pela filiação à análise de discurso, a distinção entre o epilinguístico como um saber inconsciente e o metalinguístico como um saber consciente precisava ser repensada. Discursivamente, o que Auroux chama de saber consciente (metalinguístico), eu considero em termos de um efeito ideológico de consciência.

Ao mesmo tempo, meu interesse não era propriamente estudar como determinados saberes metalinguísticos se tornaram gramáticas, dicionários e teorias linguísticas, mas como esses saberes linguísticos produzem exclusões, e de que maneiras o que fica excluído pode acabar significando como um não saber ou retornar como uma questão a ser incluída, excluída novamente, ou domesticada.

Então, o que chamo de saberes linguísticos cotidianos tem a ver com esse processo de exclusão, mas que não cessa de significar. E são saberes que não residem apenas no epilinguístico, mas que transitam por entre o epilinguístico e o metalinguístico. E veja que Auroux sublinha a importância de considerar a relação entre o saber epilinguístico e o saber metalinguístico como um *continuum*. No meu caso, os saberes linguísticos cotidianos podem incluir esse *continuum* de uma maneira singular: pela possibilidade de efetuar um vai-e-vem, de transitar entre um saber e outro.

José Edicarlos de Aquino: Ainda sobre suas pesquisas sobre os saberes linguísticos cotidianos, você tem conversado bastante com obra de Michel de Certeau. Mais recentemente, na sua apresentação na Ichols (International Conference on the History of the Language Sciences), em Tbilíssi, na Geórgia, você recorreu à noção de Michel de Certeau de “economia escriturística” para pensar a relação entre oralidade e escrita. Você poderia nos explicar não apenas essa noção, e porque ela é importante para você, mas também a articulação que você vem estabelecendo entre Michel de Certeau e autores como Sylvain Auroux, Michel de Pêcheux e Eni Orlandi?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Quando Michel de Certeau fala sobre a *economia escriturística*, ele está considerando as mais diversas formas de registro: escrito, sonoro, visual... Pensando a história francesa, ele diz que, a partir dos séculos XVII e XVIII, a economia escriturística teve uma conquista triunfal sobre a oralidade, ou a “voz do povo”. Foi um momento em que o povo começou a poder falar, mas que precisou falar o francês nacional. Todas as outras línguas, dialetos e patois foram proibidos. No entanto, uma vez que o francês nacional se impôs, foi possível retornar a essas outras línguas a partir de seus registros já tornados peças de museu, folclorizados. Passando para a França das décadas de 1970 e 1980, ele observa que a oralidade é registrada de todas as maneiras e em toda a parte, que ela se infiltra nos registros (do francês nacional, por exemplo), ao mesmo tempo em que pode se tornar a imitação dos registros dela (re)produzidos, ou, em suas palavras n“a cópia de seu artefato.” Dito de outro modo, de um lado, a oralidade se infiltra na economia escriturística. Ao mesmo tempo, de tanto que foi registrada, a oralidade pode acabar se tornando a cópia do seu registro.

Acho essa reflexão do autor primorosa porque ela ilustra bem aspectos das relações de dominação e resistência em jogo no contato/convívio/confronto das línguas em nossa história. Venho buscando articular essa reflexão às de Sylvain Auroux sobre as revoluções tecnolinguísticas, às de Eni Orlandi e Tania Clemente de Souza sobre língua imaginária e língua fluida, e às de Michel Pêcheux sobre a (des-)construção das teorias linguísticas.

Um dos efeitos das revoluções tecnológicas da escrita e da gramatização, junto à economia escriturística é que muitas línguas são significadas como se fossem línguas menos importantes porque não têm uma escrita ou uma gramática. Quando têm, como é o caso, por exemplo, do dialeto caipira, que é um dialeto amplamente registrado, descrito, analisado e folclorizado, esses dialetos/línguas são significados como menos importantes (ainda que por inúmeros eufemismos terminológicos que a ciência linguística consegue formular) porque não são a língua nacional. Ou seja, a demanda pela instrumentação das línguas, que vem por uma memória ocidental, engendrou uma economia escriturística que faz parte de nós. É a partir dessa memória ocidental que falamos hoje.

Pensando a relação tensa e contraditória entre língua imaginária e língua fluida, podemos dizer que a língua flui porque a oralidade tem um importante papel nesse processo, e, ao mesmo tempo, não podemos deixar que considerar que a escrita também pode contribuir com a fluidez da língua de outros modos, no interior mesmo dos gestos próprios de elaboração textual. É só lembrarmos que qualquer um que escreve sabe que não sabe exatamente onde a escrita vai parar. E, se podemos dizer que a língua imaginária transforma a oralidade na cópia do seu artefato, a oralidade também pode se insinuar

no interior mesmo dessa língua imaginária. Isso está ligado ao fato de que as descrições linguísticas são necessariamente incompletas justamente porque sempre haverá alguém que, retomando as palavras de Eni Orlandi, “fala a mesma língua, mas fala diferente”.

Então, não é à toa que Sylvain Aurox precisa deixar em aberto a distinção entre o saber epilinguístico e o metalinguístico. De uma perspectiva discursiva, diria que isso está relacionado à impossibilidade da existência de uma metalinguagem que possa descrever a língua de uma vez por todas. A língua imaginária construída pelo saber metalinguístico sistematizado é um objeto ficção, um artefato, uma fabricação, uma redução. Mas, lembrando novamente Orlandi e Souza, nem por isso deixa de ter existência e funciona com seus efeitos no real.

Articulada a essas considerações estão as reflexões de Michel Pêcheux a respeito dos processos de (des-)construção das teorias linguísticas em seu atravessamento por uma divisão discursiva entre dois espaços: o das *significações estabilizadas* e o das *transformações de sentido*. No diálogo com esses autores, considero as teorias linguísticas não apenas relativamente à linguística em particular, mas aos diversos saberes linguísticos produzidos na história, de modo geral. Penso que a oralidade pode ser considerada como um dos elementos da língua fluida que atuam nos processos de *(des-)construção das teorias linguísticas*.

Ou seja, esse algo da língua que flui, que não se reduz, que não se fabrica, que não se circunscreve aos limites da instrumentação, que escapa à descrição, é importante para ser considerado quando nos voltamos sobre os efeitos da oralidade sobre a economia escriturística. Se os artefatos de escrita

colonizam a oralidade, a oralidade, enquanto elemento da língua fluida, também desestabiliza os artefatos de escrita.

Processos esses que se dão por meio de *artes do desvio* de que fala Michel de Certeau, produzidas pelo que chamo de *saberes linguísticos cotidianos* e suas *políticas linguísticas ordinárias*, que não deixam intactos os domínios mais legitimados e autorizados pelas instituições do saber.

José Edicarlos de Aquino: Para encerrar, você poderia fazer um panorama e falar um pouco sobre os projetos de pesquisa que anda desenvolvendo?

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Atualmente, coordeno o projeto/grupo de pesquisa CoLHIBri juntamente com Juciele Dias. O CoLHIBri se dedica a estudar a questão do cotidiano na história das ideias linguísticas, e conta com uma equipe de pesquisadores da Unicamp, de outras instituições do Brasil e também da Argentina. A questão do cotidiano vem sendo pensada em relação ao funcionamento de discursividades que atravessam várias formas saber sobre a língua e as línguas na história. Isso inclui refletir sobre os modos de constituição, formulação, circulação, nomeação e significação desses saberes, seus processos de institucionalização, divisão de sentidos, domesticação e resistência.

Uma das primeiras linhas de reflexão, que ainda pode ser bem mais explorada, é o estudo do cotidiano enquanto uma noção, ligada a outras, como ordinário e comum, por exemplo. Essa discussão está presente no meu texto “O cotidiano na história das ideias linguísticas”. Outra linha de reflexão diz respeito ao que venho chamando de *saberes linguísticos cotidianos* e de *políticas*

linguísticas ordinárias. Trabalho com essas noções em vários textos, além do “Saberes linguísticos cotidianos”. Um deles é o artigo “Said Ali e *a gente* na história da língua e da gramatização brasileira”, que escrevi junto com o Michel Marques de Faria. Nesse artigo, pudemos analisar como a pronominalização do *a gente* comparece como uma questão elaborada e reelaborada em produções de Said Ali. Pudemos mostrar de que maneiras sujeito e língua vão sendo significados/divididos quando o autor reflete sobre o *a gente*, e como ele lida com o problema da indeterminação e da determinação desse pronome ao longo de seus textos. Nesse trabalho, também refletimos sobre as condições históricas específicas do funcionamento pronominal do *a gente* no Brasil articuladas à produção de um saber sobre esse funcionamento. E pudemos ainda compreender a pronominalização do *a gente* na história brasileira como uma política linguística ordinária, tomada enquanto efeito da relação contraditória entre dominação e resistência que preside os processos de colonização e descolonização pelos quais passamos.

Outra linha de reflexão, mais recente, é a da questão da construção cotidiana do saber. Em algumas produções dessa linha de reflexão venho dando bastante espaço para uma escrita que faz um batimento entre narração de histórias e compreensão científica, como é o caso do artigo “A construção cotidiana do saber” e do ensaio “Conversas em Tocantins”.

Enfim, pelo CoLHIBri, temos feito atividades que vêm trazendo uma contribuição para as pesquisas em história das ideias linguísticas, ao lado de muitas e diferentes iniciativas de projetos que estão sendo produzidas vários por pesquisadores da área.

José Edicarlos de Aquino: Muito obrigado, Ana!

Ana Cláudia Fernandes Ferreira: Muito obrigada, Edi, pela elaboração da entrevista! Adorei as perguntas! Com tanta gente grande por aí, produzindo tantos trabalhos maravilhosos, ainda me acho muito criança para ser entrevistada! Mas foi uma delícia! Ainda mais porque temos acompanhado o trabalho um do outro ao longo dos anos, então, a oportunidade de realizarmos esse novo trabalho juntos me deixou muito comovida e realizada. E, claro, queria deixar aqui o meu enorme agradecimento à Verli pelo lindo convite para esta entrevista (e também pelo prazo generoso para que pudéssemos terminá-la!!!). Foi uma honra muito grande realizar esse trabalho ao lado de vocês, ele é mais uma forma de estar nessa história-aventura com vocês.

Recebido em: 02/11/2024 / Aceito em: 04/11/2024

Resenha

SILVA, Kelly Fernanda Guasso da. *Michel Pêcheux na História das Ideias Discursivas*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2024.

Um percurso para a História das Ideias Discursivas

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues*

Como nos lembram Venturini e Petri (2019, p. 13), “Michel Pêcheux é lido desde a década de 1960, na França e em outras partes do mundo; são, pelo menos, 50 anos de história de leituras”. Nas Américas do Norte e do Sul, as leituras se fazem na grade das condições sociopolíticas de países como, por exemplo, o Brasil, a Argentina² e o México³, dado que toda leitura é possibilitada por condições determinadas e, nesses países, tais condições são favoráveis aos estudos de natureza discursiva, porque clamam por uma formação leitora crítica. Neste ano, mais uma obra avoluma o mercado editorial brasileiro de publicações sobre a AD: *Michel Pêcheux na História das Ideias Discursivas*, de autoria de Kelly Fernanda Guasso da Silva, editado pela Pontes. O livro discute questões que envolvem *autoria*, a constituição do conceito de *discurso* e a *pesquisa em AD*, dando corpo a *História das Ideias Discursivas* (Orlandi, 2016; 2017; 2018; 2019), linha filiada à *História das*

* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Doutora em Linguística Aplicada (LAE/PUC/SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2981-3801>.

2 A redemocratização da Argentina em 1983 trouxe mudanças significativas para o campo da linguística, que até então era uma área de estudo restrita a poucos pesquisadores e sob a influência do estruturalismo e da análise descritiva de línguas e dialetos. Com essa transformação, a linguística tornou-se uma disciplina de interesse mais amplo e quase “popular” nas humanidades. Esse novo panorama ampliou a diversidade da linguística, explorando dimensões e perspectivas variadas e promovendo um campo de pesquisa mais vasto e menos restrito, que abrangeu o funcionamento do discurso em seus aspectos sociopolíticos e culturais, refletindo o clima político da época (Rubio Scola, 2014).

3 Conforme Emilsson (2008, p. 13), o nascimento da AD no México ocorreu na década de 1980, sobretudo, com a publicação do primeiro número do periódico *DisCurso*.

Ideias Linguísticas. Embora a linha de pesquisa *História das Ideias Discursivas* tenha sido inaugurada por Orlandi desde 2018, linha que considera os “já ditos” como conhecimentos que contribuem para a compreensão das especificidades do objeto de estudo da Análise de Discurso francesa – o discurso –, a obra de Silva consagra o carimbo editorial das *História das Ideias Discursivas*, justamente pelo fato de o título fazer circular – pelas práticas editoriais –, essa linha de pesquisa. E, sem a circulação, nenhum discurso se mantém.

Silva busca mergulhar na densa produção intelectual de Michel Pêcheux e, apesar de o arquivo de leitura formado pela autora constitua-se de textos cuja circulação é consolidada por estudiosos da AD, na obra o leitor vai encontrar uma análise que examina implicações editoriais sobre conceitos caros à AD, oferecendo leituras que buscam responder as seguintes questões: “Como o conceito de discurso é trabalhado nas publicações do autor Michel Pêcheux?” (p. 22); “Quais textos estão disponíveis on-line?” (p. 45) – imprescindíveis para quem se adentra nos estudos da AD de linha francesa. O percurso de leitura da autora para responder a essas indagações atravessa artigos em revistas científicas publicados entre meados de 1968-1983, na França, e disponíveis no repositório *Persée*, como também nas obras *Análise Automática do Discurso* (AAD-69) e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. O trabalho de Silva (2024, p. 44), em suas palavras, é “uma tentativa de fazer ver, [...] o que está em circulação sobre a caminhada teórica do autor Michel Pêcheux”, sem buscar a exaustividade em extensão ou em completude, princípio básico de uma análise discursiva, mas que permitisse acompanhar a erudição do fundador da AD.

Em linhas gerais, o livro busca nos auxiliar na compreensão, sempre imperiosa, de razões por que Michel Pêcheux chegou às reflexões que chegou em contextos sócio-políticos e intelectuais da França de 1960; por que certos tipos de problemas foram, de forma obstinada, perseguidos pelo teórico e; por que a perspectiva discursiva proposta por ele fez avançar os estudos das ciências da linguagem no sentido de colocar em suspenso o conceito de linguagem como realidade objetiva. A proposta de Silva, na posição de analista do discurso, em seu movimento pelo arquivo, constitui-se de um trajeto de leitura, que requer um batimento entre descrição e de interpretação (Pêcheux, 1990), a partir de um trajeto de leitura que busca apontar os momentos em que o autor [Pêcheux] define/movimenta os conceitos, buscando as repetições e os sentidos que ressoam. Vejamos, em seguida, como Silva estrutura seu trabalho.

No primeiro capítulo, além de conhecer o percurso acadêmico da autora e seus interesses pela AD materialista, o leitor vai encontrar as especificidades da *Produção do Conhecimento Discursivo* – “o fazer próprio do analista de discurso, ou seja, aquele que pode assumir, entre outras, a posição de sujeito que questiona saberes dados como estabilizados no fio do discurso” (Guasso; Petri; Harb, 2019) –, a partir do repositório *Persée*. Nesse capítulo, a autora apresenta sua metodologia de análise, o que é custoso para o analista do discurso, já que ele deve “construir” um dispositivo de interpretação, que busque ouvir além das evidências. Em seu caso: i) levantamento de textos/artigos publicados por Pêcheux em periódicos das Ciências da Linguagem, visando apresentar uma bibliografia atualizada do autor, ii) condução de uma pesquisa sobre o contexto histórico de construção de sua autoria/coautoria, com o objetivo de

aprofundar a compreensão das condições em que esses discursos foram produzidos e do lugar dado ao autor; iii) identificação de *ressonâncias discursivas* entre obras publicadas por Pêcheux em revistas científicas e as publicadas em suas obras mais lidas; iv) materialização de um estudo teórico sobre os momentos de formação da teoria discursiva e de seus instrumentos de interpretação (p. 35). Ao fim desse capítulo, a autora situa a *História das Ideias Discursivas*, na sua relação com a *História das Ideias Linguísticas*.

O segundo capítulo revisita alguns textos de autoria famosa em AD, retomando o trabalho teórico de Michel Pêcheux sobre o funcionamento da ideologia – conceito-chave de sua teoria –, o que deu a ele o título de polêmico e crítico (adjetivos que, a meu ver, representam a característica primeira de um consumado teórico). O objetivo desse tópico é, nas palavras da autora, “resgatar” conceitos importantes da primeira fase da AD até a desconstrução da maquinaria discursiva. O que traz de novo a autora sobre o já-dito em relação ao momentos de edificação da teoria pecheutiana? É a organização e o registro das referências necessárias para aqueles que desejem conhecer, na origem, as obras que tematizam as fases e as categorias teóricas propostas por Pêcheux para o estudo do discurso. Trata-se, portanto, de uma interrogação incessante que todo pesquisador deve fazer e que se desenvolve na medida em que sua experiência se aprofunda e seu olhar se amplia.

No capítulo 4, a autora dá a ver uma bibliografia atualizada de Pêcheux – de 1966 a 1983 –, a partir de materiais publicados por Angélique Pêcheux e outros, Francois Gadet, Jacqueline Léon, Peter Schöttler e Michel Plon, Denise Maldidier; nos arquivos que compõem o Fundo Michel Pêcheux, nos trabalhos

traduzidos por Eni Orlandi e na descrição proposta por Piozevani e Sargentini, trazendo à cena dados numéricos dos textos e das línguas (alemão, italiano, sueco, inglês e espanhol) em que Pêcheux produziu sua escrita e a inseriu na memória social dos estudiosos do discurso. Além disso, nessa parte da obra, é um gesto de leitura do arquivo – “entendido no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (Pêcheux, 1994, p. 3) – “um “trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo [...], contra tudo o que tende a apagar este trabalho” (idem), nas tentativas mecânicas ou orgânicas de reduzi-lo. O sentido é *relação à*, portanto, as máquinas chamadas de inteligentes não são capazes de reduzi-lo” (Canguilhem *apud* Pêcheux, 1994). Em outras palavras, o trabalho de Silva demonstra, para aqueles que acreditam na ilusão do controle do sentido por meio de algoritmos nas buscas e na escrita da atividade de pesquisa, que os recortes de textos e suas articulações produzem um texto. Produzem, na verdade, um simulacro de texto. O problema é que o pesquisador se depara (por sorte!) com a opacidade do sentido, com impossibilidade de seu controle, pois a máquina não recupera saberes sobre o funcionamento do discurso, que, (re)lidos, colocam em movimento a memória discursiva, o que promove a *Produção do Conhecimento Discursivo* (p. 47), que, por sua vez, constitui a construção da autoria. Nos termos foucaultianos, a construção de uma discursividade.

O terceiro capítulo aventado para a obra discute o modo como Foucault e Orlandi definiram o conceito de autor em seus estudos e como isso foi realizado por Pêcheux, reiterando a tese de que a escrita (não o texto, produto desta) “é uma relação do sujeito com a história” (Orlandi, 2006, p. 24), o que significa que

a escrita não pode ser apartada nem da história, nem do sujeito, pois é na escrita que se materializam os fios da história. Em relação à autoria em Pêcheux, podemos dizer que se trata de uma autoria que se produz em e por diferentes sujeitos – *Movimento de coautoria* – nome dado por Silva para o processo de coautoria declarada na *Produção do Conhecimento Discursivo*, aquilo que ele [Pêcheux] “viveu no Partido Comunista, na militância, no coletivo. Em conjunto, compartilharam-se ideias, discutiram-se teorias, analisaram-se discursos não só nos laboratórios das universidades, mas também nos cafés da cidade” (p. 98). O mais interessante nesse capítulo são explicações de Silva sobre a autoria na AAD, porque os fatos são conhecidos, mas a leitura dos fatos nos dá a força do coletivo criado por Culioli, Fuchs, Plon, para citar alguns, e o próprio Pêcheux na constituição de uma teoria discursiva que concebeu a língua sujeita à deriva, ao equívoco, que escapa ao intencional e à estrutura, na sua relação com a história, constituindo a produção de sentidos.

O capítulo 5 destaca 5 periódicos em que Pêcheux publicou, entre meados de 1960 e 1980, na França. A autora enquadra outra questão, talvez, já dada, mas também com olhos novos. Me explico: professores de pós-graduação, usualmente, culpam seus alunos pela incompreensão da teoria discursiva proposta por Pêcheux (e de tantos outros teóricos). De fato, nenhuma teoria é de fácil apreensão, não só por conta da compreensão de seus princípios, conceitos, categorias, hipóteses, que juntos constroem sua lógica interna, mas também pelo fato de que, nem sempre, os pesquisadores em formação têm à disposição, no mercado editorial, uma obra que “nos conte” os fios que nos prendem a uma referência (Ferreira, 2012, p. 41). É esse o olhar de Silva, sua inquietação como pesquisadora, ao recuperar as

publicações sob autoria de Pêcheux no sentido de examinar as ferramentas das quais o autor se utilizou para divulgar saberes sobre o funcionamento dos discursos e sua análise.

O capítulo seguinte apresenta os conceitos de *repetição* e de *ressonâncias discursivas*, partindo de títulos de artigos publicados por Pêcheux, a fim de explicitar as marcas linguísticas na formulação e na reformulação do conceito de discurso. Dois artigos, em um primeiro momento, foram estudados, para os quais não havia, quando da produção da pesquisa, tradução em português: *Analyse du discours, langue e idéologies*, disponível na revista *Langages*, no. 37, e *La linguistique hors d'elle même: l'histoire absolument*; em seguida, a autora realizou recortes das obras *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* e *Semântica e Discurso*. Nesse capítulo, Silva prescreta o arquivo construído por ela, de forma esquemática, visando a um gesto de leitura analítica em 5 quadros de recortes de sequências discursivas de excertos das obras em questão. São retomados conceitos como representação, discurso, interdiscurso, intradiscurso, ideologia, processo discursivo, lugar e posição sujeito, formação discursiva, a fim de verificar as ressonâncias discursivas – em diálogo com o já dado – o não previsto, o não-dado.

Por fim, no último capítulo, encontramos, resumidamente, os achados do trabalho de investigação da teoria materialista do discurso e o seu lugar na *História das Ideias Discursivas*.

Para se tornar autor epistêmico, é preciso, exatamente, praticar o que Silva nos conta em sua obra: pesquisa constante, leitura sistemática e exercício da autoridade do argumento, “superando o argumento de autoridade; fazer conhecimento científico é, mais que tudo, saber questionar e autoquestionar para convencer sem vencer” (Demo, 2005)

Resenhar, a meu ver, estabelece, sempre, as seguintes perguntas: o que dizer para quem vou dizer? E como dizer? Parafrasear a obra resenhada não acrescenta muito para o leitor, porque ele, [o leitor] de resenhas, busca conhecer a obra sem conhecê-la e; ao mesmo tempo, objetiva conhecer dados de uma obra que vão encaminhá-lo para uma leitura possível, ou seja, o comentário que dará a ele uma possibilidade de interpretação diante de um objeto opaco como o texto que materializa a prática científica.

Em tempos de reverência – a qual é sempre alienada – à memória metálica, é preciso fazer ver a memória discursiva, porque “é no nível dos fundamentos que tudo se passa” (Maingueneau, 1990, p. 65). É justamente disso que trata *Michel Pêcheux na História das Ideias Discursivas*.

Referências

CIAPUSCIO, Guiomar Elena. *Apuntes para una evaluación de los estudios lingüísticos en la Argentina, Instituto de Filología y Literaturas Hispánicas “Dr. Amado Alonso”*, Universidad de Buenos Aires, CONICET, Hispanic Issues Online, 2007. Disponível em: <http://hispanicissues.umn.edu/assets/pdf/13-HIOL-2-11.pdf> Acesso em: 31 out. 2024.

DEMO, P. *Argumento de autoridade X autoridade de argumento*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

EMILSSON, Elin. Un camino andado: Una mirada al análisis del discurso en México. *Estudios de Lingüística Aplicada*, v. 48, p. 13-38, 2008. Disponível em: <https://ela.enallt.unam.mx/index.php/ela/article/view/558/610> Acesso em: 31 out. 2024.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. A análise de discurso e a constituição de uma história das ideias linguísticas do Brasil. *Fragmentum*, [S. l.], n. ESPEC, p. 17– 47, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/36580> Acesso em: 13 nov. 2024.

GUASSO DA SILVA, Kelly Fernanda; PETRI Verli; HARB, Fidah Mohamad.

Algumas reflexões sobre a produção do conhecimento discursivo: leitura e escritura em Análise de Discurso. *Interfaces*, Guarapuava, v. 10, n. 3, 2019, p. 9-20. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6223 Acesso: 13 de jun. 2024.

ORLANDI, Eni Puccineli. À flor da pele: indivíduo e sociedade. In: MARIANI, Bethania (org.). *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21 - 30.

ORLANDI, Eni Puccineli. Ciências da linguagem e a(s) voz(es) e o(s) silenciamento(s) de vulneráveis: reflexão e práxis. In: BARONAS, R. L. et al. (Org.). *Ética, Ciência, Ideologia, Interpretação*. Campinas, SP: Pontes editores, 2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Análise de Discurso: a questão dos fundamentos. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, 19, jul./dez. p. 65-67, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In. ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Tradução: Bethânia S. C. Mariani [et. al]. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

PÊCHEUX, Michel. *Estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

VENTURINI, Maria Cleci; PETRI, Verli. Algumas reflexões sobre o trabalho teórico de Michel Pêcheux: 50 anos após a publicação de AAD-69. In: GARCIA, Dantielli Assumpção

Garcia; SOARES, Alexandre Sebastião. (org.). *De 1969 a 2019: um percurso da/na Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2019.

RUBIO SCOLA, Virginia Irene. A recepção as análises do discurso na Argentina durante a “Normalização democrática”: o caso da UBA. *Tese de Doutorado*. Universidad Nacional de Rosario, Santa Fé.